



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 022/2024

CONTRATANTE (UASG) 980957

OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês - MA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 5.637.422,38 (Cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte dois reais e trinta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/09/2024 às 14h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5652/2024

Torna-se público que o(a) **A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS**, por meio do(a) **Secretaria Municipal de Obras**, Localizada na **Av. Luiz Muniz nº 1005 – Centro – Santa Inês - MA**, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês - MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital comdireito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das



atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.33 ou 3.55 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário total do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavo).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

“aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que estese localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da propositado primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente



classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item

2.66 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. não existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato, observando ainda o seguinte:

6.10.1.1. Carta Proposta, assinada por titular da empresa ou pessoa legalmente habilitada, em papel timbrado, identificando os serviços, o número do Edital, o prazo de execução, o preço total dos serviços, já incluído todos os custos seja qual for o seu título ou natureza (frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas etc.), em algarismos e por extenso, em moeda nacional, esclarecendo que o mesmo se refere ao mês de apresentação da Proposta;

6.10.1.2. Planilha Orçamentária de acordo com os quantitativos da Planilha Orçamentária constante no (ANEXO III) deste Edital, com preços unitários e totais dos itens, em algarismos, e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, na moeda nacional; nela incluídos os impostos e taxas, encargos sociais e previdenciários, BDI e transportes até local dos serviços. No caso de omissão dos referidos impostos, taxas, emolumentos tributos e encargos, considerar-se-ão inclusos no valor global apresentado;

6.10.1.3. Planilha de Composição de Preços Unitários, por item, em conformidade com a Planilha Orçamentária, conforme este Edital, constando unidades e insumos, discriminando os percentuais de BDI e encargos



sociais aplicados. A Licitante que apresentar planilhas de composição de preços unitários em desacordo com as planilhas orçamentárias, terá sua proposta rejeitada;

6.10.1.4. Demonstrativo detalhado da Composição do percentual adotado para o BDI - Benefício e Despesas Indiretas aplicado, em modelo próprio, desde que contenha as informações pertinentes e observadas as restrições quanto a apropriação de despesas com o IRPJ e CSLL firmadas reiteradamente em decisões do Tribunal de Contas da União;

6.10.1.5. Planilha de Composição de Encargos Sociais, em modelo próprio, desde que contenha as informações pertinentes;

6.10.1.6. Prazo de validade da Proposta não podendo ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data da abertura da sessão do processo licitatório;

6.10.1.7. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos;

6.10.1.8. Os documentos exigidos nos subitens 6.10.1.2 a 6.10.1.5, nos termos dos artigos 7º e 14 da Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 e da Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 - CONFEA deverão, necessariamente, ser assinados pelo representante legal da empresa e por Engenheiro/Arquiteto, devidamente registrado no CREA/CAU, com identificação e número do seu registro

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia via sistema.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme orientações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

7.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornarem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.19. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.19.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.19.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.19.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.19.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

7.19.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.19.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.19.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.19.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações.

7.20. HABILITAÇÃO, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

7.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.20.6. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual e Municipal** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.20.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.21. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

7.21.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresso o prazo de validade;

7.21.2. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.21.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.21.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

7.21.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.21.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.21.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.21.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.22. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.22.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.22.2. Registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU competente, que comprove atividade relacionada com o objeto, através do Certificado de Registro e Quitação Pessoa Jurídica em plena validade

7.22.3. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.22.3.1. As empresas licitantes deverão comprovar que já executaram, a qualquer tempo, para pessoas de direito público ou privado, através da apresentação de atestado/declaração de capacidade técnica, de serviços com características semelhantes à do objeto da presente licitação, que estejam concluídos e recebidos pelo contratante;

7.22.3.2. Os atestados/declarações deverão comprovar que a LICITANTE tenha executado serviços compatíveis com o objeto licitado, até a data da abertura da sessão pública;

7.22.3.3. A fim de comprovar os requisitos exigidos anteriormente, a licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com os respectivos atestados/declarações, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes, os quais também poderão ser requeridos por meio de diligência;

7.22.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.22.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

7.22.4.1. Registro ou Inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da Sede da Empresa;



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês, MA

7.22.4.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome de Responsáveis Técnicos devidamente registrados e que contemple Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de serviços com características semelhantes aos descritos neste Edital e seus anexos.

7.22.4.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

7.22.4.4. No caso de Compromisso de Contratação Futura por meio de Declaração de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação junto ao Conselho Técnico Competente, do profissional como Responsável Técnico da Empresa.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou decisão da recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção



de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo cplsantaines@gmail.com petição dirigida ou protocolada no endereço: **Av. Luiz Muniz nº 1005 – Centro – Santa Inês - MA.**



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.santaines.ma.gov.br/>.



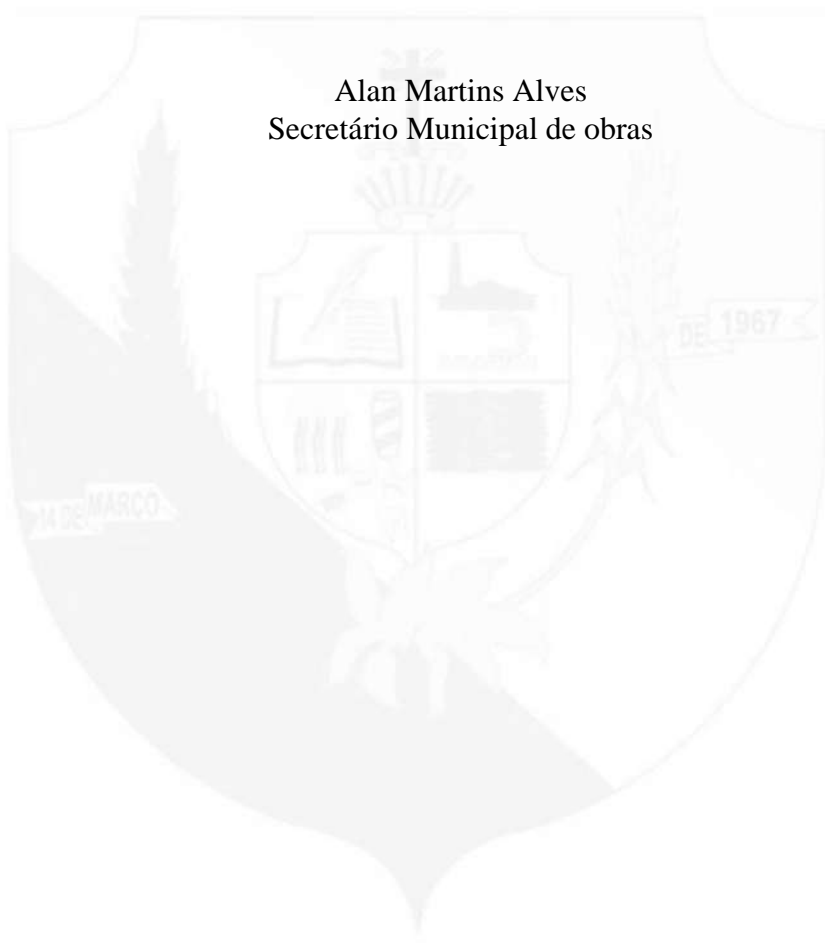
Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
- 11.11.3. ANEXO III – Projeto, Planilhas.

Santa Inês - MA, 27 de agosto de 2024.

Alan Martins Alves
Secretário Municipal de obras





Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5652/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Contratação de empresa especializada para realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês - MA,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês.	SV	01	R\$ 5.637.422,38	R\$ 5.637.422,38

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2(dois) anos contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é contínua sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação refere-se a serviço não continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, não haverá alocação contínua de empregados da contratada nas dependências do órgão, sendo que a efetiva execução da atividade contratada será realizada, apenas, quando provocada a demanda.

3.2. Pelas características das futuras contratações será adotado o regime de execução: empreitada por preço global.

3.3. O pagamento dos serviços executados se dará apenas em relação ao que for efetivamente executado

Subcontratação

3.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Garantia da contratação

- 3.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 3.6. No caso de seguro-garantia a sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 3.7. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 3.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 3.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h:00min horas às 17h:00min.
- 3.10. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 3.11. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 3.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 3.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 4.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 4.1.1. Início da execução do objeto: 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço;

Local e horário da prestação dos serviços

- 4.2. Os serviços serão prestados nos locais indicados pela contratante.
- 4.3. Os serviços serão prestados nos horários que serão definidos no momento da execução do objeto.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.4. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 6 (seis) meses, considerando a complexidade do serviço, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 4.5. Tendo em vista a particularidade do serviço a ser contratado não há necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.



5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

5.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

5.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

5.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

5.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

5.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

5.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



5.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I desde Termo de Referência.

6.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

6.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

6.3.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

6.3.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

6.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

6.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.



6.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60(sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.6.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

6.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



6.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

6.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

6.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

6.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.26. eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo

6.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

6.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

6.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

7.2. O regime de execução do contrato será empreitada **por preço global**.

Critérios de aceitabilidade de preços

7.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

7.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

7.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

7.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da documentação de habilitação, quando não estiver expresse o prazo de validade;

7.23. Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, termo de abertura e encerramento acompanhado com livro já exigíveis e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

7.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores 1 (um);

7.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

7.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

7.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.30.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

7.30.2. Registro ou inscrição da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU competente, que comprove atividade relacionada com o objeto, através do Certificado de Registro e Quitação Pessoa Jurídica em plena validade

7.30.3. QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

7.30.3.1. As empresas licitantes deverão comprovar que já executaram, a qualquer tempo, para pessoas de direito público ou privado, através da apresentação de atestado/declaração de capacidade técnica, de serviços com características semelhantes à do objeto da presente licitação, que estejam concluídos e recebidos pelo contratante;

7.30.3.2. Os atestados/declarações deverão comprovar que a LICITANTE tenha executado serviços compatíveis com o objeto licitado, até a data da abertura da sessão pública;

7.30.3.3. A fim de comprovar os requisitos exigidos anteriormente, a licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com os respectivos atestados/declarações, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes, os quais também poderão ser requeridos por meio de diligência;

7.30.3.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

7.30.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:



7.30.4.1. Registro ou Inscrição do(s) Responsável(is) Técnico(s), no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da Sede da Empresa;

7.30.4.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome de Responsáveis Técnicos devidamente registrados e que contemple Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica – ART/RRT de serviços com características semelhantes aos descritos neste Edital e seus anexos.

7.30.4.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

7.30.5. No caso de Compromisso de Contratação Futura por meio de Declaração de Contratação Futura, será exigido, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação da efetivação do vínculo profissional, bem como o comprovante de registro e anotação junto ao Conselho Técnico Competente, do profissional como Responsável Técnico da Empresa

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.637.422,38** (Cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte dois reais e trinta e oito centavos).

8.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

8.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

8.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

8.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

02.	PODER EXECUTIVO
25 752	Energia Elétrica
25.752.0015	Iluminação Pública Eficiente para Todos
25.752.0015.2051.0000	Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.39	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
1.500.00.001.001	Recursos Próprios do Município

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Santa Inês - MA, 14 de fevereiro de 2024

Alan Martins Alves
Secretário Municipal de Obras



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês
Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
APÊNDICE DO ANEXO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Informações Básicas

1- OBJETO:

Contratação de empresa especializada para realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês - MA.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A manutenção da rede de iluminação Pública faz parte das atribuições do Executivo Municipal através da Secretaria Municipal responsável pelas ações de infraestrutura e gestão de serviços urbanos. A carga de energia é fornecida pela concessionária EQUATORIAL ENERGIA-MA, que recolhe a receita da Contribuição diretamente do contribuinte e efetua encontro de contas junto ao Município. A troca e manutenção das luminárias e seus acessórios ficam a cargo do Município que busca a melhoria tecnológica da rede alcançando melhores resultados em economia e maior luminosidade/eficiência da Iluminação Pública Municipal.

A presente contratação visa atender as necessidades do município que efetivamente atuam nas diversas áreas vinculadas aos programas geridos pela Secretaria Requisitante. Neste sentido, por não dispormos, no âmbito desta Administração Municipal, de setor específico para realização do objeto em tela, faz-se necessário a contratação de empresa que forneça os materiais elencados neste estudo. Os serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral para sistema de iluminação pública, também serão destinados ao atendimento de demandas atendias pela secretaria Requisitante.

O objeto ora a ser licitado, possui natureza continuada, tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções da prestação dos serviços e manutenção na rede de iluminação pública Municipal, havendo portanto a necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum de doze meses prevista na Lei 14.133/21.

A contratação será realizada de forma parcelada de acordo com a necessidade da Secretaria/Órgão solicitante para que não haja estoques desnecessários. Assim, a licitação deverá ocorrer na forma eletrônica na modalidade pregão, permitindo maior economia e flexibilidade na aquisição dos materiais.

3- ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

Secretário Municipal de Obras

Alan Martins Alves



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

3.1- Órgão Participantes:

3.3. não há

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Norma Regulamentadora nº 01 – Disposições Gerais;
- Norma Regulamentadora nº 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- Norma Regulamentadora nº 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- Norma Regulamentadora nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- Norma Regulamentadora nº 07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- Norma Regulamentadora nº 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;
- Norma Regulamentadora nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- Norma Regulamentadora nº 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia;
- Norma Regulamentadora nº 21 - Trabalho a Céu Aberto;

A Prestação de serviços de gestão em iluminação pública com teleatendimento, gestão e geoprocessamento dos pontos de iluminação pública, otimizando os recursos municipais aos mais modernos serviços técnicos profissionais em Iluminação Pública.

Qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação - Tempo Resposta

A avaliação da qualidade da Intervenção na Rede de Iluminação diz respeito aos prazos de intervenção em relação aos tipos de pane possíveis e são assim definidos:

Pane Geral ou Setorial.

É a causada pela falta de energia por parte da concessionária. Nesse caso a CONTRATADA identifica o problema e, de imediato, aciona a PREFEITURA MUNICIPAL para adotar as medidas cabíveis. Esse tipo de pane não tem prazo preestabelecido para correção por parte de CONTRATADA, uma vez que independe da sua ação direta e sim da concessionária.

Mais de três pontos, consecutivos, simultaneamente com defeito num mesmo logradouro.

A CONTRATADA deverá efetuar o conserto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da chamada.

Um ponto luminoso em pane num logradouro

A CONTRATADA deverá efetuar o conserto no prazo de 72 (Setenta e duas) horas após a recepção da chamada.

A qualidade da intervenção na rede de iluminação é medida conforme a tabela que se segue:



Tempo de atendimento a reclamação de mais de 3 pontos luminosos ou mais consecutivos apagados num mesmo logradouro	em até 48 horas
Tempo de atendimento a reclamação de 2 pontos a 3 pontos luminosos consecutivos apagados num mesmo logradouro	em até 72 horas
Tempo de atendimento a reclamação de um ponto luminoso apagado num mesmo logradouro	em até 96 horas

Em quaisquer dos casos estabelecidos anteriormente, se o conserto necessitar de uma intervenção onde o tempo extrapole o prazo pré-definido, a contratada deverá contatar a FISCALIZAÇÃO do Contrato para a programação da correspondente correção.

Nas avaliações alusivas para efeito dos itens de controle, as constatações de problemas causados por abaloamento de postes, situações decorrentes de serviços em curso, que estejam sendo executados pela CONTRATADA, além dos decorrentes dos motivos de força maior ou intempéries naturais.

A contratada deverá levar em consideração as normas técnicas existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150, de 1962; adotar práticas de sustentabilidade adequadas que o objeto exigir, devendo ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem critérios compatíveis com padrões técnicos. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz da Lei 14.133/21.

5- LEVANTAMENTO DE MERCADO

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços por preço global, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

Assim, foi elaborado pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde sejam discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas. Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SINAPI e ORSE, supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

6- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O Município não possui mão de obra especializada para execução dos serviços, sendo que, ocorre otimização e economia de recursos quando contratados com técnica especializada nestes serviços. A referência é apresentada de forma que indique medidas de proteção ao contrato e a execução dos serviços e seus trabalhadores, conforme NR específicas. Foram indicadas além de iluminação de ruas



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

e logradouros, a iluminação de calçadas, parques, praças e orça marítima, incluindo refletores, Super postes e Luminárias Ornamentais, reduzindo a necessidade de contratação de serviços distintos por tipo e necessidade logística na prestação dos serviços. A receita anual com arrecadação das taxas apresenta condições aos custos das despesas com a manutenção anual da Iluminação Municipal, sendo os serviços estimados conforme quantitativo atualmente instalados.

O objeto trata-se de contratação de serviços a se fazer através de Licitação, na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, com fulcro na Lei nº 14.133/21.

Ademais, o valor encontra-se de acordo com o mercado local, conforme comprovado nas planilhas apresentadas pelo setor de engenharia do município.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Os quantitativos estipulados da prestação dos serviços discriminados no objeto foram baseados conforme levantamento realizado pelo Secretaria Municipal de obras da Prefeitura Municipal de Santa Inês - MA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
01	Serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês.	SV	01

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total estimado do Item: R\$ 5.637.422,38 (Cinco milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quatrocentos e vinte dois reais e trinta e oito centavos).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês.	SV	01	R\$ 5.637.422,38	R\$ 5.637.422,38

9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Os serviços são mensais, acompanhando o faturamento da receita orçamentária e o devido acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados, possibilitando a fiscalização, medidas de acompanhamento e avaliação do projeto e aplicação de medidas mitigadoras caso necessária.

Em regra, conforme a Lei no 14.133/21, o objeto deverá ser dividido em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.



O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrado, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto em itens.

10- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não estarão em vigência contratos correlatos de manutenção da rede de iluminação pública.

11- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; os serviços estão inclusos no Plano de Contratações Anuais – Exercício de 2024 da Prefeitura Municipal de Santa Inês – tratando-se de despesas de caráter continuado, inclusos e correlatos ao PPA e LDO em Vigência.

12- RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados esperados com essa contratação dizem respeito aos seguintes aspectos: Garantir o pleno atendimento do objeto com padrões de qualidade, eficiência e sustentabilidade;

Atender a preceitos legais e orientações vigentes;

Minimizar chances de inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgastes, custos ou prejuízo à Administração;

Garantir um ambiente adequado ao desenvolvimento das atividades fins e de suporte do Município, prestando os serviços que atendam a demanda institucional, alinhados à missão do órgão, considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia, para melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, bem como os princípios de desenvolvimento nacional sustentável;

Proporcionar um serviço de boa qualidade aos munícipes à luz do princípio da dignidade humana bem como às estratégias contemporâneas de motivação dos recursos humanos, focando no bem-estar dos moradores deste município, conforme o princípio constitucional da eficiência;

Por fim, com esta contratação pretensa, espera-se a continuidade dos serviços prestados aos munícipes que são impactados com as ações de modo contínuo sem risco de interrupção nas diversas atividades atendidas pelo Município.

13- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.



14- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

O Plano de Risco da proposta de contratação verifica os itens dos quais são passíveis os impactos ambientais, havendo obrigações junto a contratada do devido encaminhamento dos resíduos da prestação de serviços, com termo de destinação final dos resíduos, inclusive com local regular e autorizado pelos órgãos ambientais do Município e do Estado.

A contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT;

15- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16- JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Existe viabilidade técnica, orçamentária e financeira para execução da contratação dos serviços, com proposta de possibilidade de prorrogação do prazo, conforme interesse da administração, ampliando os serviços e mantendo valores e custos de mercado, viabilizando a execução de serviços continuados quando apresentar qualidade e eficiência, com maior sustentabilidade de preços e de gestão dos serviços. E o pregão é a melhor solução para contratação de serviço necessários em conformidade com a lei 14.133/2021

Santa Inês- MA, 05 de fevereiro de 2024.

Alan Martins Alves
Secretário Municipal de Obras



ANEXO II
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº/202X

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/... ,
QUE FAZEM ENTRE SI , POR
INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

Pelo presente contrato que celebram entre si, de um lado O Município de Santa Inês-MA, por intermédio da Secretaria Municipal de _____, situada na _____, Localizada na **Av. Luiz Muniz nº 1005 – Centro – Santa Inês - MA**, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____ SSP/MA e do CPF nº _____, doravante denominada CONTRATANTE e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../... , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa especializada para realização de serviços regulares de manutenção preventiva e corretiva, melhoria, ampliação e acompanhamento integral com fornecimento de material para sistema de iluminação pública do município de Santa Inês - MA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

2.2. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados a partir da data de assinatura do contrato prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luís Muniz, 1005 - Centro

Santa Inês - MA

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro
Santa Inês - MA

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. Multa:

11.3. Moratória de 20% (vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



Estado do Maranhão
Prefeitura Municipal de Santa Inês

Avenida Luis Muniz, 1005 - Centro

capítulo e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
02.	PODER EXECUTIVO
25 752	Energia Elétrica
25.752.0015	Iluminação Pública Eficiente para Todos
25.752.0015.2051.0000	Manutenção e Ampliação dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.39	Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
1.500.00.001.001	Recursos Próprios do Município

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bemcomo no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Inês-MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato administrativo foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Santa Inês-MA xx, de xxxxxxxxxxxx de 2024,

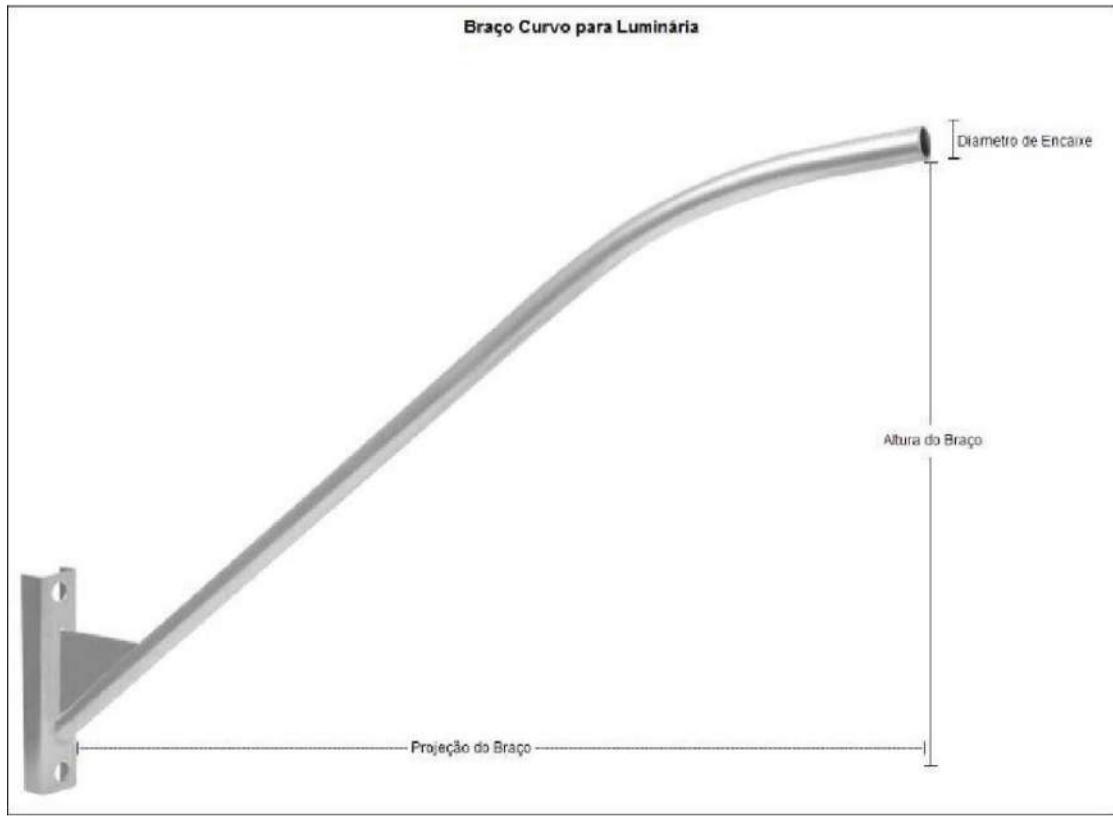
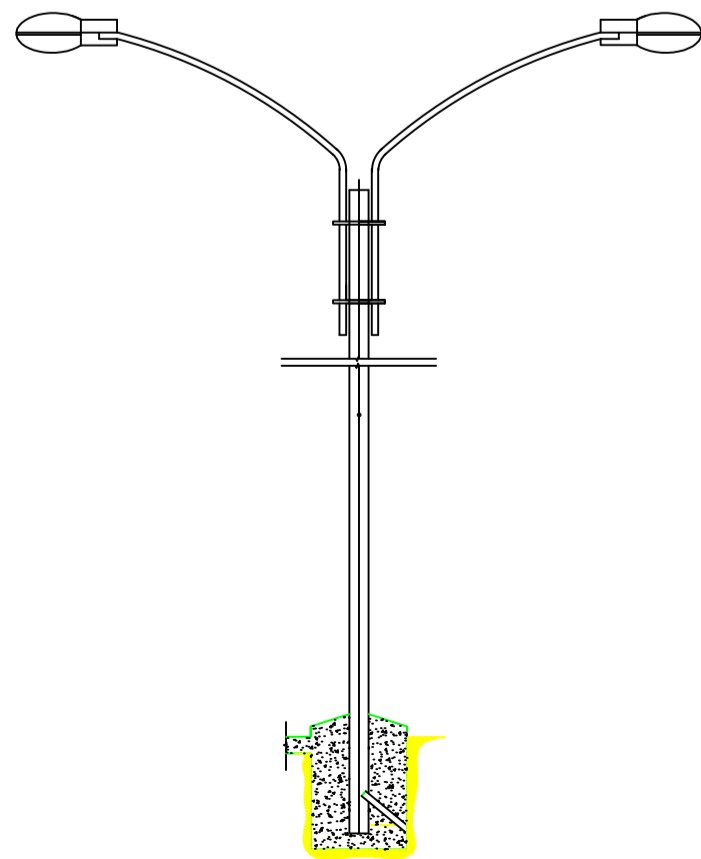
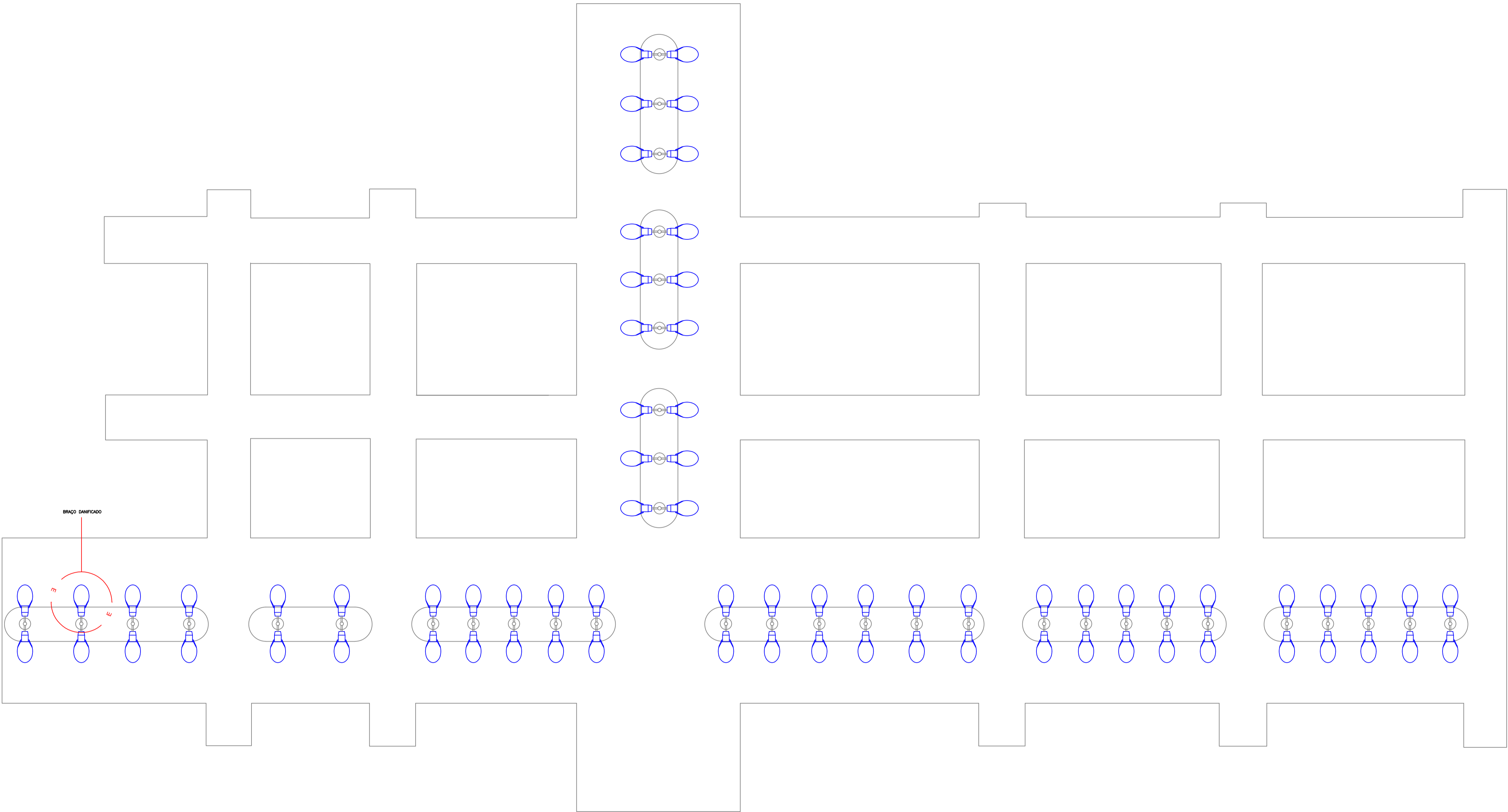
Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	62
	Braço Ornamental - 4 metros	62

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
que
CRESCER

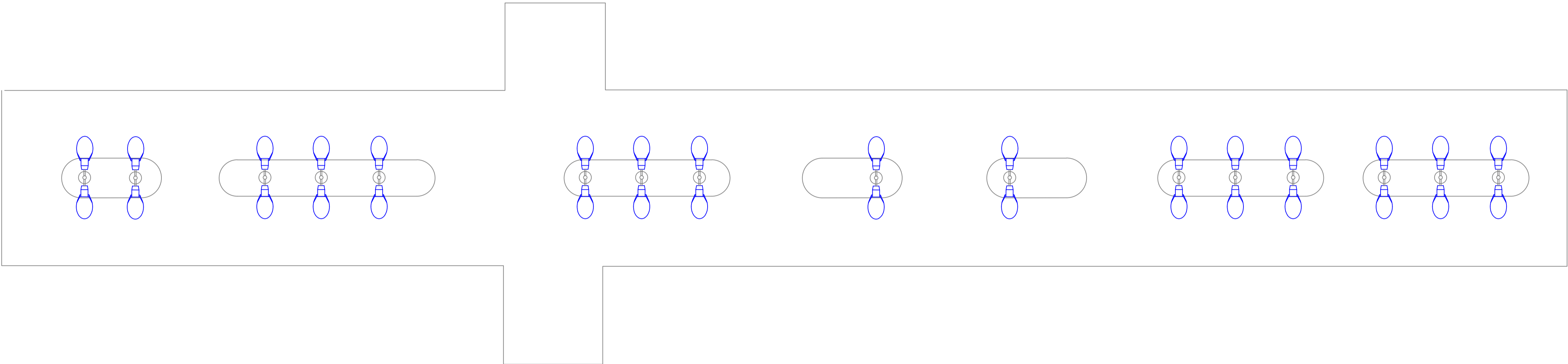
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

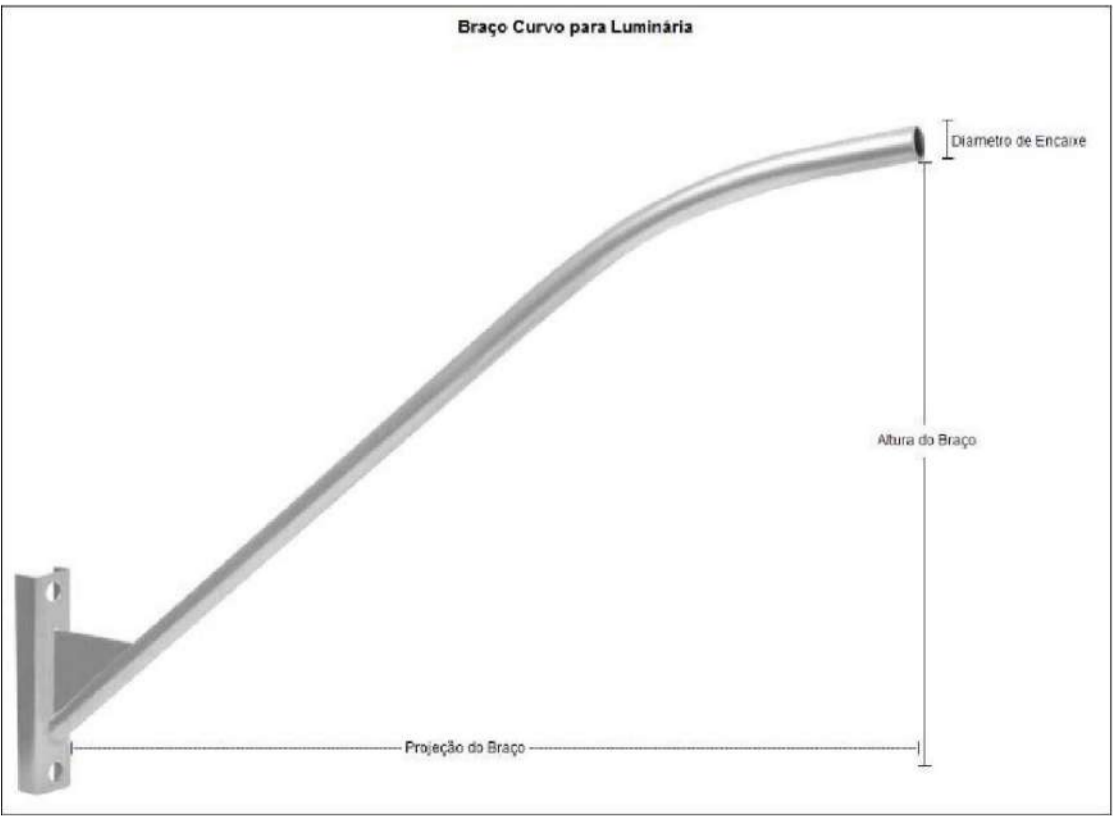
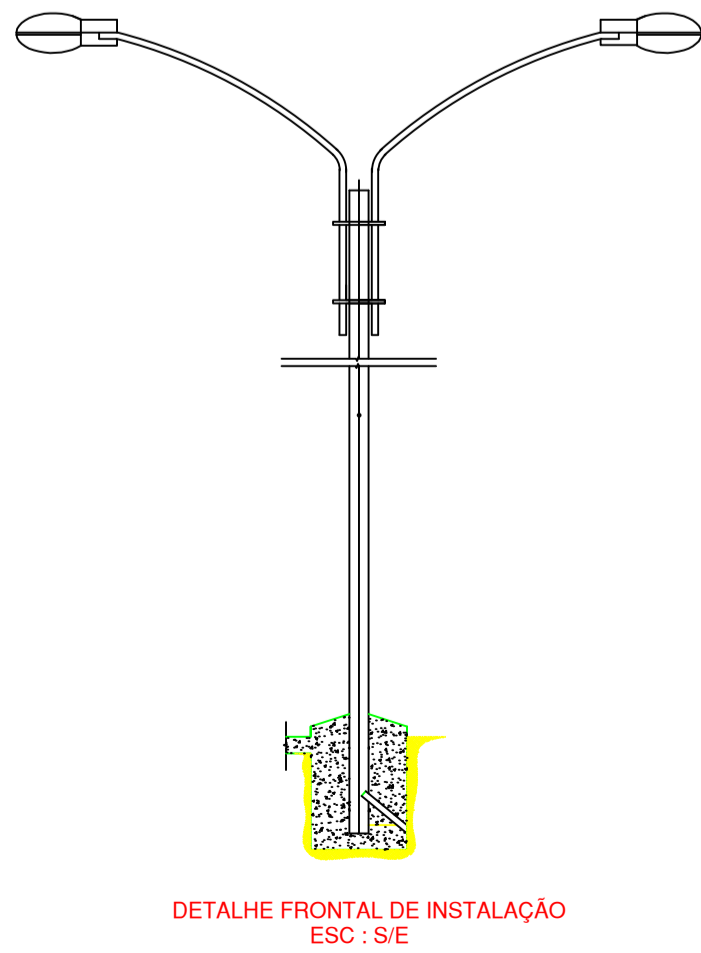
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO JARDIM BRASILIA
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	32
	Braço Ornamental - 4 metros	32



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

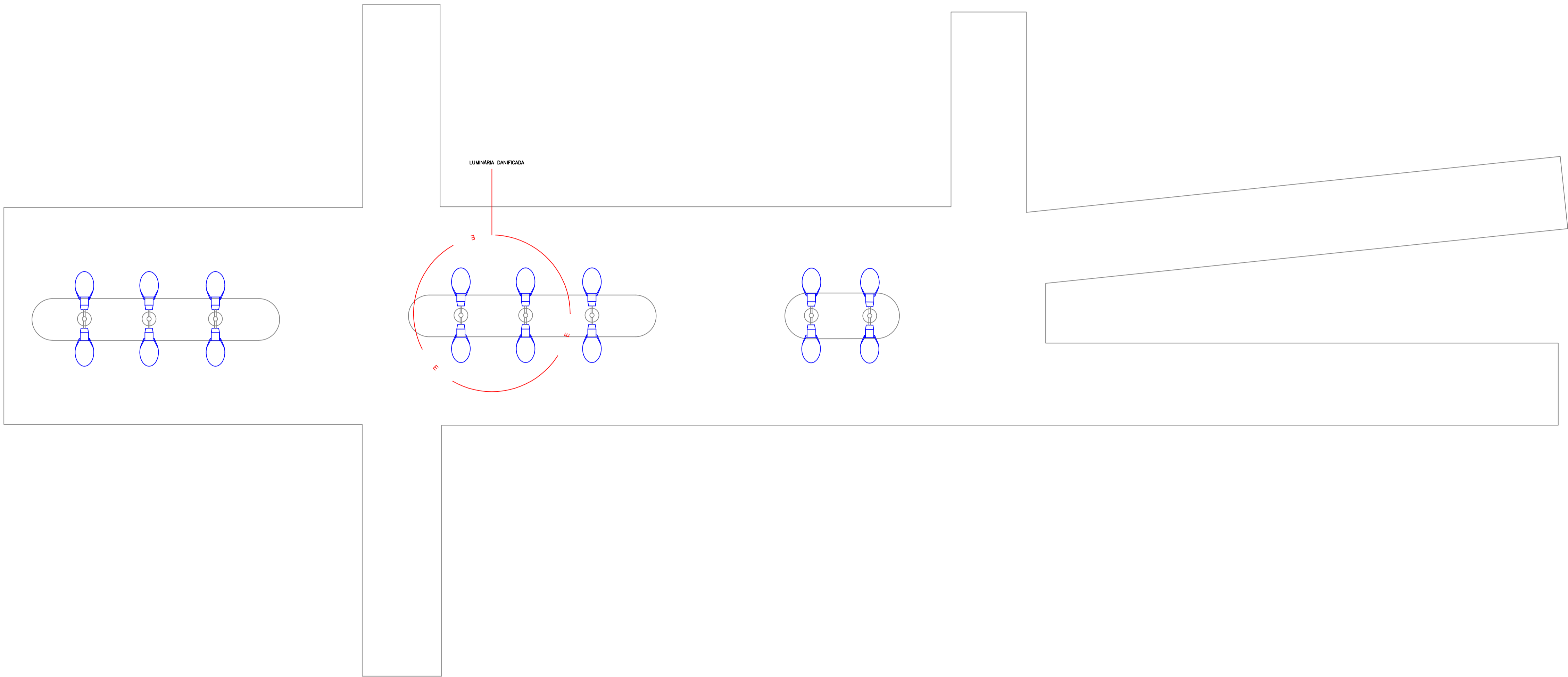
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº

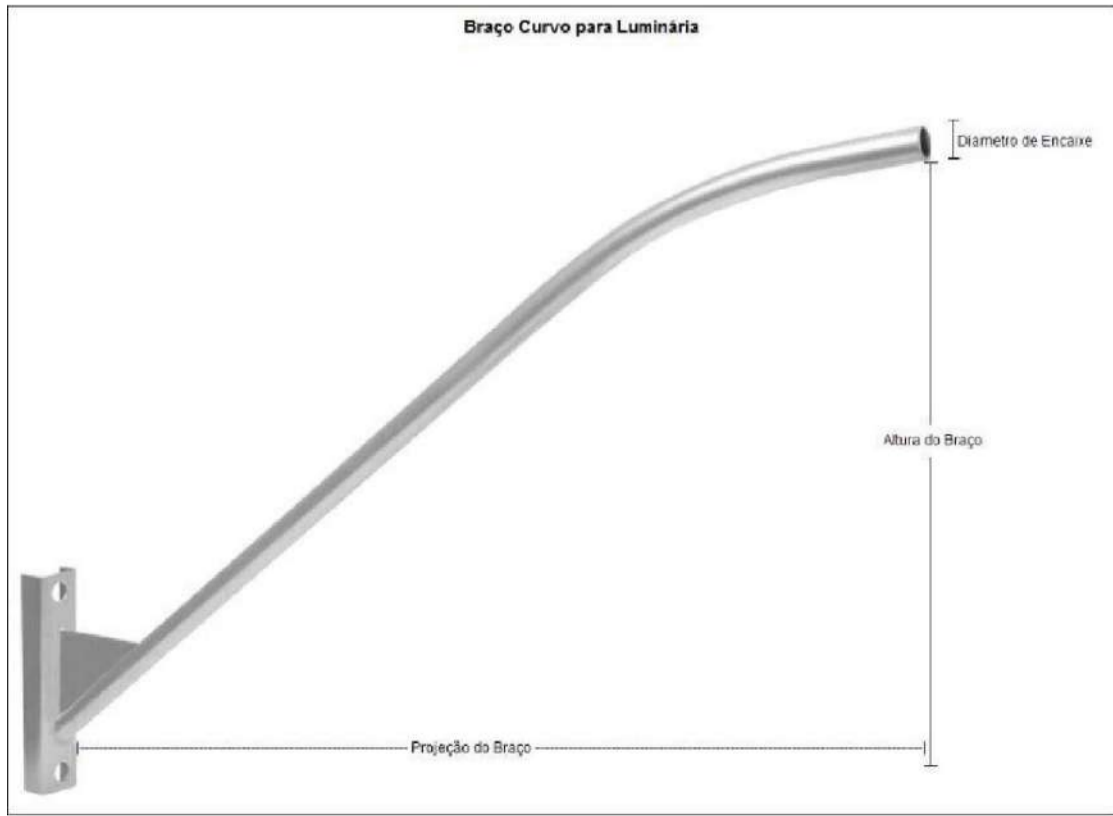
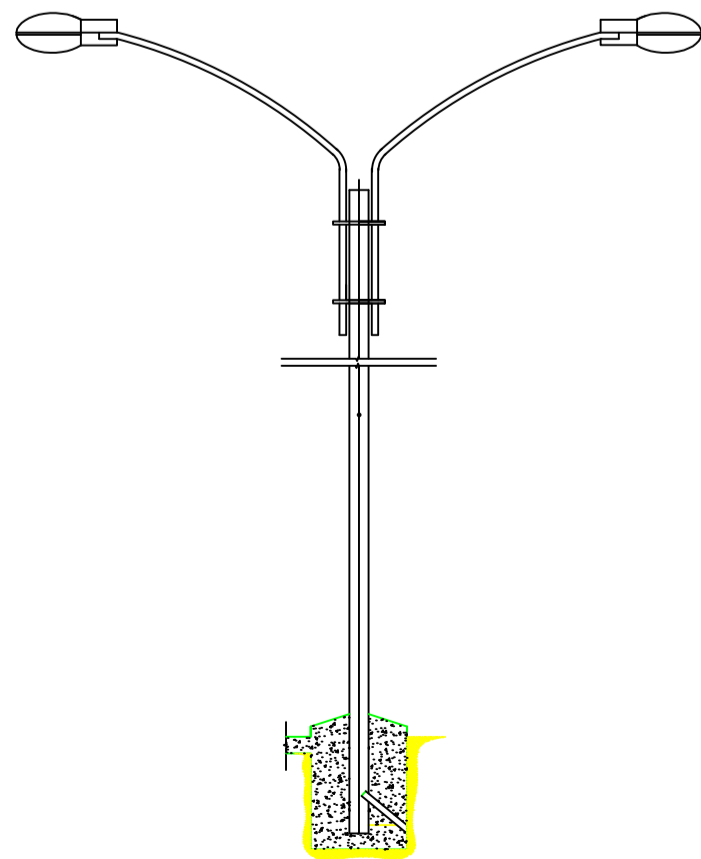


ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO
TITULO DO DESENHO BAIRRO JARDIM BRASILIA Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	16
	Braço Ornamental - 4 metros	16



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA DE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

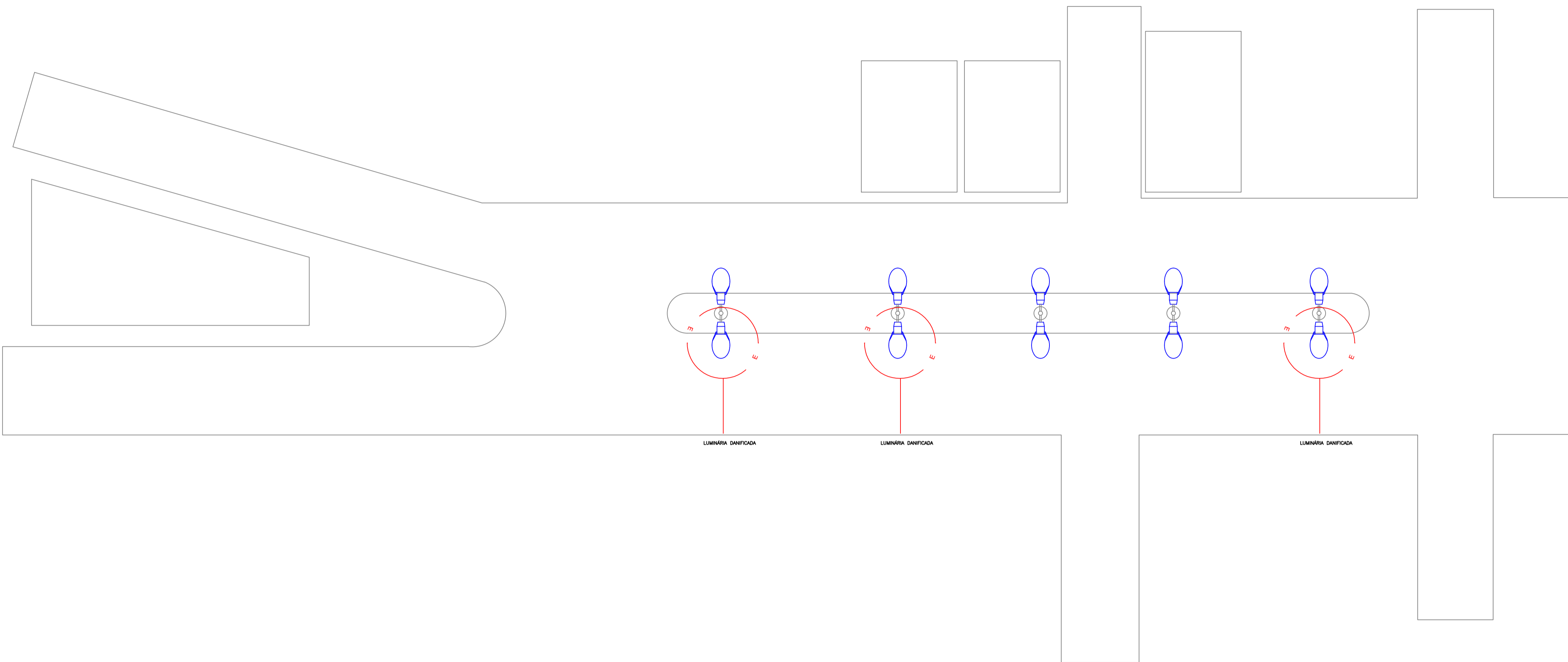
TÍTULO DO DESENHO
AV. PEDRA BRANCA

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

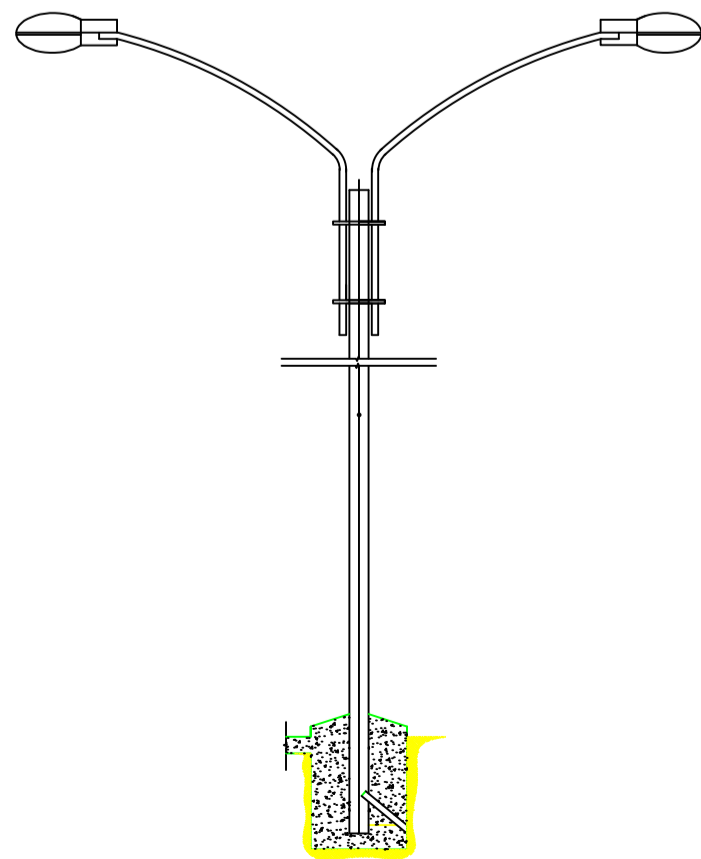
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

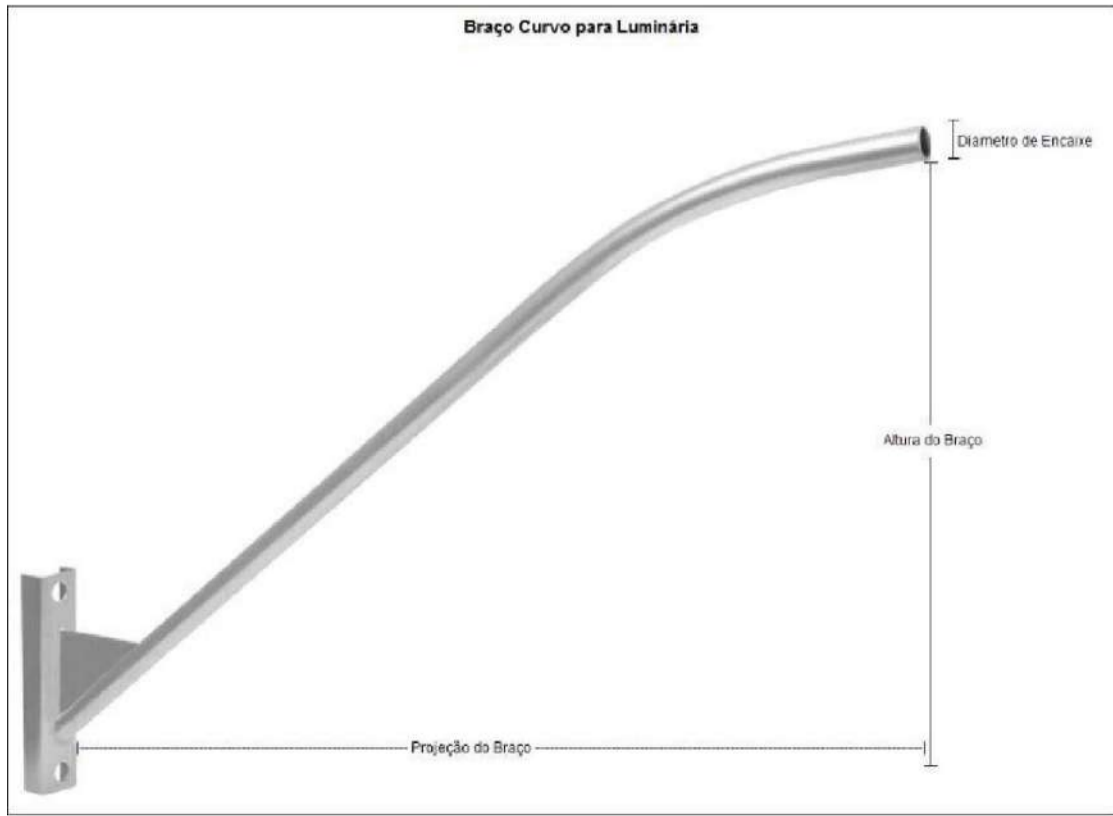
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 150w com Relê Embutido	10
	Braço Ornamental - 4 metros	10



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



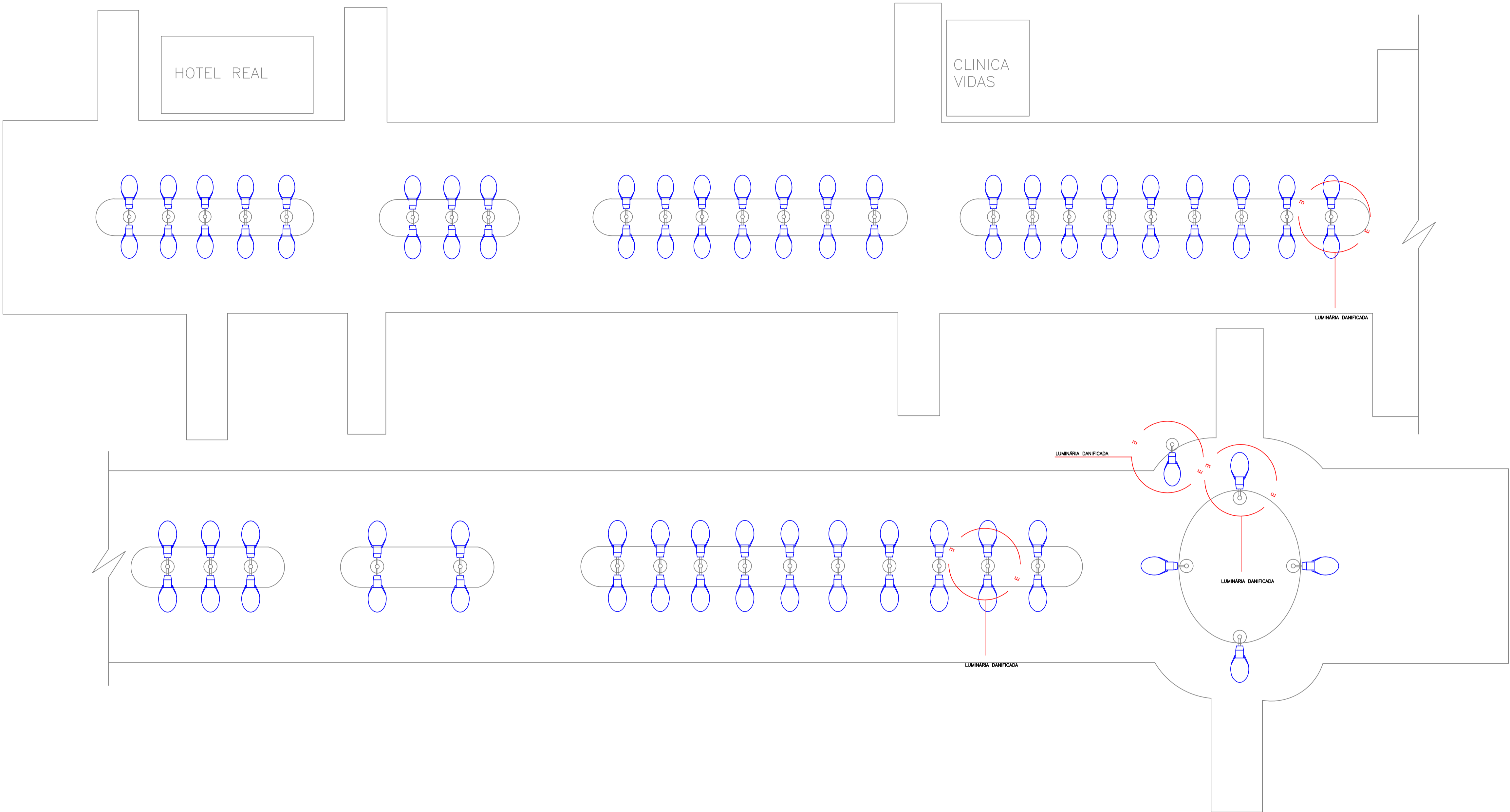
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

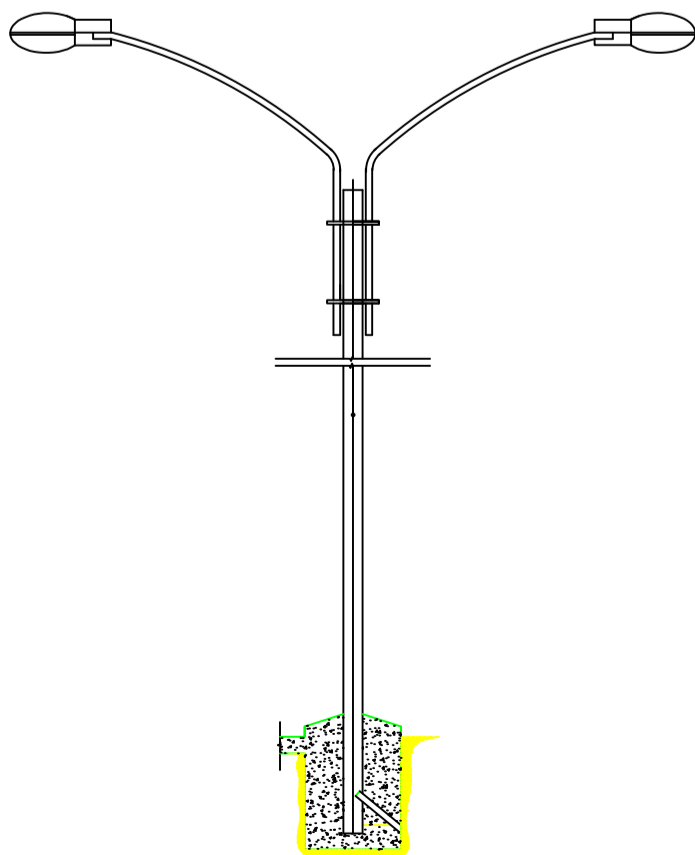
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT
TÍTULO DO DESENHO Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	FASE P. EXECUTIVO
	ESCALA
	S/E
	DATA
	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

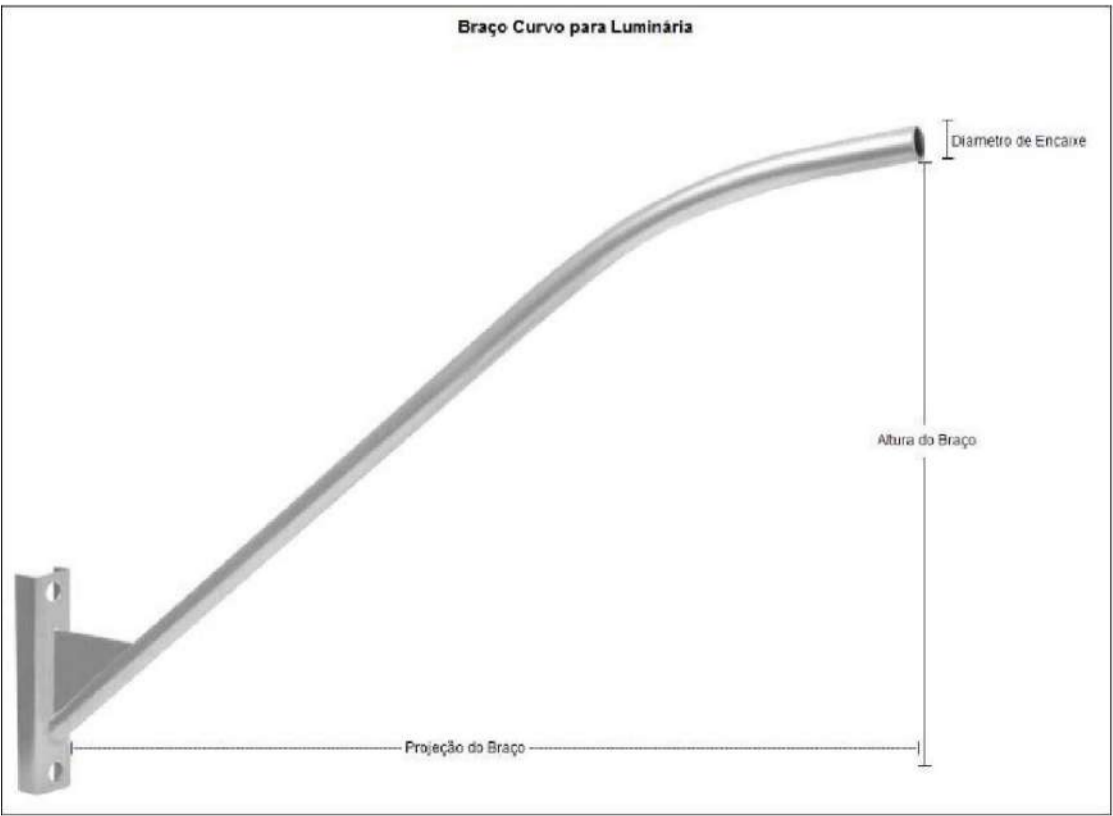
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embulido	88
	Braço Ornamental - 4 metros	88



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR -
PROJETISTA	PROJETISTA
DESENHISTA	DESENHISTA
FOLHA Nº	

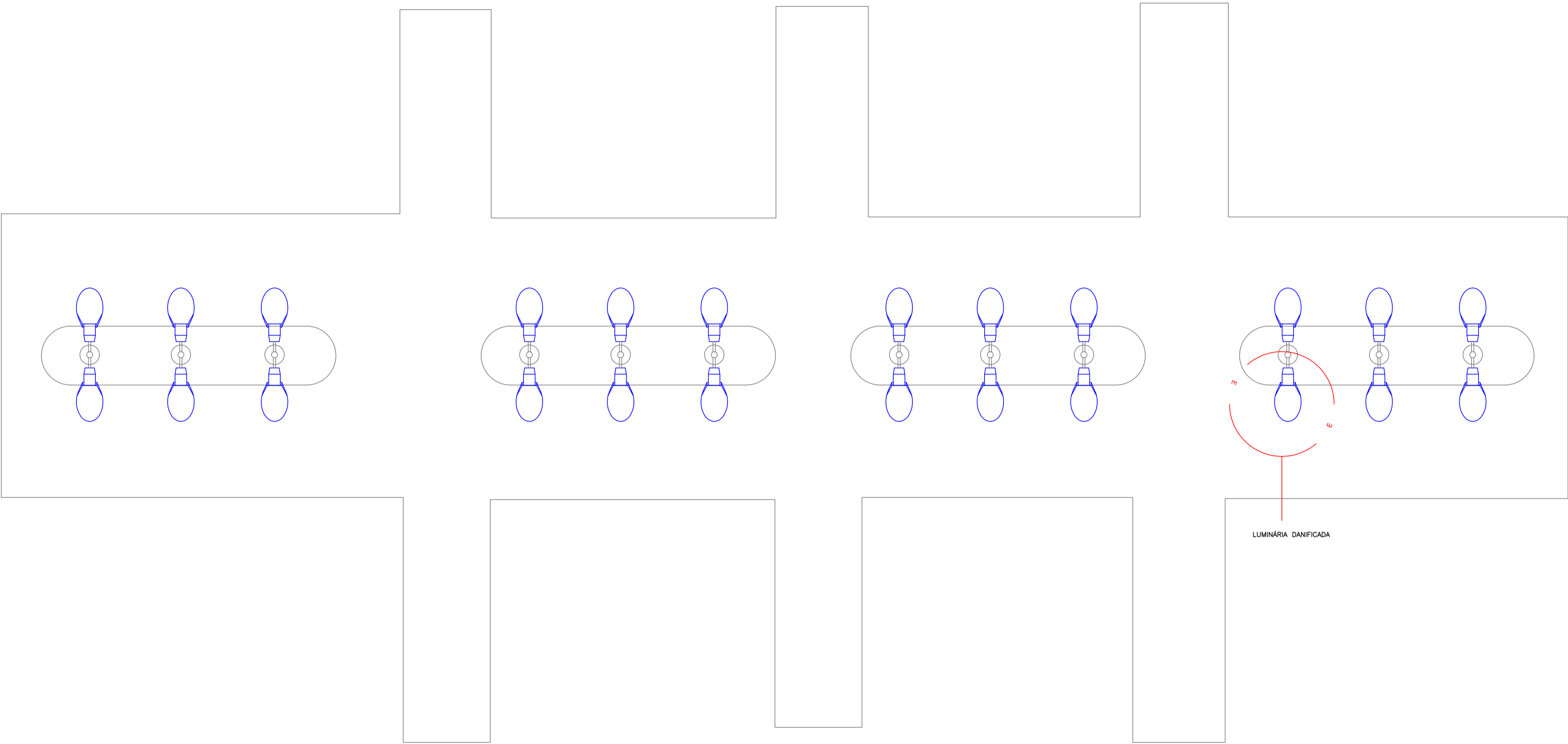


TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
TÍTULO DO DESENHO	FASE
BAIRRO VILLA MILITAR AV. DAS LARANJEIRAS	P. EXECUTIVO
Iluminação Pública	ESCALA
Detalhamento dos pontos de iluminação	S/E
	DATA
	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relé Embulido	24
	Braço Ornamental - 4 metros	24

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
FOLHA Nº	



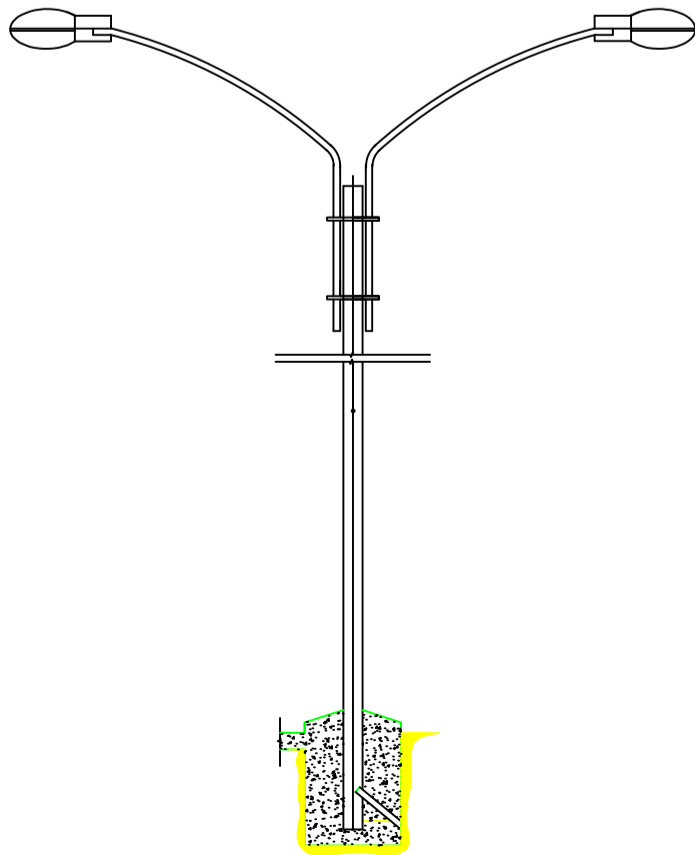
TECNOLOGIA DE
CRESCE

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

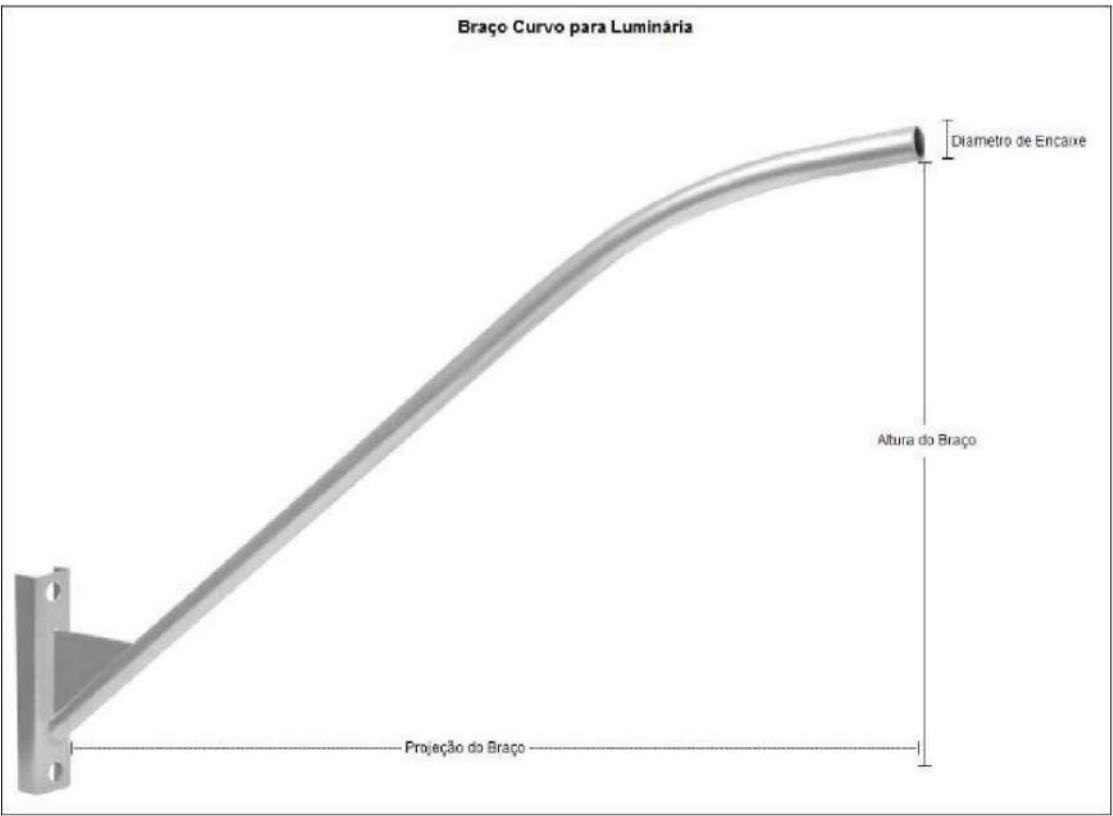
ELE
001

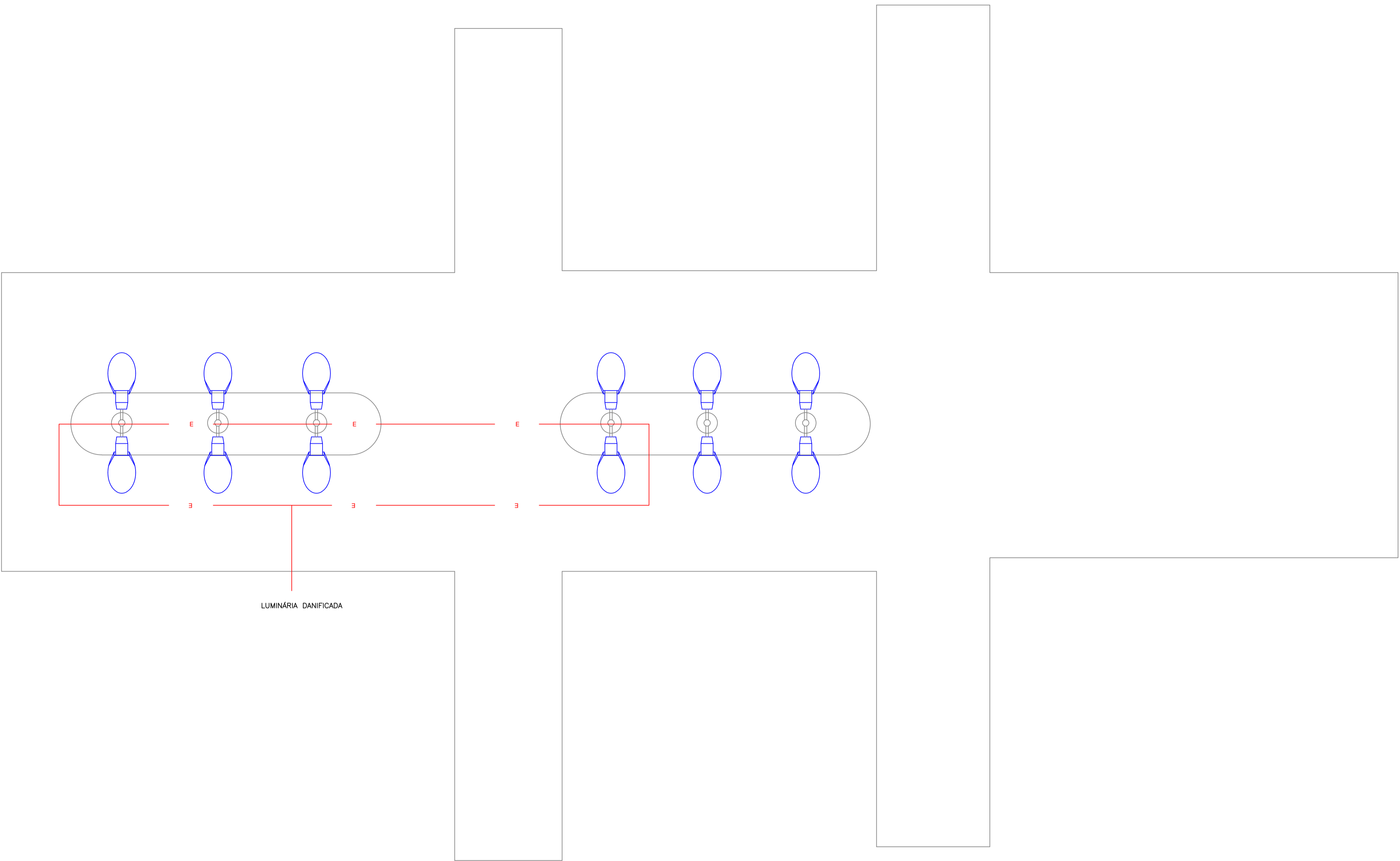
EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO ESCALA
TÍTULO DO DESENHO BAIRRO CENTRO - RUA DO MERCADO MUNICIPAL Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS

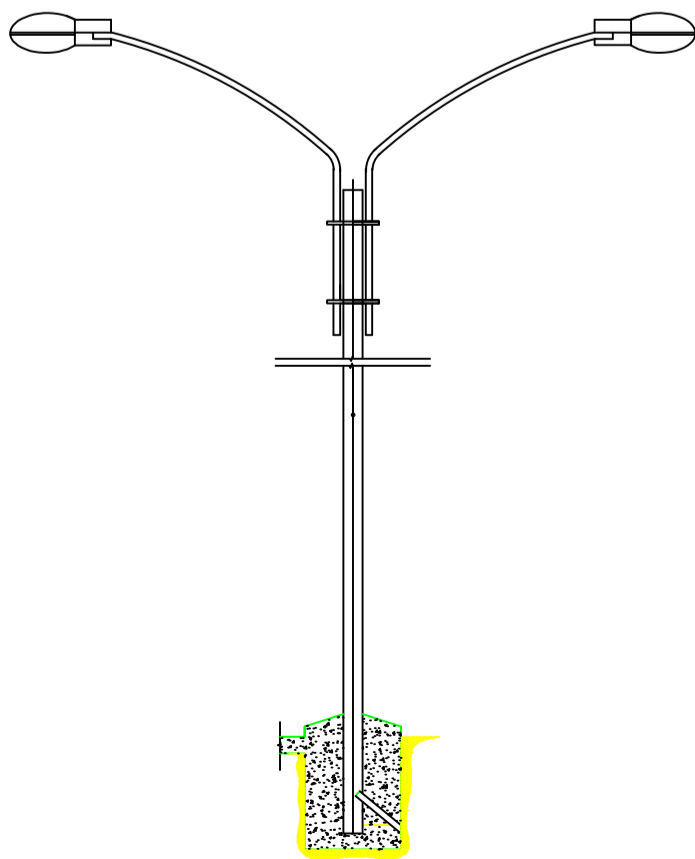


DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E

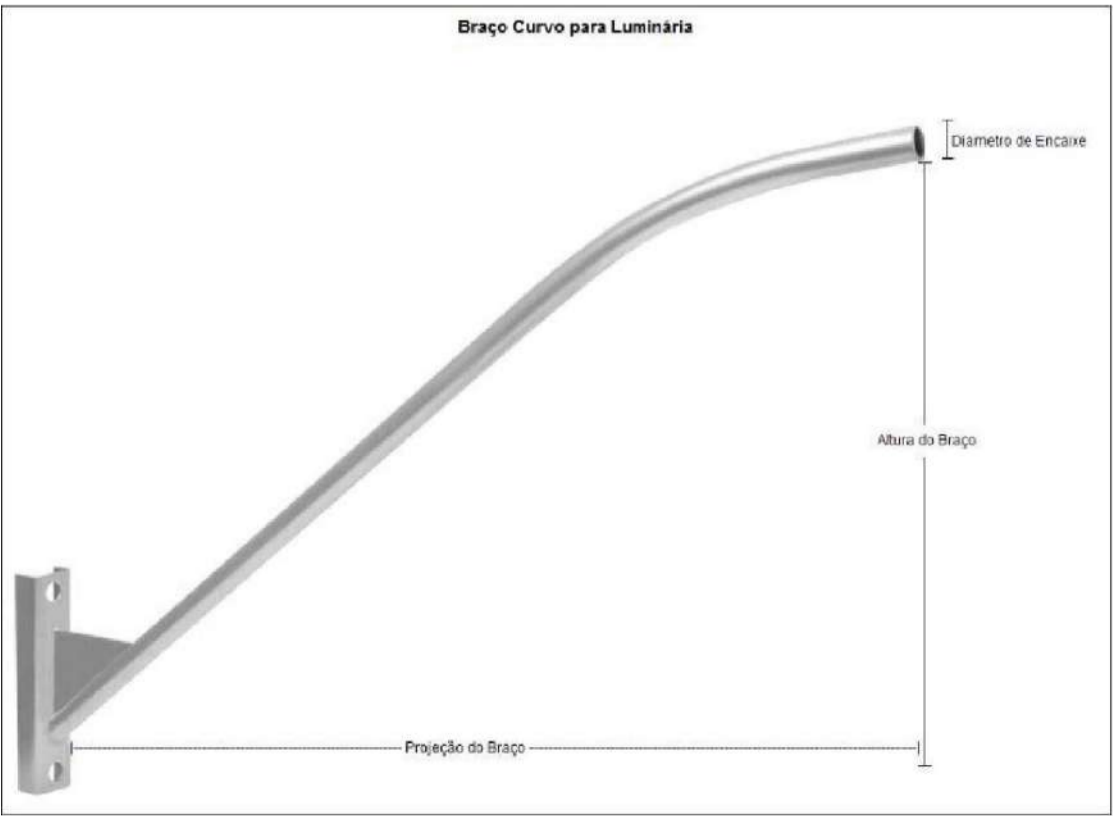




LUMINÁRIA DANIFICADA



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB

LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Refle Embulido	12
	Braço Curvo - 2 metros	12

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

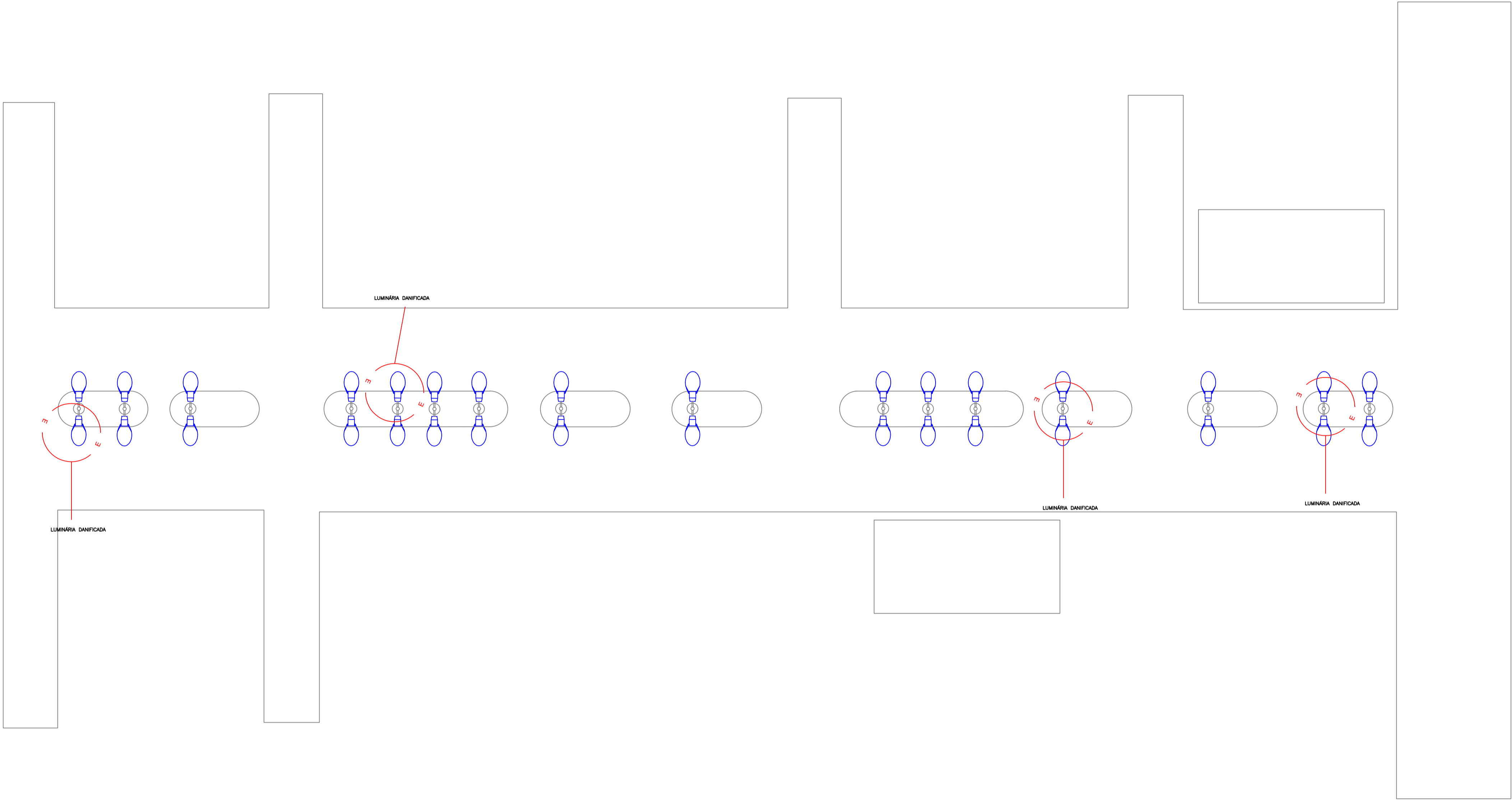
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

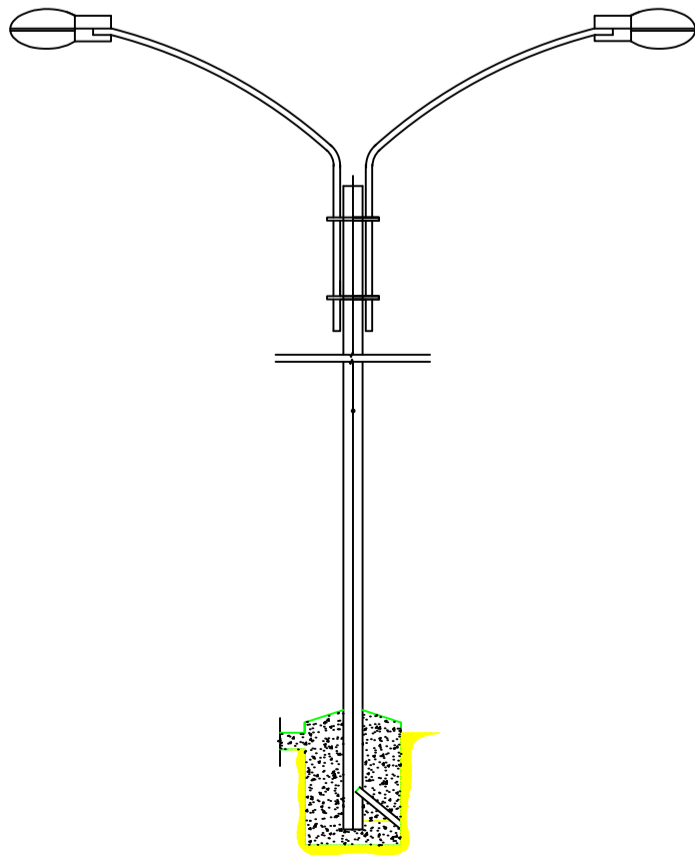
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO SANTO ANTONIO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

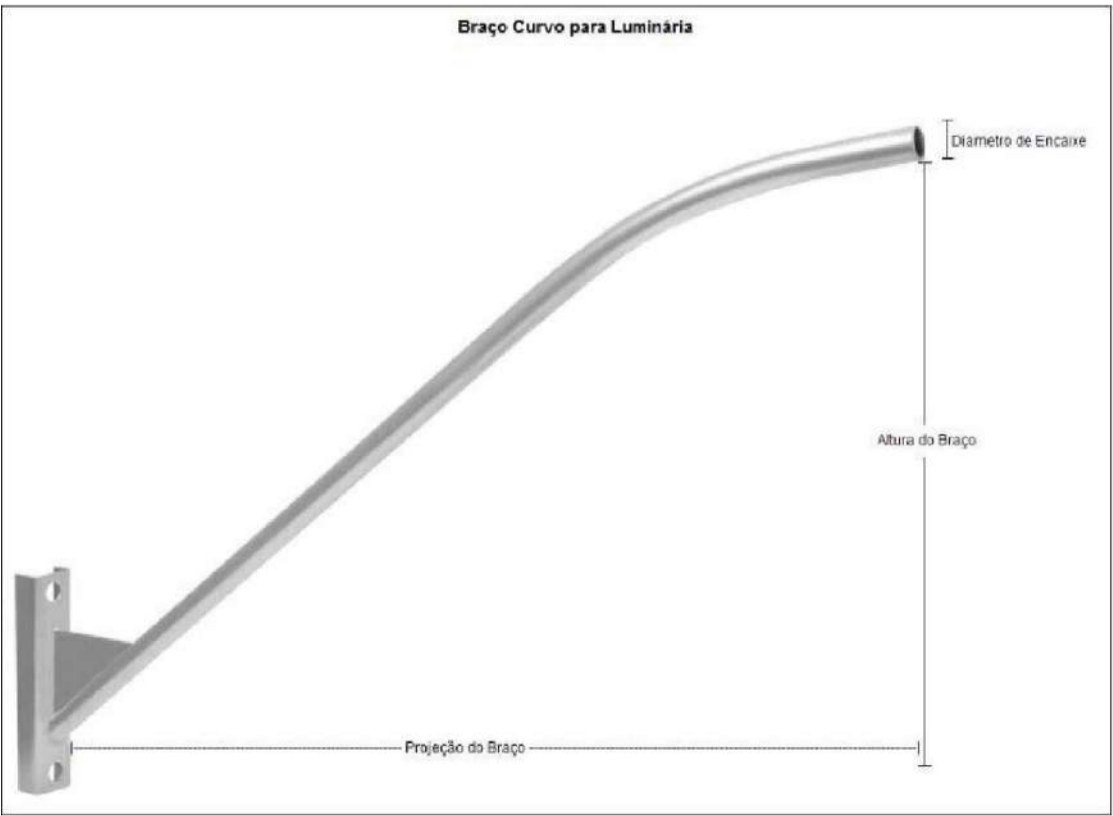
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	32
	Braço Ornamental - 4 metros	32



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

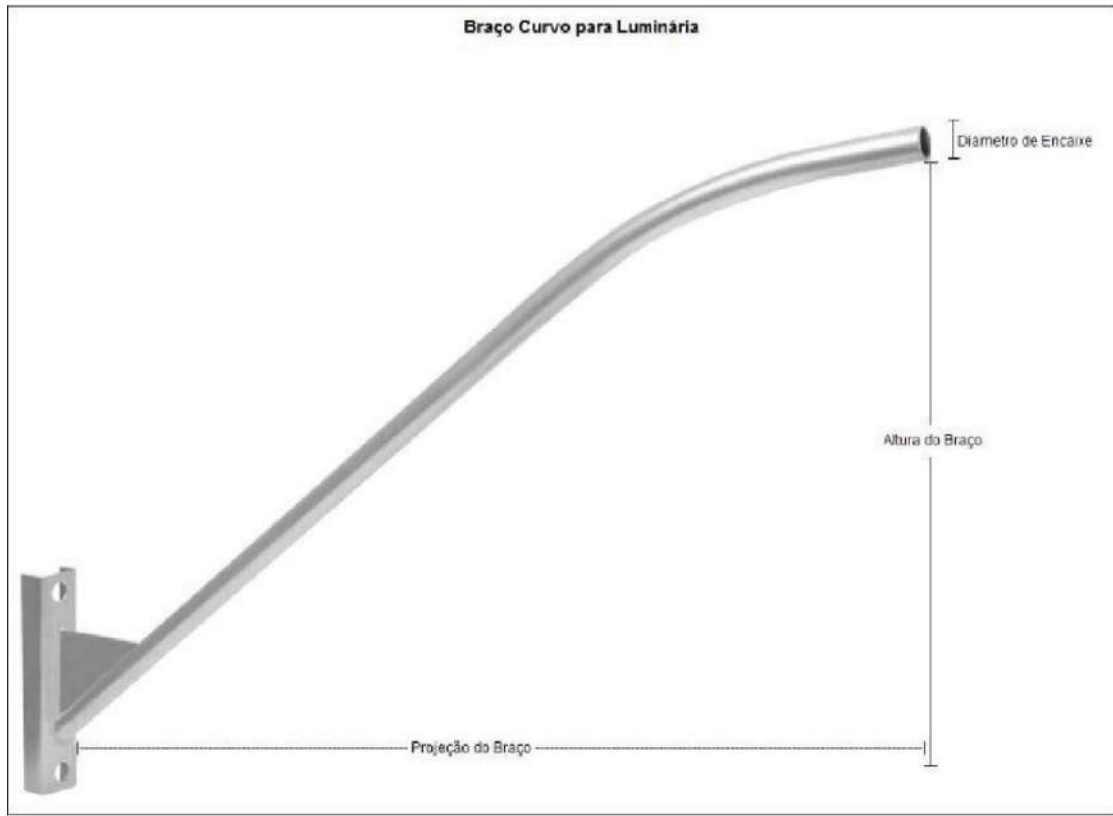
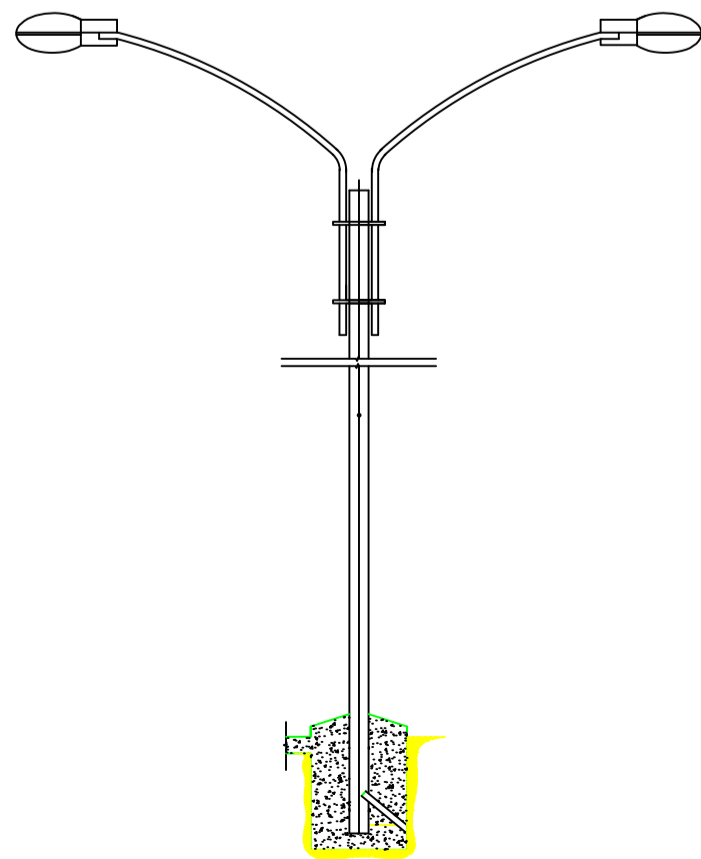
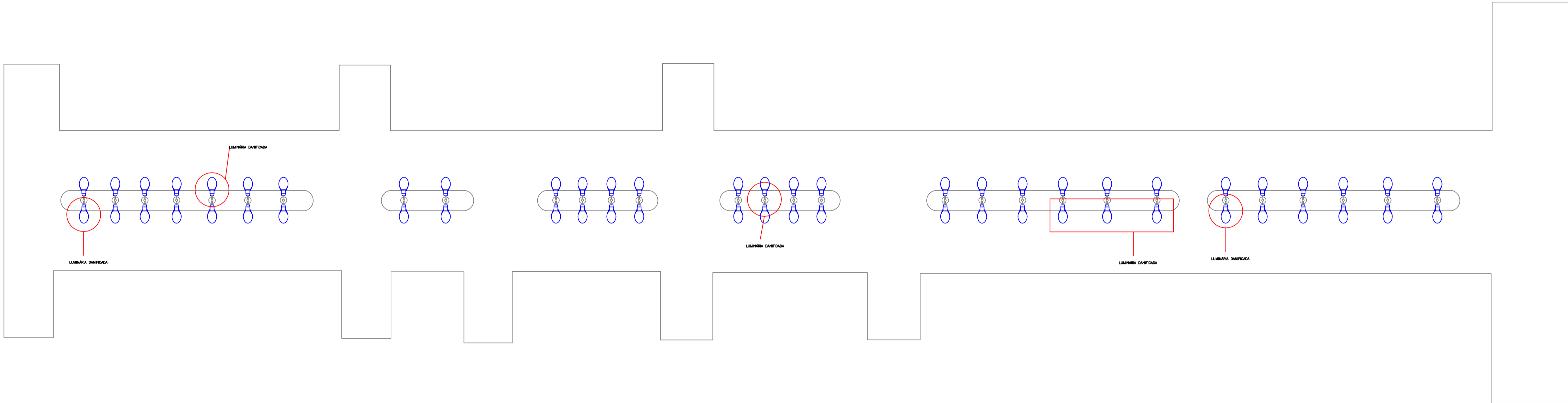
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO DA PALMEIRA - AV. PALMEIRA
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	58
	Braço Ornamental - 4 metros	58

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

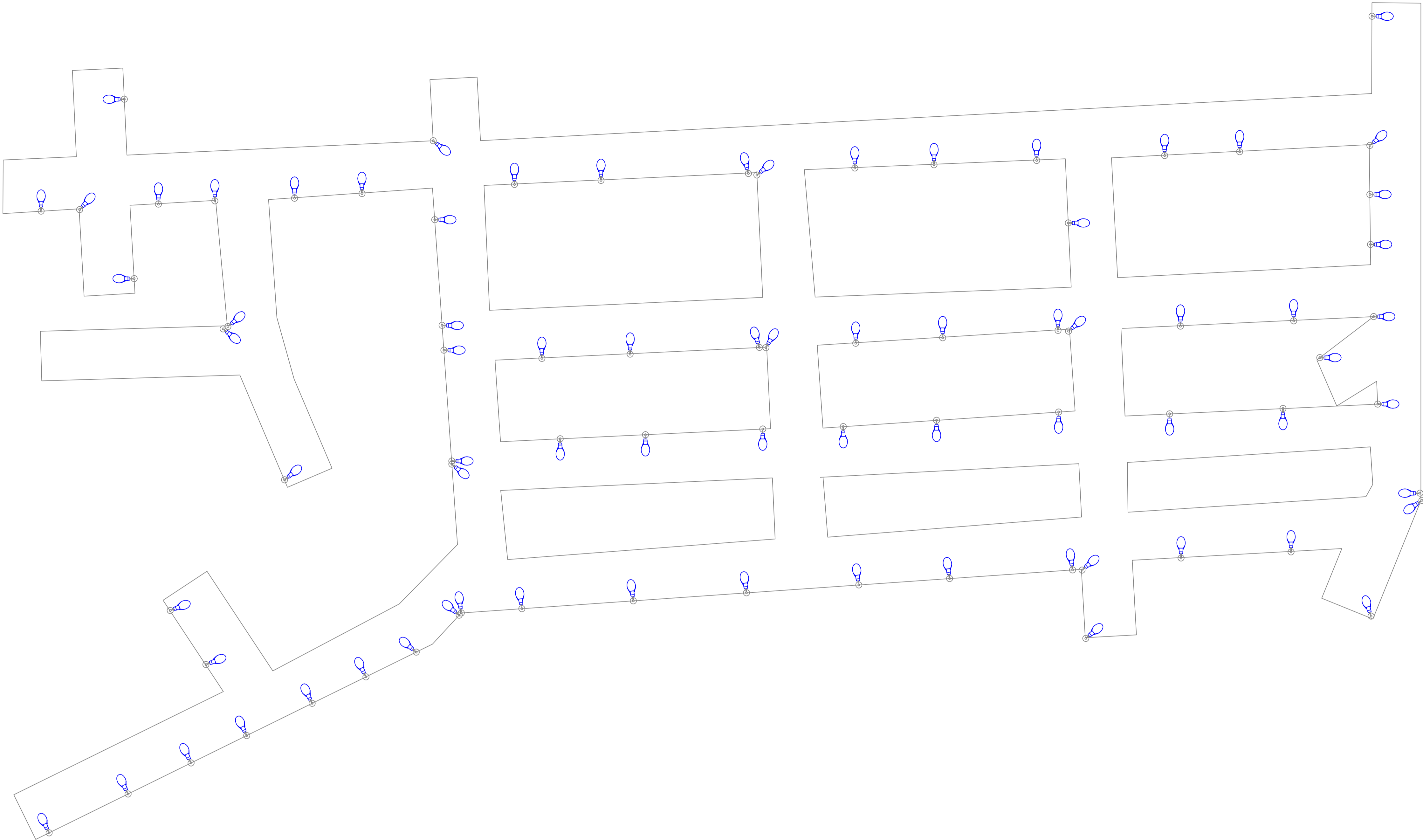
PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

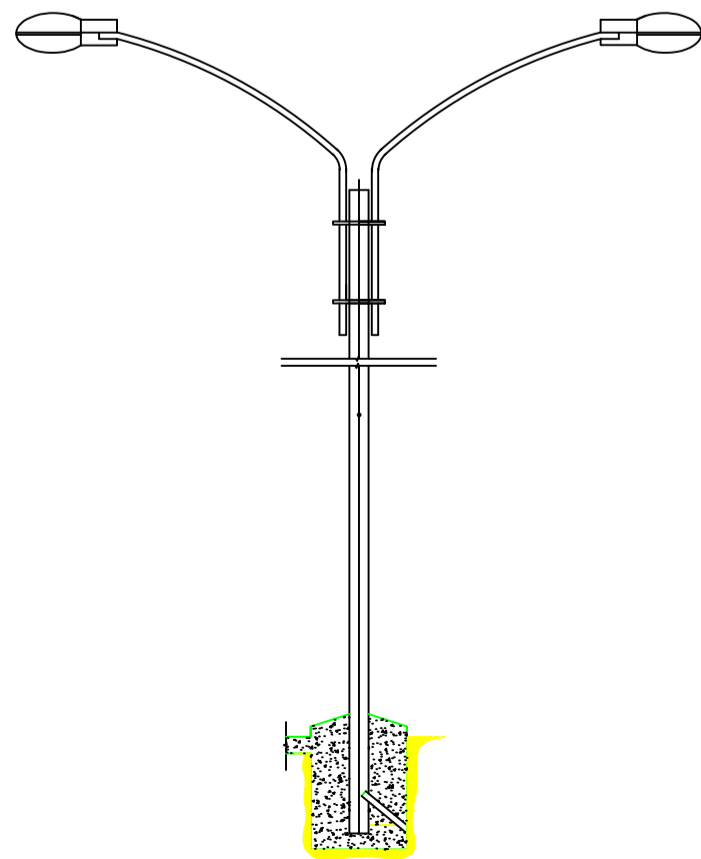
PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



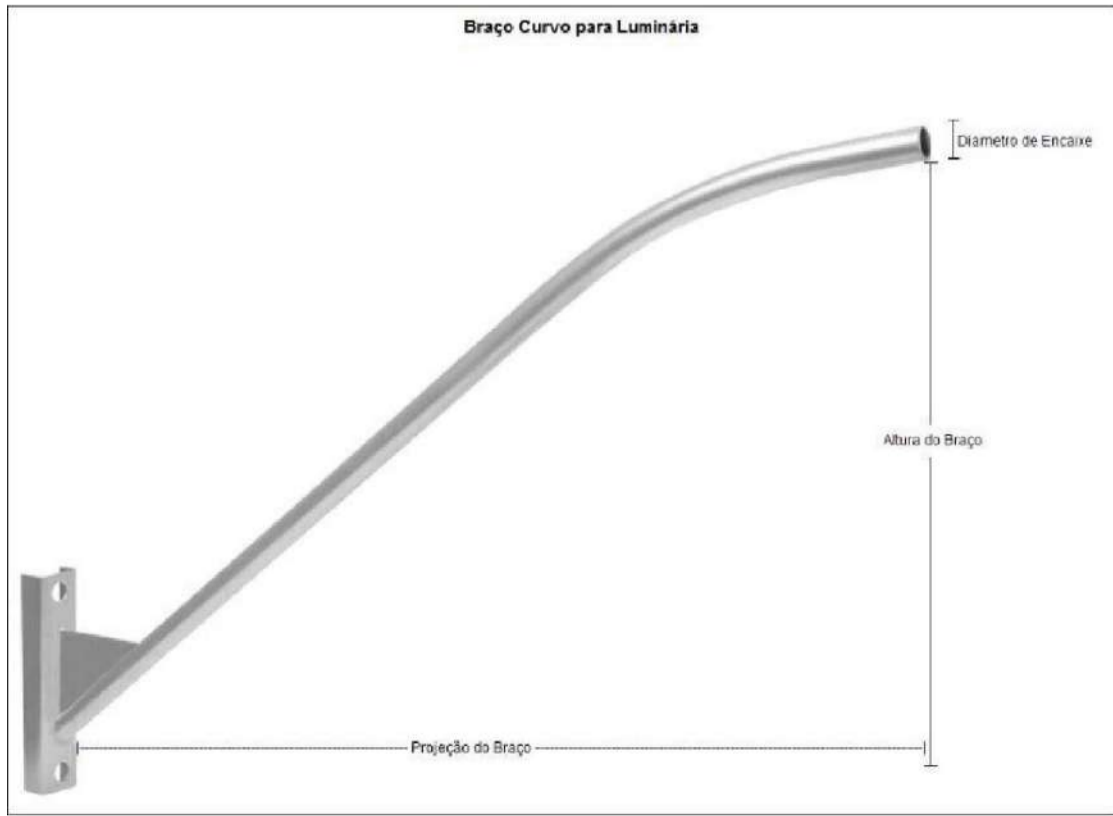
EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO
TITULO DO DESENHO BAIRRO CENTRO - RUA DO BAMBU Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública 50w com Relê Embulido - LED - SMD OU COB	75
	Braço Curvo - 2 metros	75



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

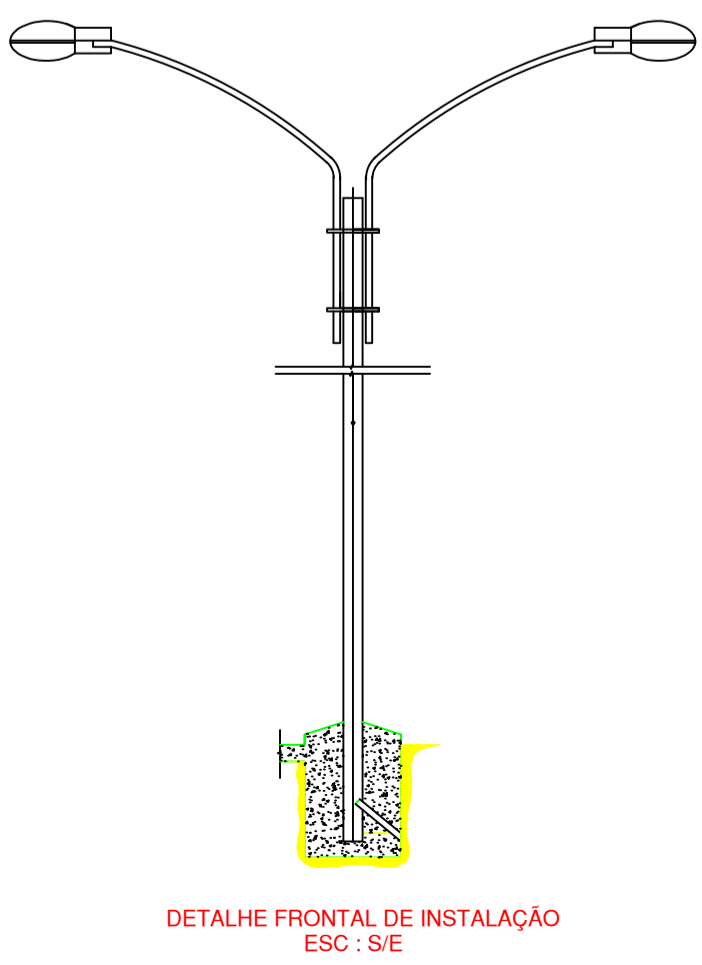
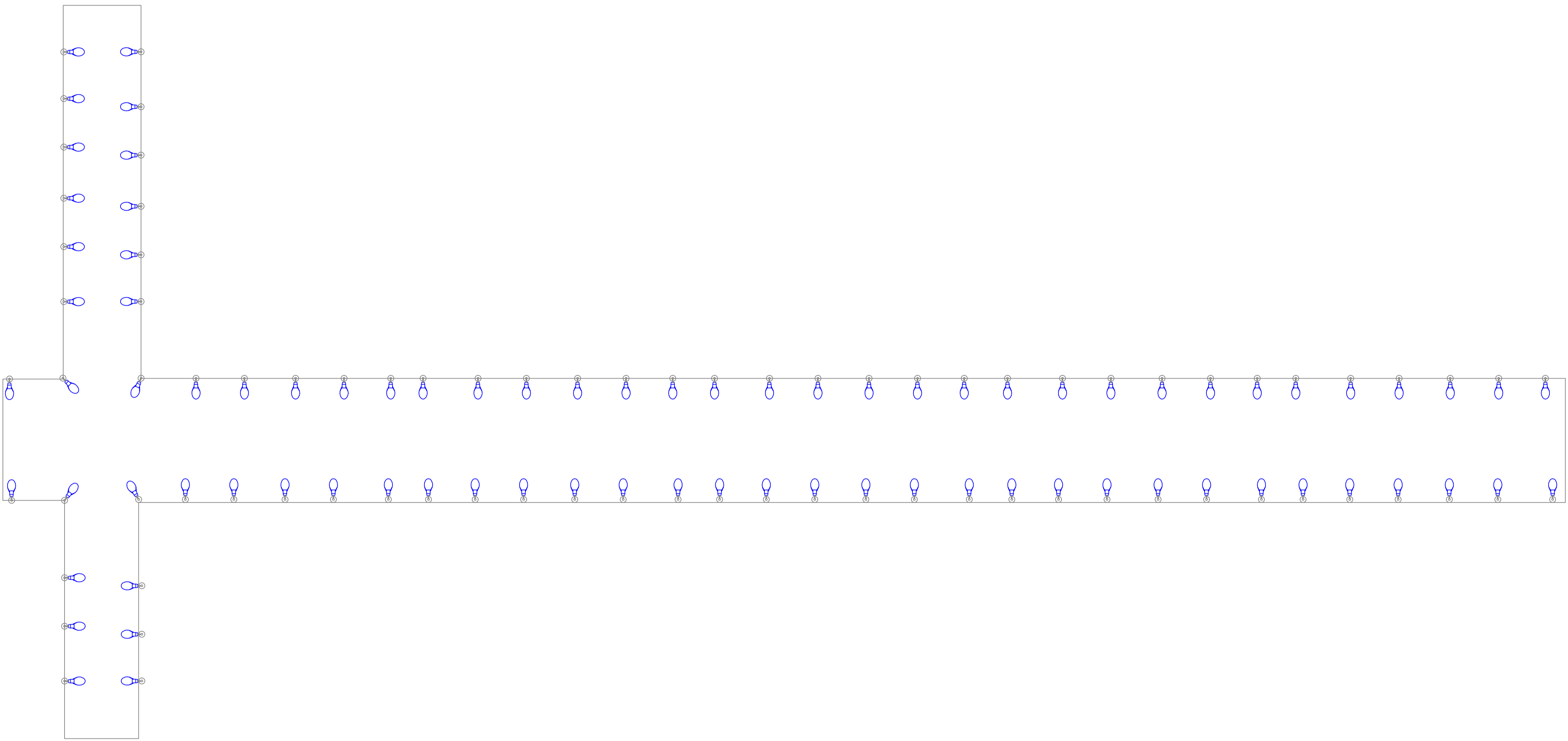
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

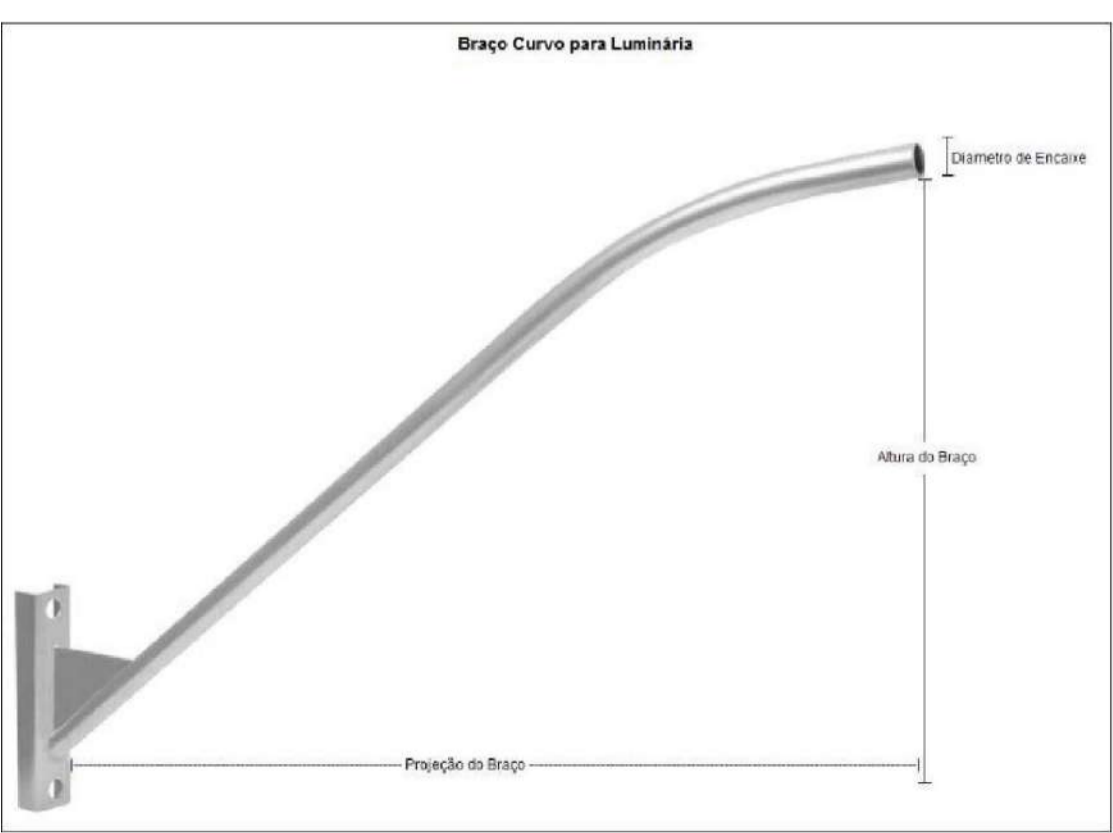
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
VILA EDMUNDO RIOS
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	82
	Braço Curvo - 2 metros	82

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº

PROJETO
AS BUILT

FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E

DATA
03/02/2024

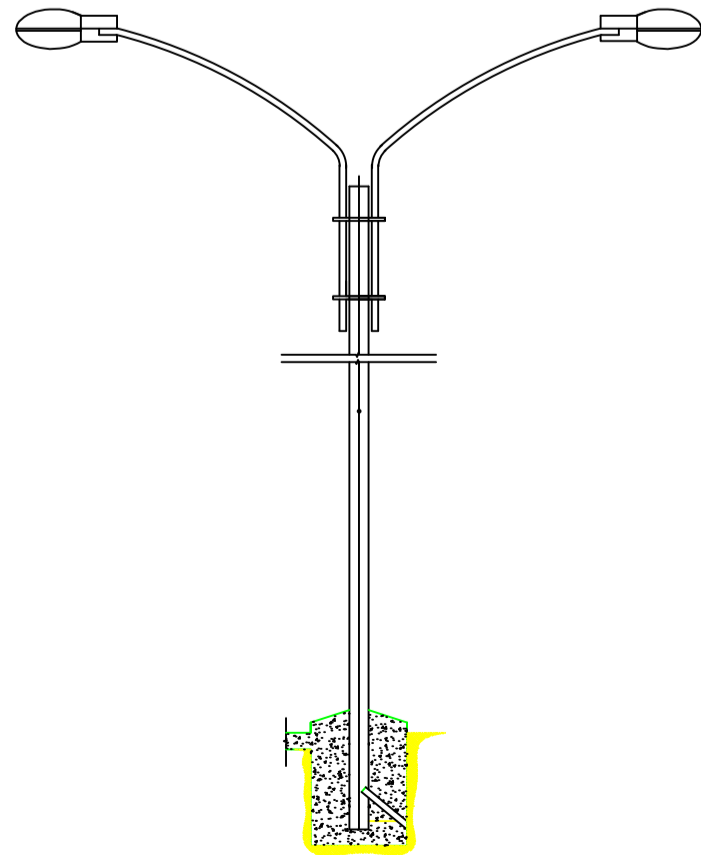
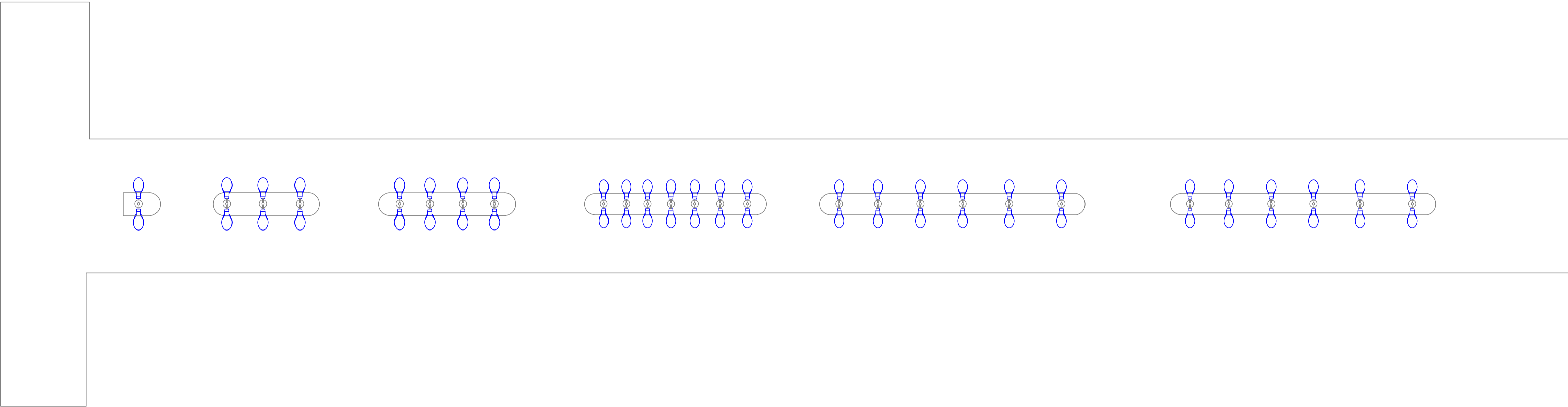
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

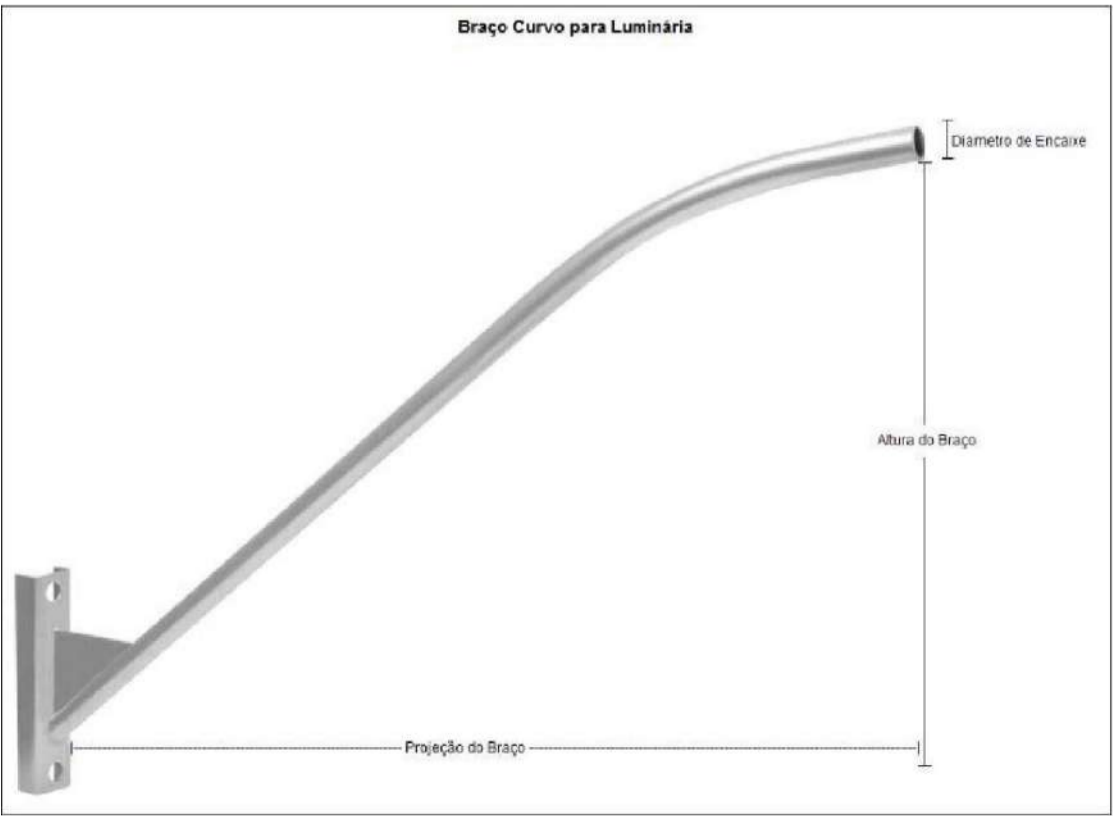
TÍTULO DO DESENHO
COLINAS PARQUE - AV. COLINAS PARQUE

Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embulido	54
	Braço Ornamental - 3 metros	54

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



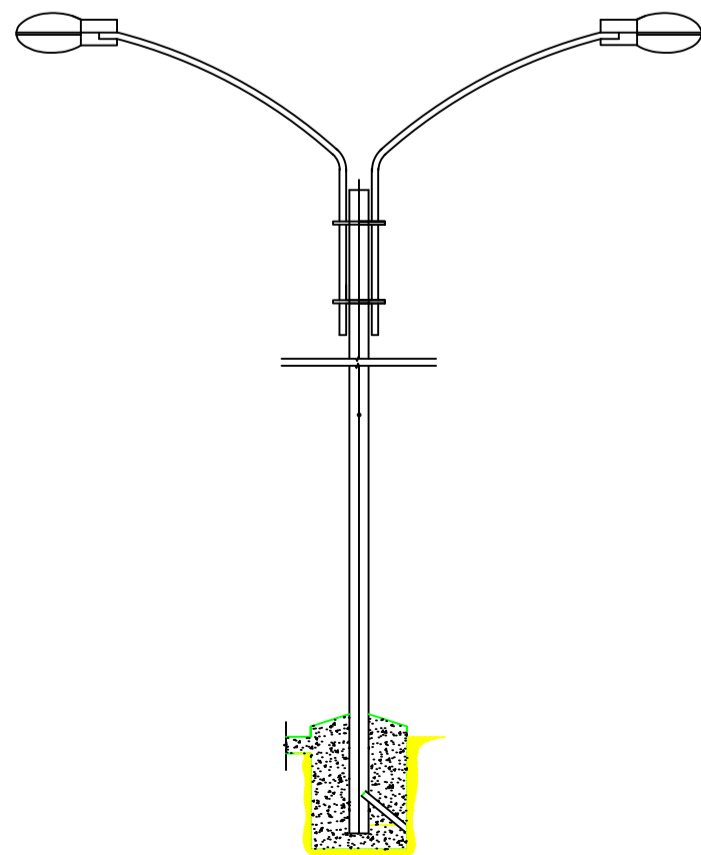
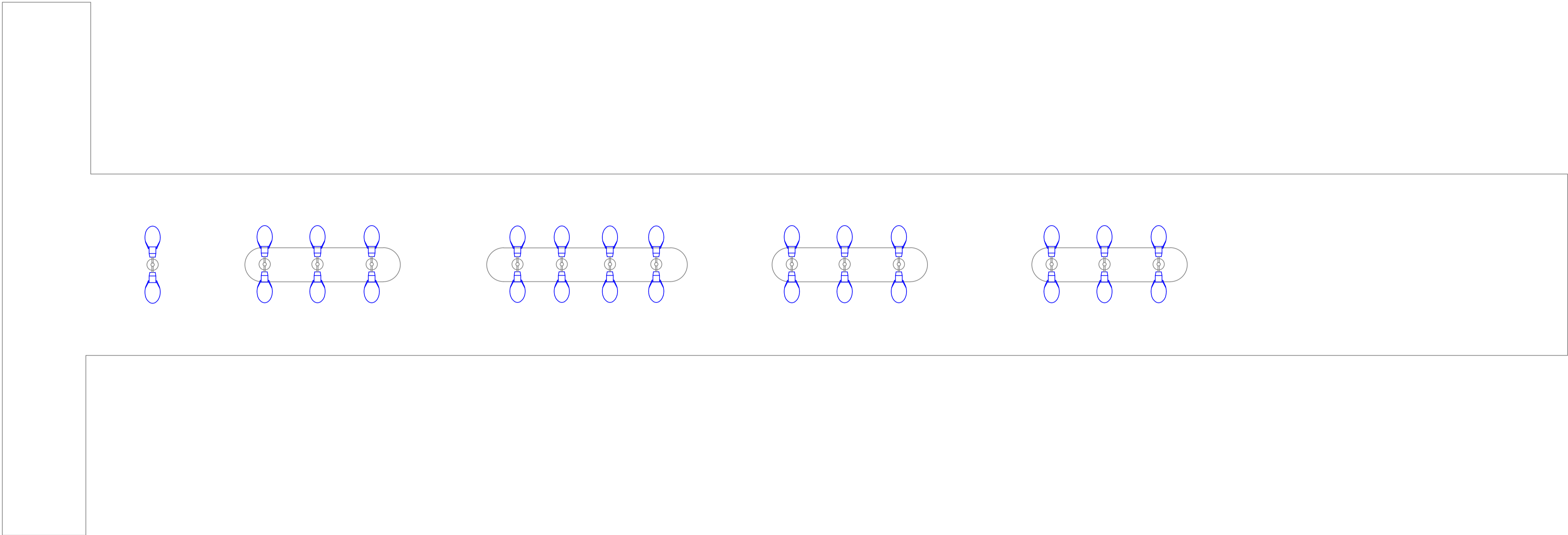
TECNOLOGIA
que
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

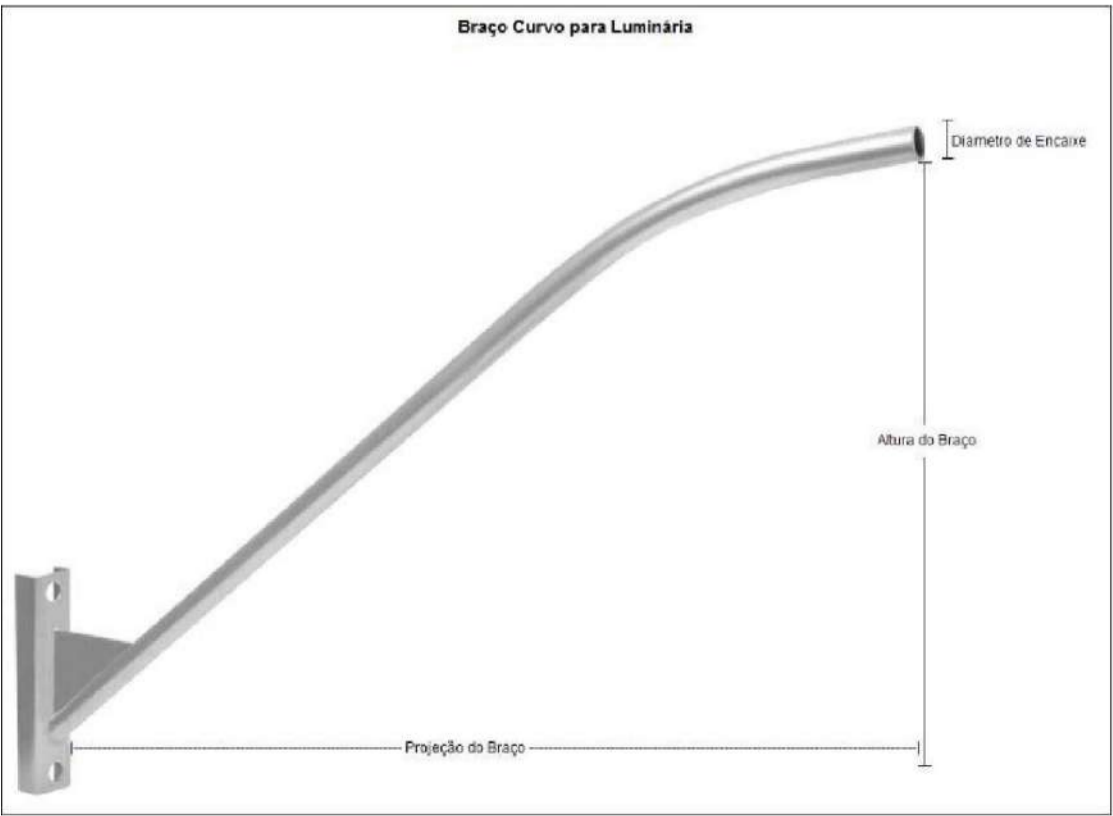
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO
TÍTULO DO DESENHO
MA 320 - AV. ESPLANADA
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	28
	Braço Ornamental - 4 metros	28

R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

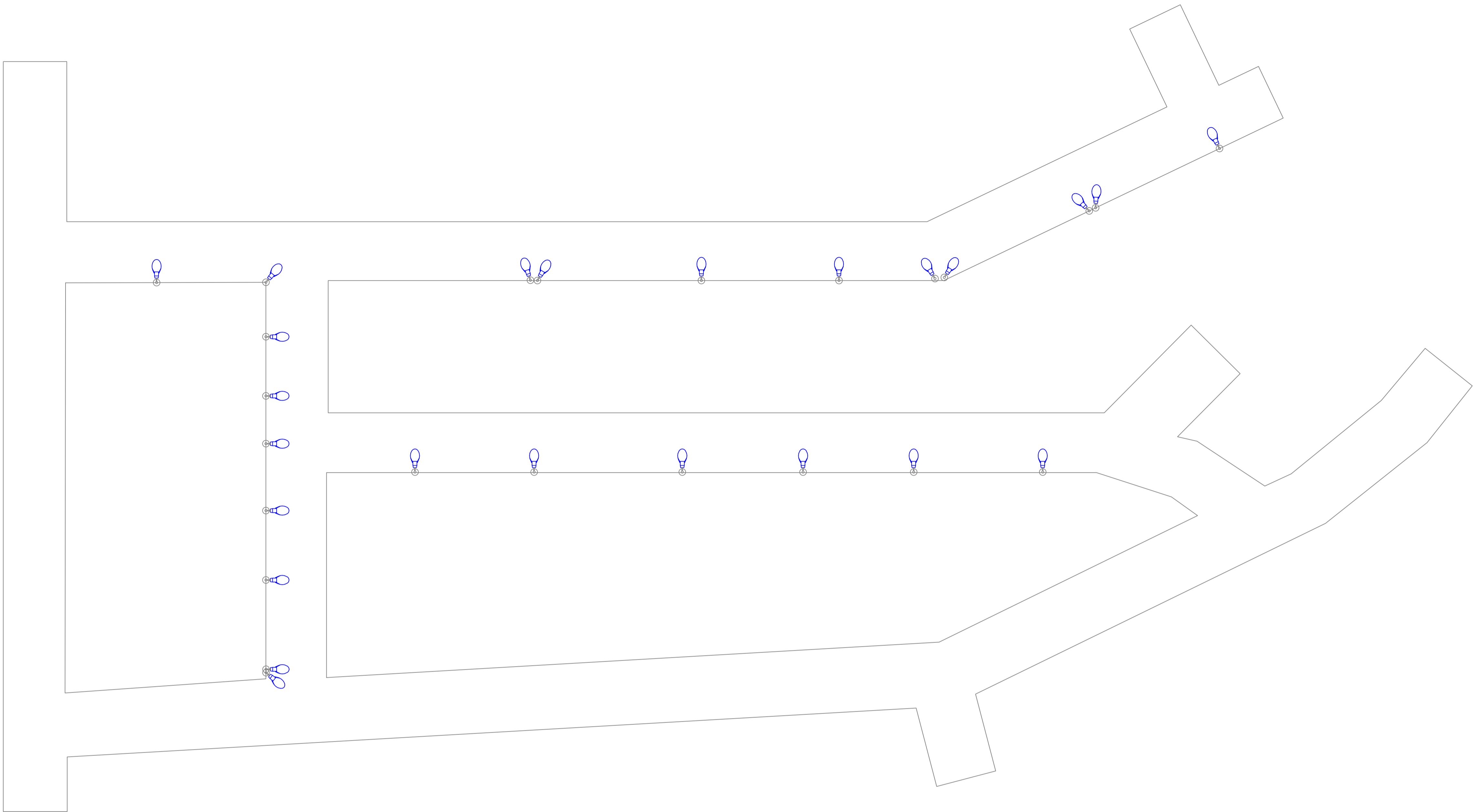
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
MA 320 - AV. CEPLAC

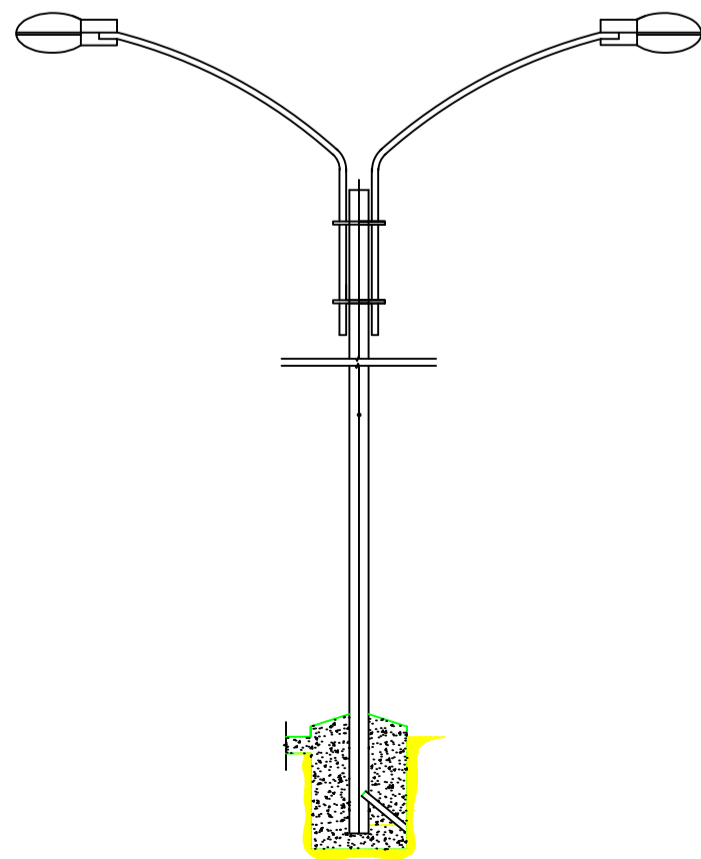
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

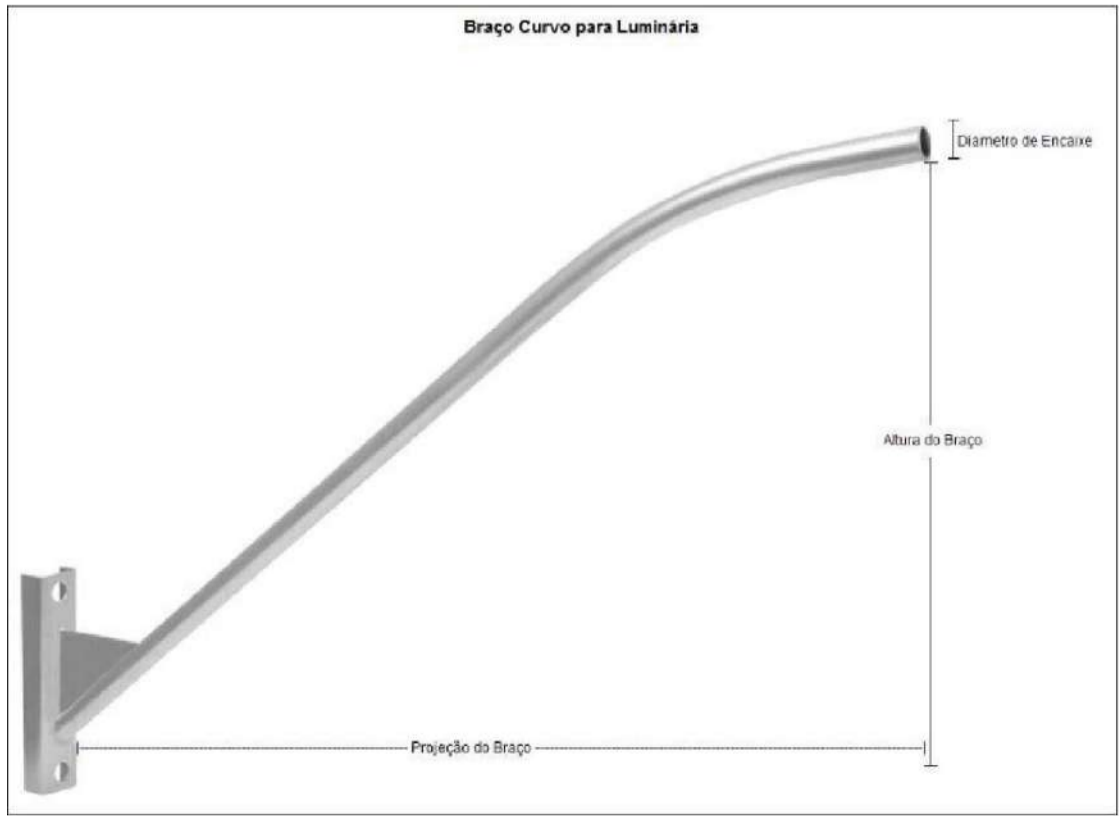
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embulido	24
	Braço Curvo - 3 metros	24



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

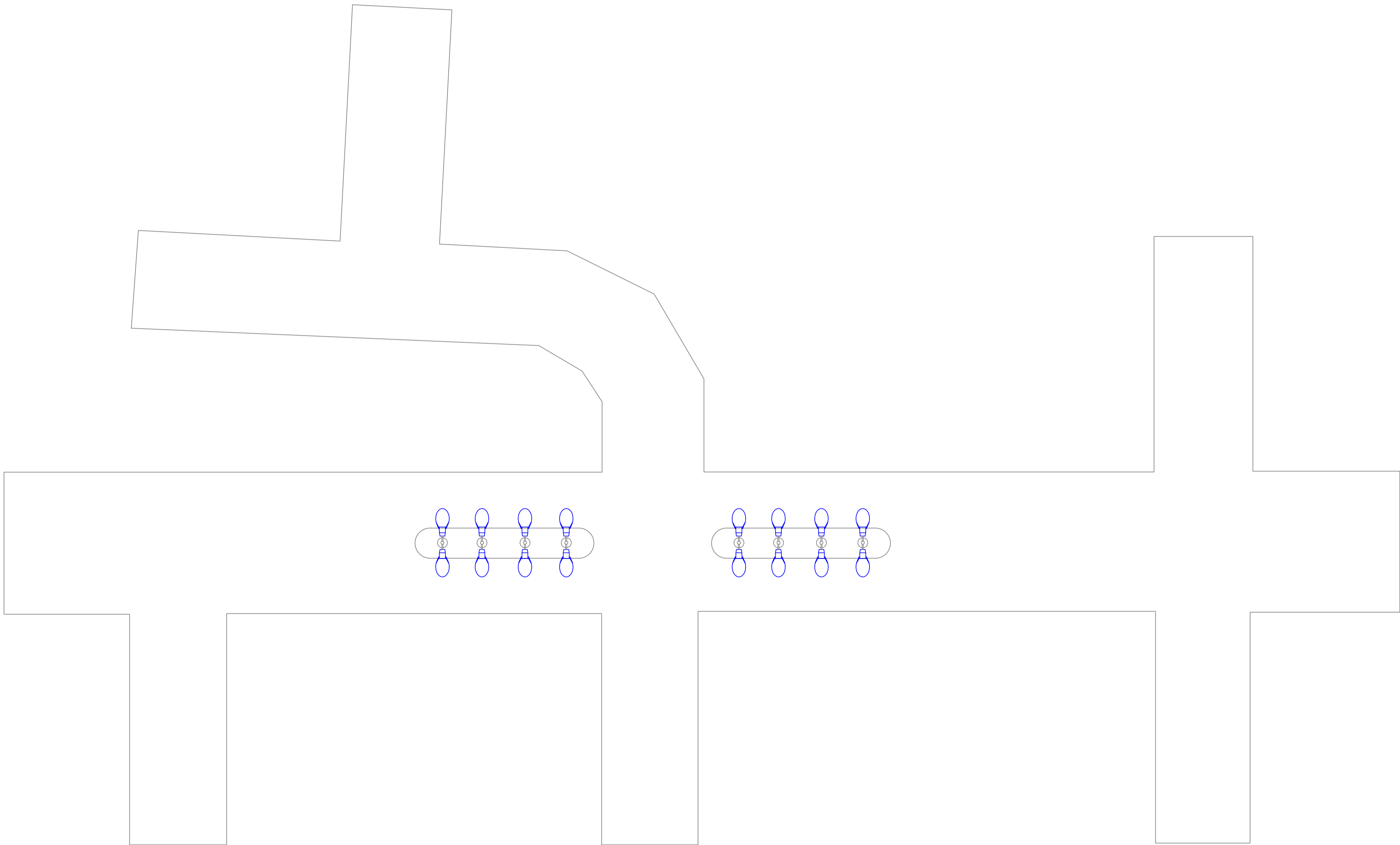
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

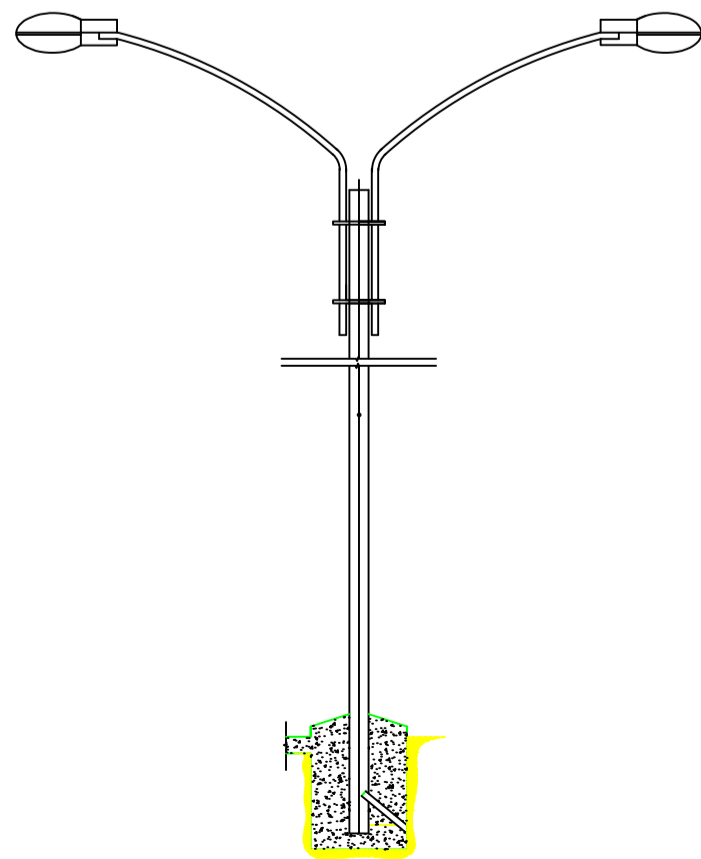
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO
CENTRO - CONJUNTO HADADY
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

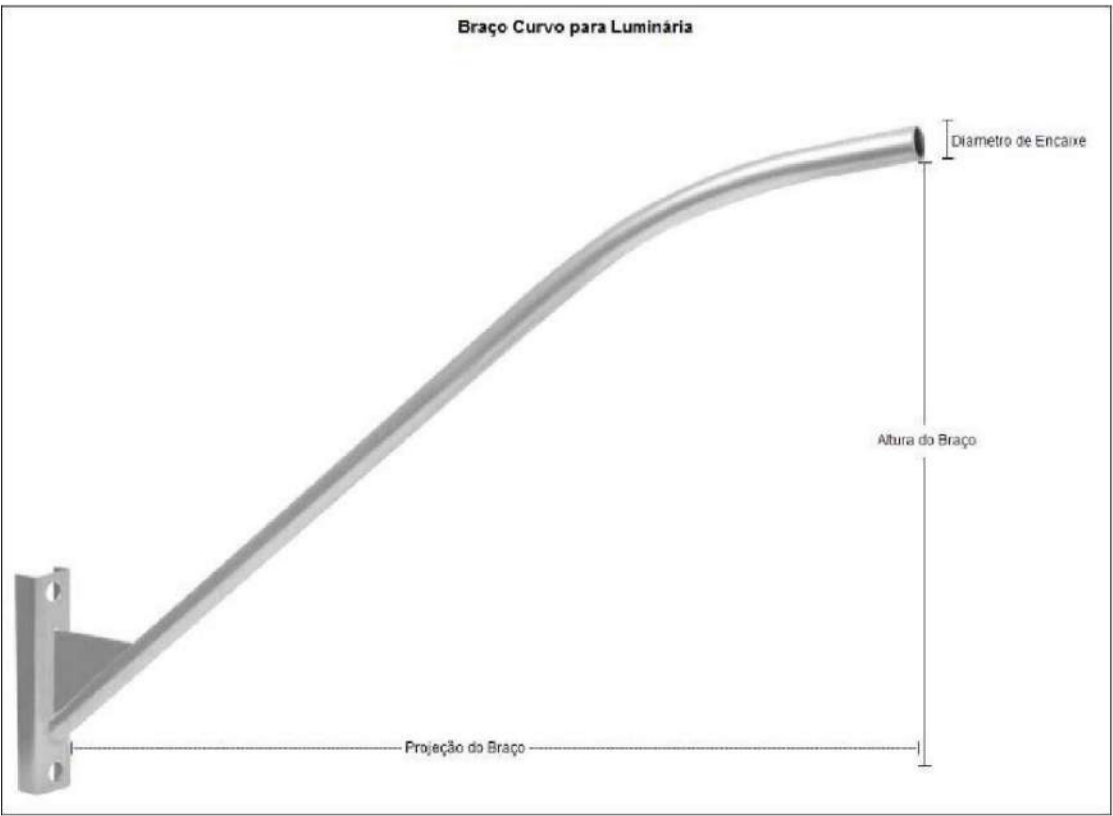
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido	32
	Braço Ornamental - 4 metros	32



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA DE
CRESCER

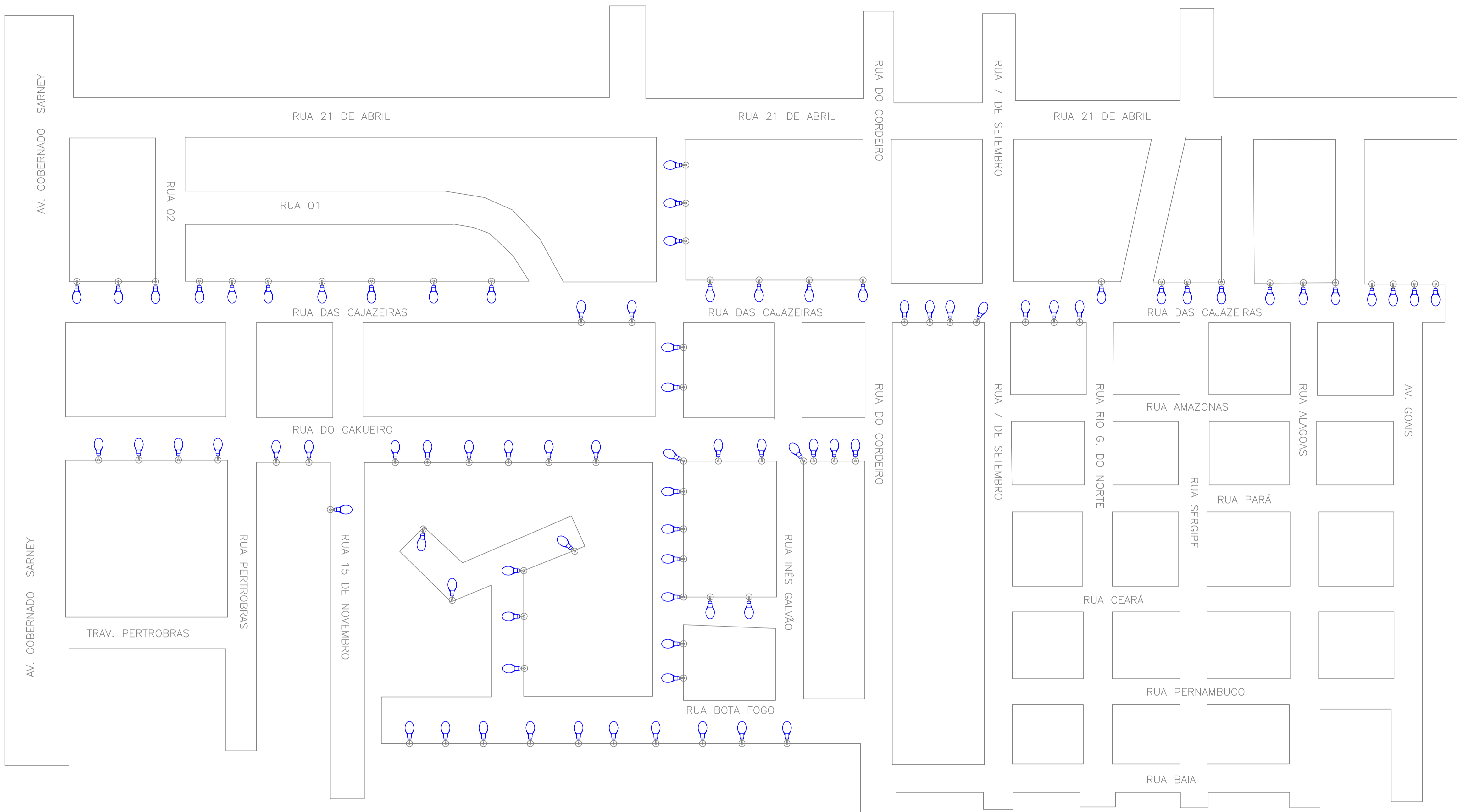
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

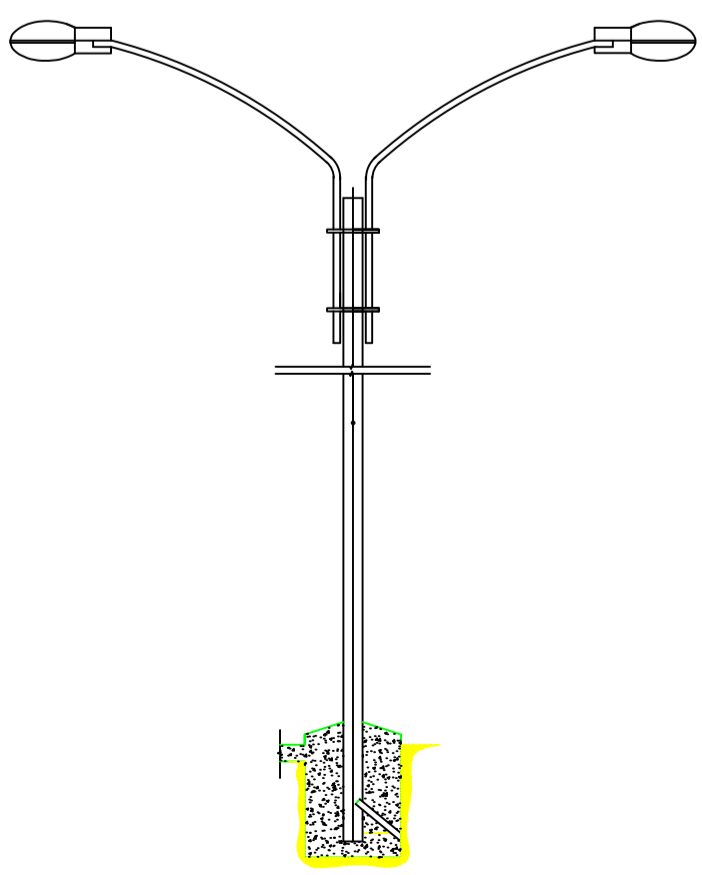
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO
CENTRO - RUA DA RAPOSA
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

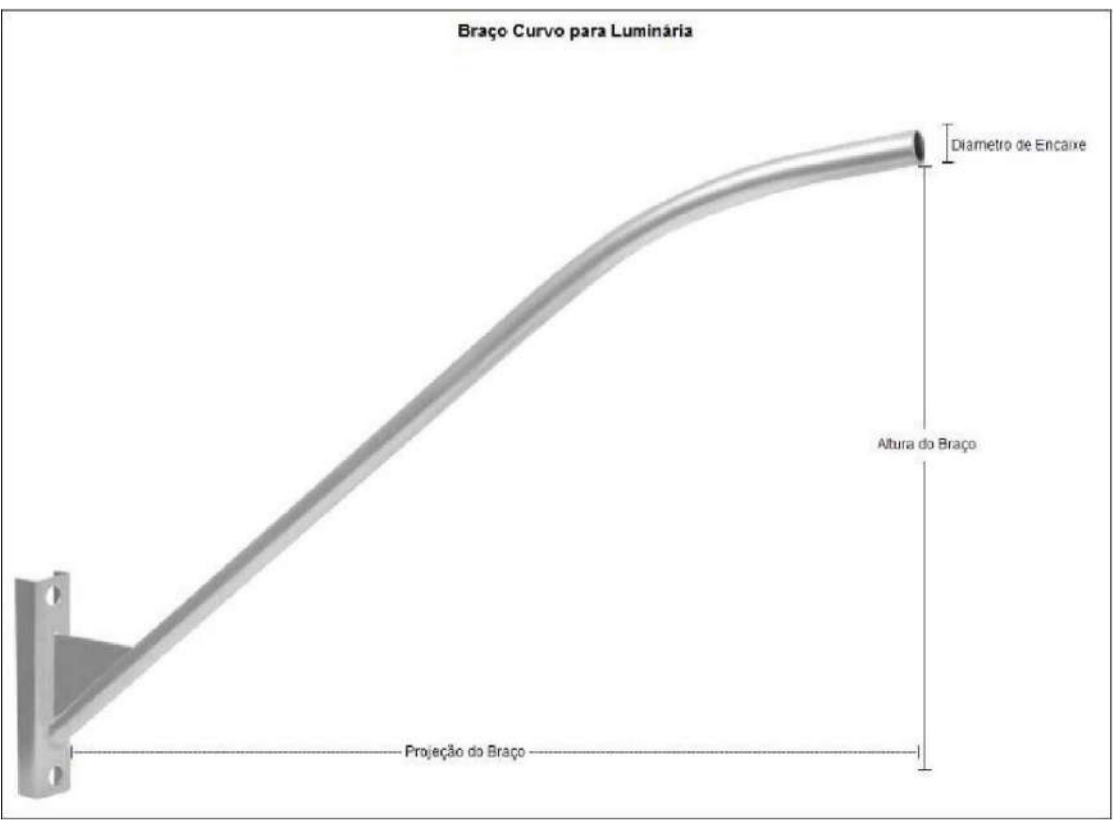
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido	32
	Braço Curvo - 2 metros	32



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



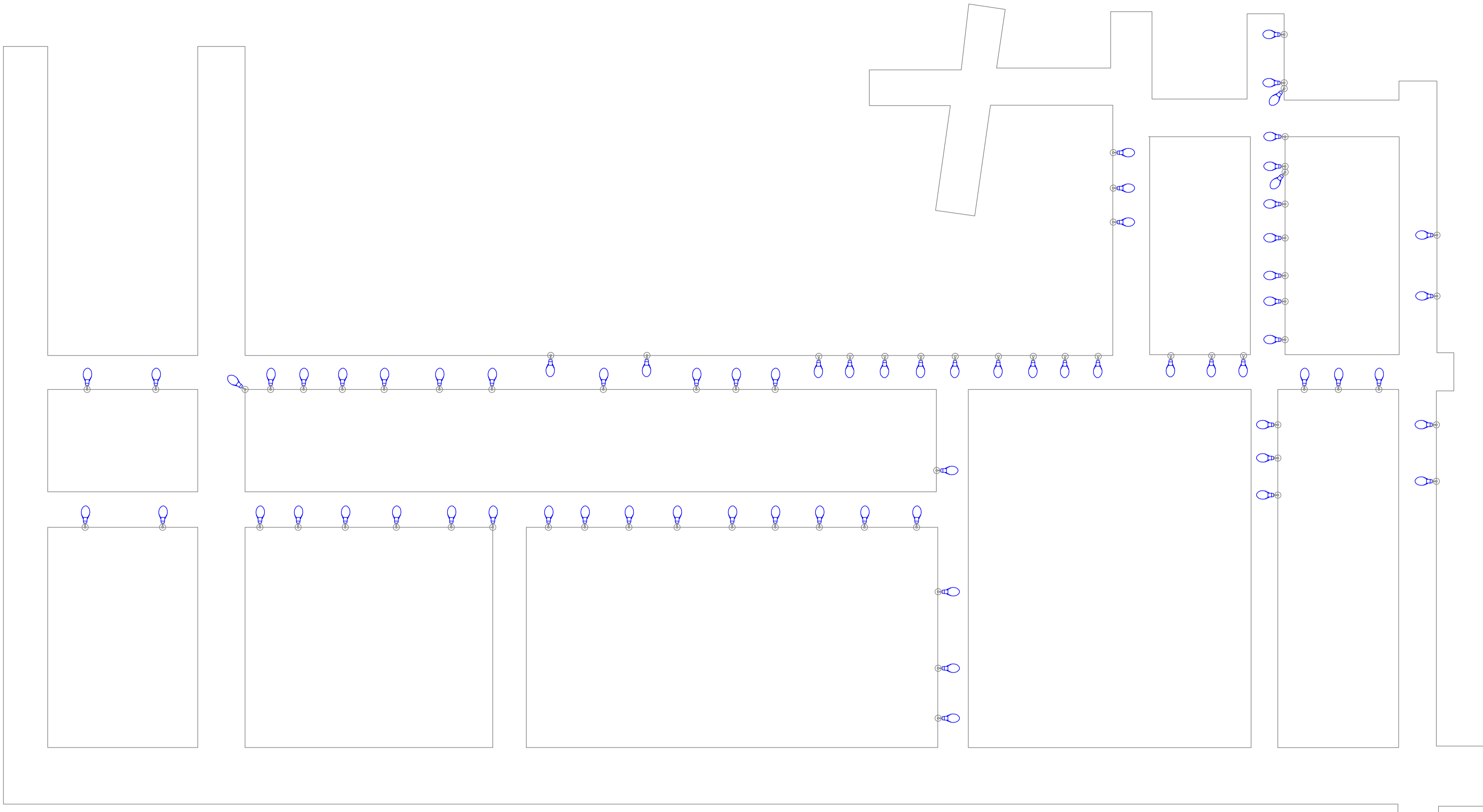
R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO BAIRRO CENTRO Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	72
	Braço Curvo - 3 metros	72

R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

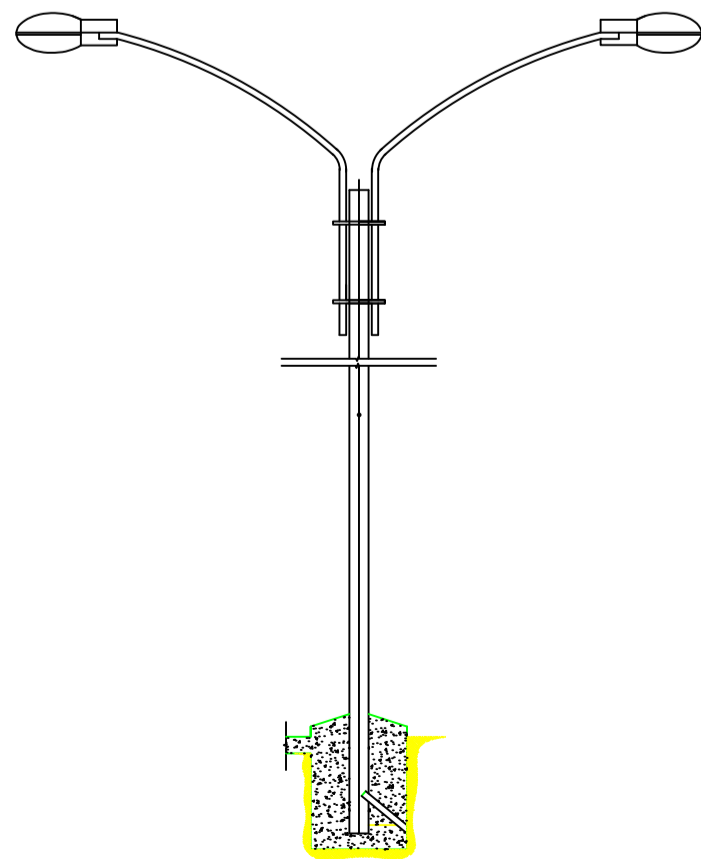
FOLHA Nº

ELE
001

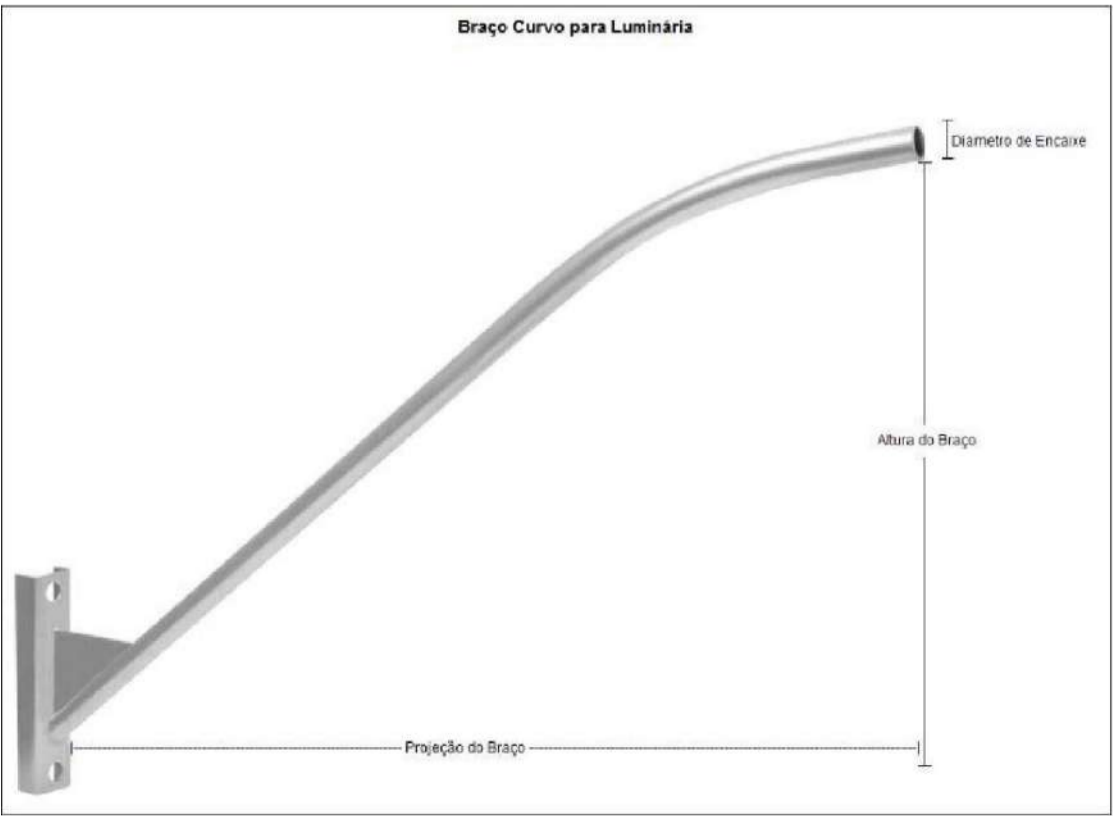
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO CENTRO E SÃO BENEDITO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

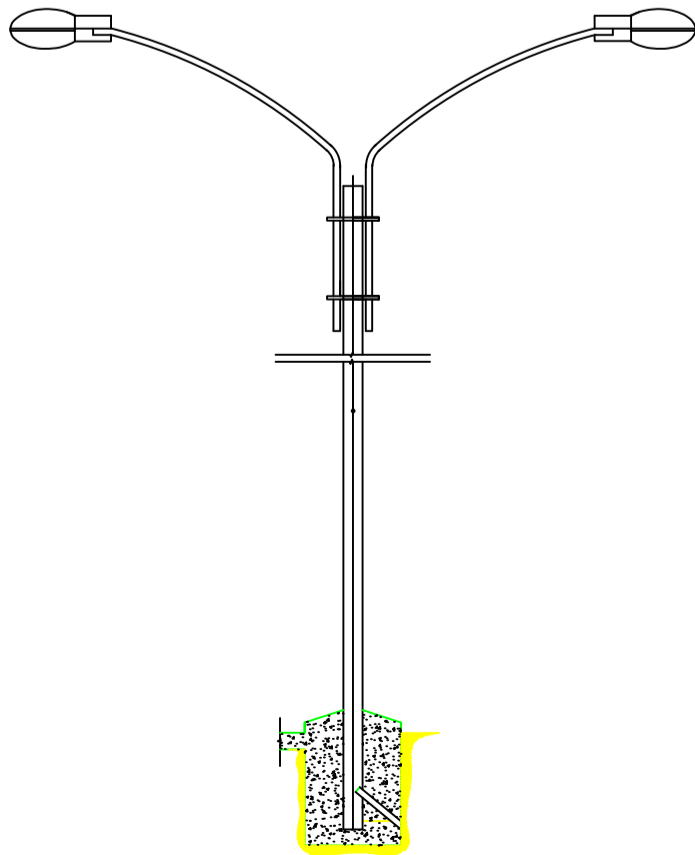
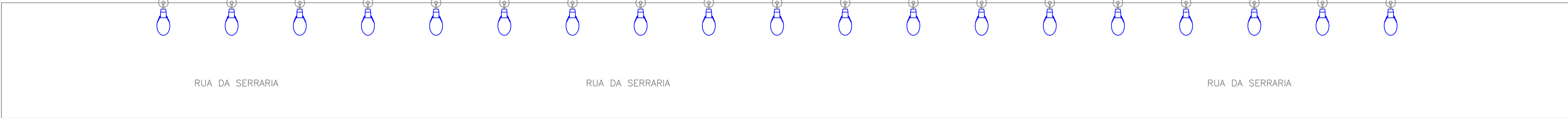


DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E

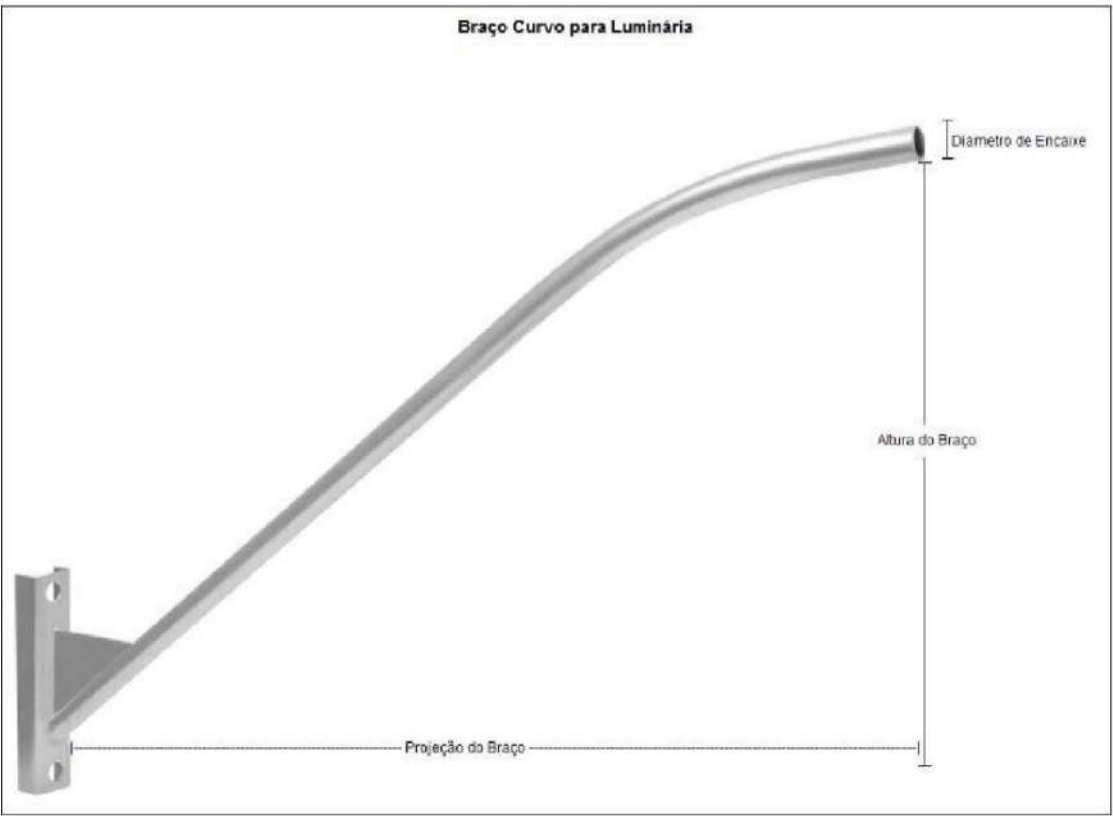


LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB





DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	19
	Braço Curvo - 3 metros	19

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº

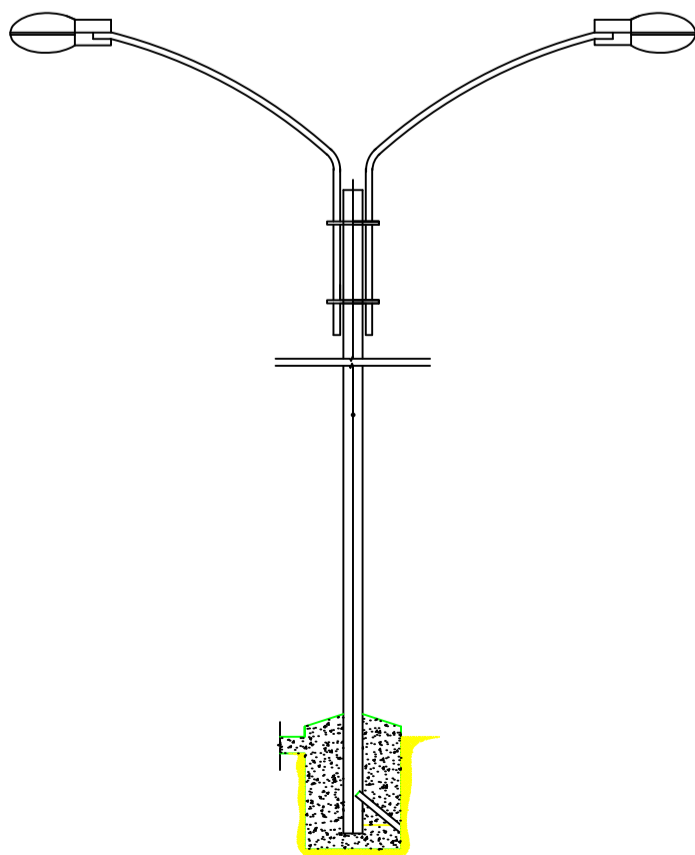
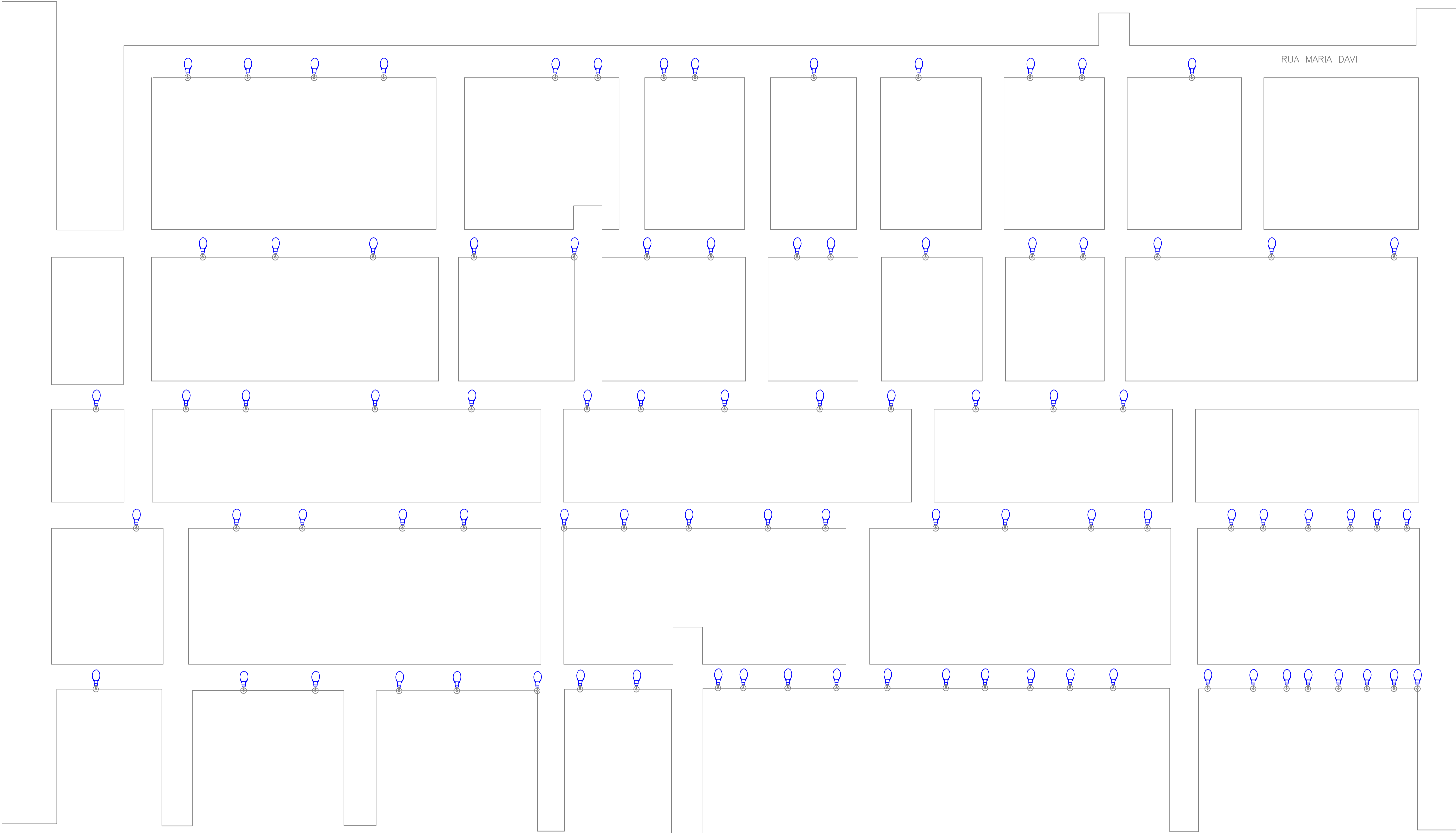


TECNOLOGIA QUE
CRESCER

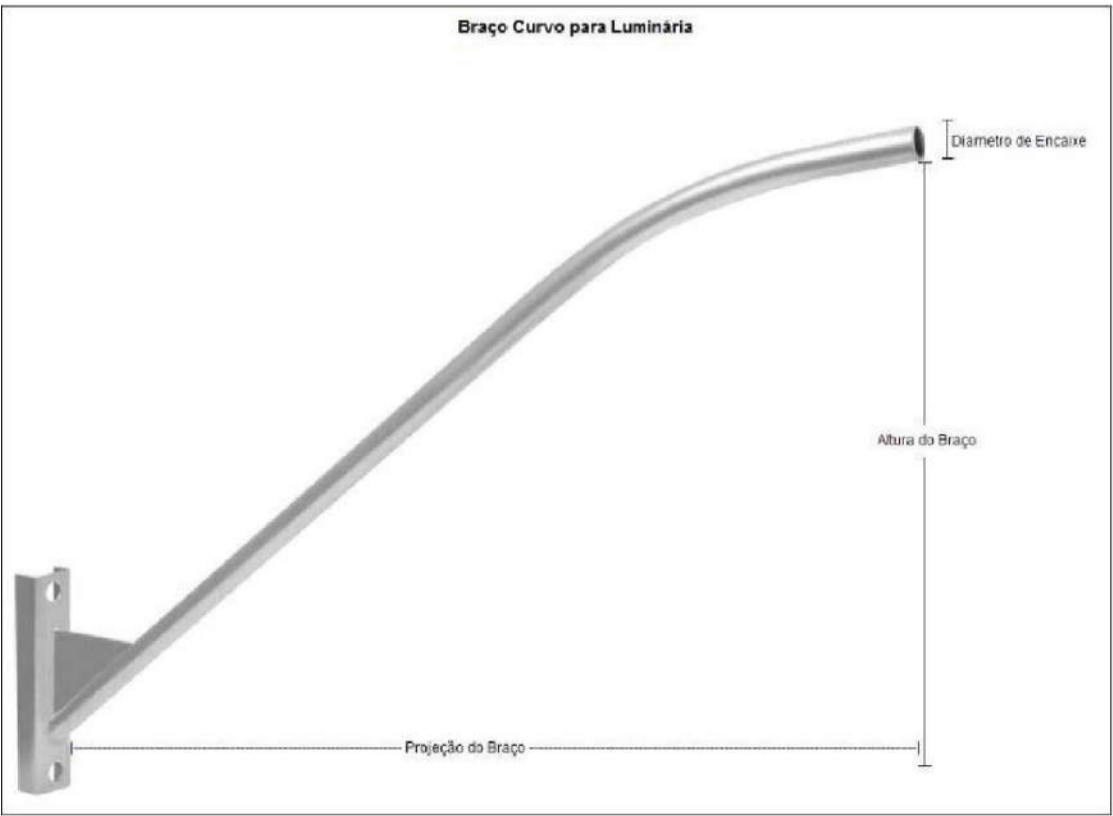
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO BAIRRO SÃO BENEDITO RUA DA SERRARIA Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuido	86
	Braço Curvo - 2 metros	86

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

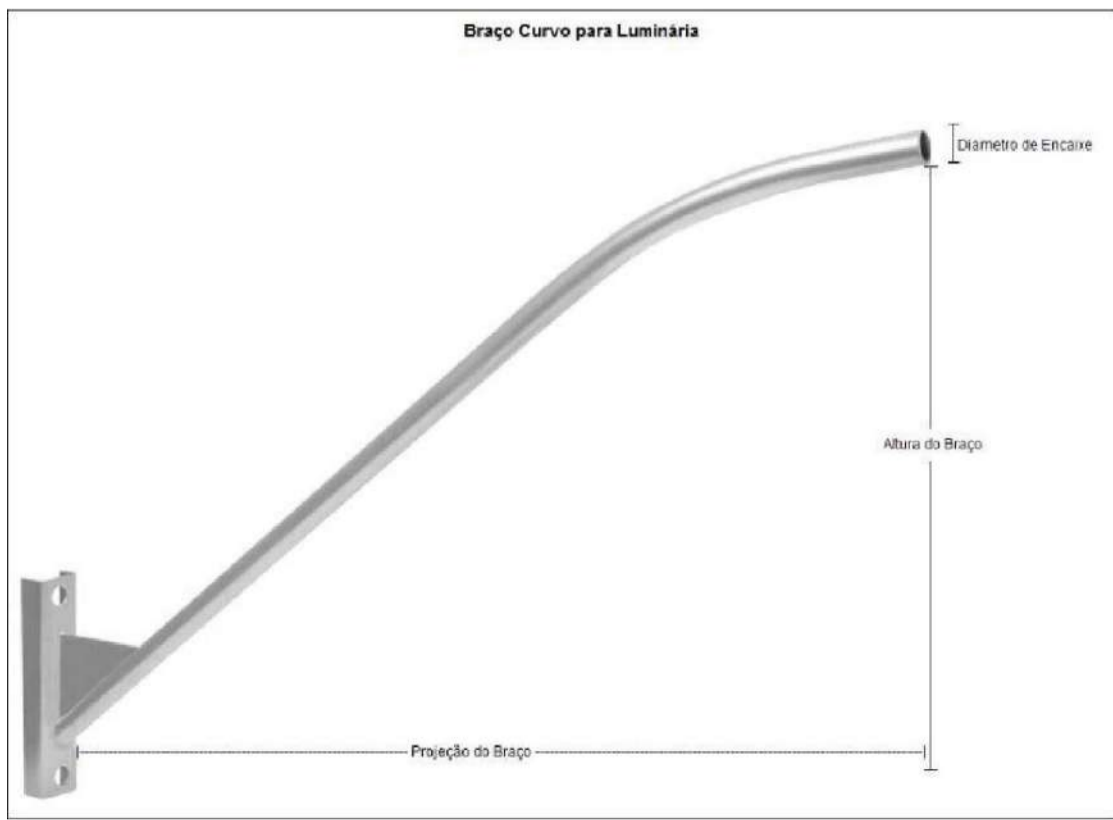
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO
BAIRRO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 : NCE COORDENADOR .
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL

MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO

BAIRRO CAN
Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO

AS BUILT

FASE

P. EXECUTIVE

ESCAL

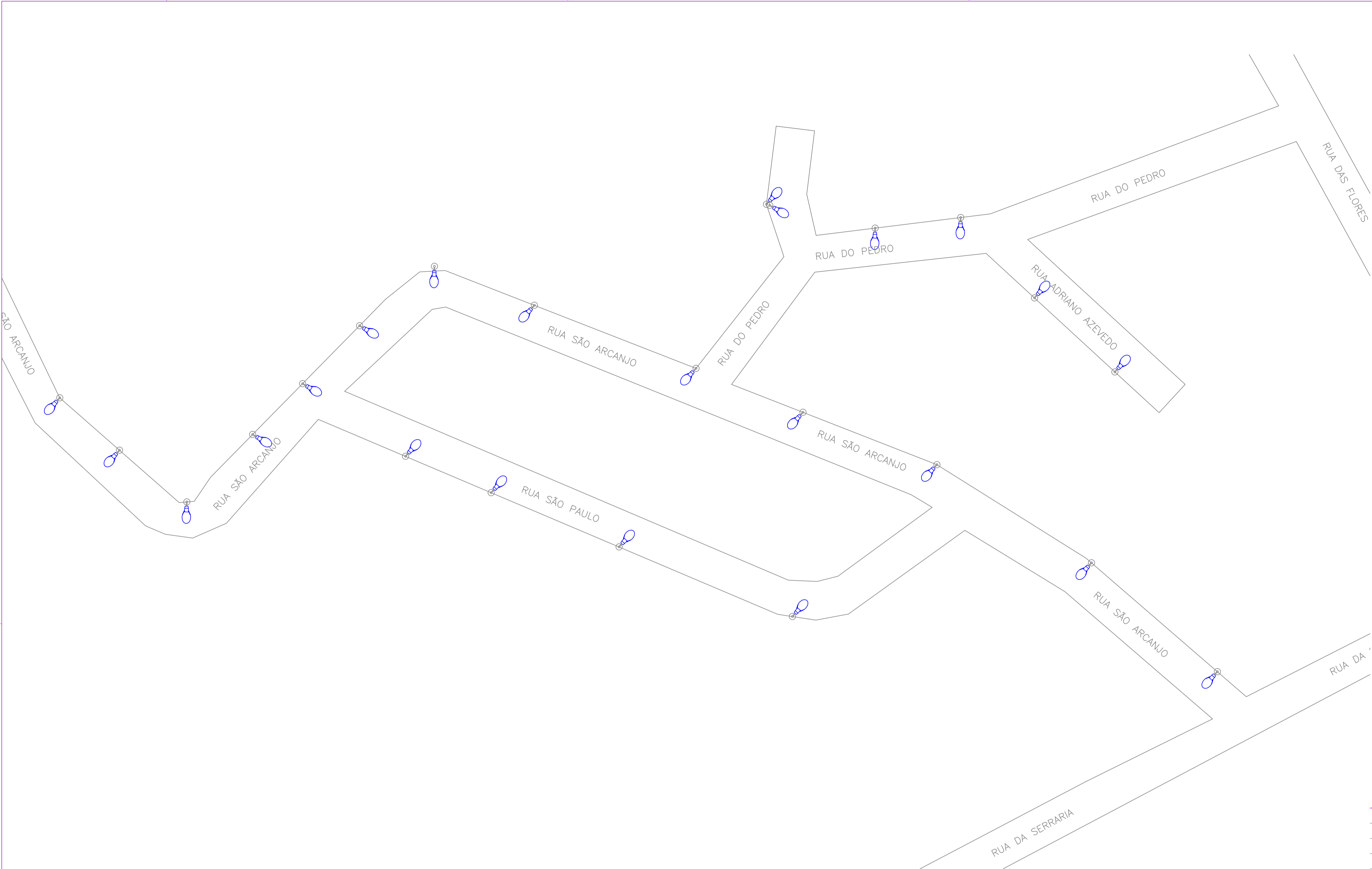
S/E

DATA

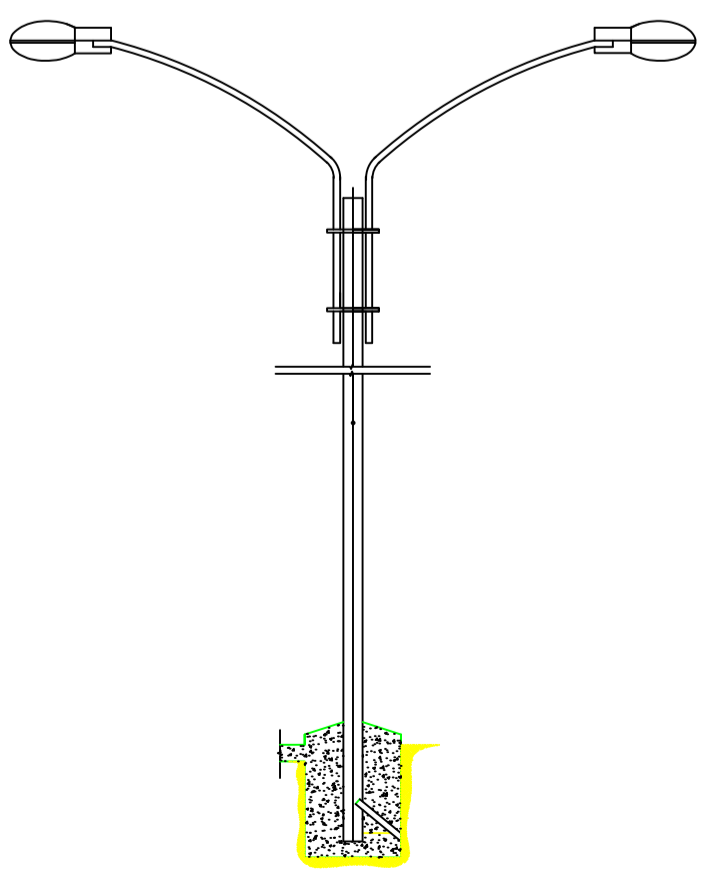
00/00/0000

8 0 0 4 1 0 1 0

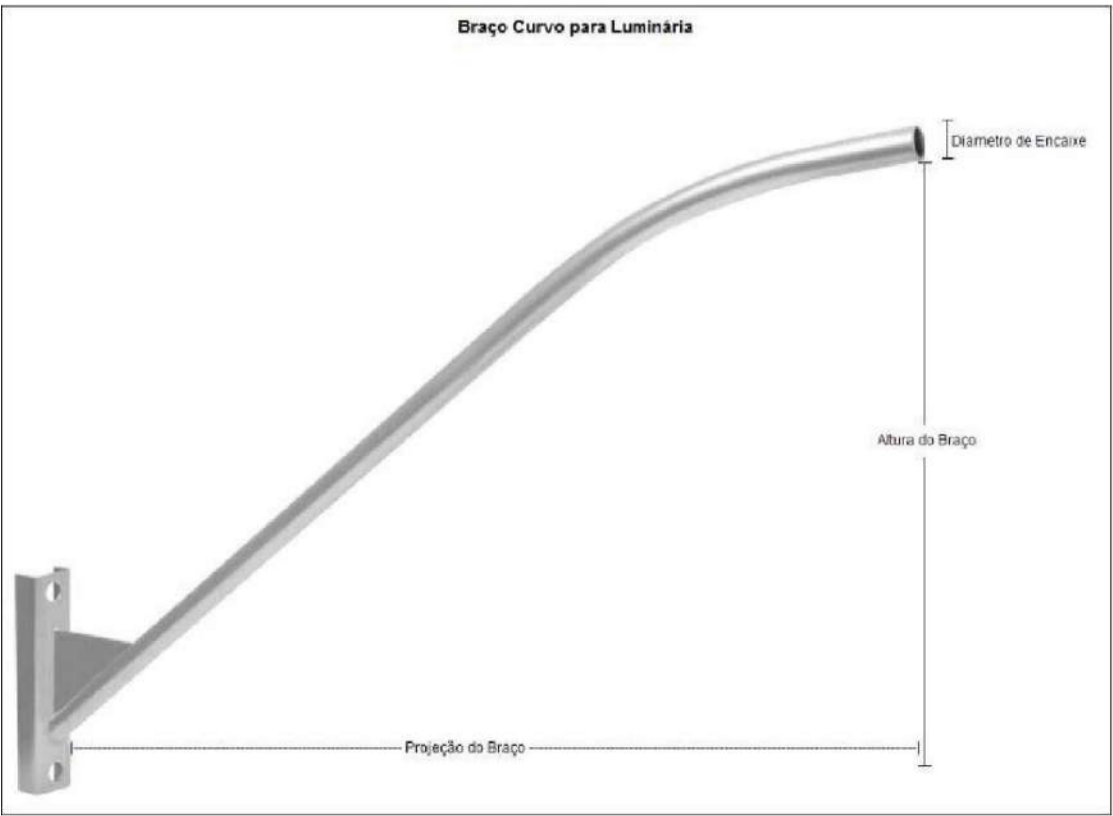
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embulido	24
	Braço Curvo - 2 metros	24



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

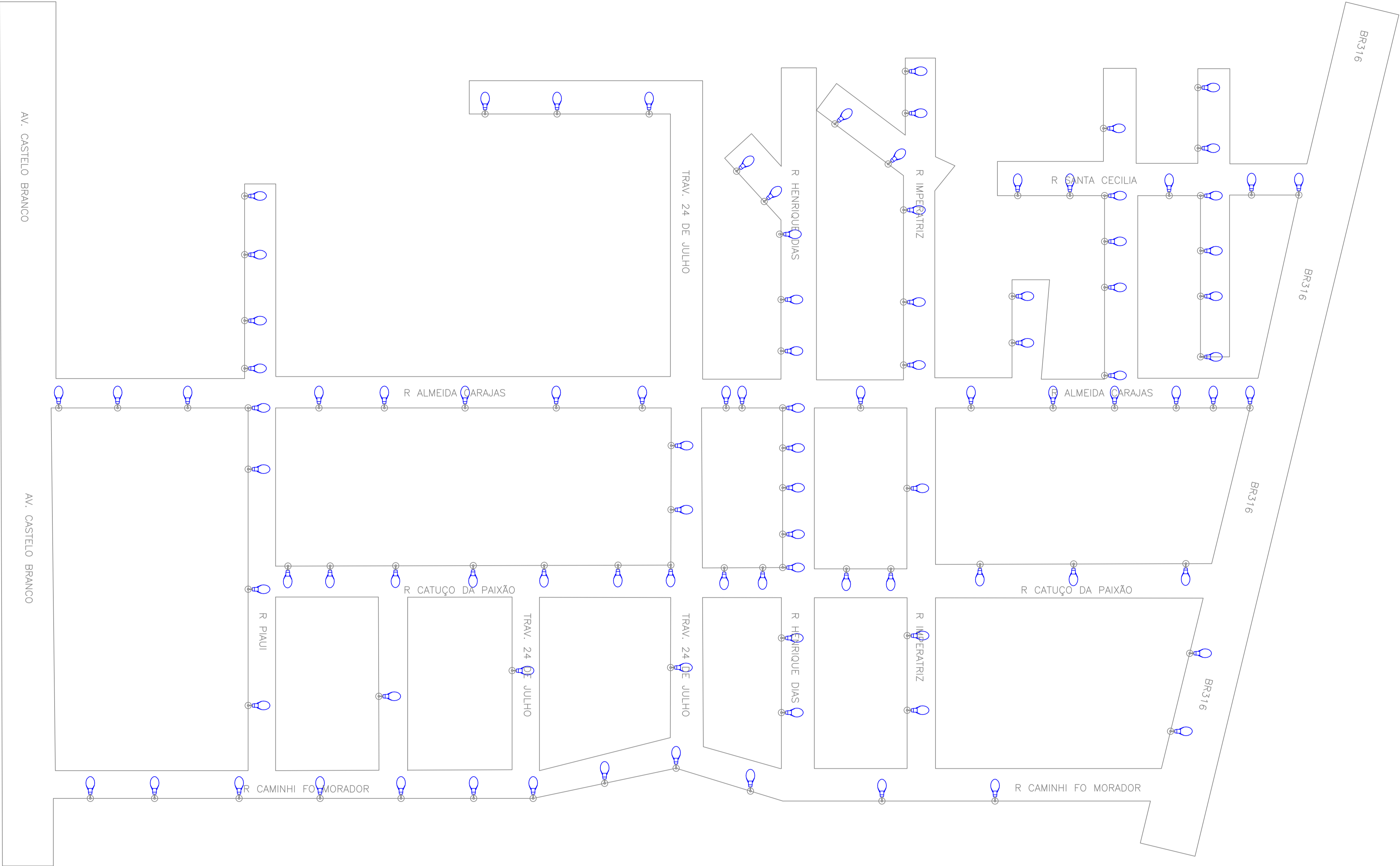
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO EMBRATEL

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	99
	Braço Curvo - 2 metros	99

R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

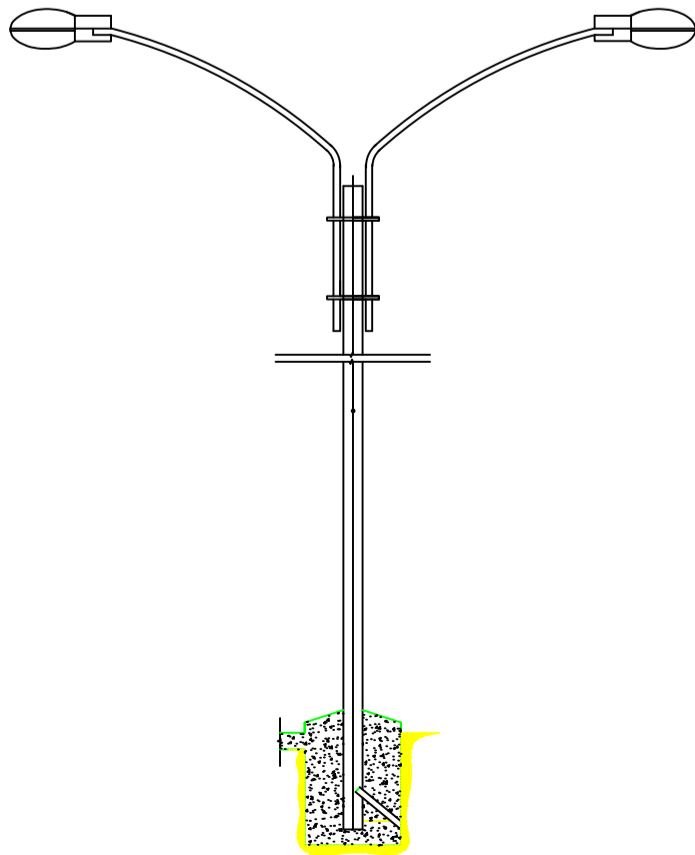
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

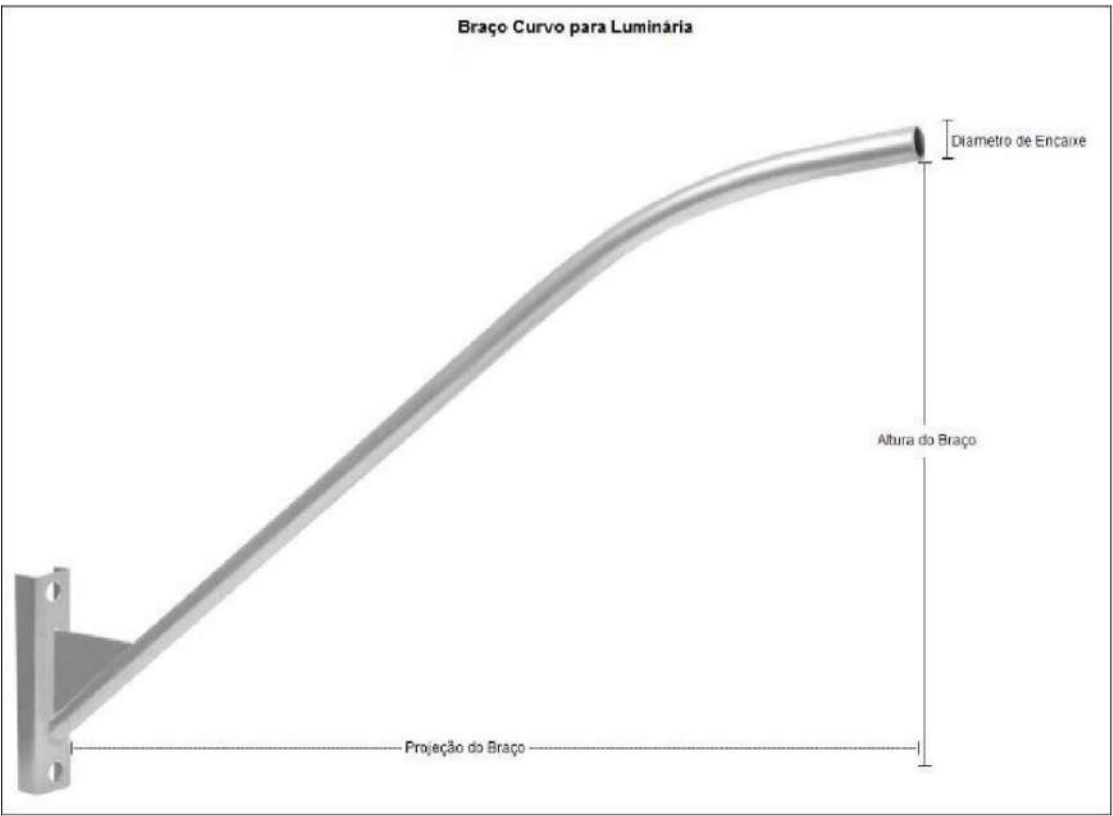
EMPREENDIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
BAIRRO PRAMORAR II
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

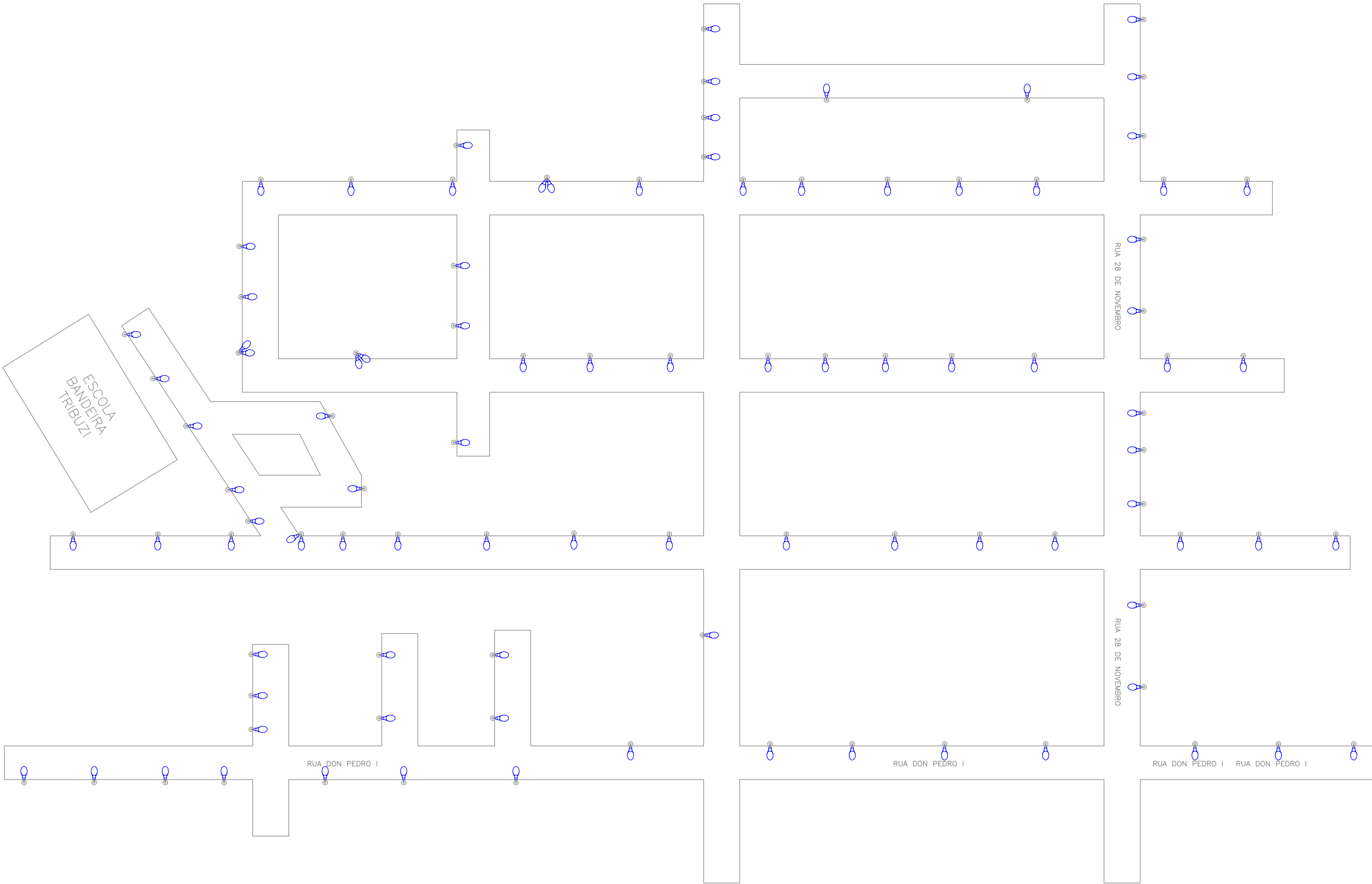


DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB





LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embutido	81
	Braço Curvo - 2 metros	81

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA DE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

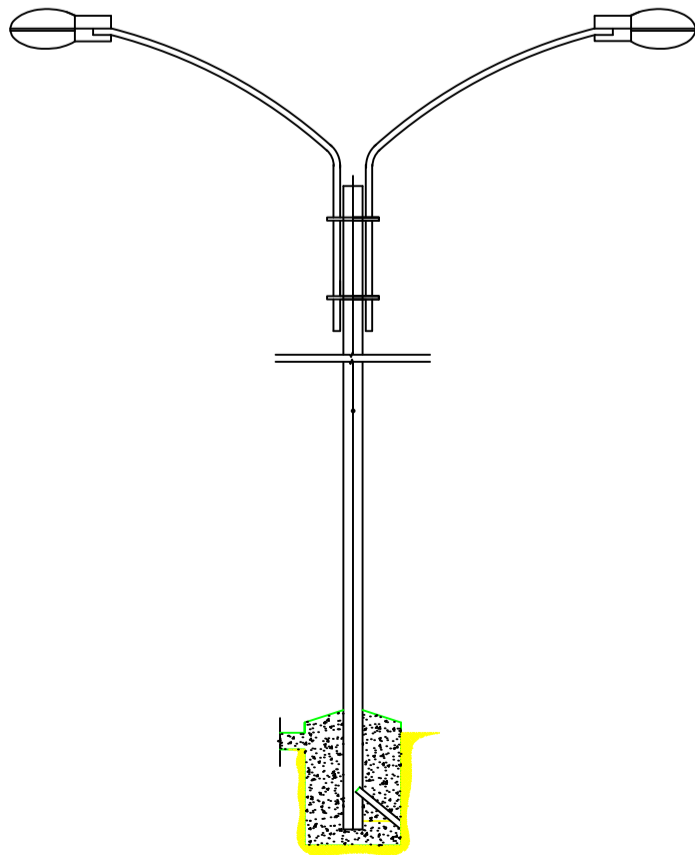
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO
BAIRRO BOM PREÇO

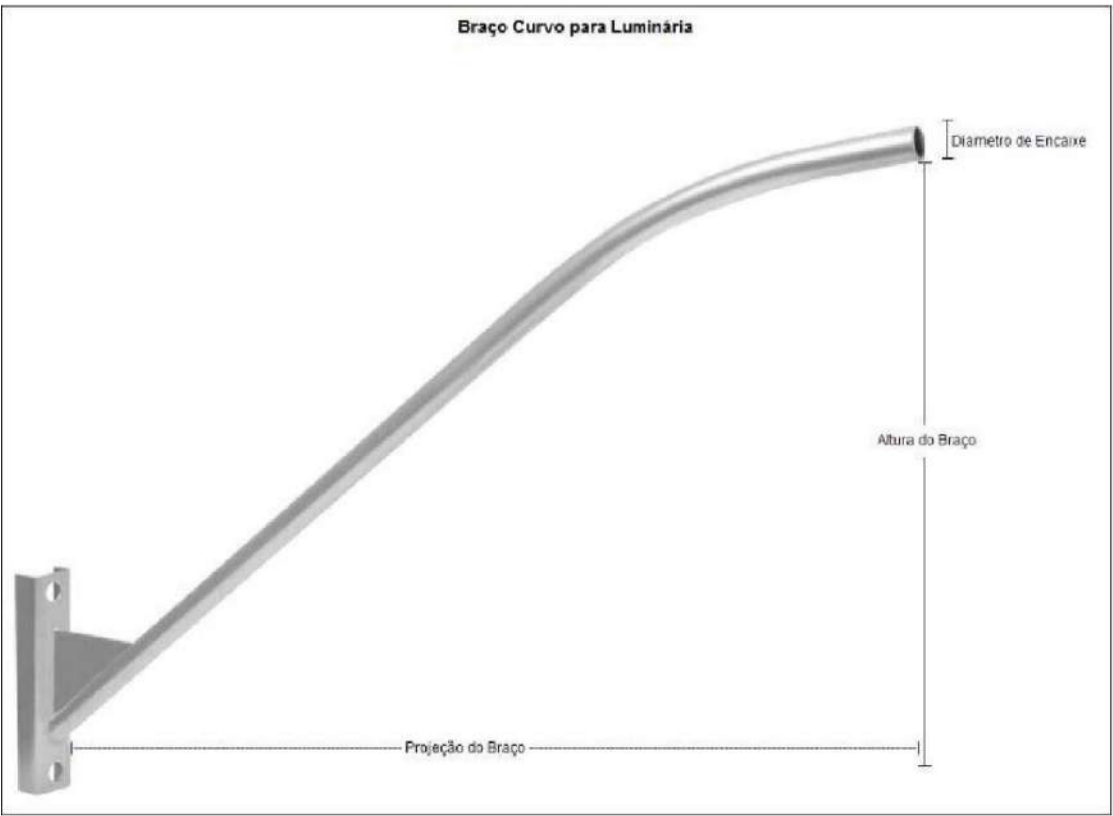
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

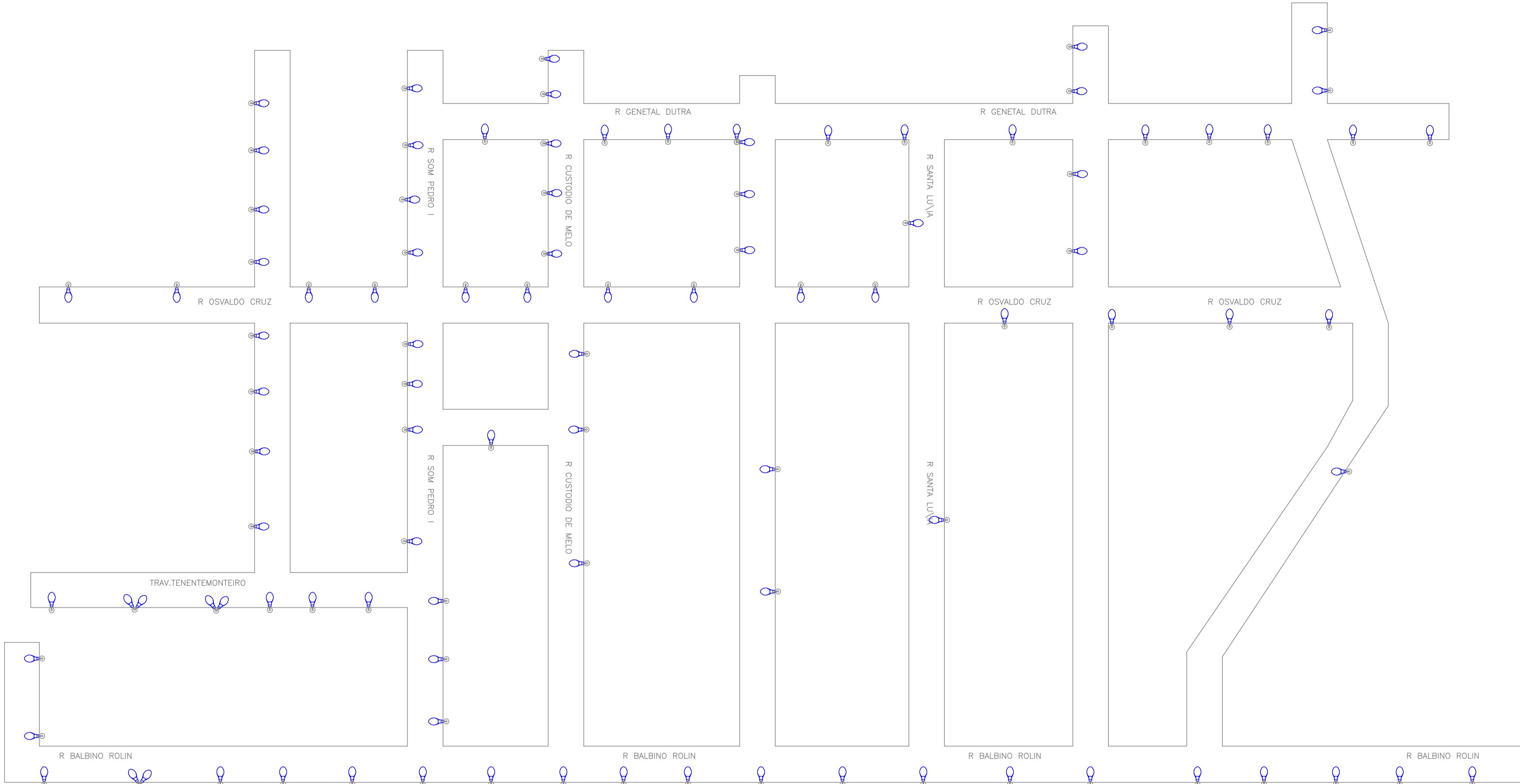


DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB





LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	88
	Braço Curvo - 2 metros	88



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL

MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO

BAIRRO SANTO ANTÔNIO

Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO

AS BUILT

FASE

P. EXECUTIVO

ESCALA

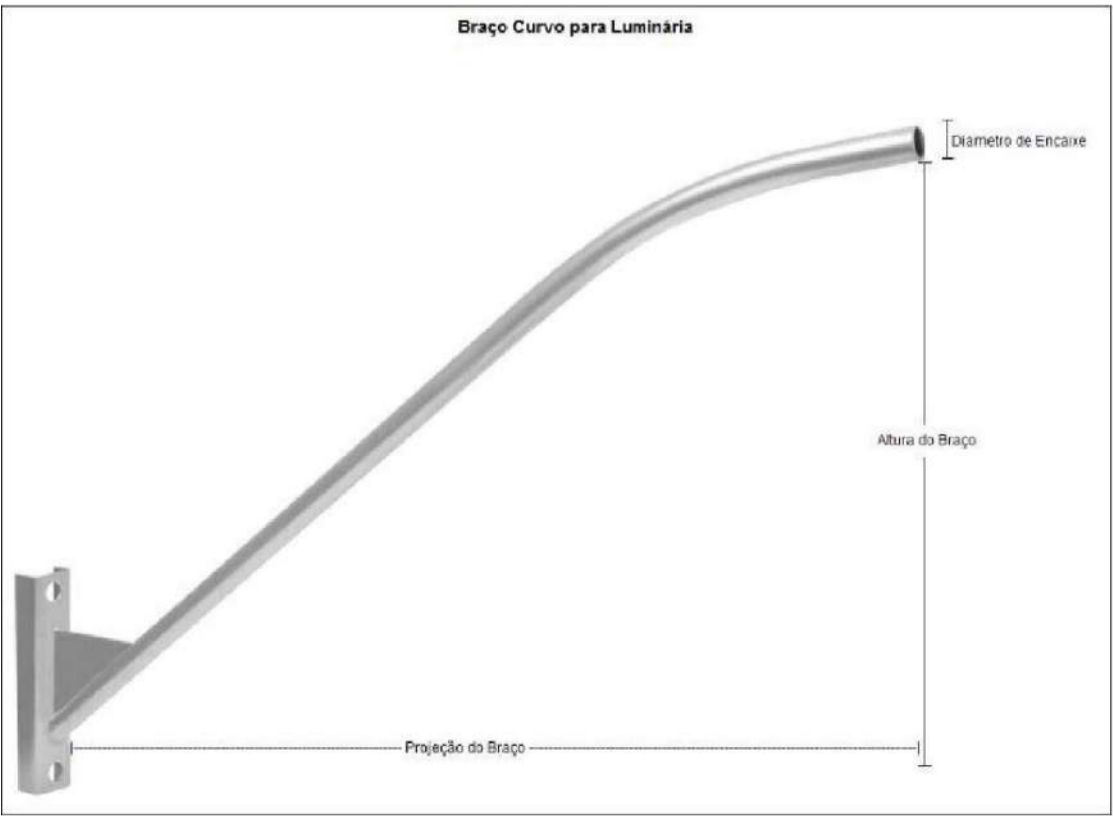
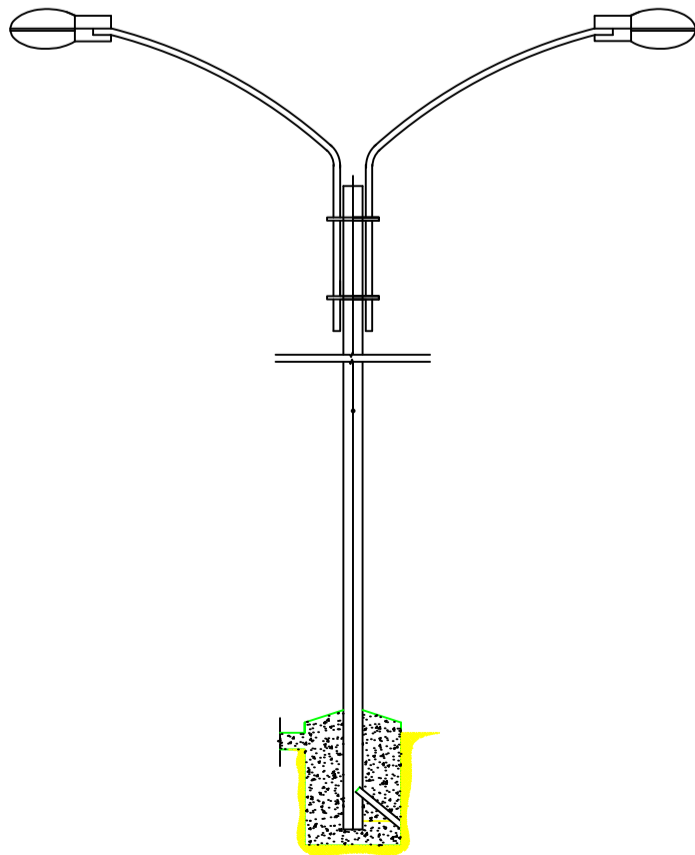
S/E

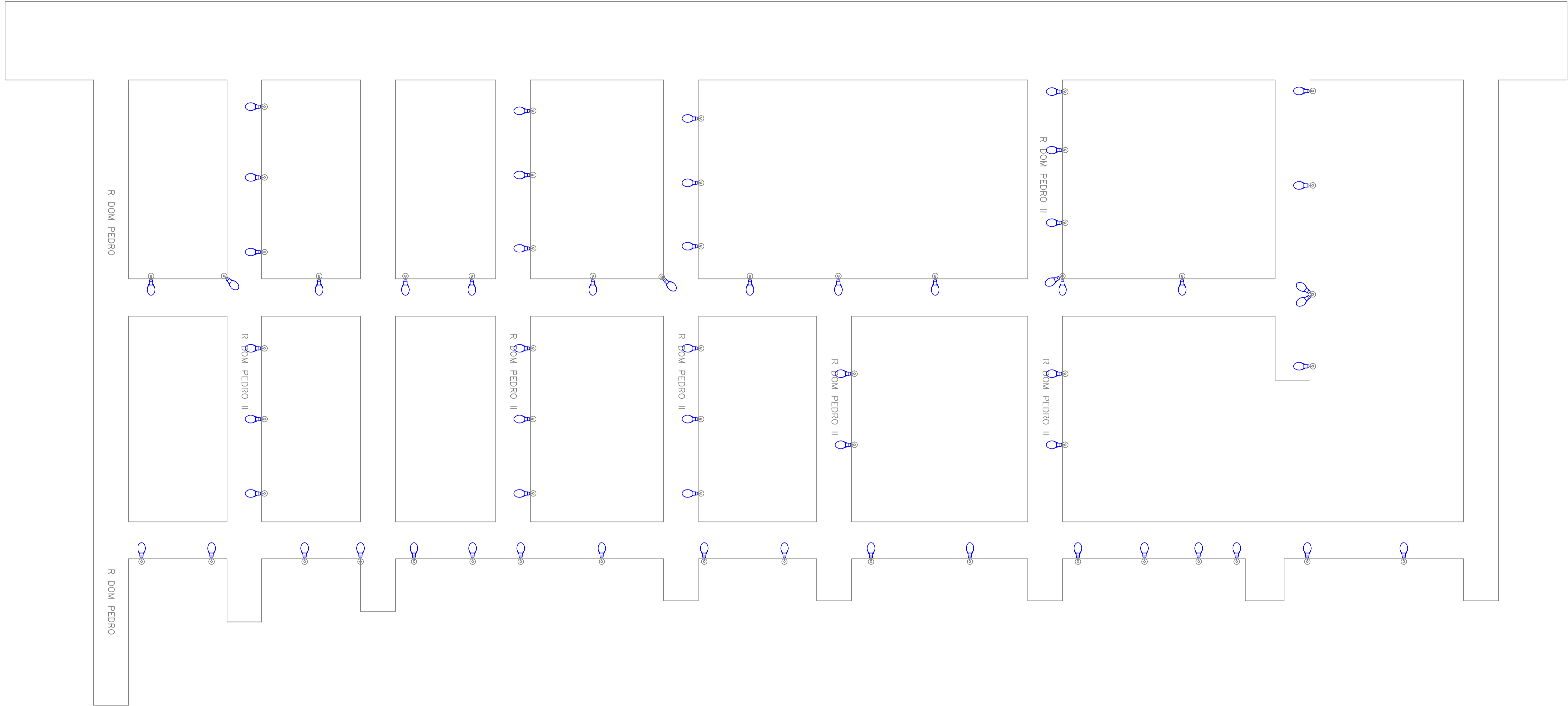
DATA

03/02/2024

ARQUIVO

NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

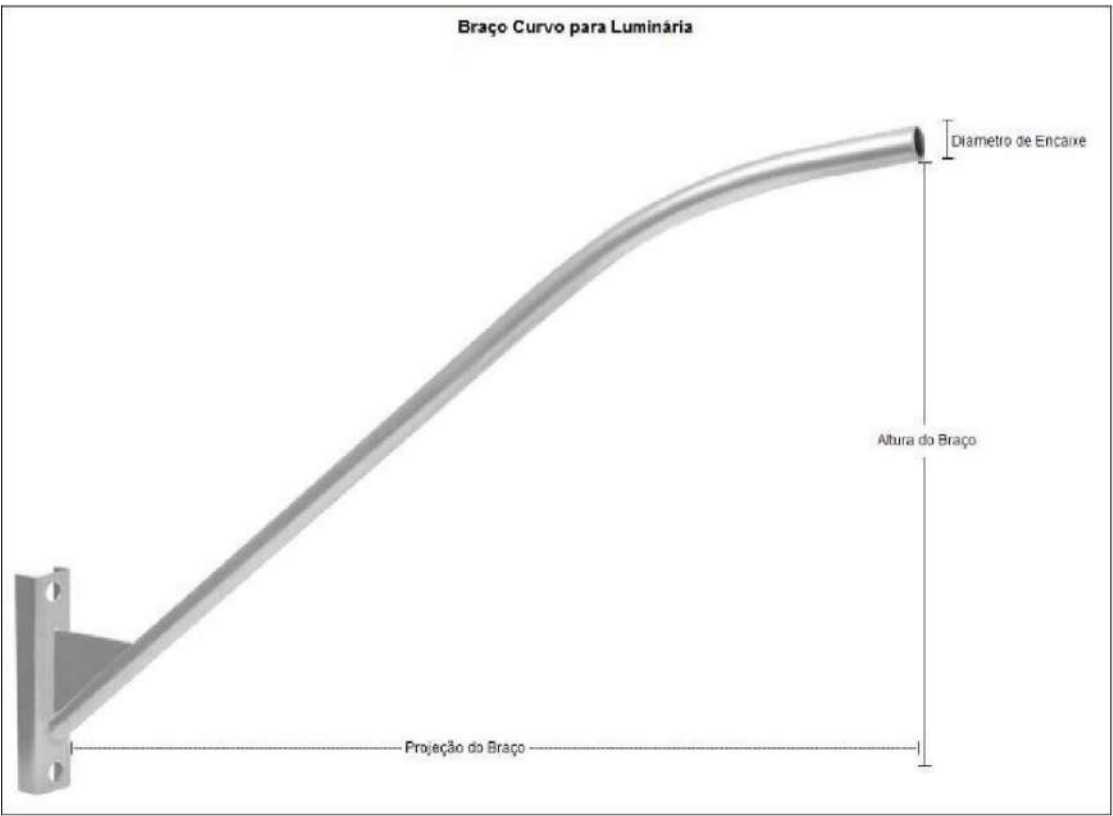
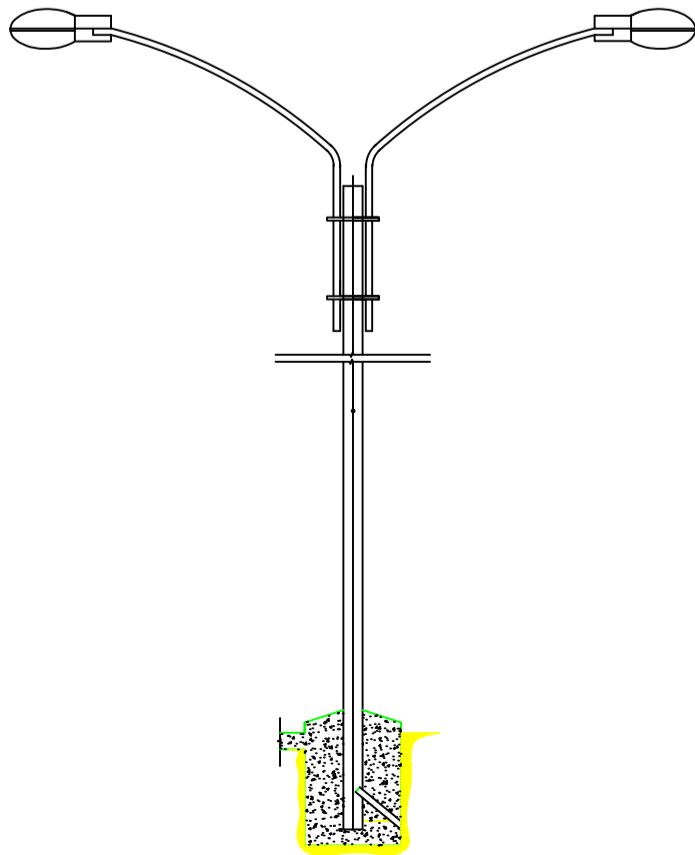




LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuido	61
	Braço Curvo - 2 metros	61

L01-2M-100W

POTÊNCIA
TAMANHO DO BRAÇO
LUMINÁRIA



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº

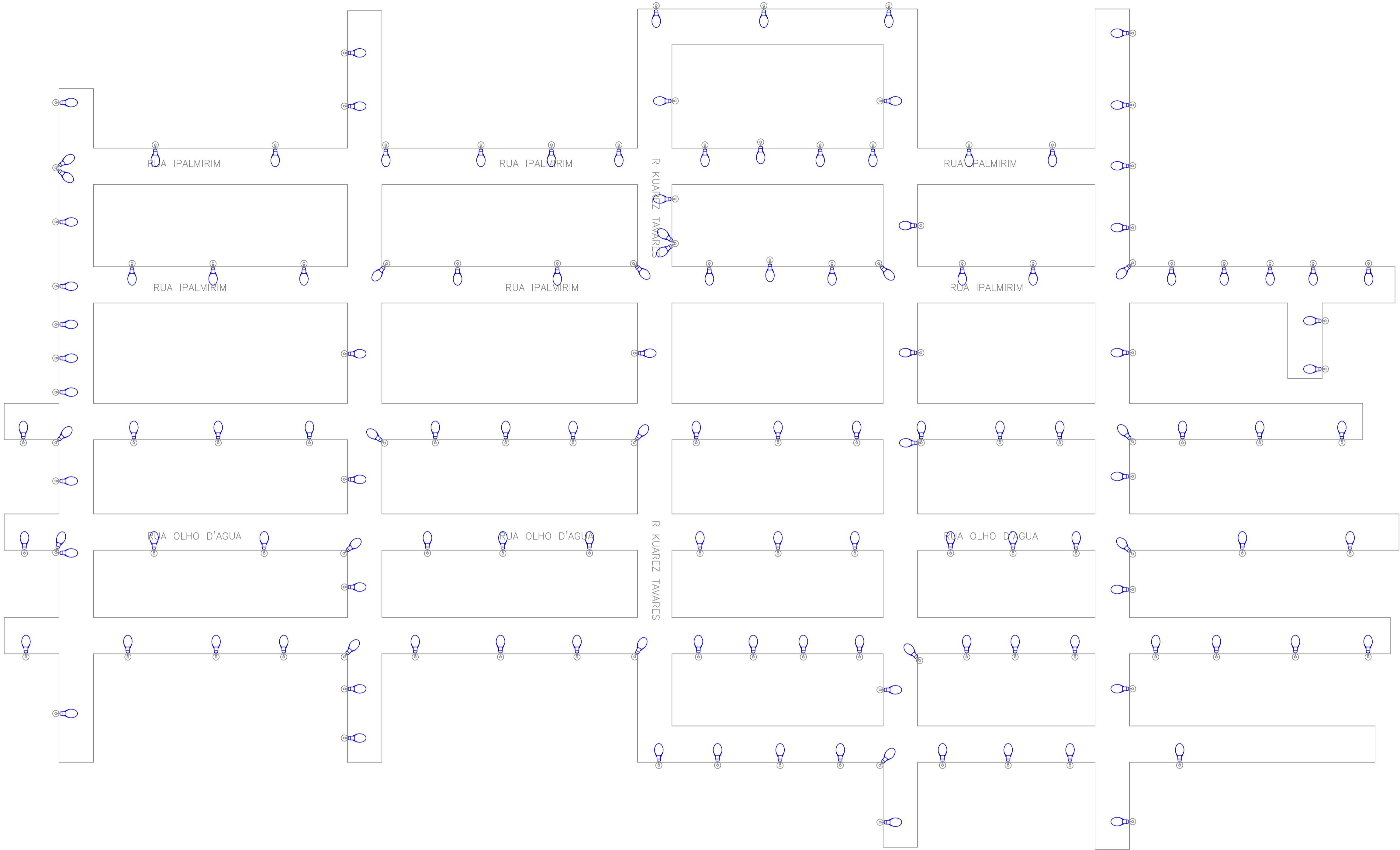


ELE
001

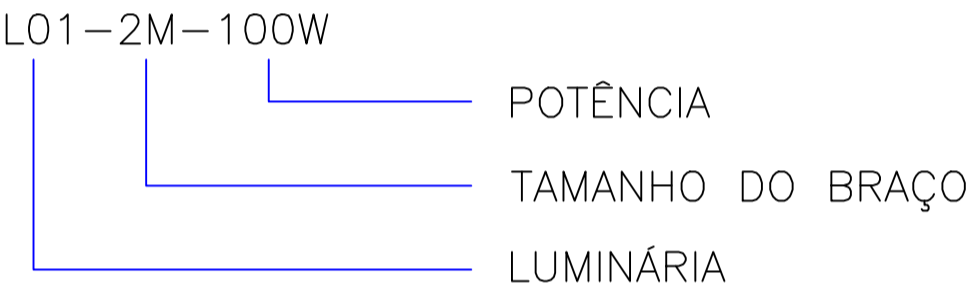
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO SANTO ANTÔNIO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rolê Embutido	143
	Braço Curvo - 2 metros	143



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA DE
CRESCE

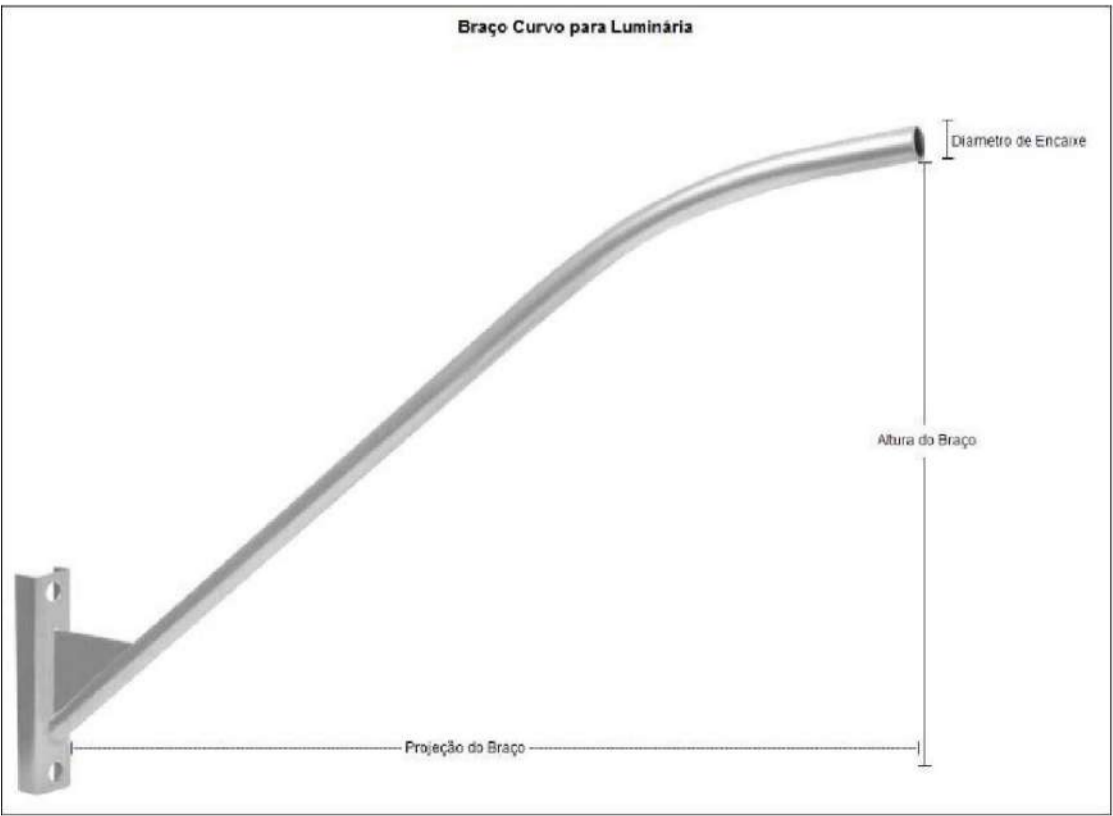
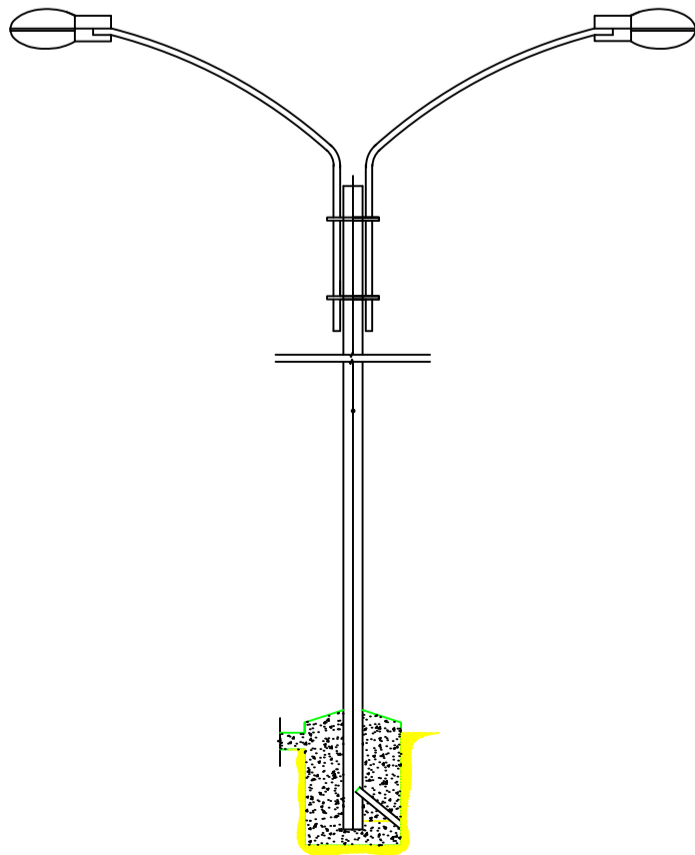
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

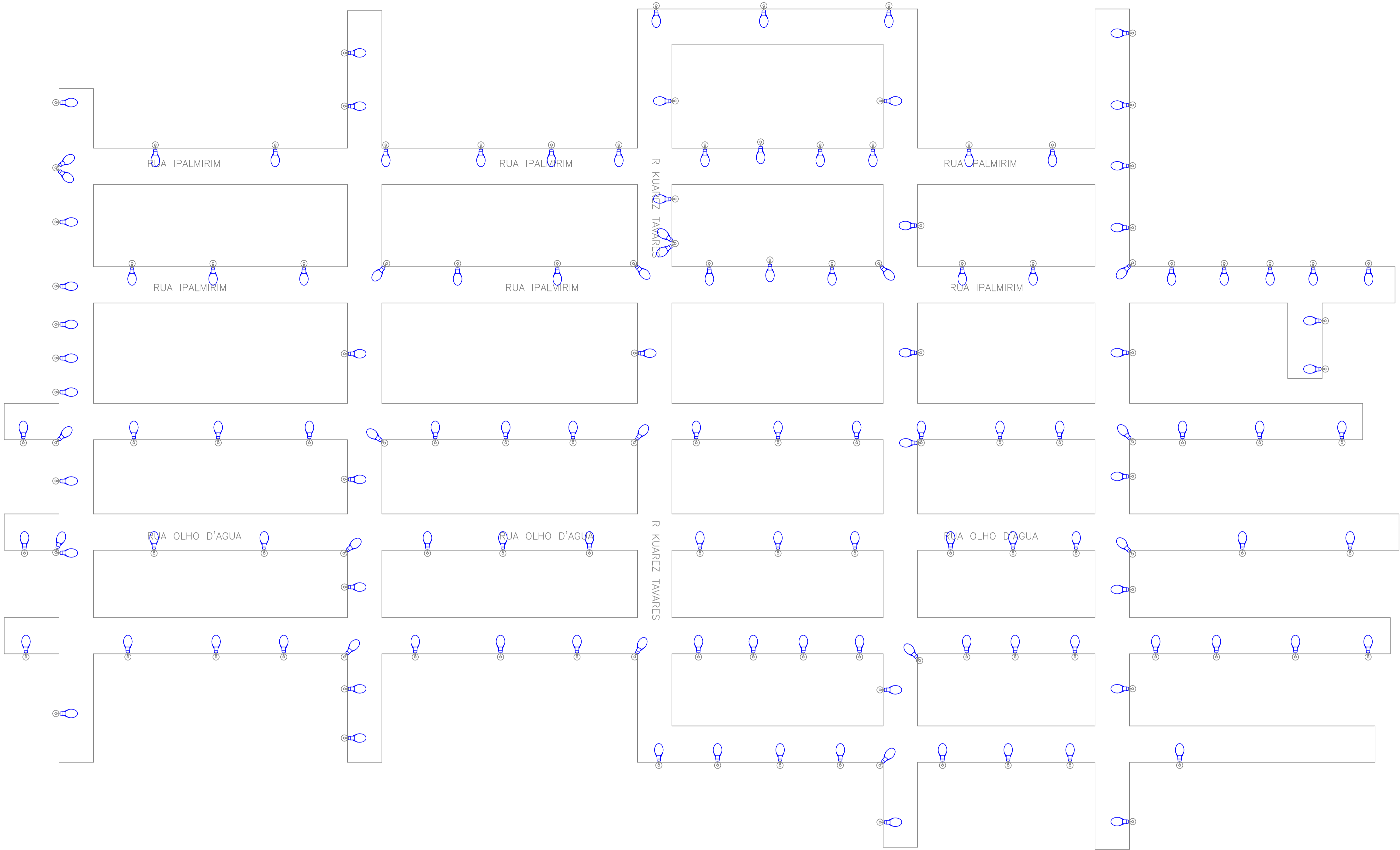
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO VILA ADELAIDE CABRAL
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00





LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Ralê Embutido	143
	Braço Curvo - 2 metros	143

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

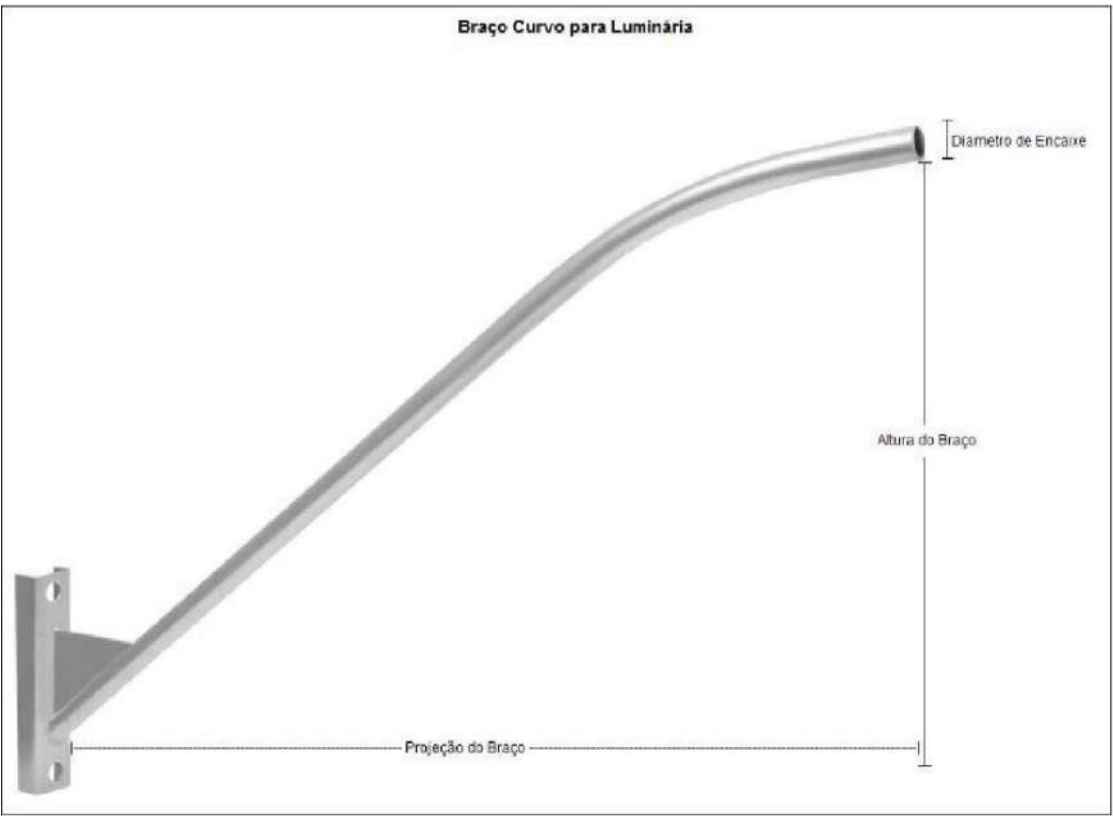
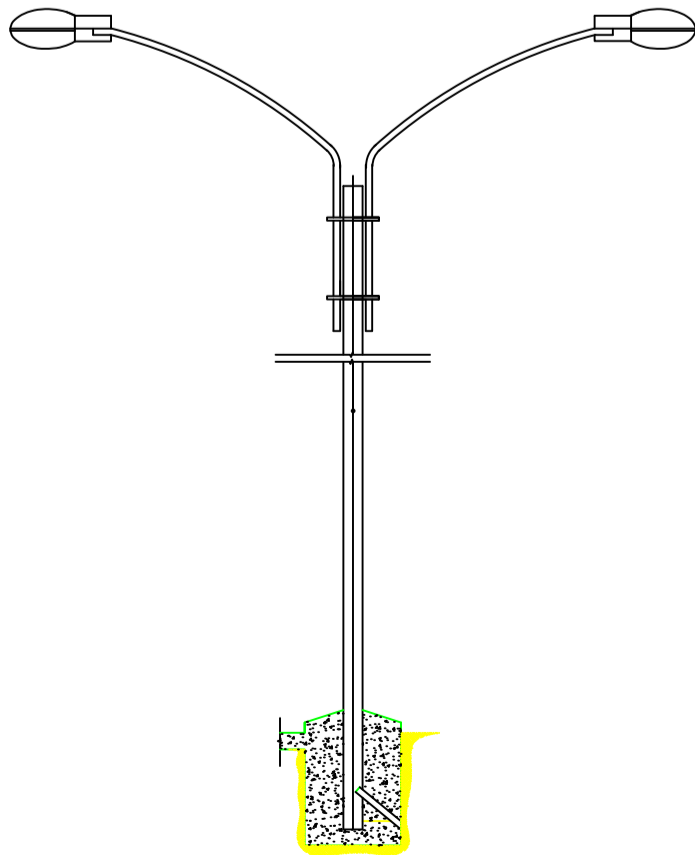
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

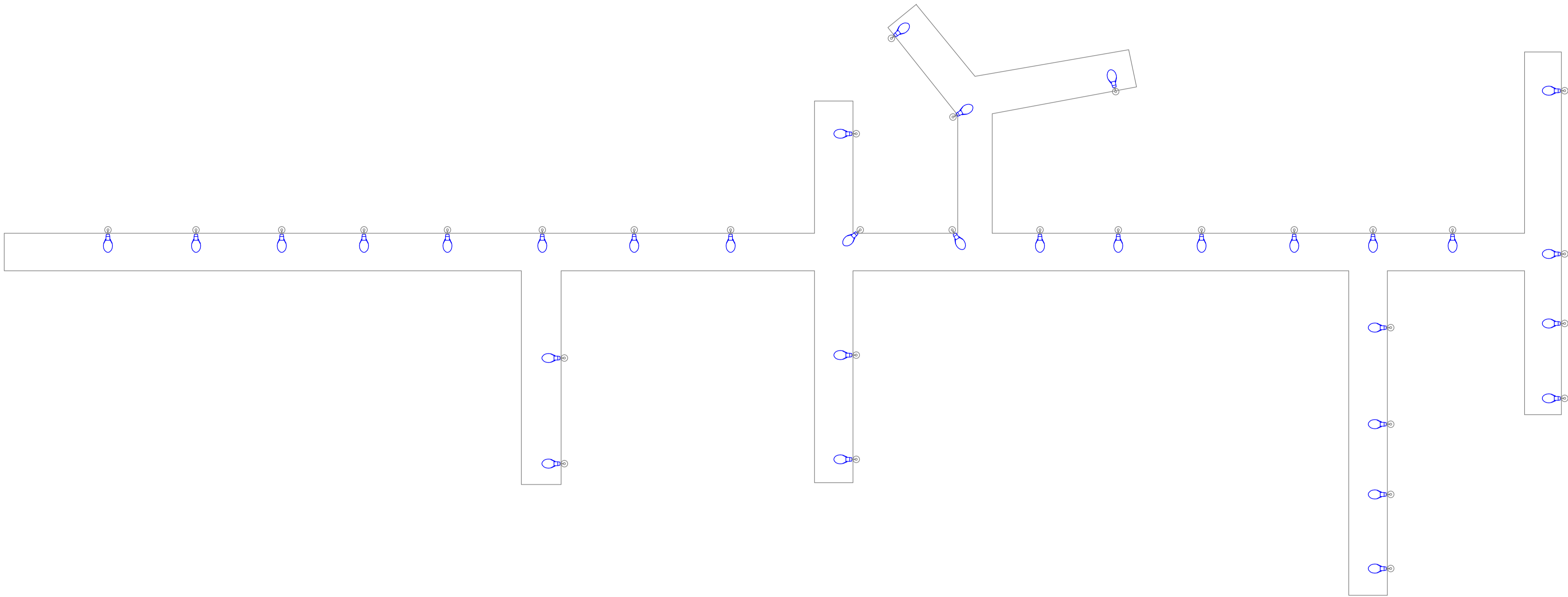
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

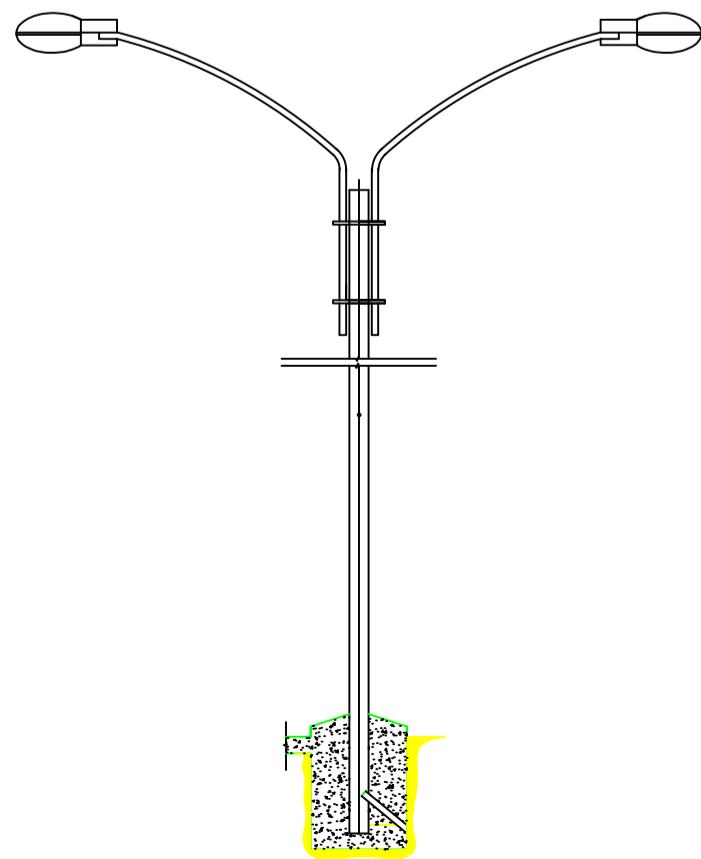
TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO VILA ADELAIDE CABRAL
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

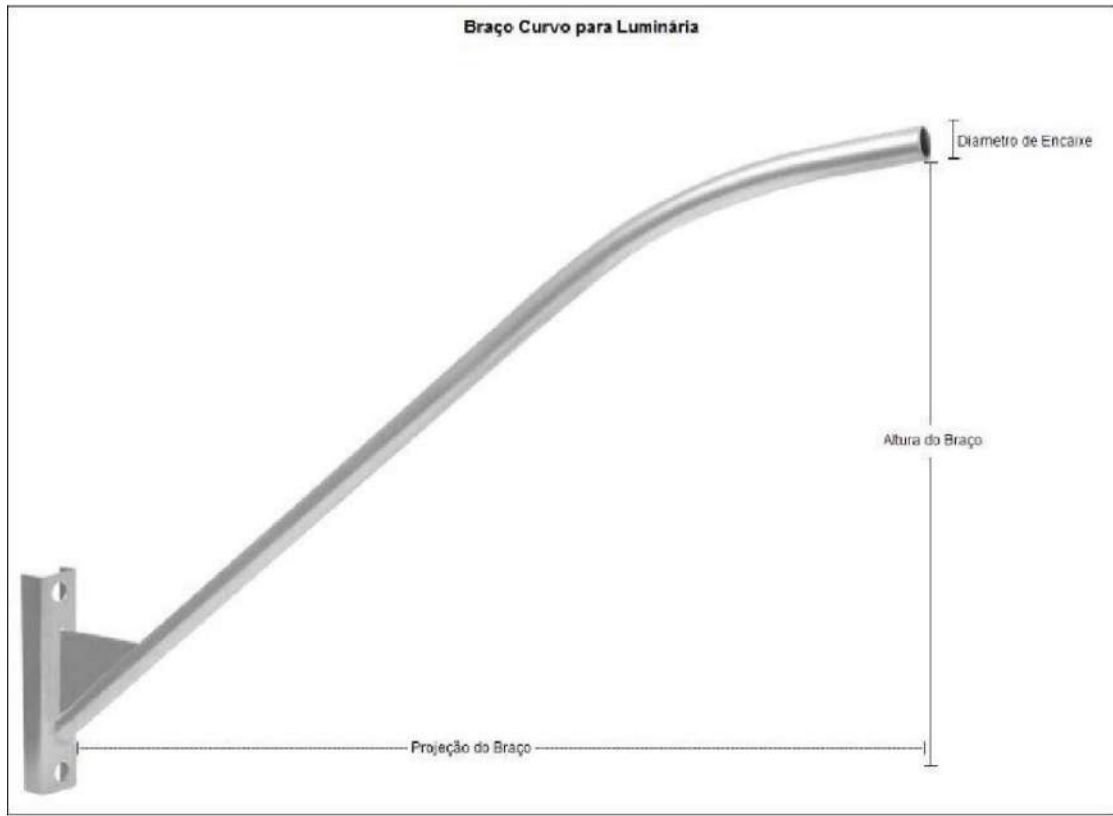




LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	16
	Braço Curvo - 2 metros	16



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº

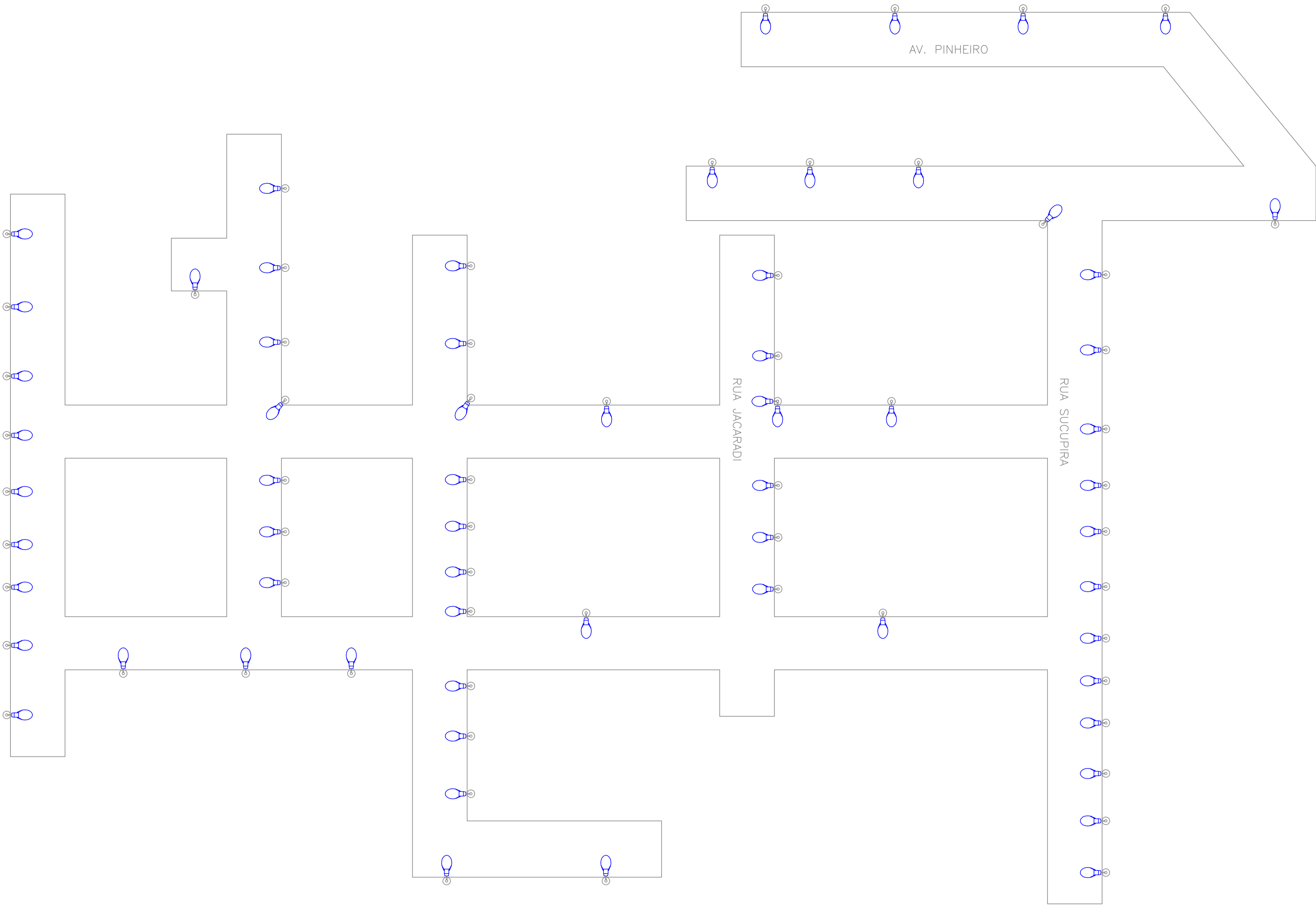


TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

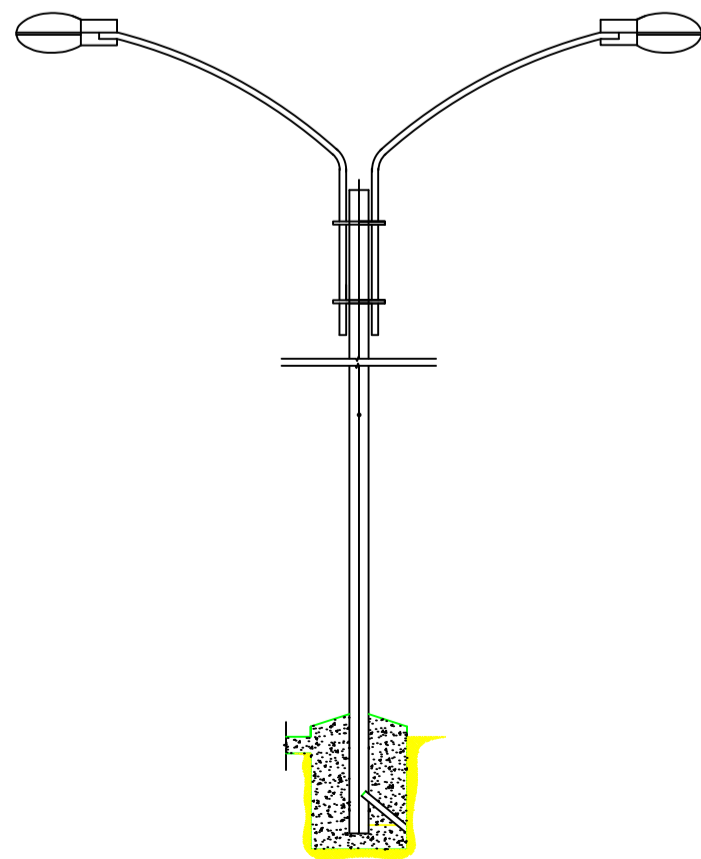
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

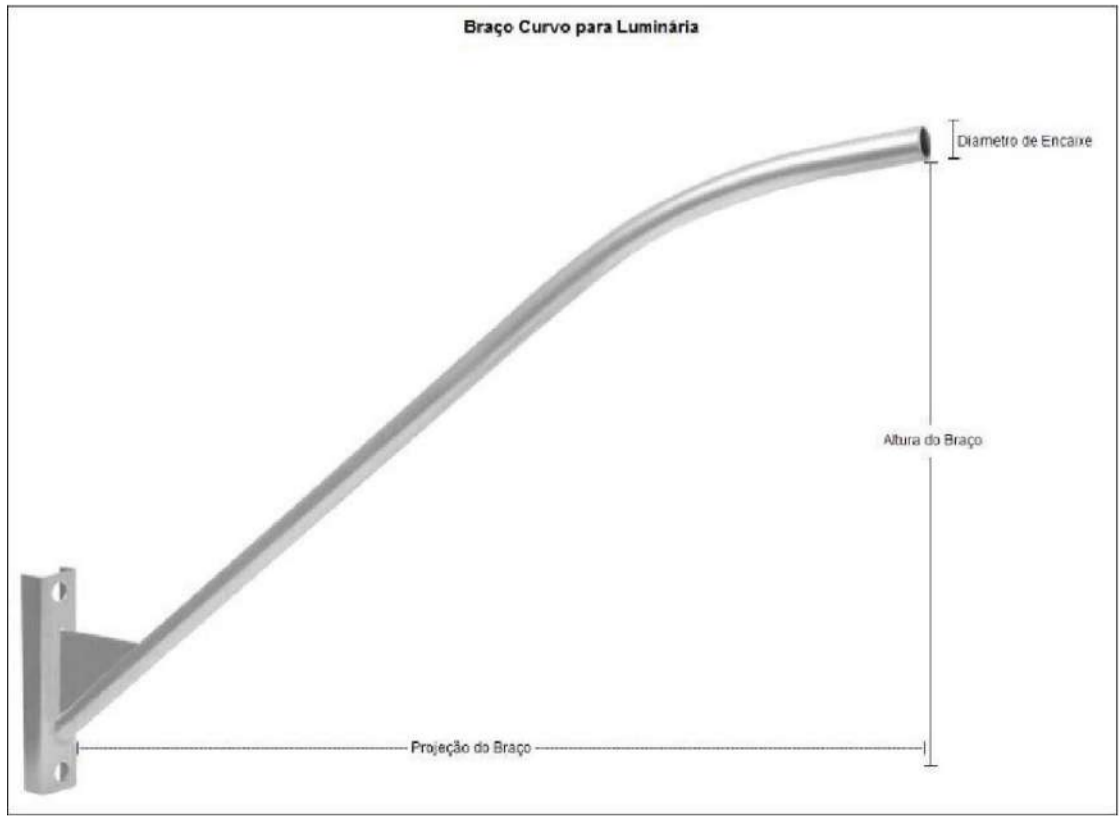
EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO BAIRRO VILA ADELAIDE CABRAL Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	64
	Braço Curvo - 2 metros	64



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

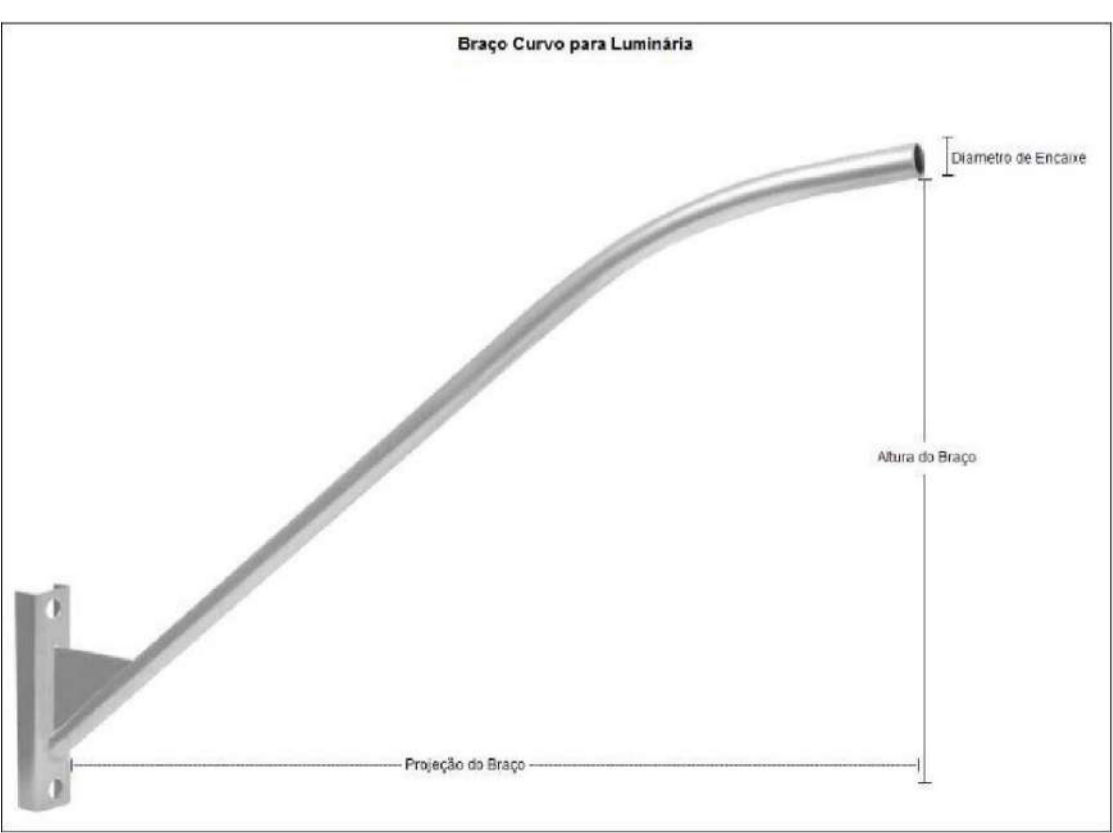
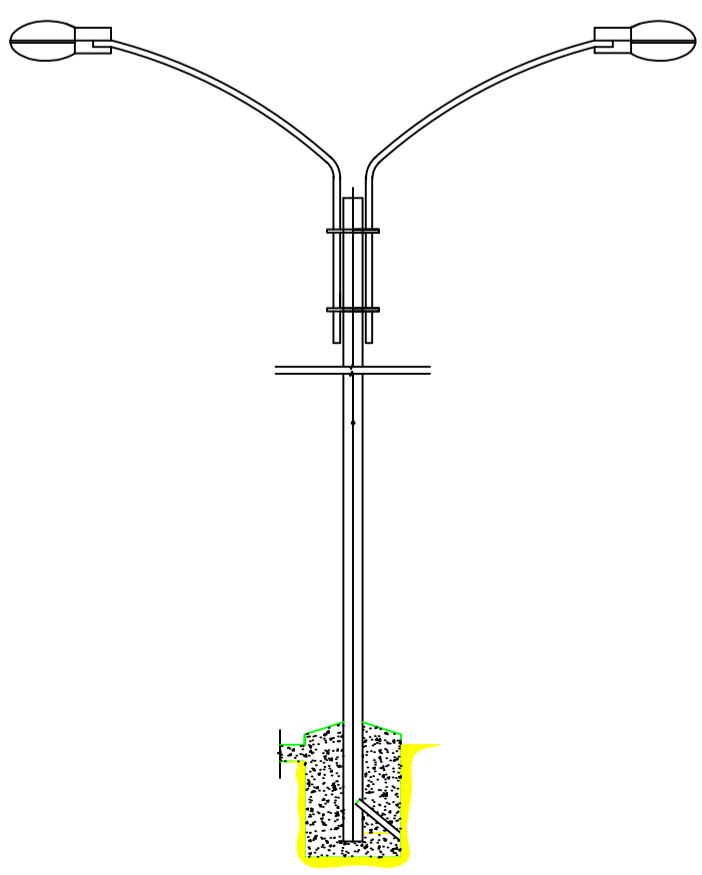
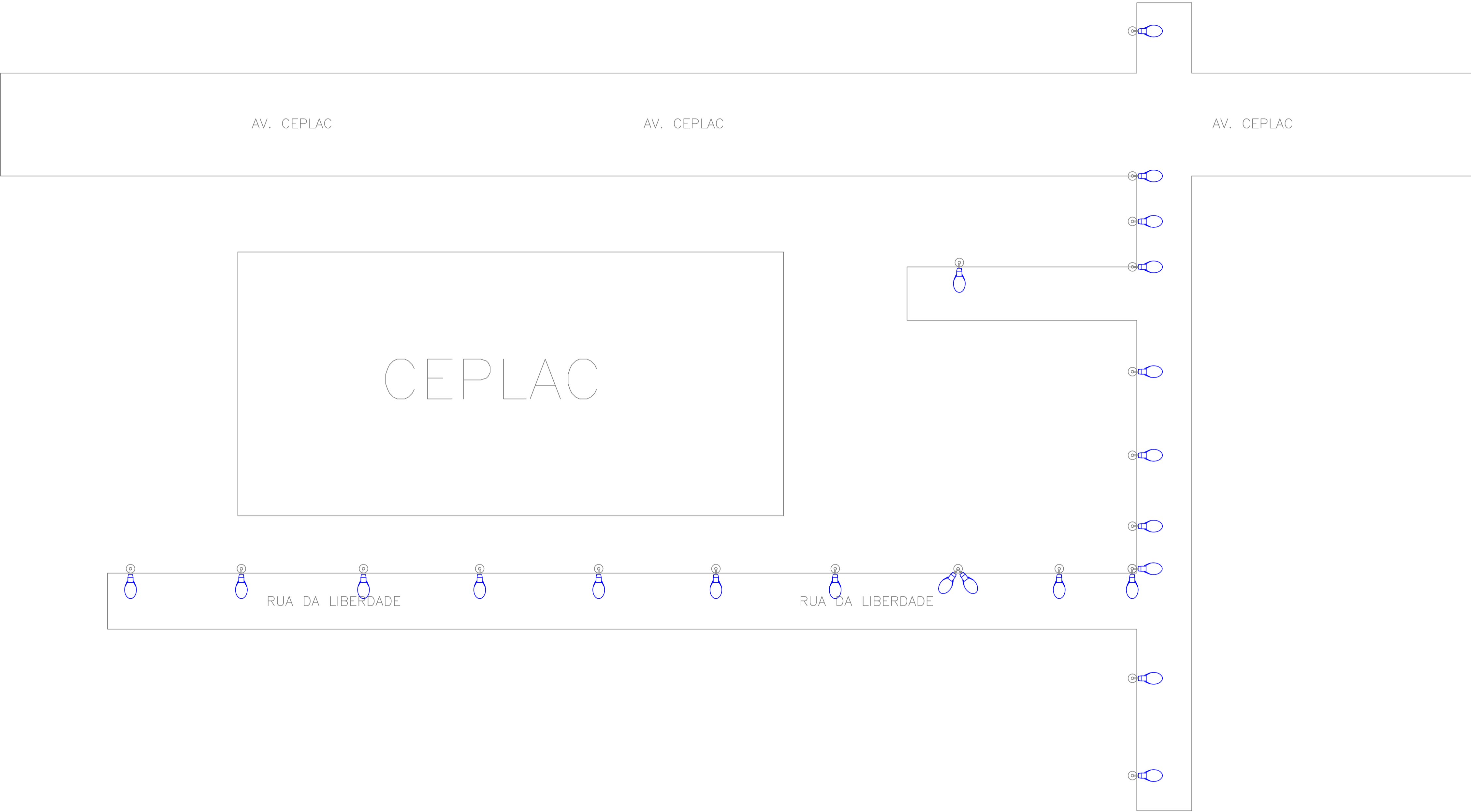
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO PINHEIRO PARQUE
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído	23
	Braço Curvo - 2 metros	23

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

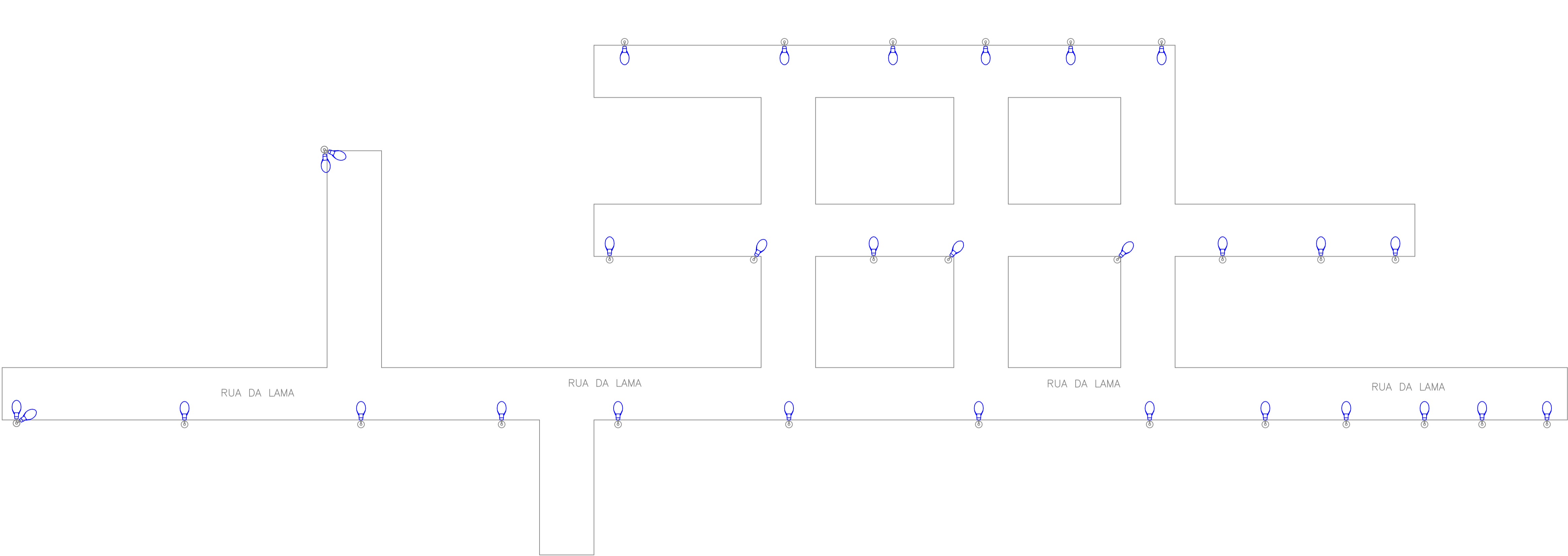
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

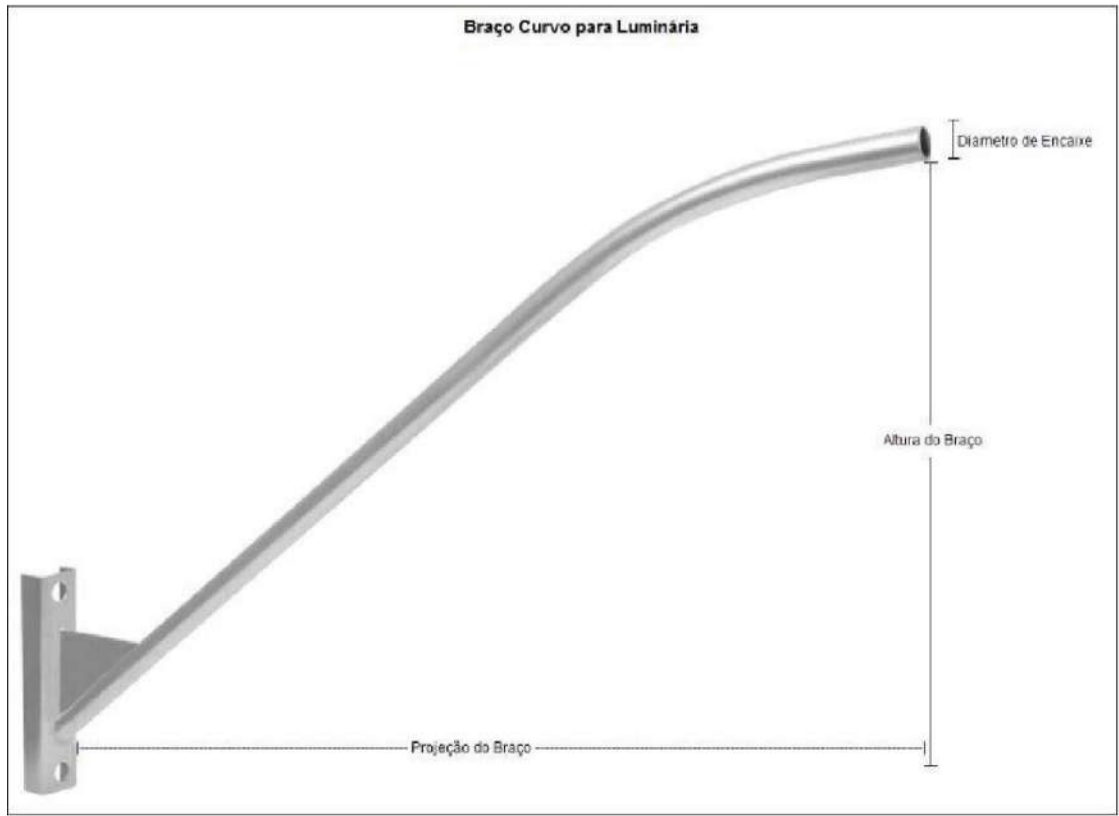
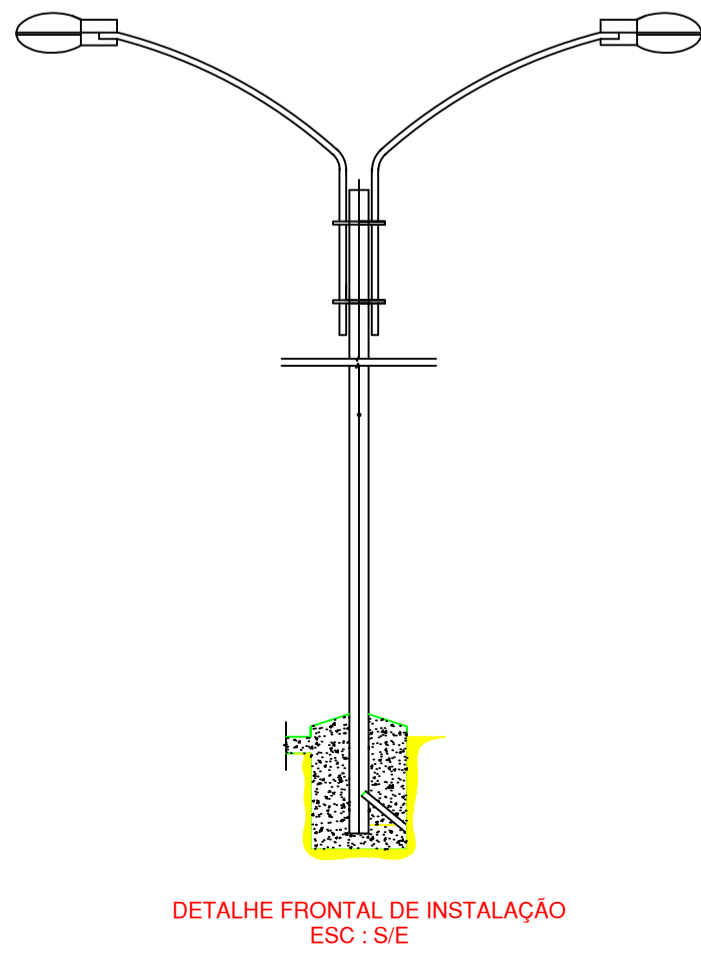
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO PINHEIRO PARQUE
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embulido	30
	Braço Curvo - 2 metros	30



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

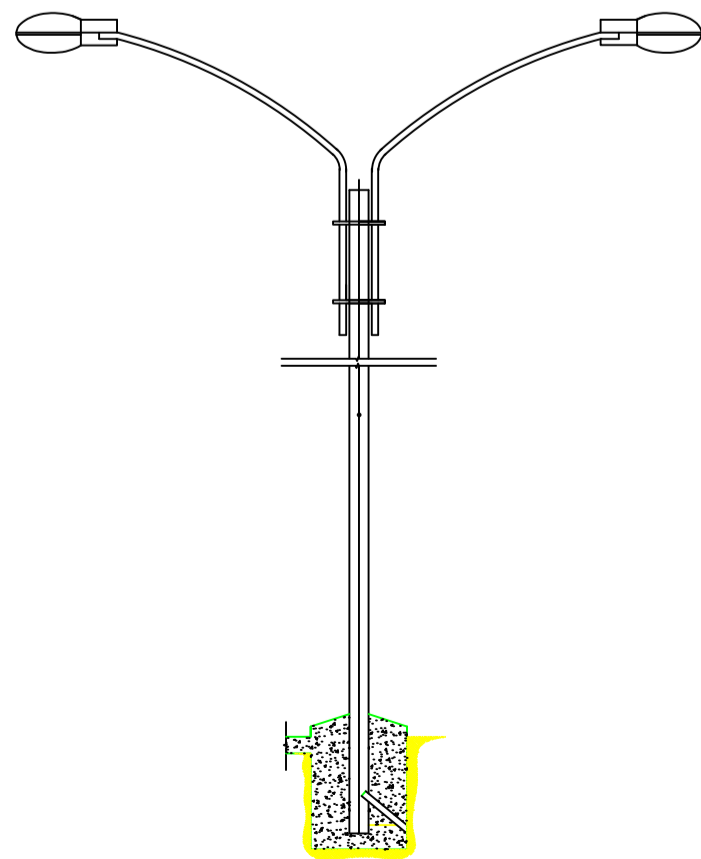
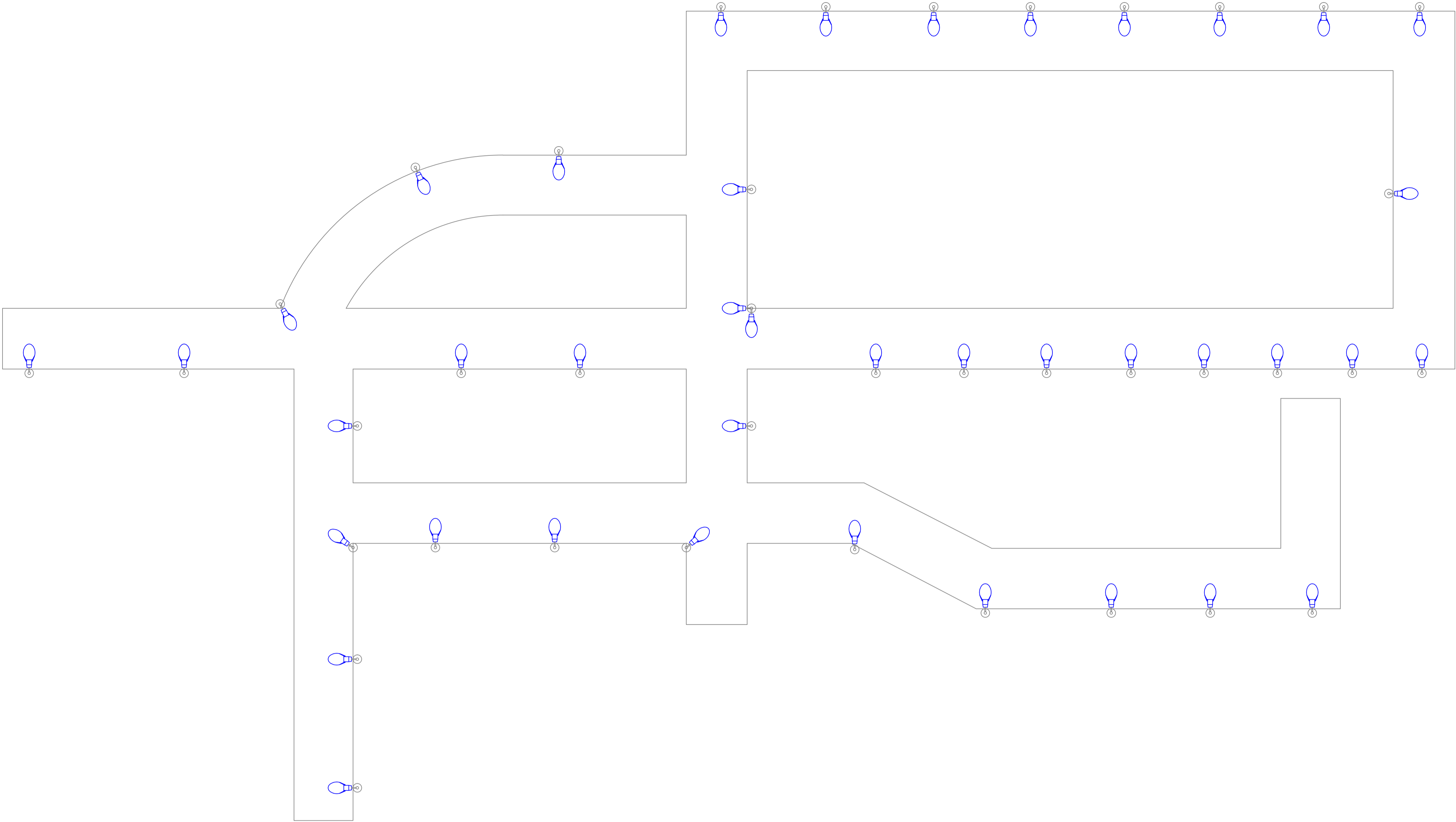
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
MERCADO CENTRAL
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

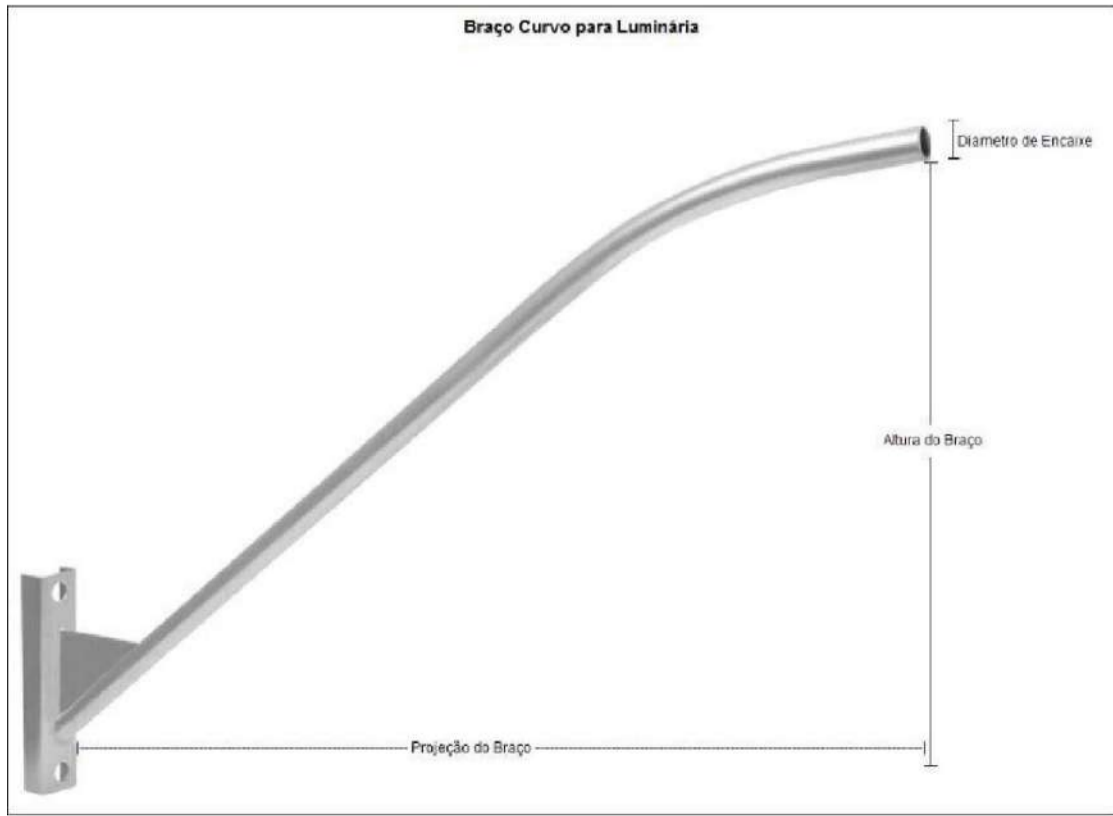
PROJETO
AS BUILT

FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido	40
	Braço Curvo - 2 metros	40

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

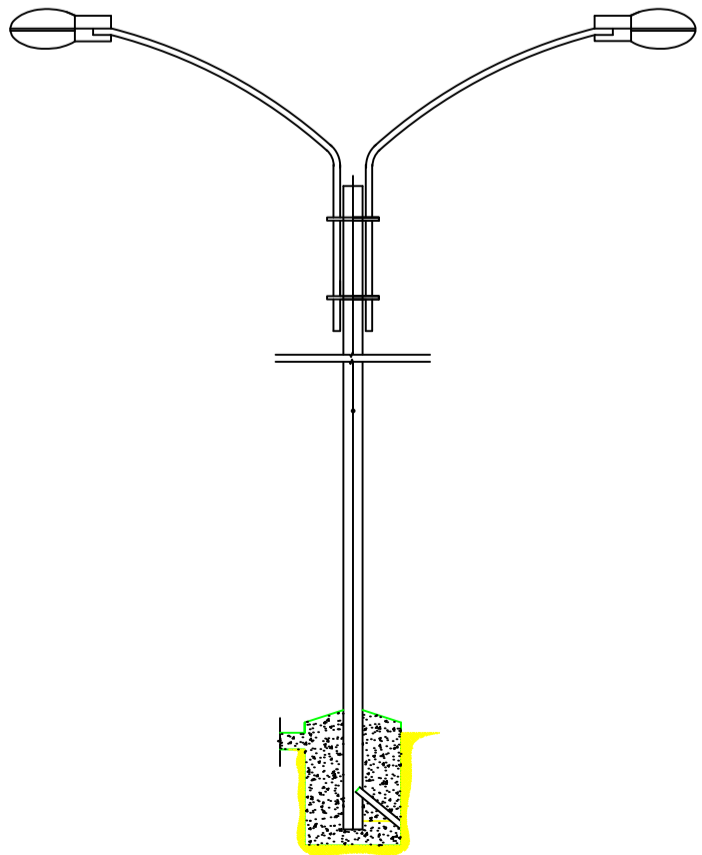
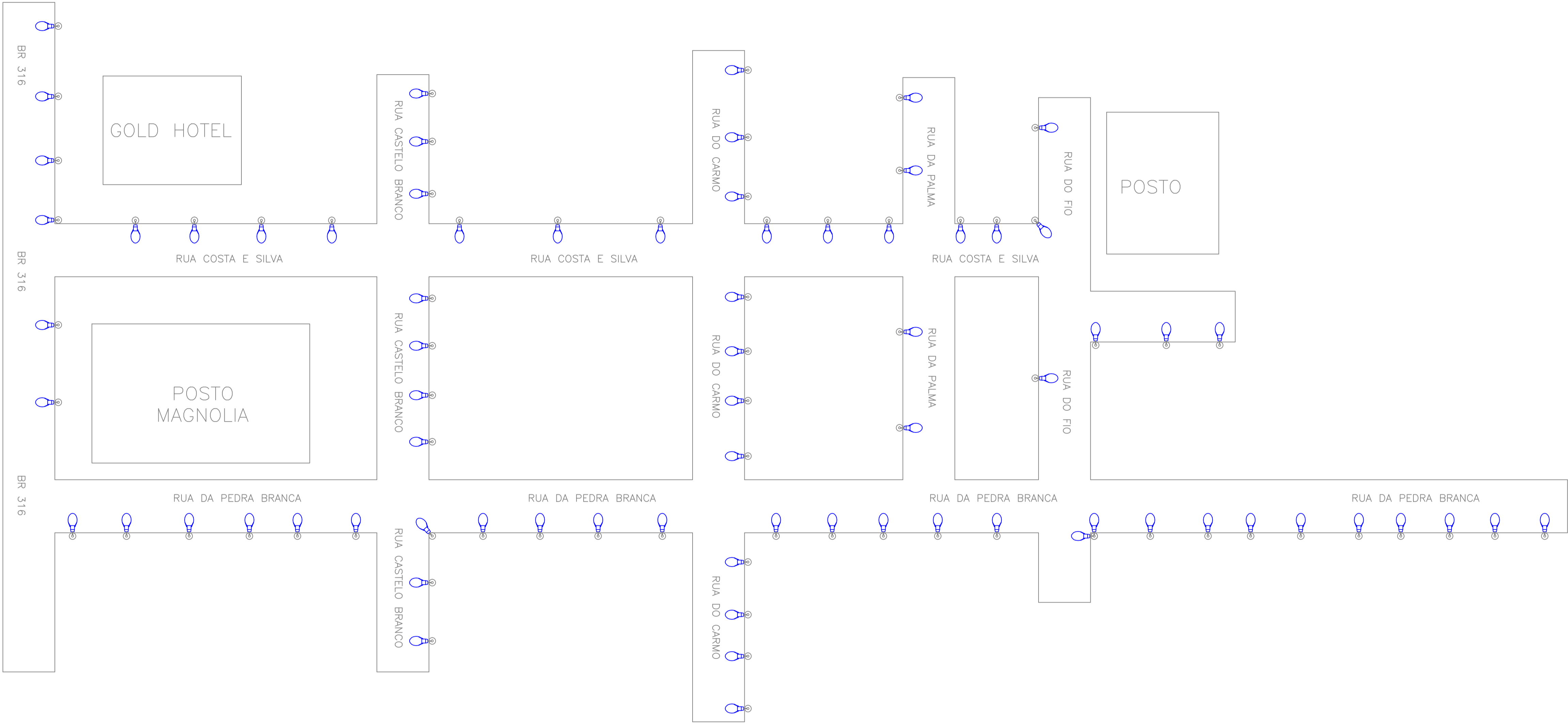
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BRISA DO PINDARE

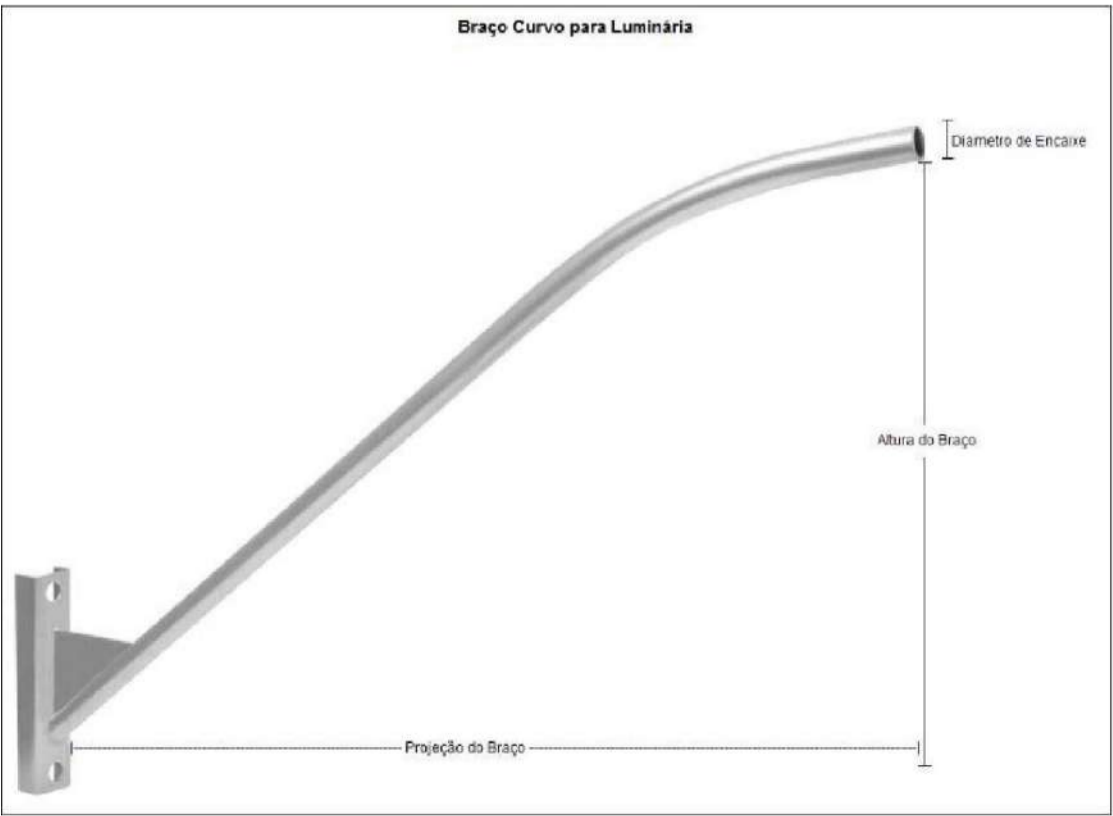
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relé Embuido	73
	Braço Curvo - 2 metros	73

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

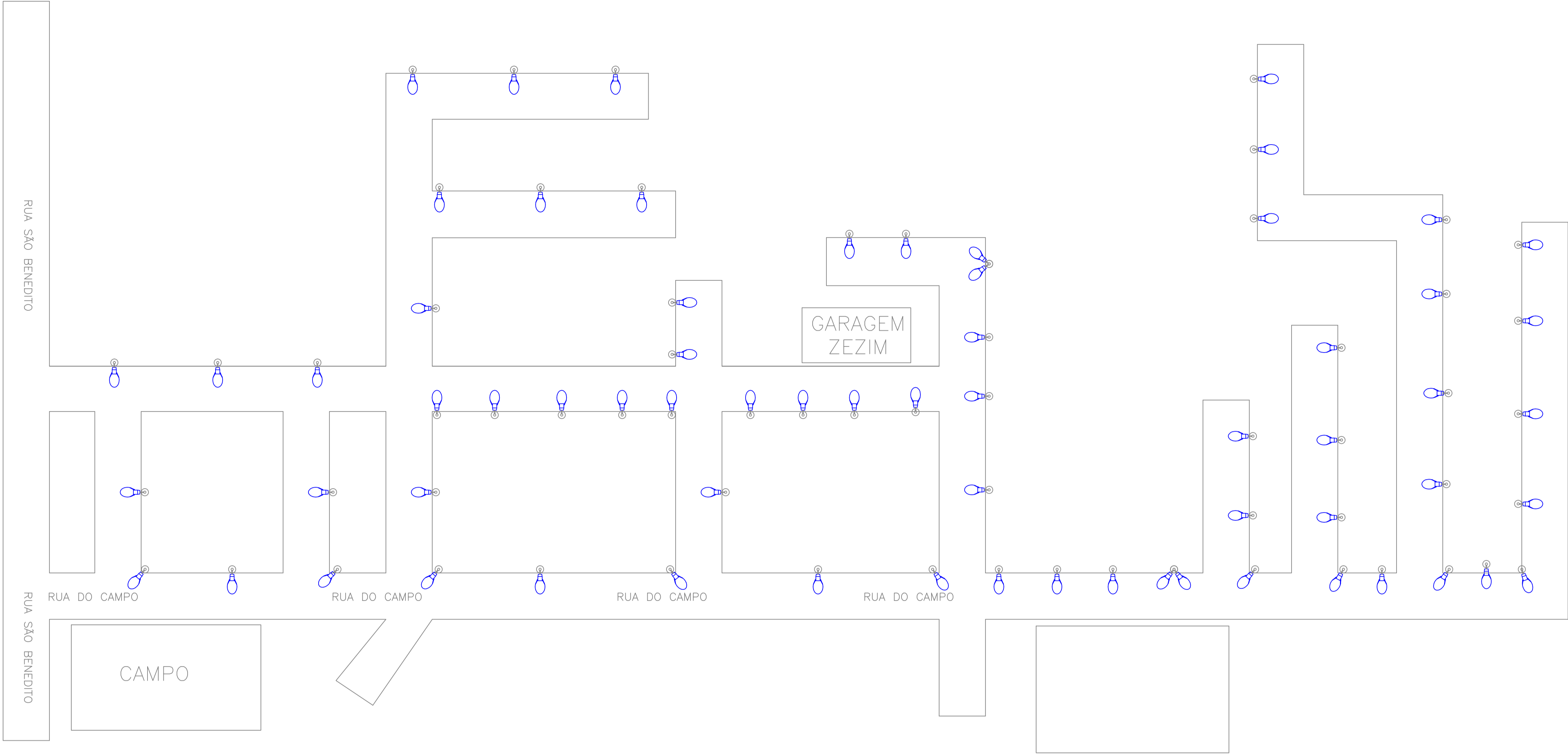
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO SÃO CRISTOVÃO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido	67
	Braço Curvo - 2 metros	67

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

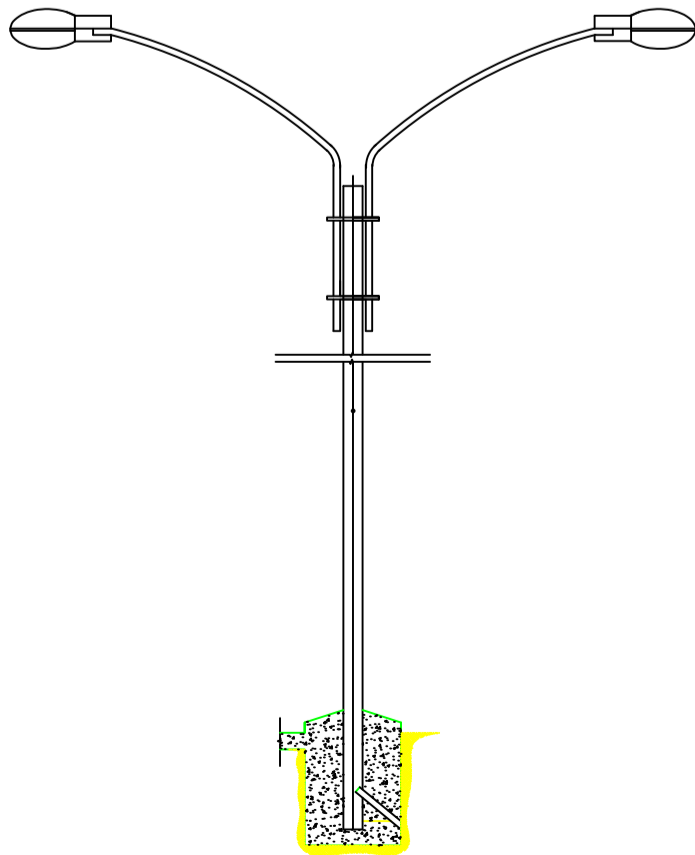
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO VILA PARENTE

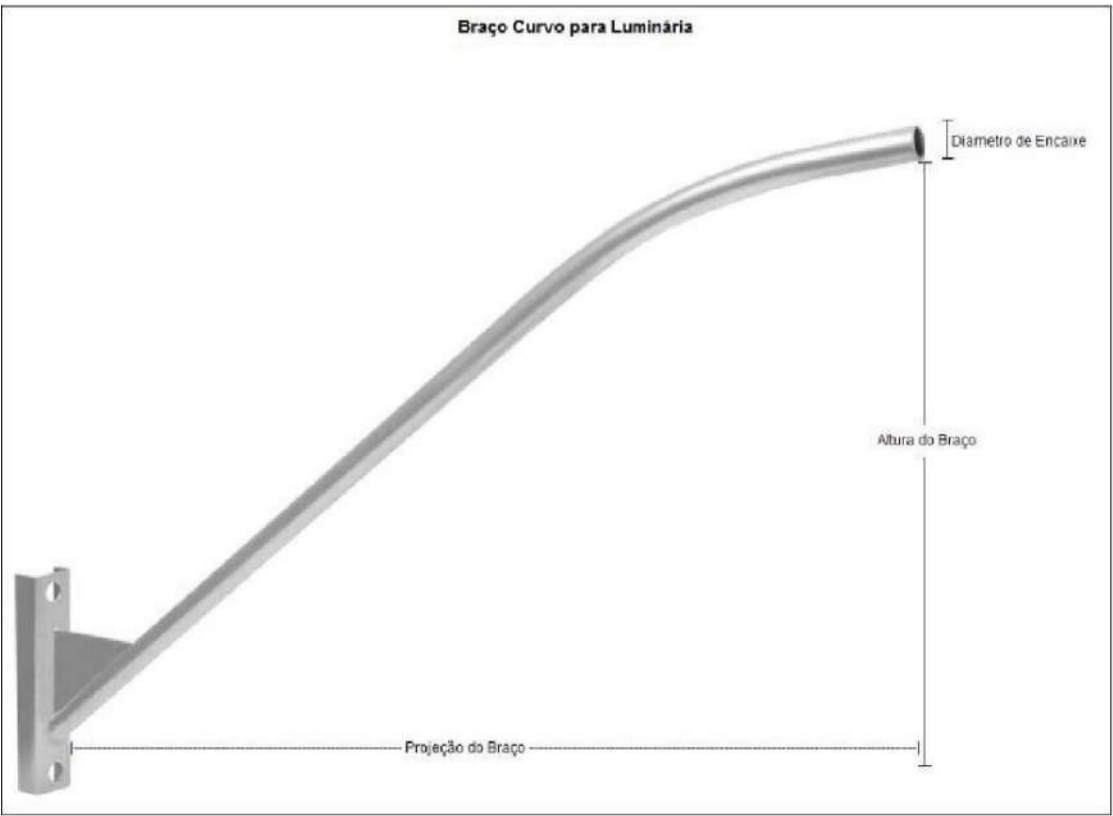
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

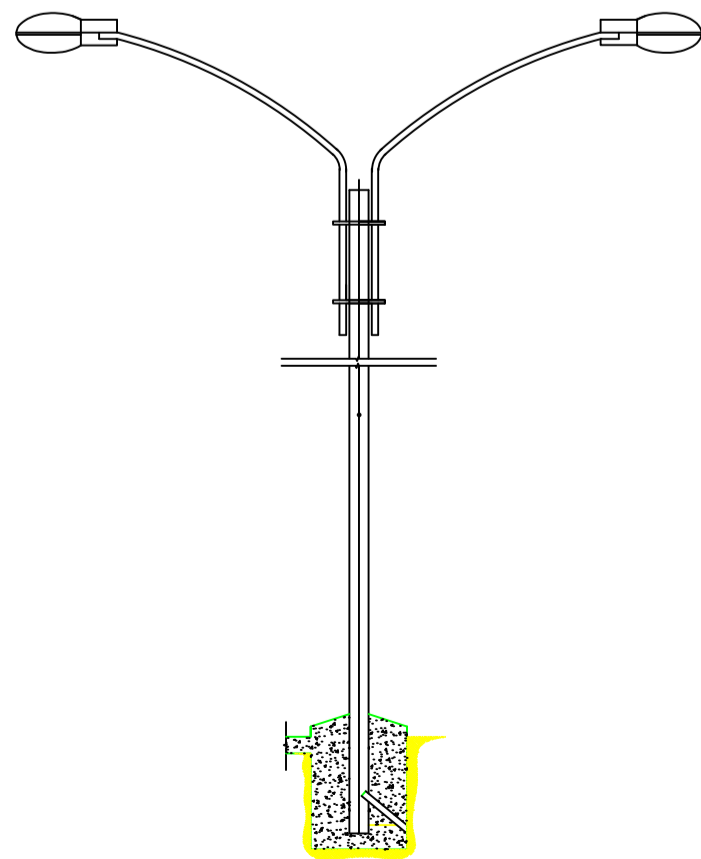
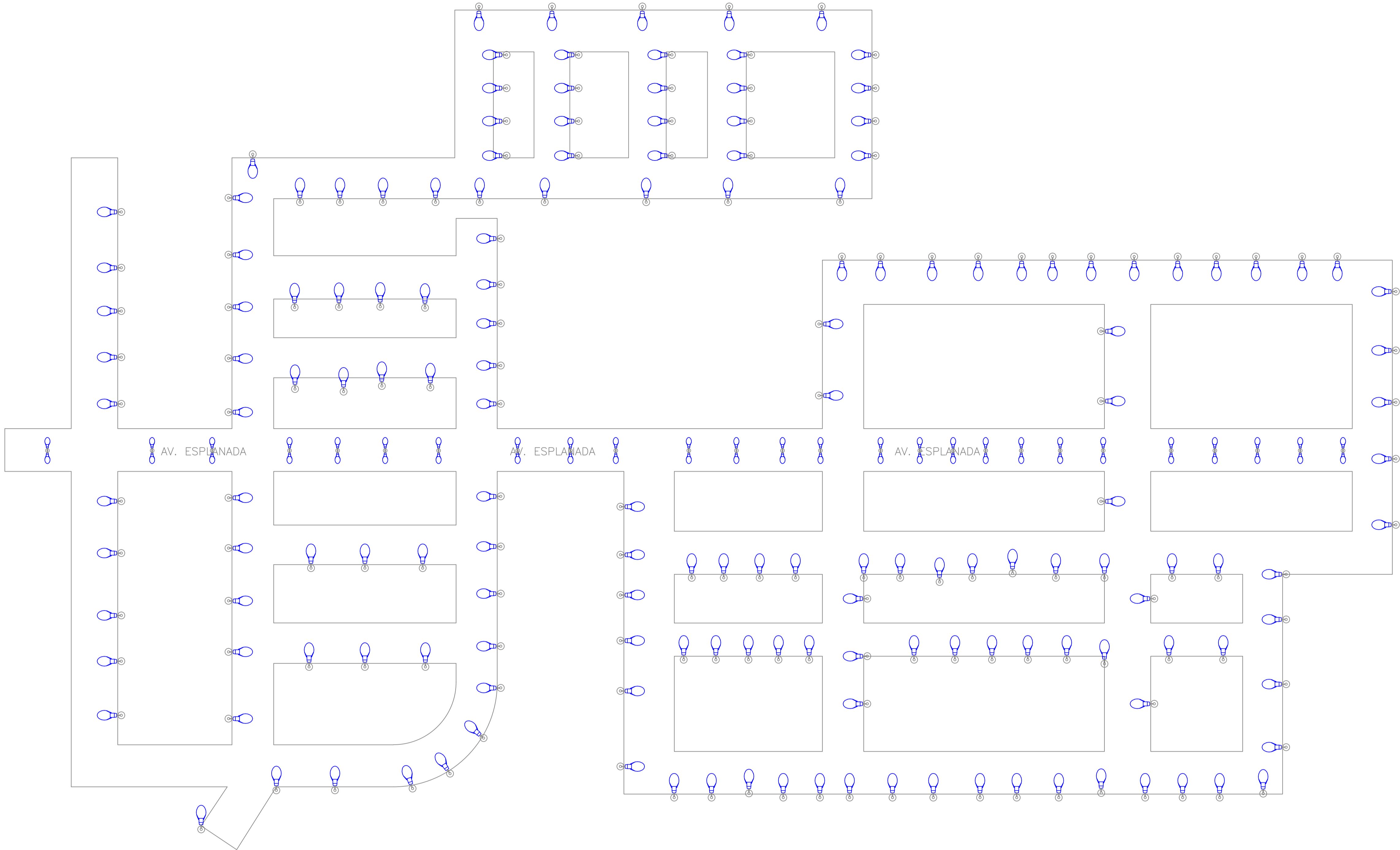


DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E

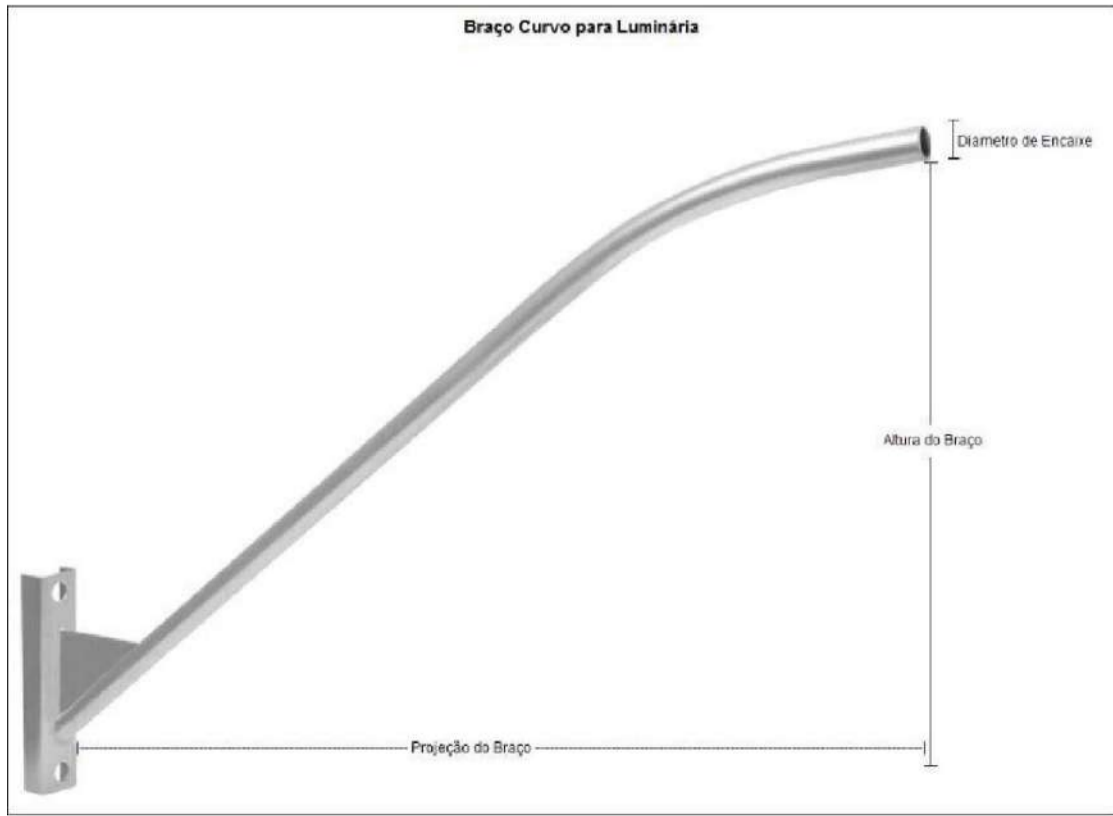


LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB





DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido	166
	Braço Curvo - 2 metros	166

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
que
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

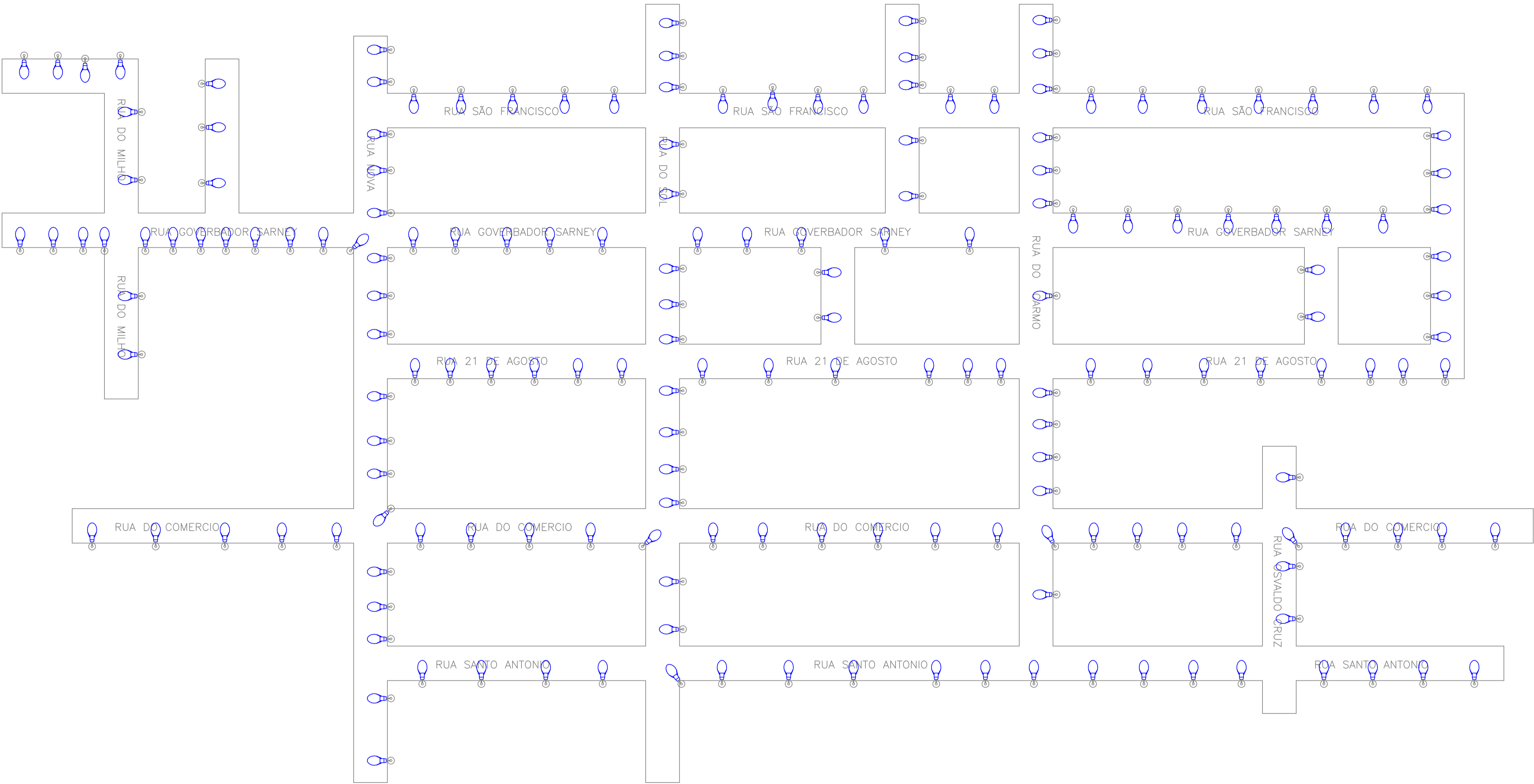
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO VILA PARENTE

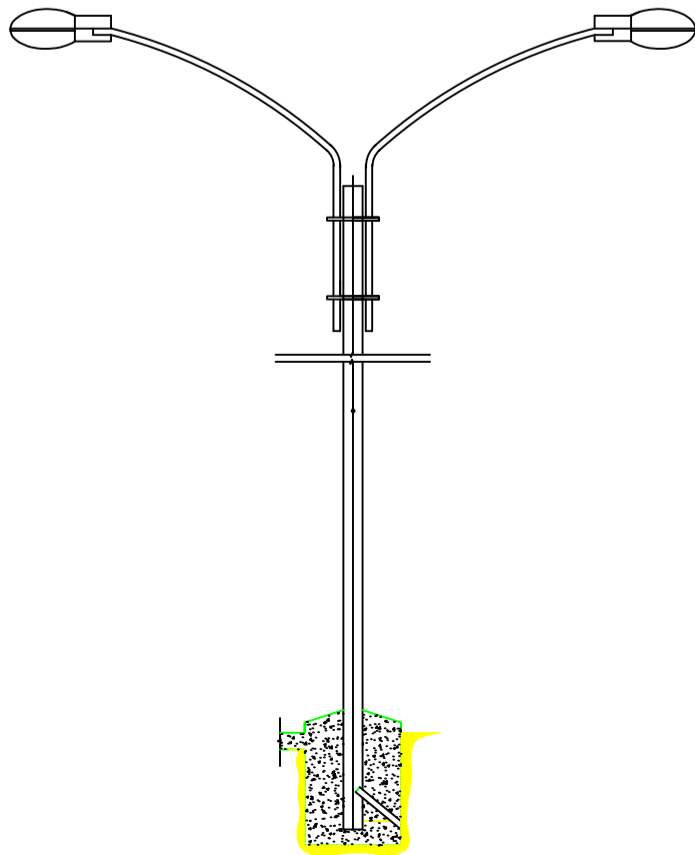
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

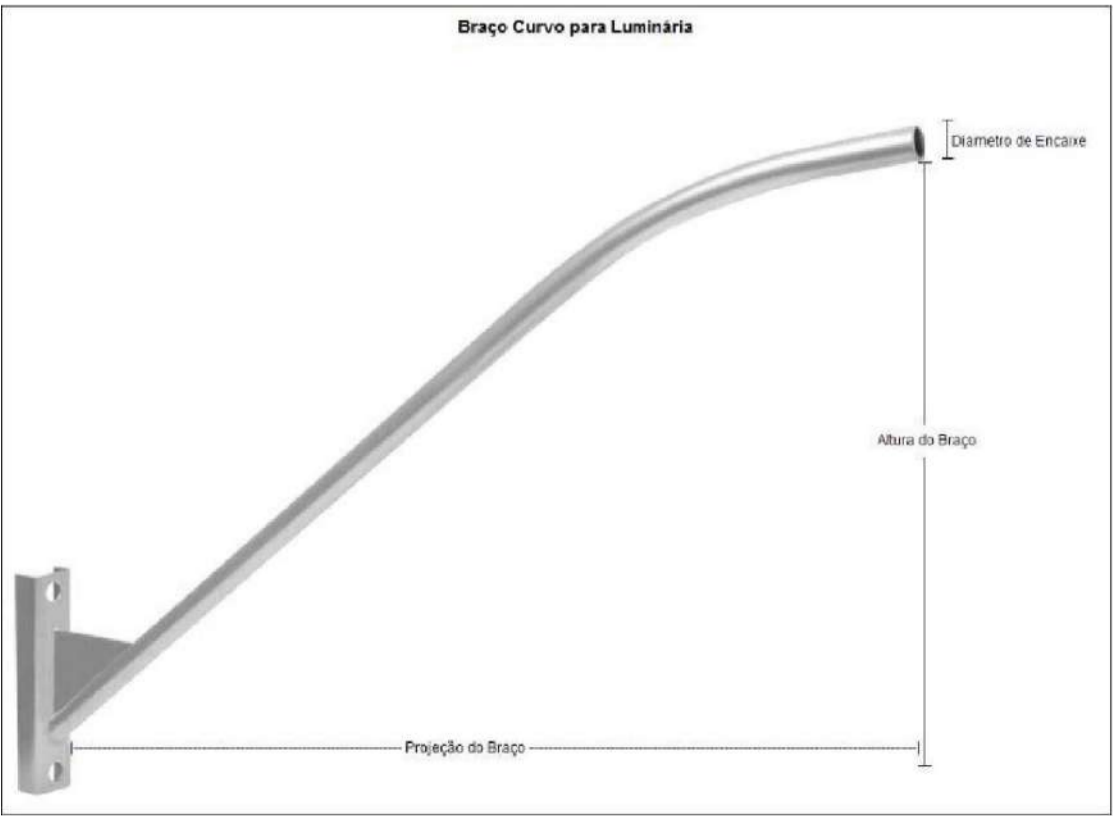
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido	185
	Braço Curvo - 2 metros	185



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO
R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE
COORDENADOR	-
PROJETISTA	
DESENHISTA	
FOLHA Nº	



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

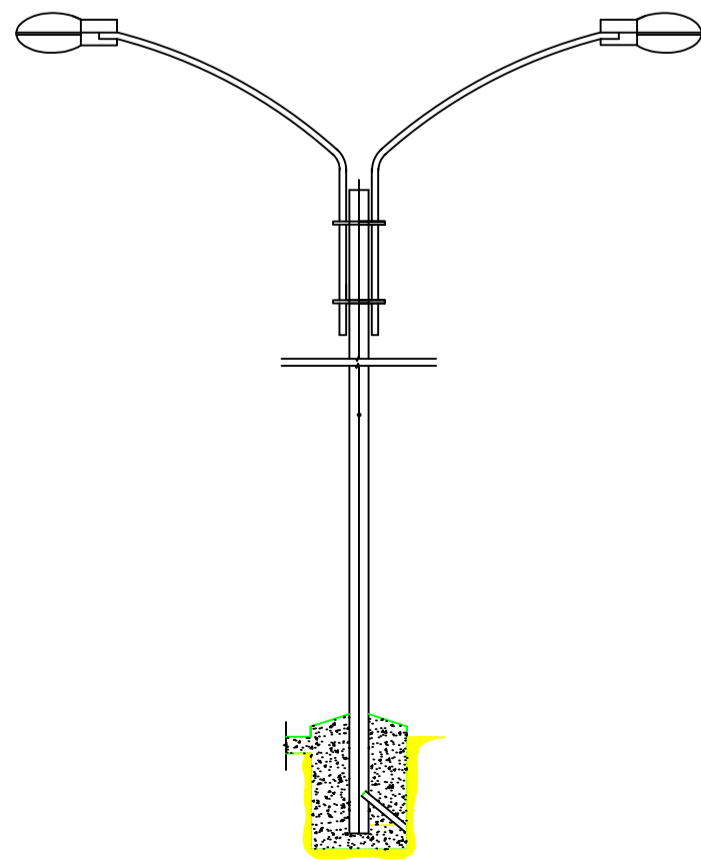
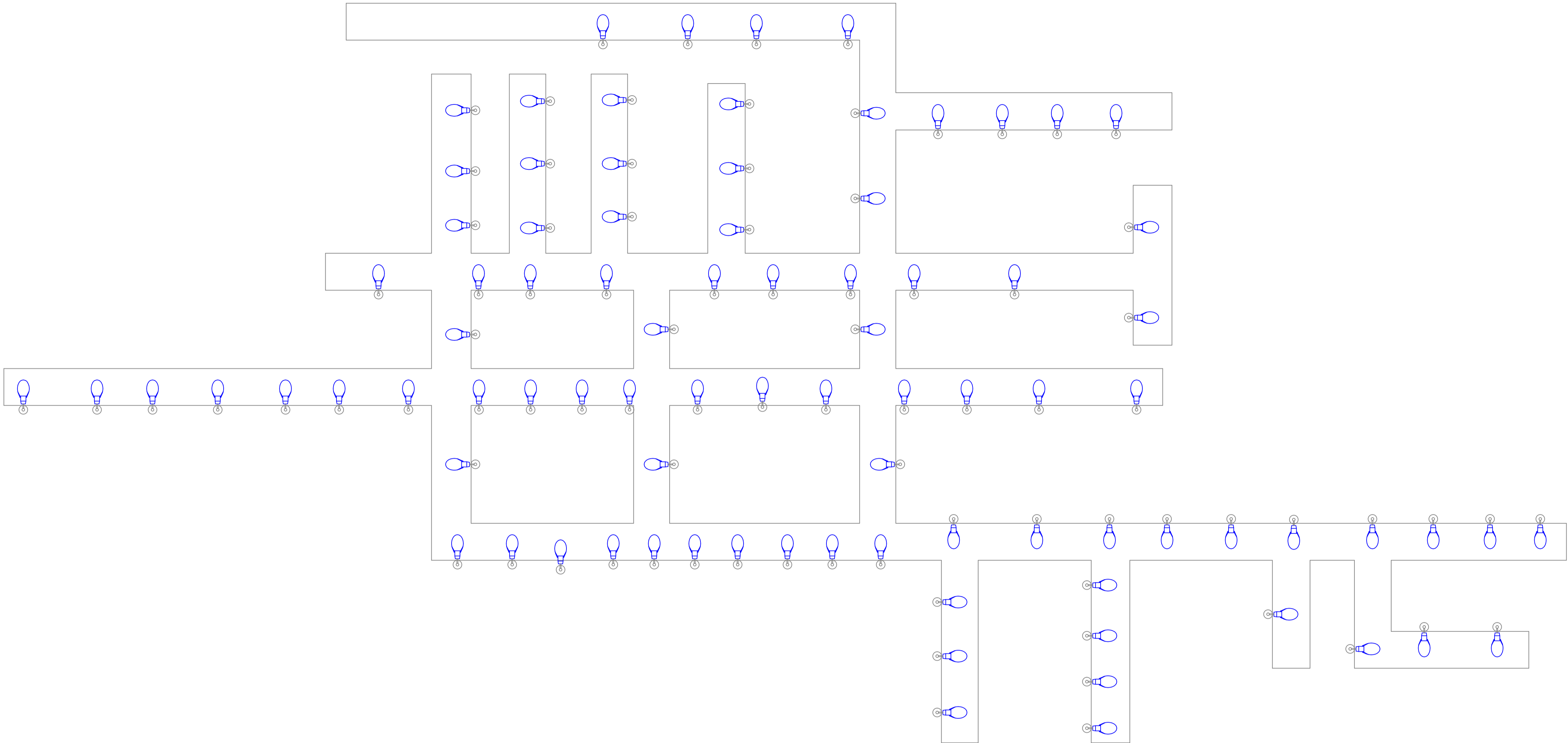
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRROS DO CENTRO

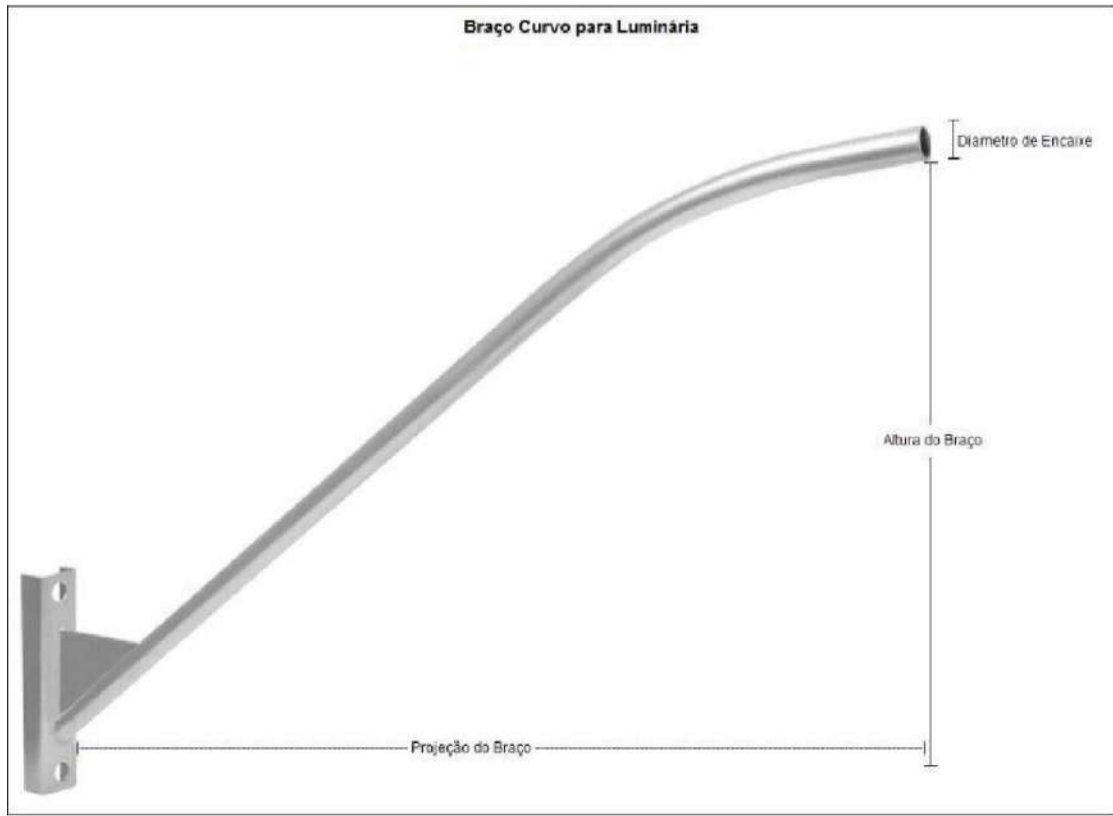
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuído	89
	Braço Curvo - 2 metros	89

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

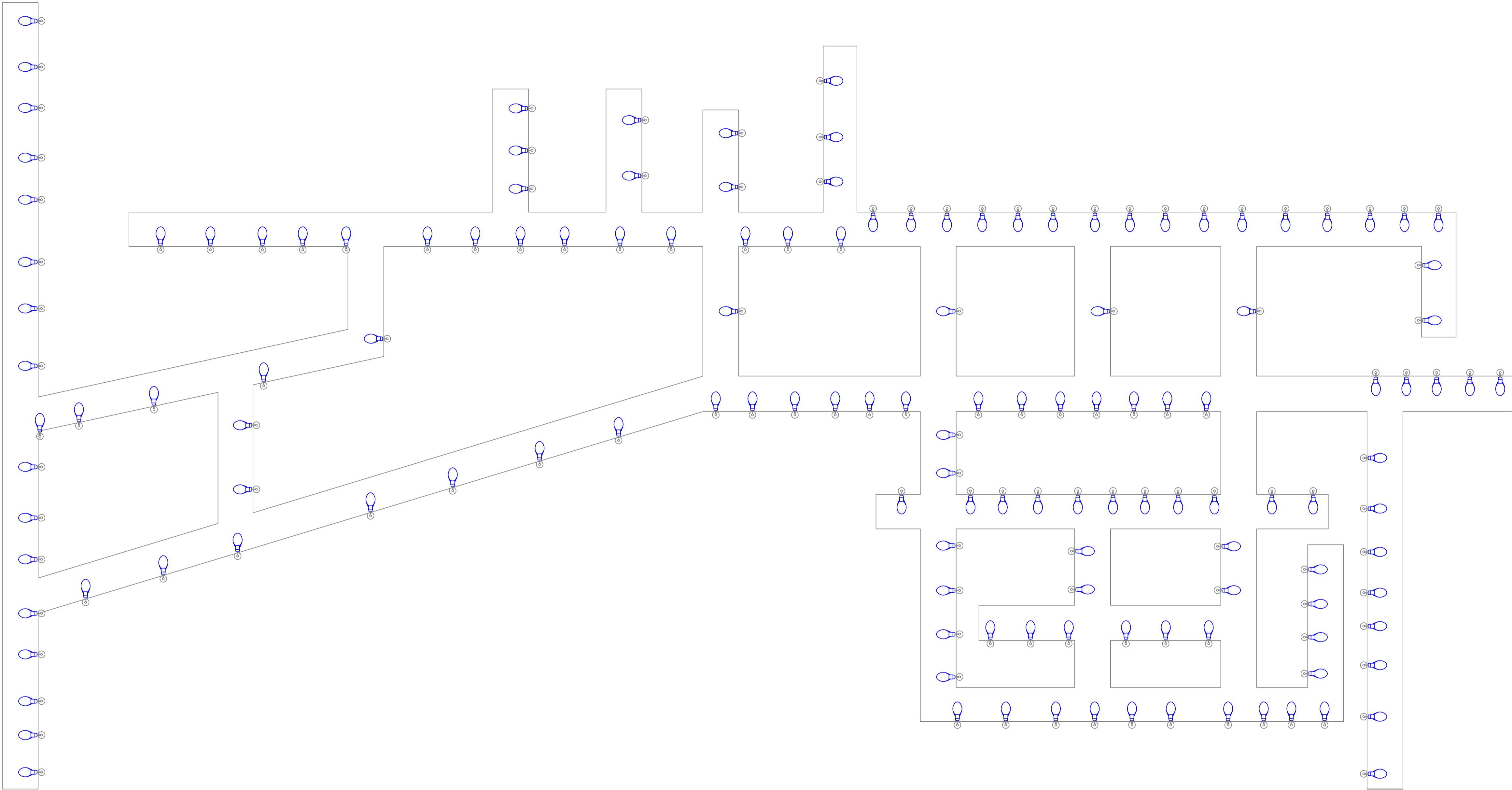
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO JARDIM ABREU

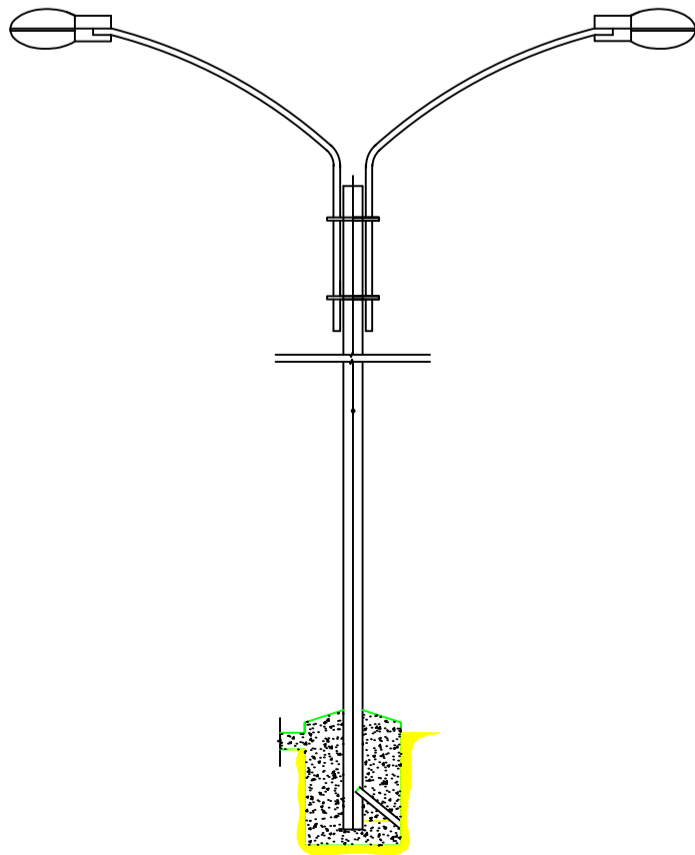
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

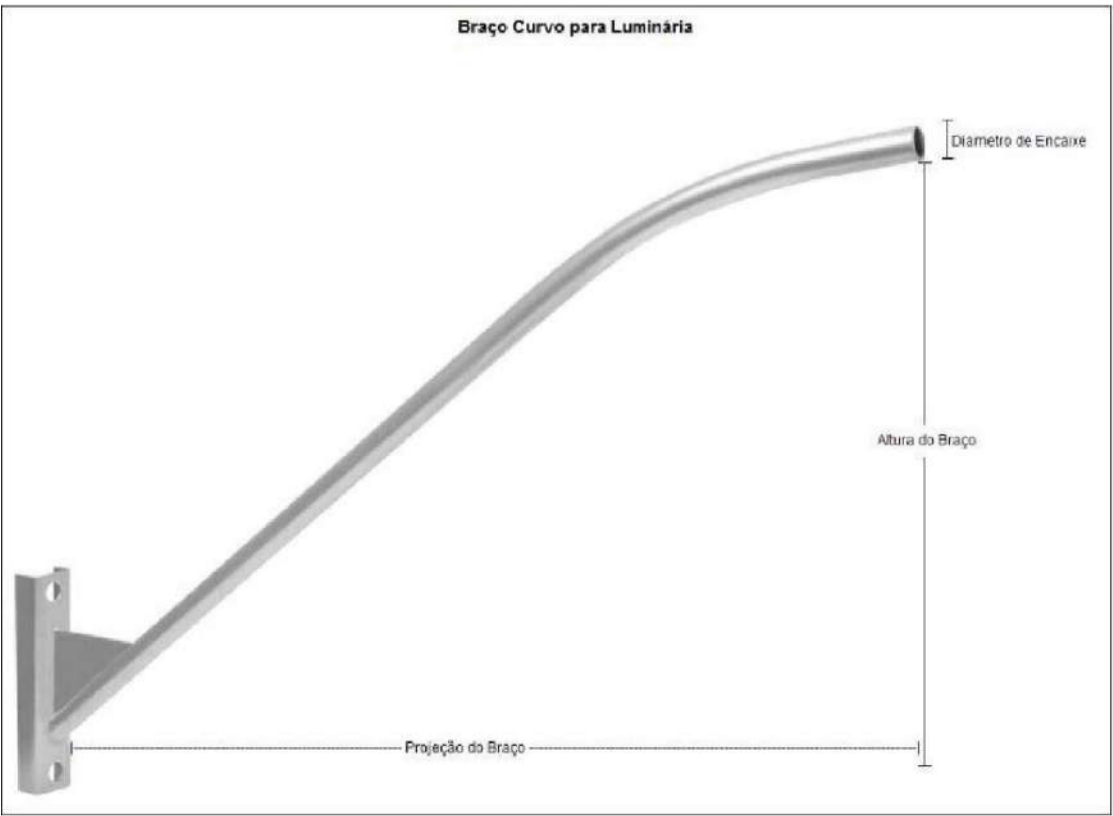
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rote Embutido	143
	Braço Curvo - 2 metros	143



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

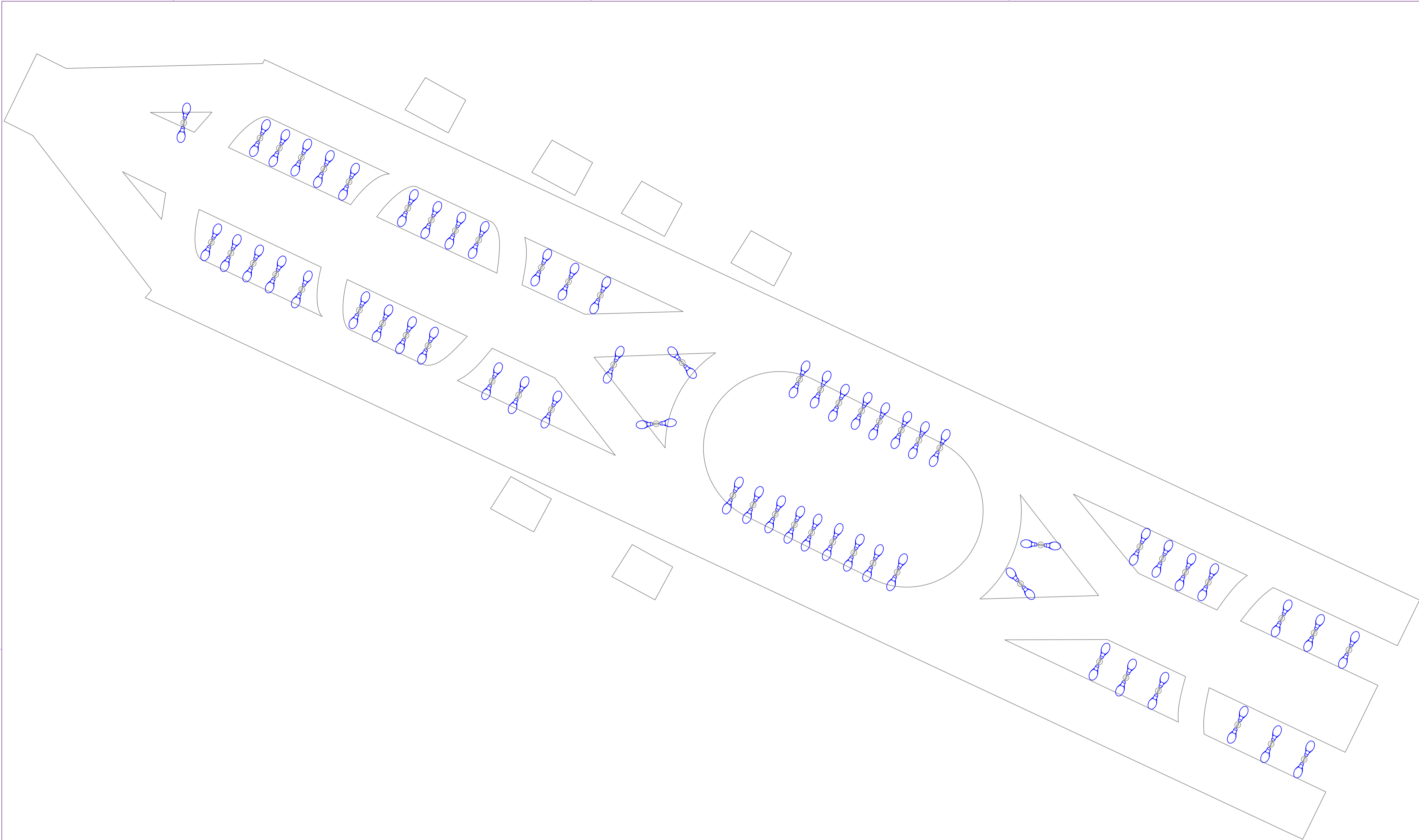
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

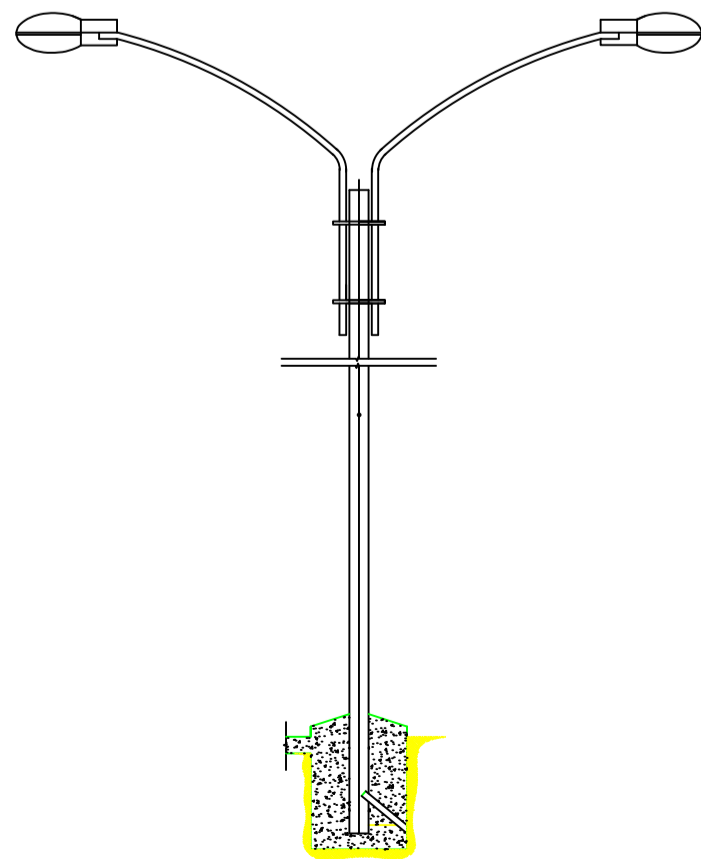
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO DO AEROPORTO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

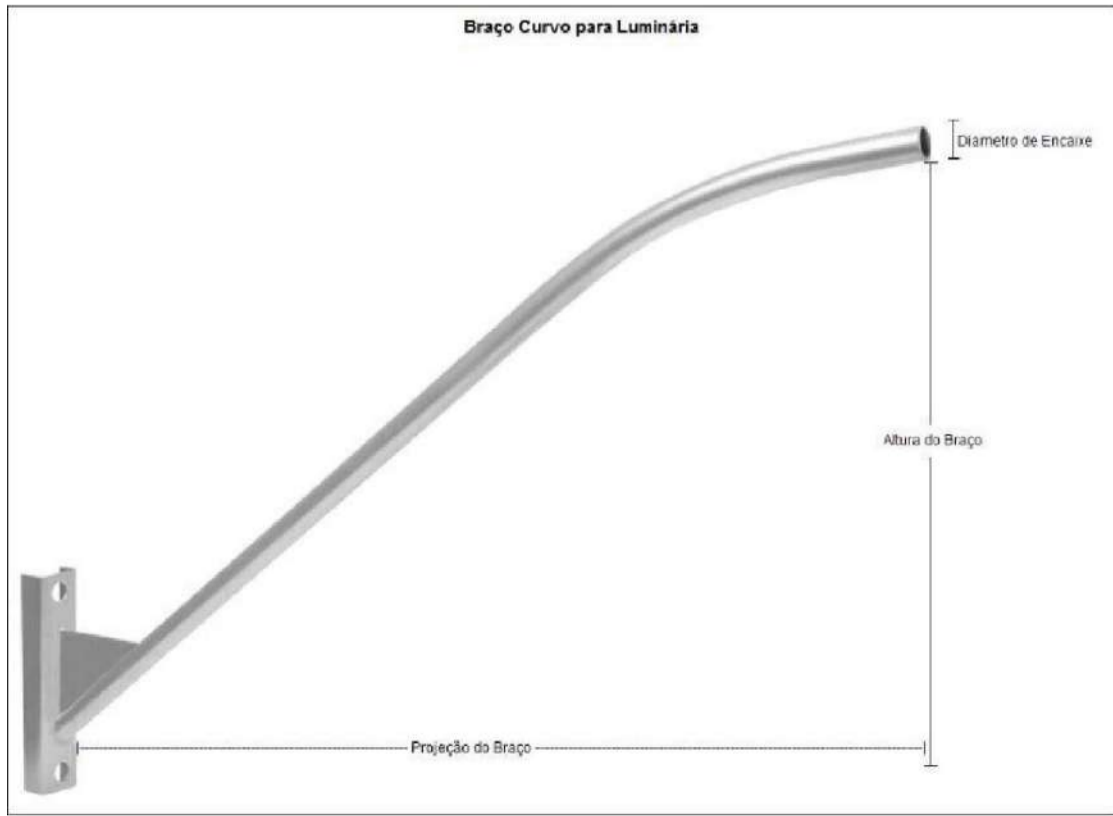
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 150w com Relé Embulido	120
	Braço Ornamental - 4 metros	120



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

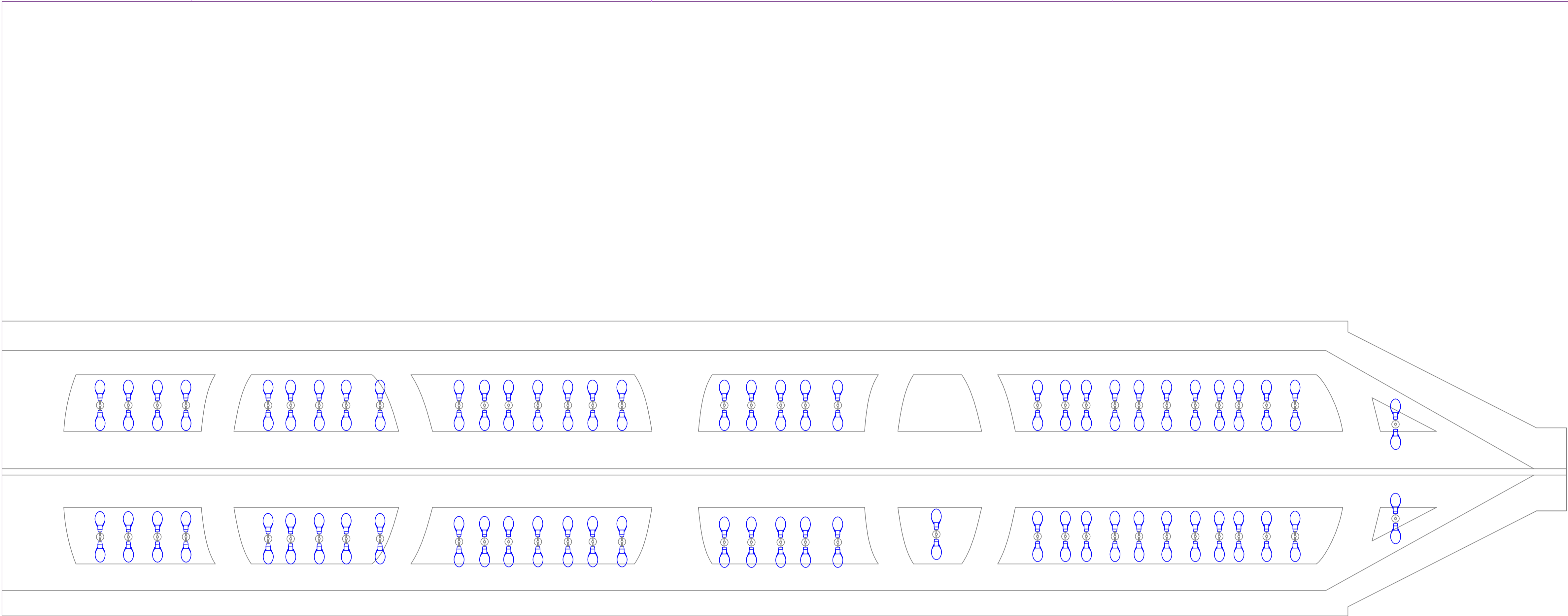
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

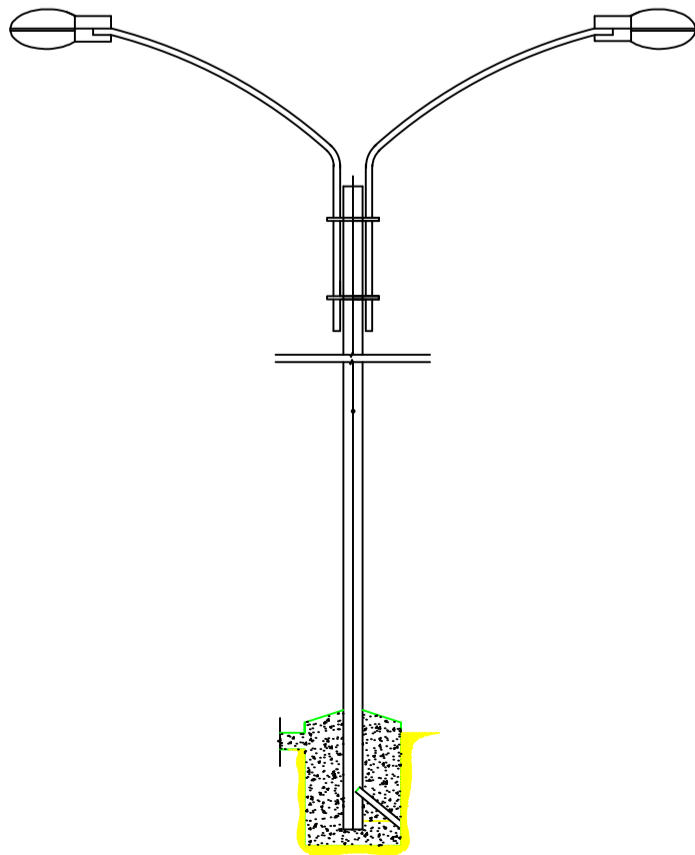
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
AVENIDA CASTELO BRANCO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

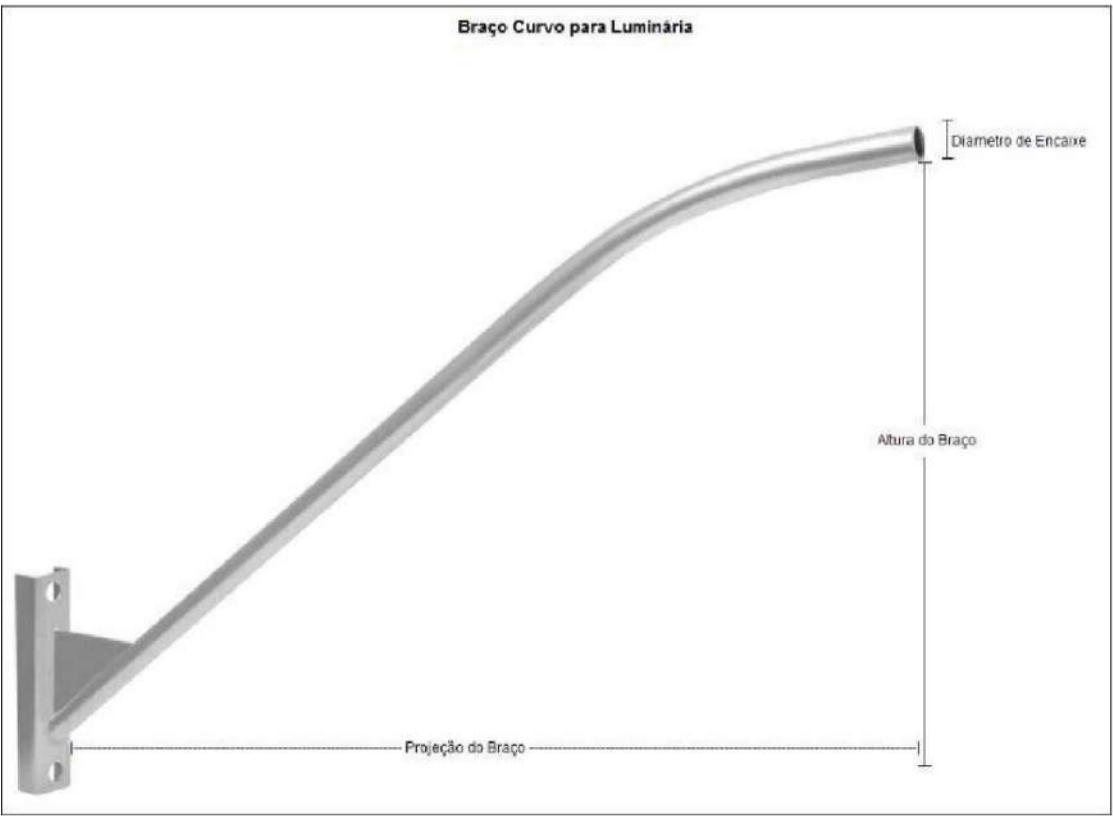
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 150w com Relê Embutido	136
	Braço Ornamental - 4 metros	136



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

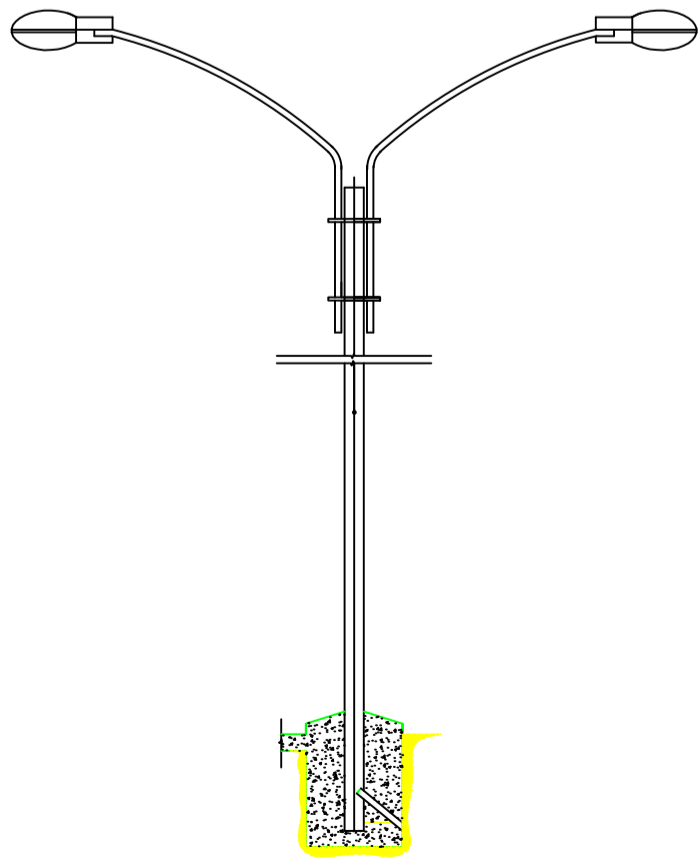
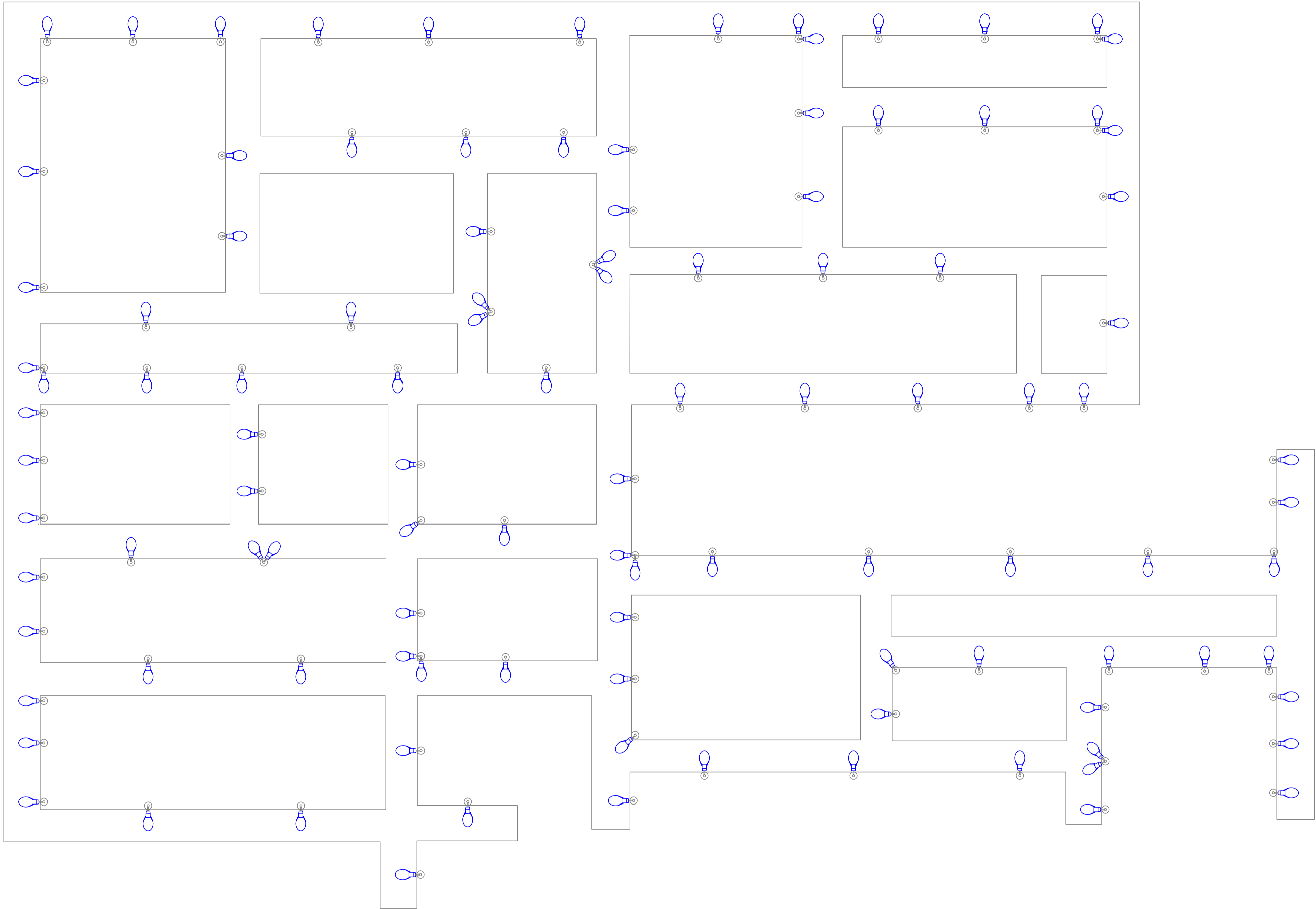
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

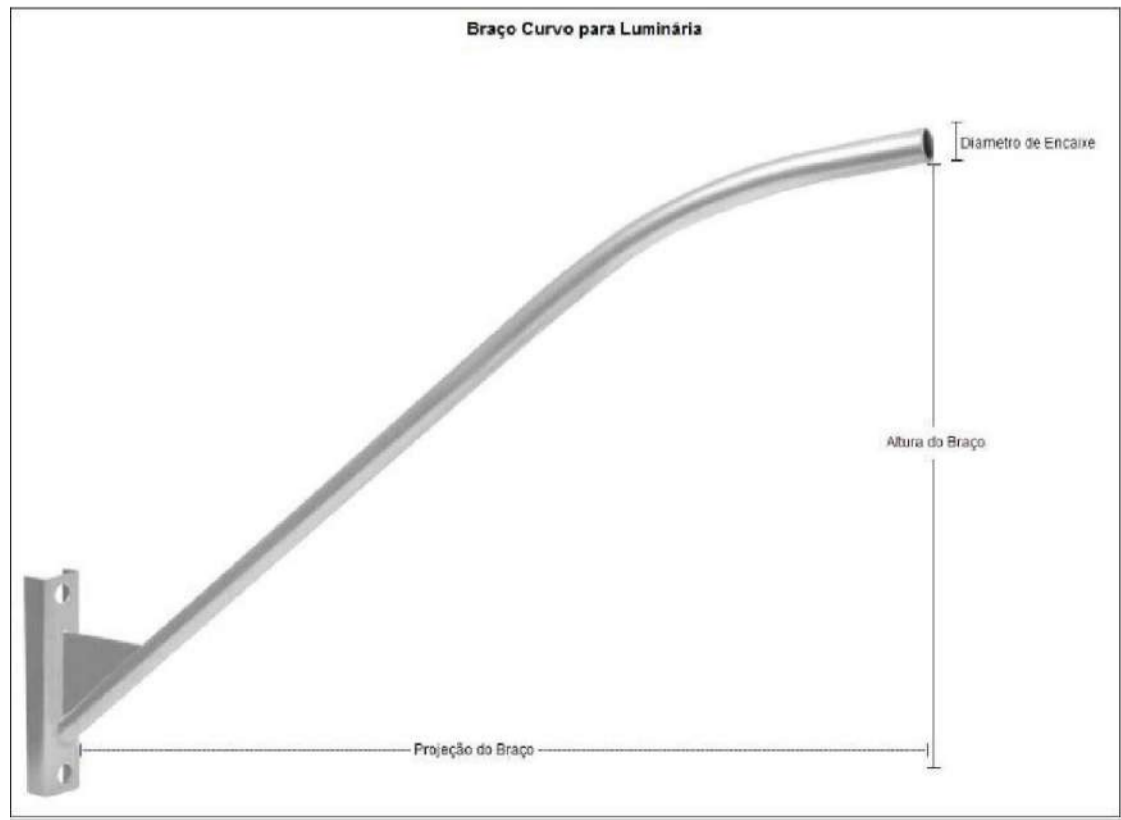
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
AVENIDA CASTELO BRANCO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refil Embutido - LED	72
	Braço Curvo - 2 metros	115

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
COORDENADOR	001 - NCE
PROJETISTA	-
DESENHISTA	-
FOLHA Nº	



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
BAIRRO DA COHAB

Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

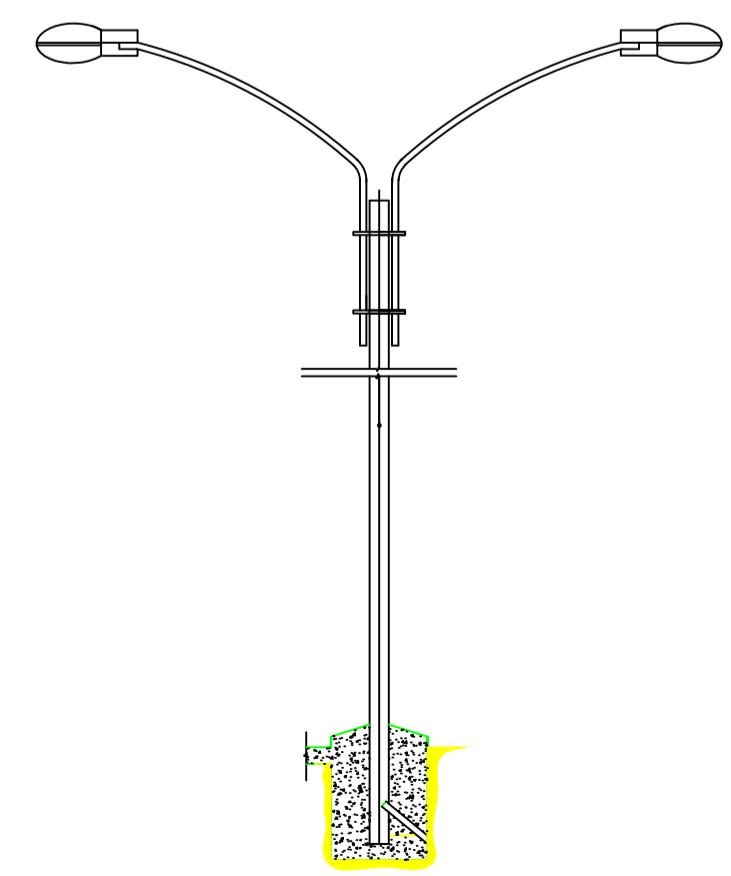
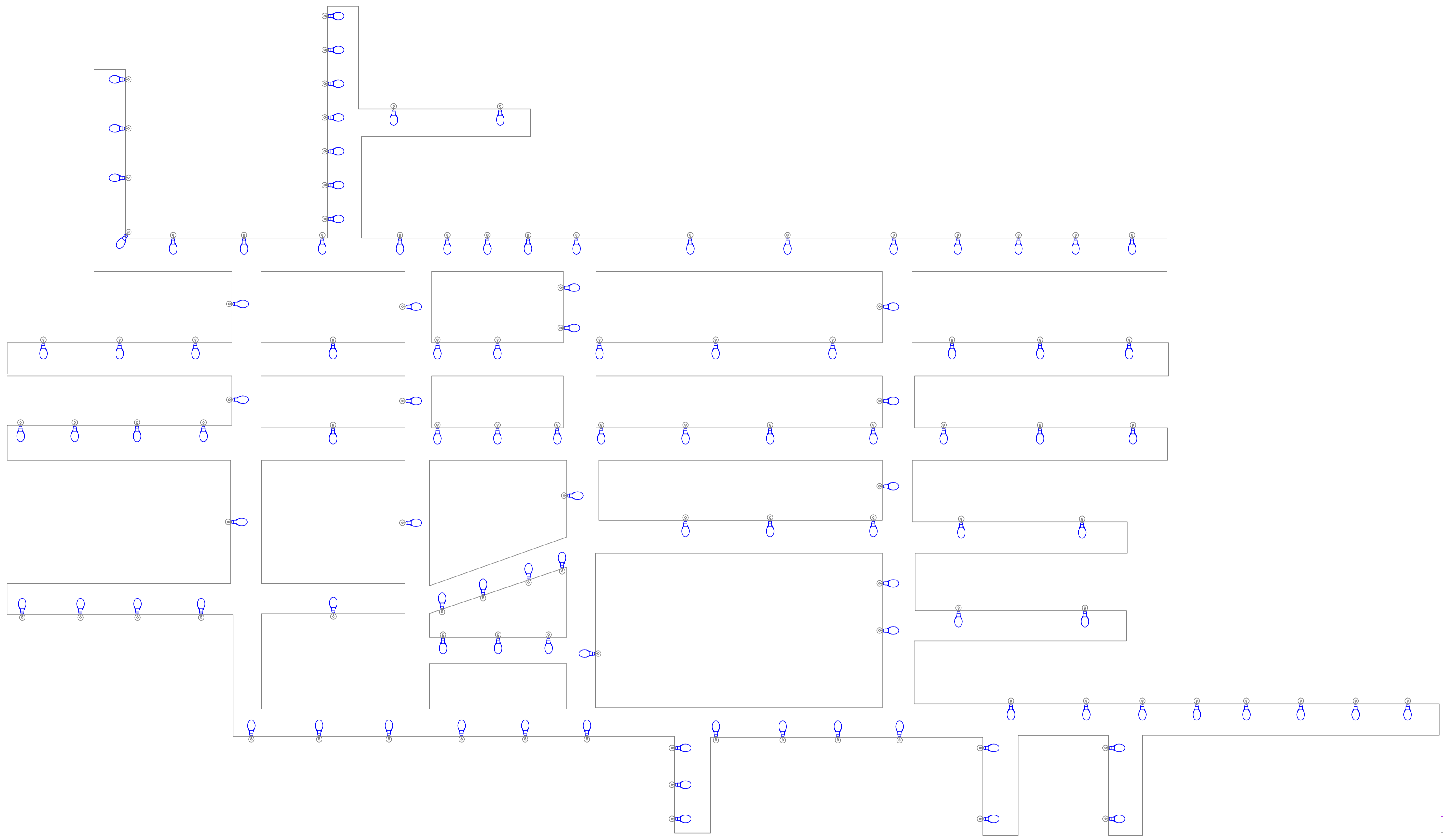
PROJETO:
AS BUILT

FASE:
P. EXECUTIVO

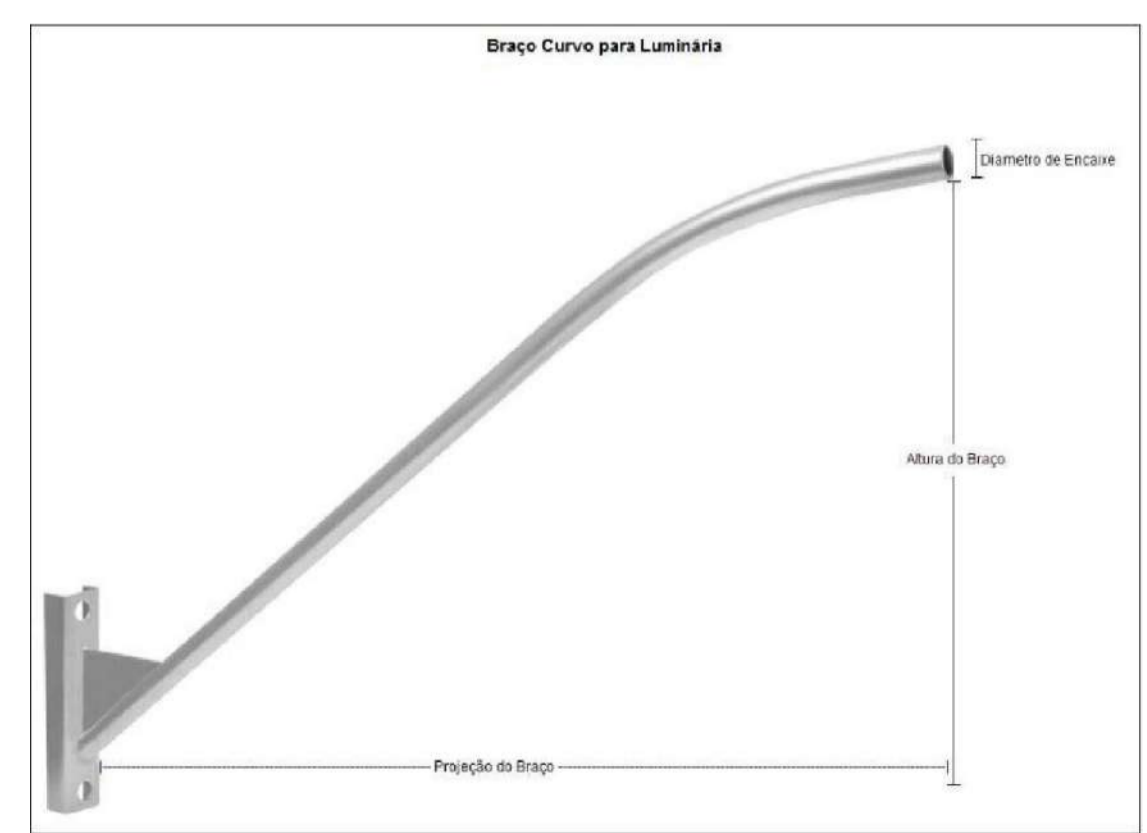
ESCALA:
S/E

DATA:
03/02/2024

ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rele Embulido - LED	113
	Braço Ornamental - 1 metros	113

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº

EMPREENDIMENTO E LOCAL:

MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:

BAIRRO DO ANGELIN

Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:

AS BUILT

FASE:

P. EXECUTIVO

ESCALA:

S/E

DATA:

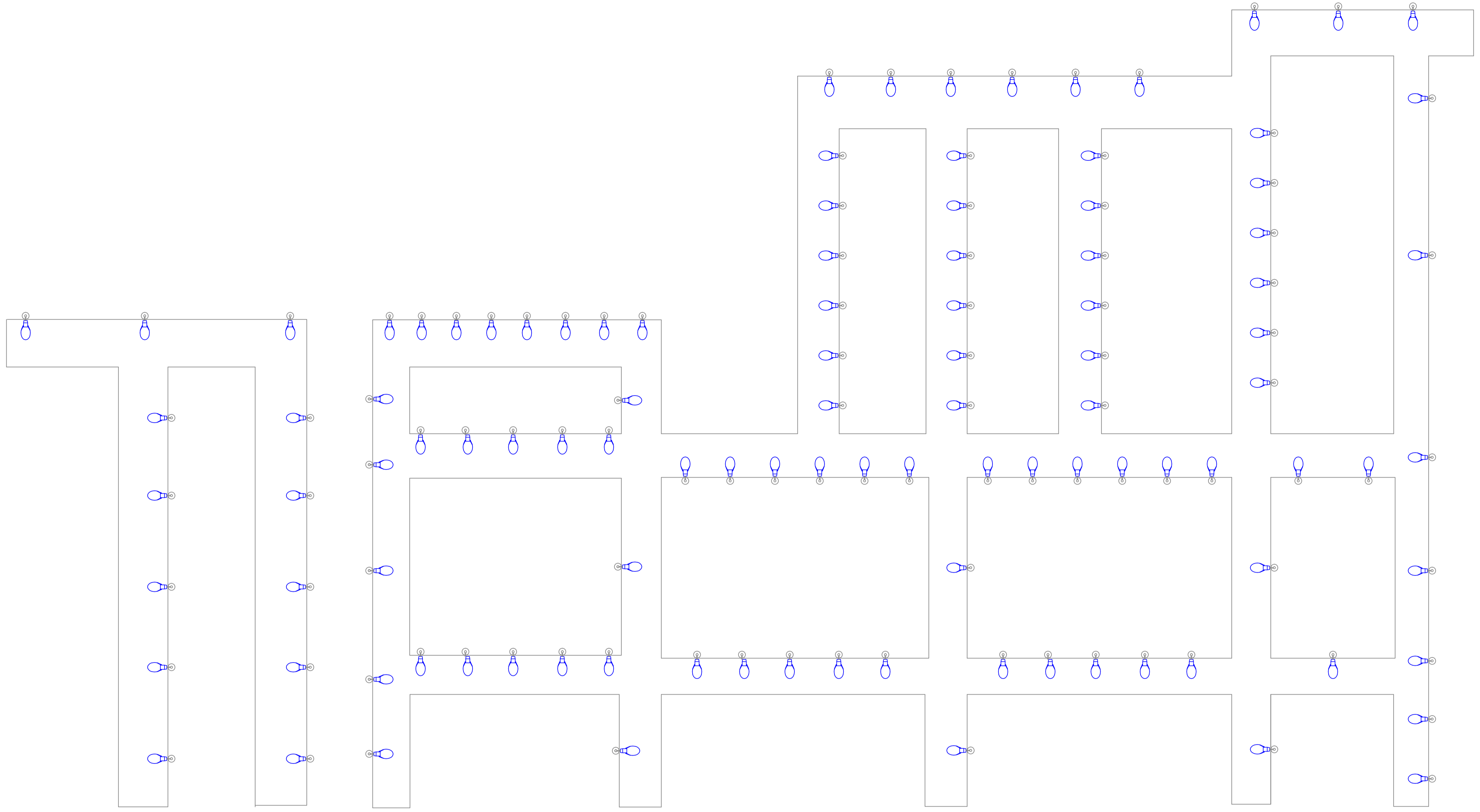
03/02/2024

ARQUIVO:

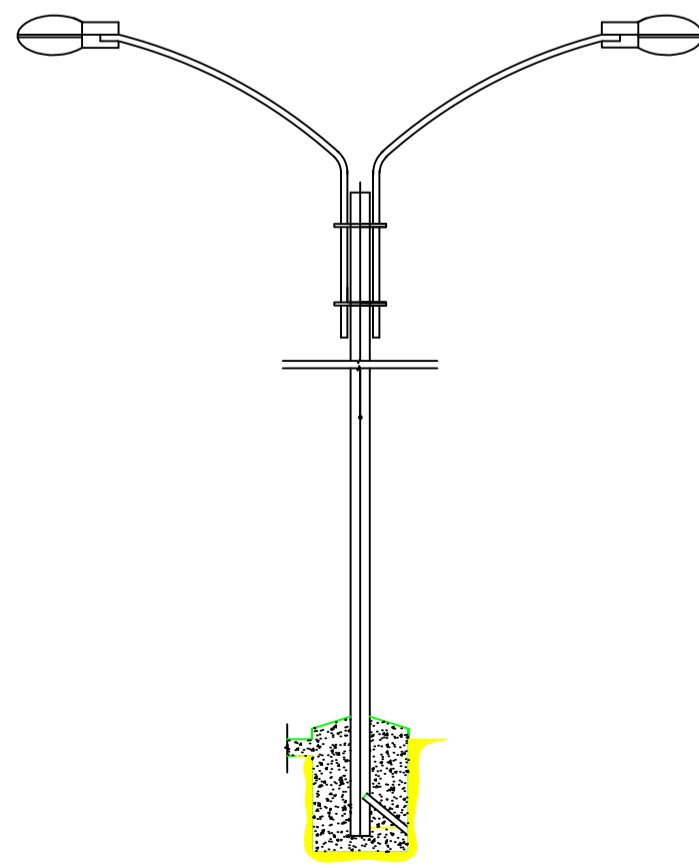
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ELE

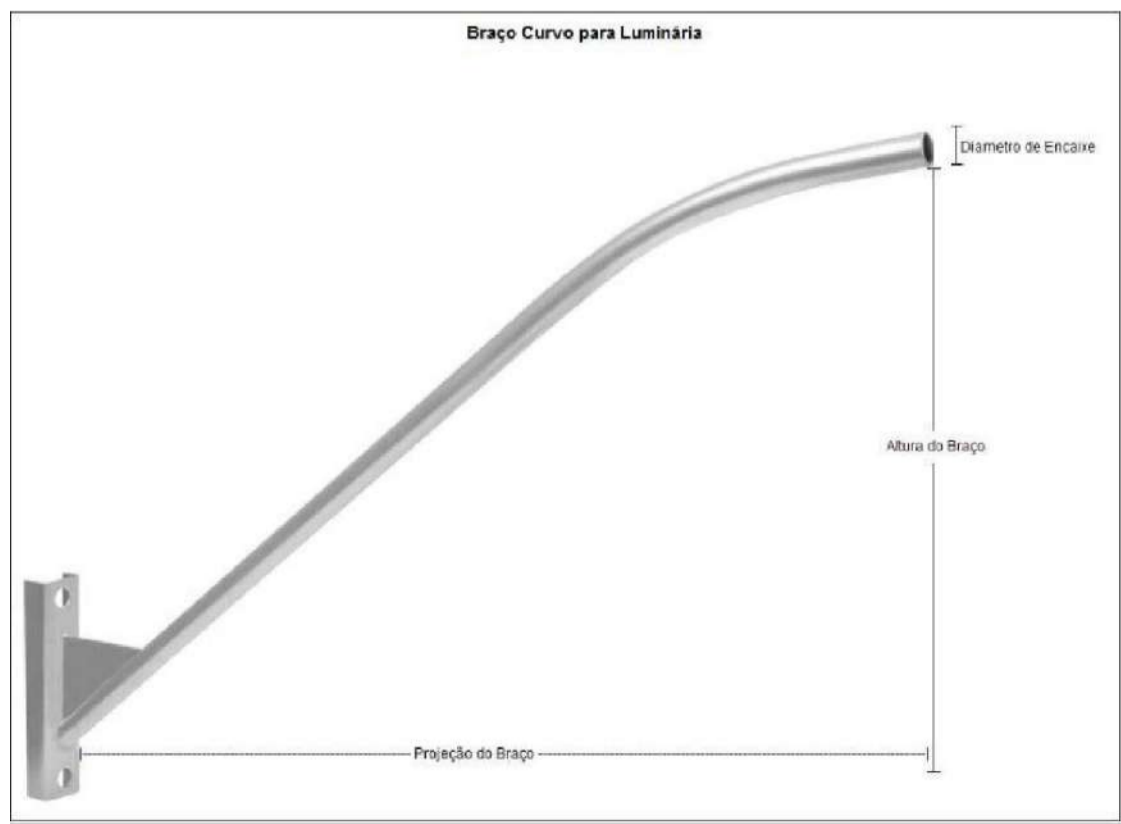
001



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído - LED	108
	Braço Curvo - 2 metros	108



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC : S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

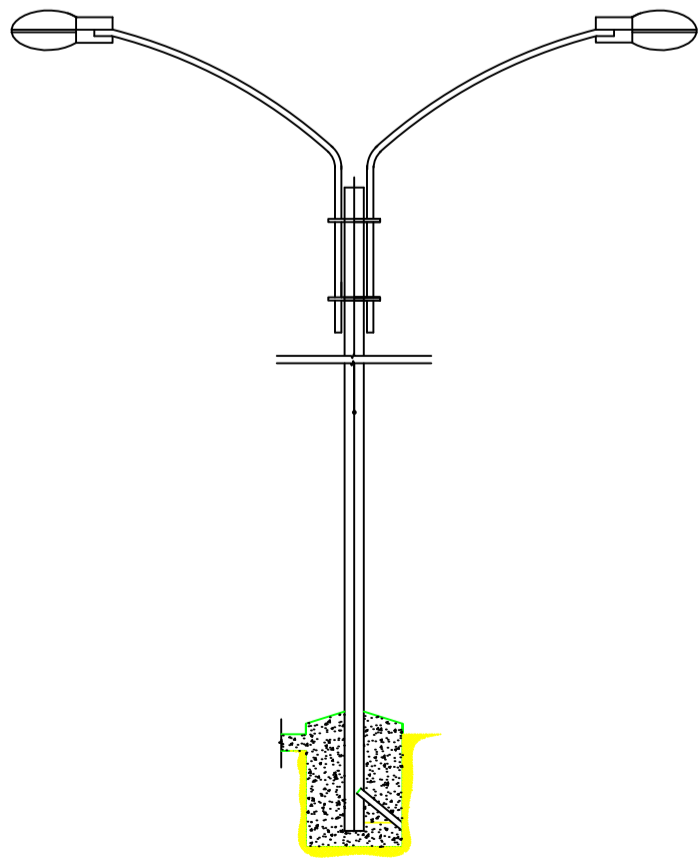
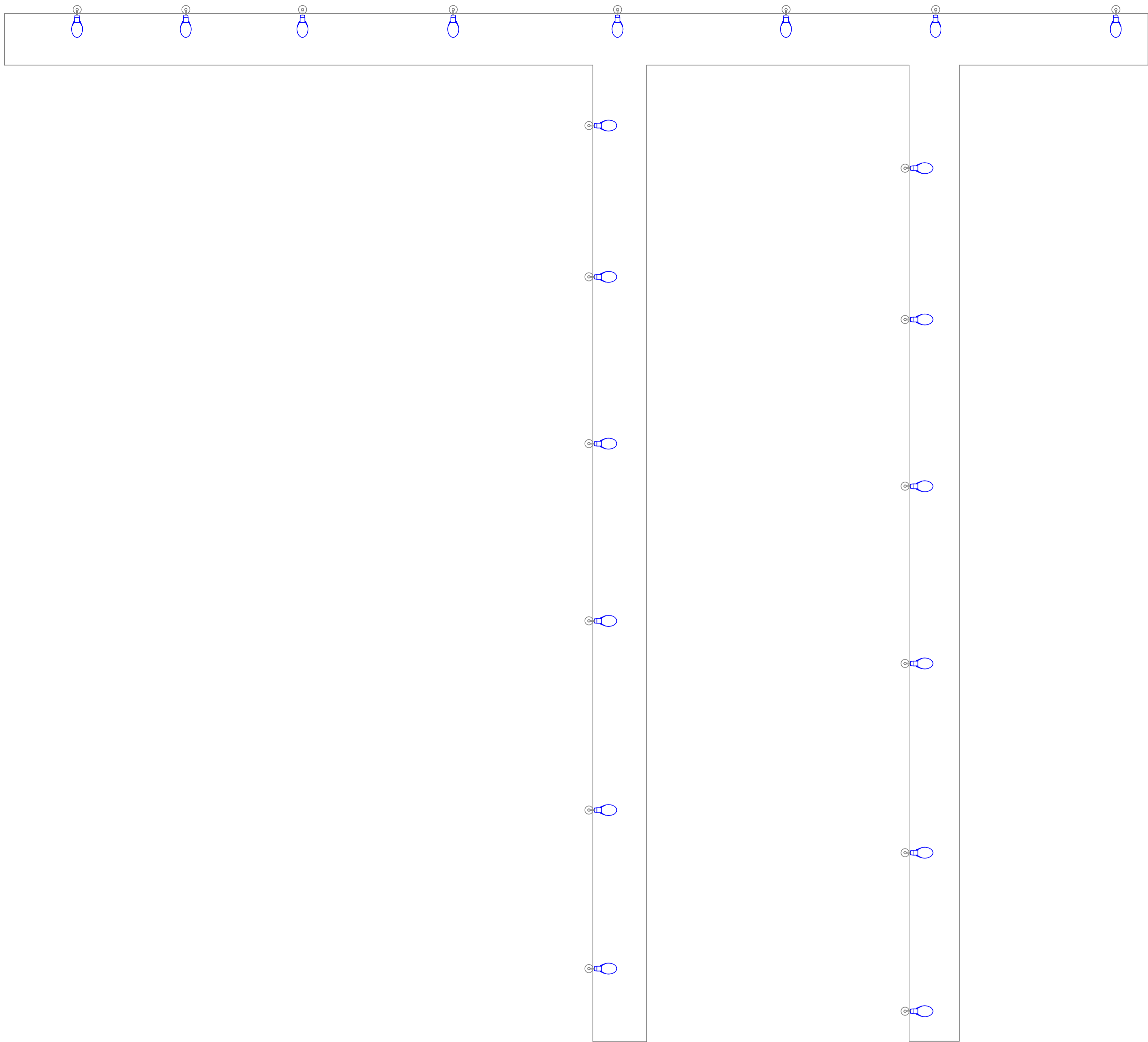
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

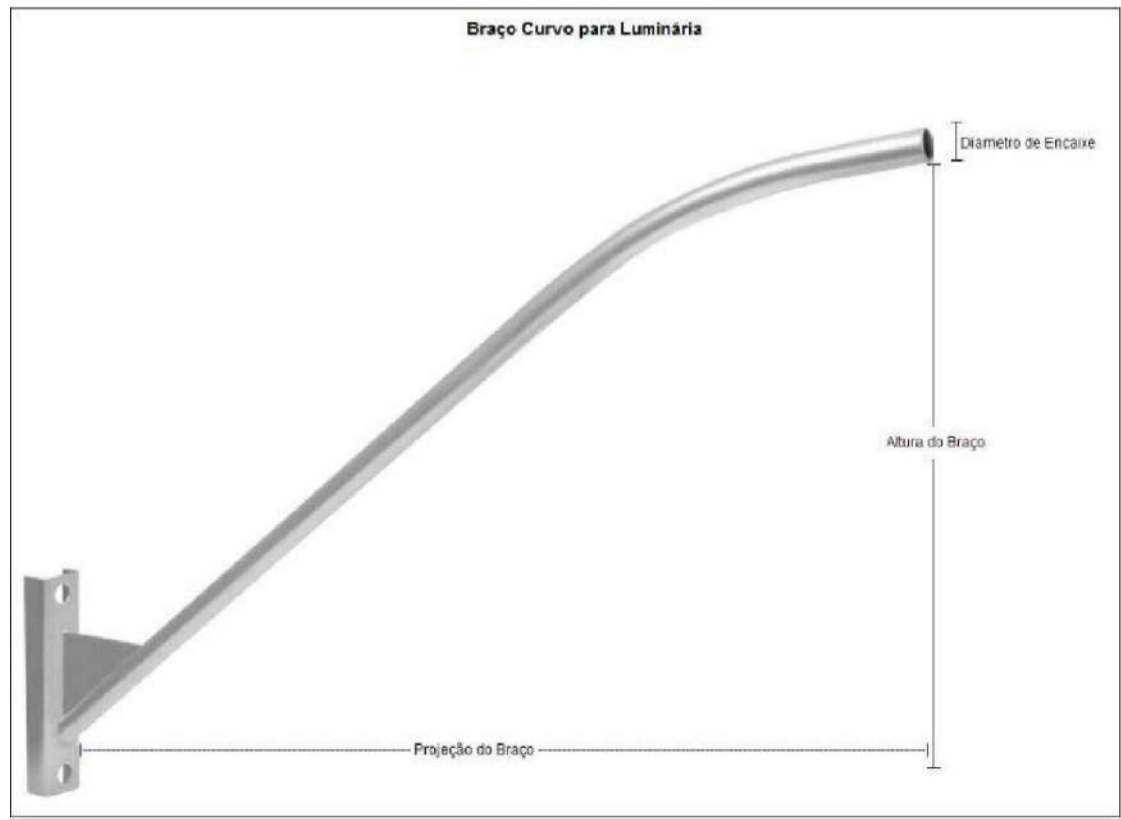
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO COLINAS PARQUE
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuído - LED	22
	Braço Curvo - 2 metros	22

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCE

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL

MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO

BAIRRO COLINAS PARQUE

Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO

AS BUILT

FASE

P. EXECUTIVO

ESCALA

S/E

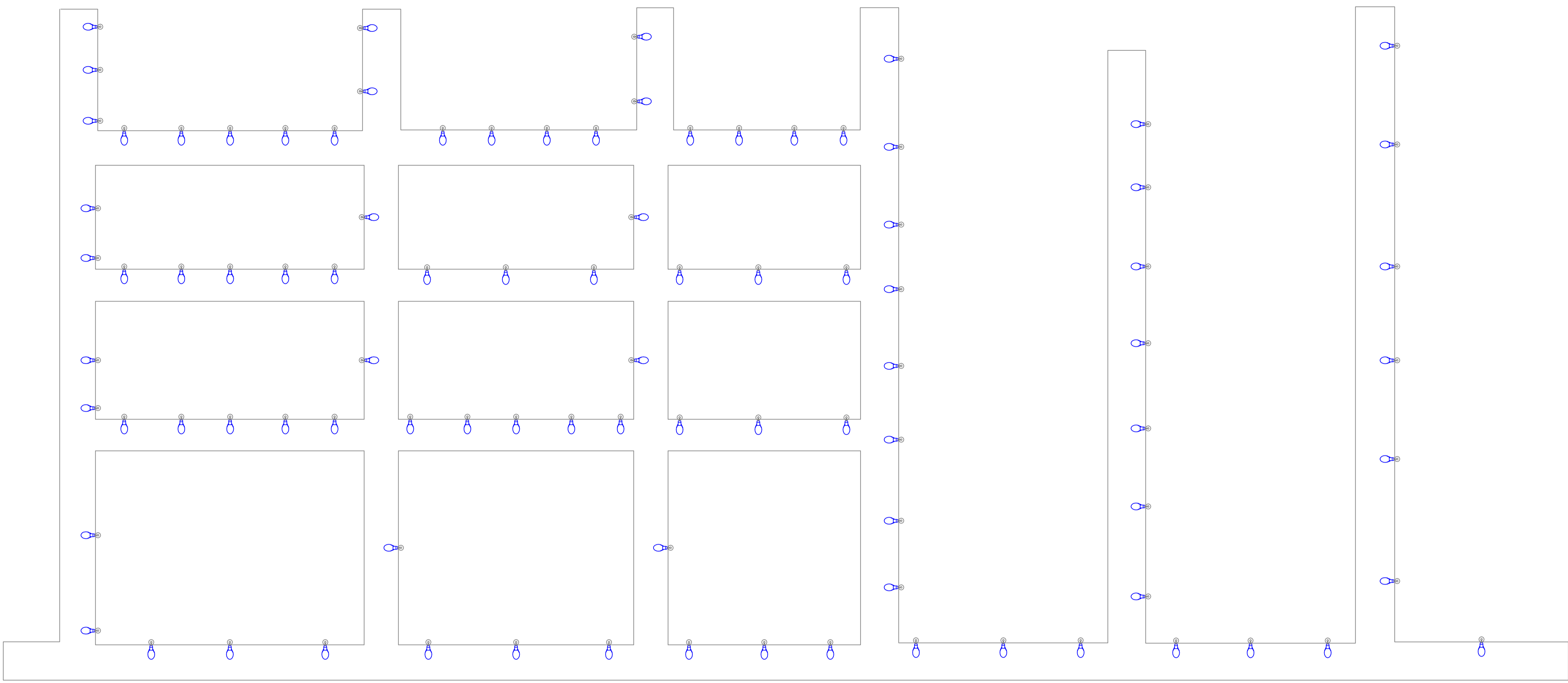
DATA

03/02/2024

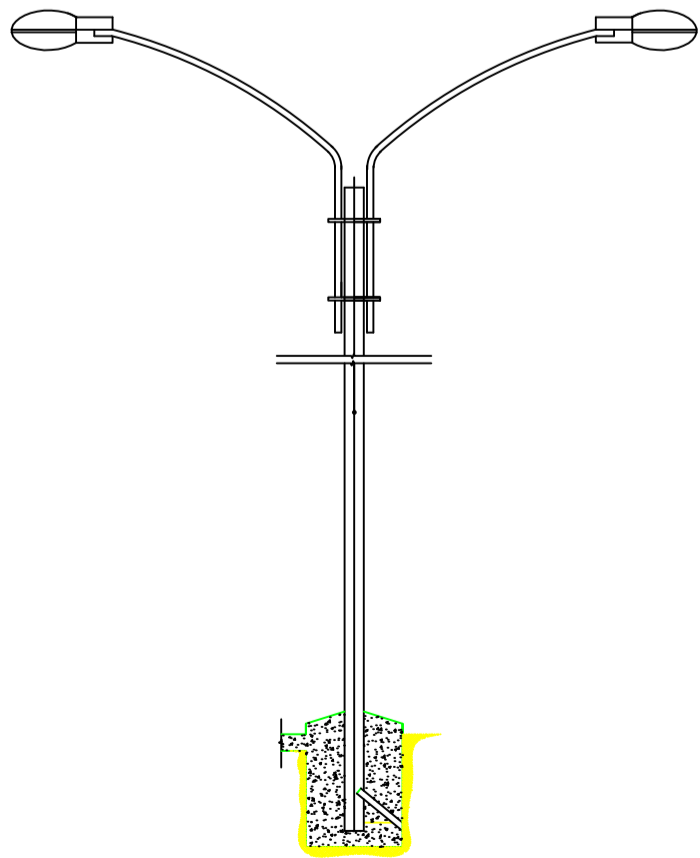
ARQUIVO

NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

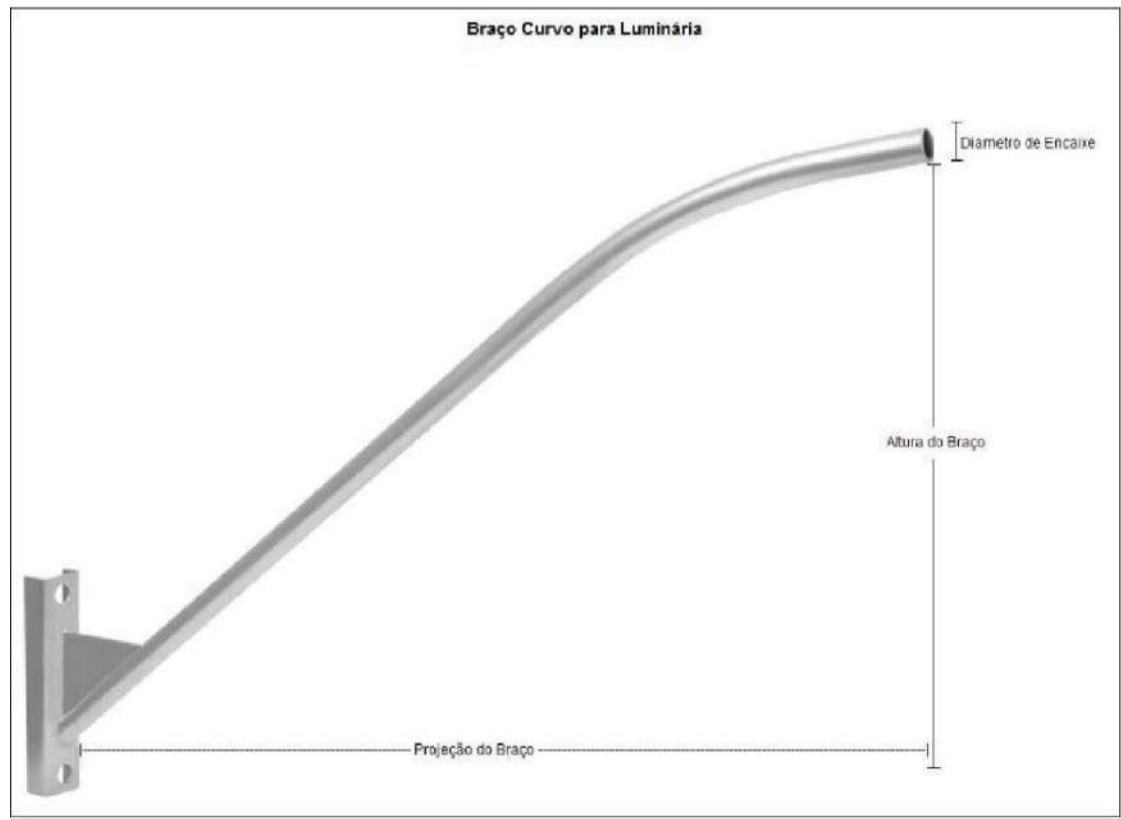
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Ralê Embuído - LED	93
	Braço Curvo - 2 metros	93



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

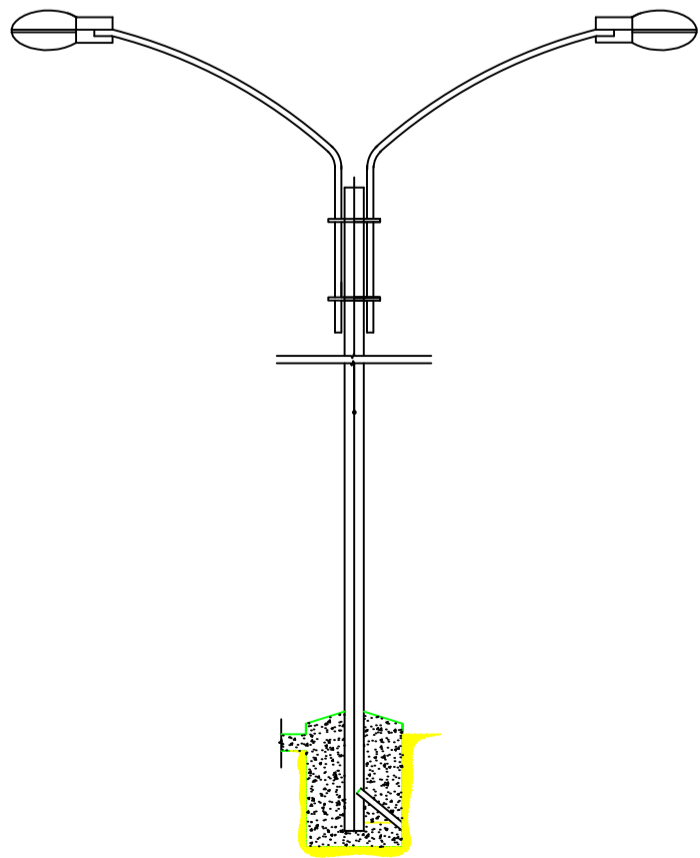
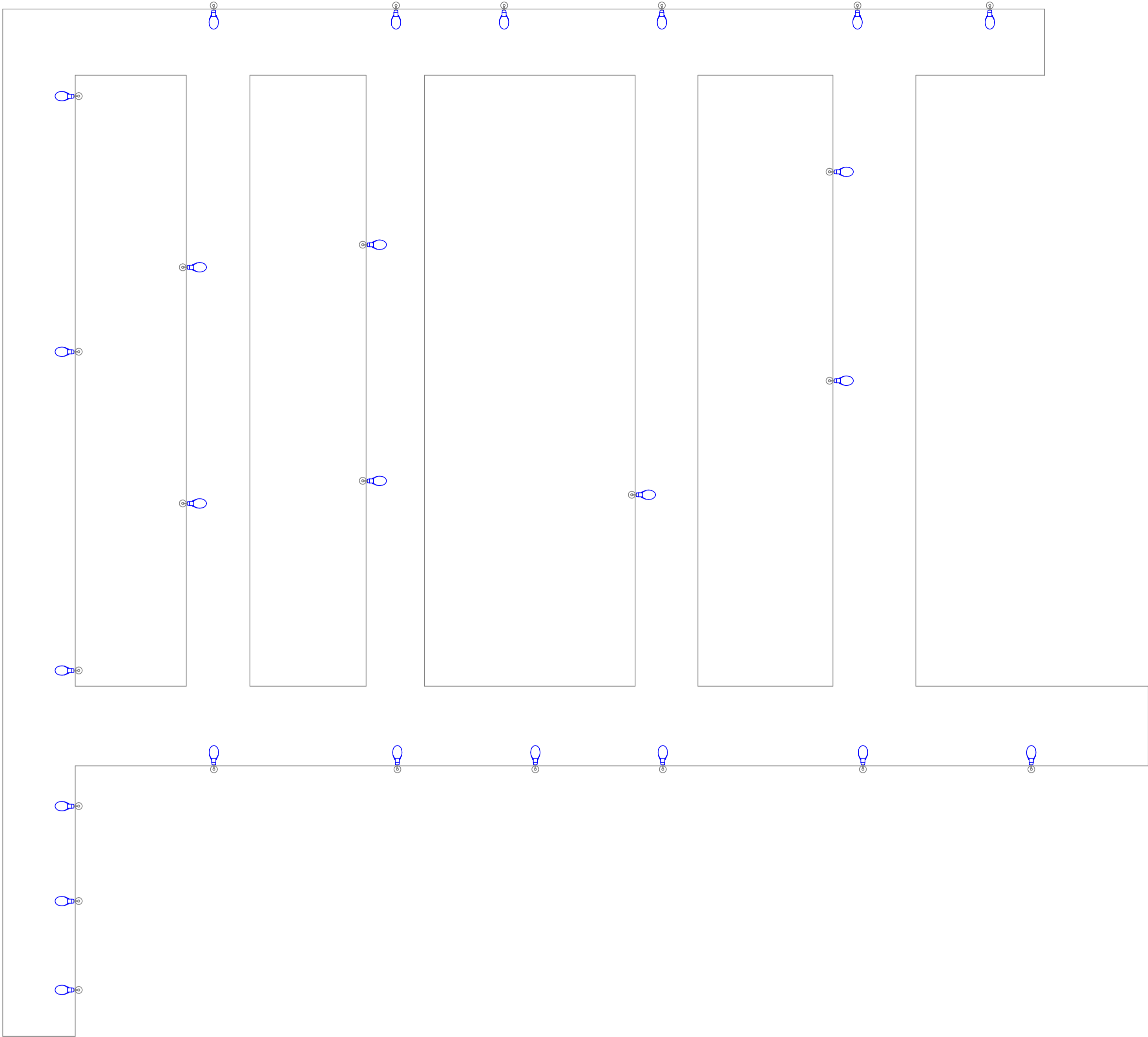
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

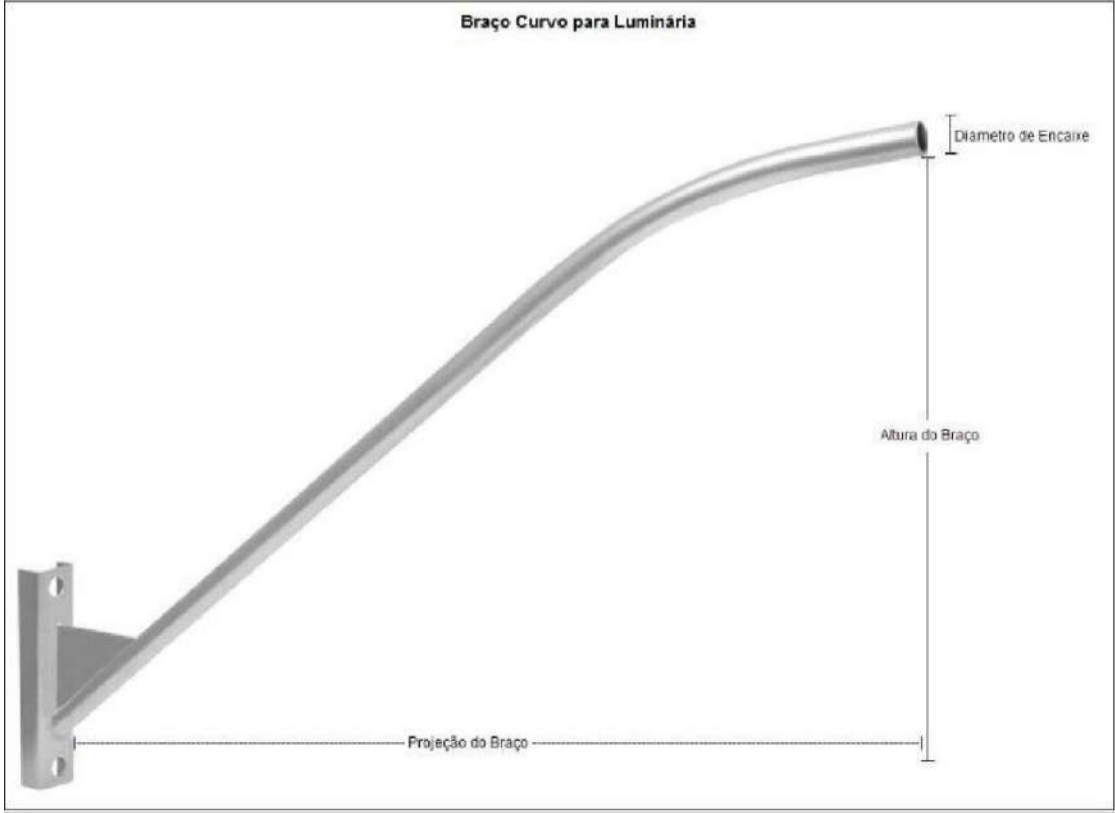
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
BAIRRO COLINAS PARQUE
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embulido - LED	20
	Braço Ornamental - 1 metros	20

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

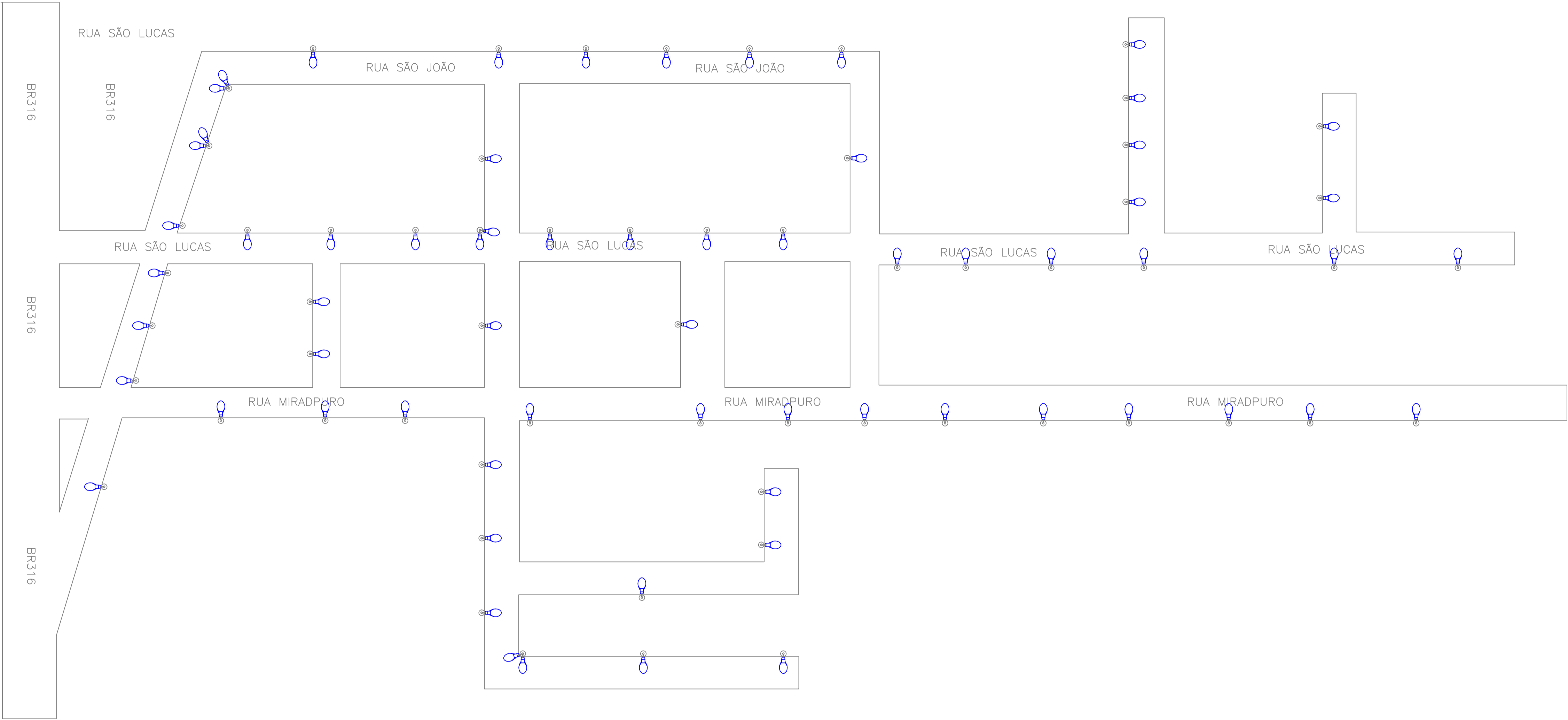
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

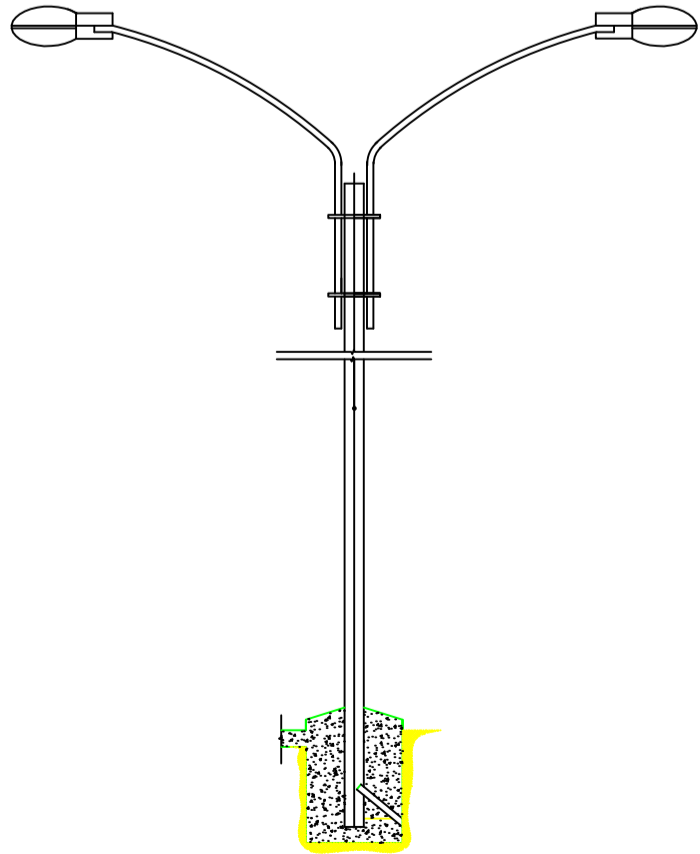
TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO COLINAS PARQUE
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

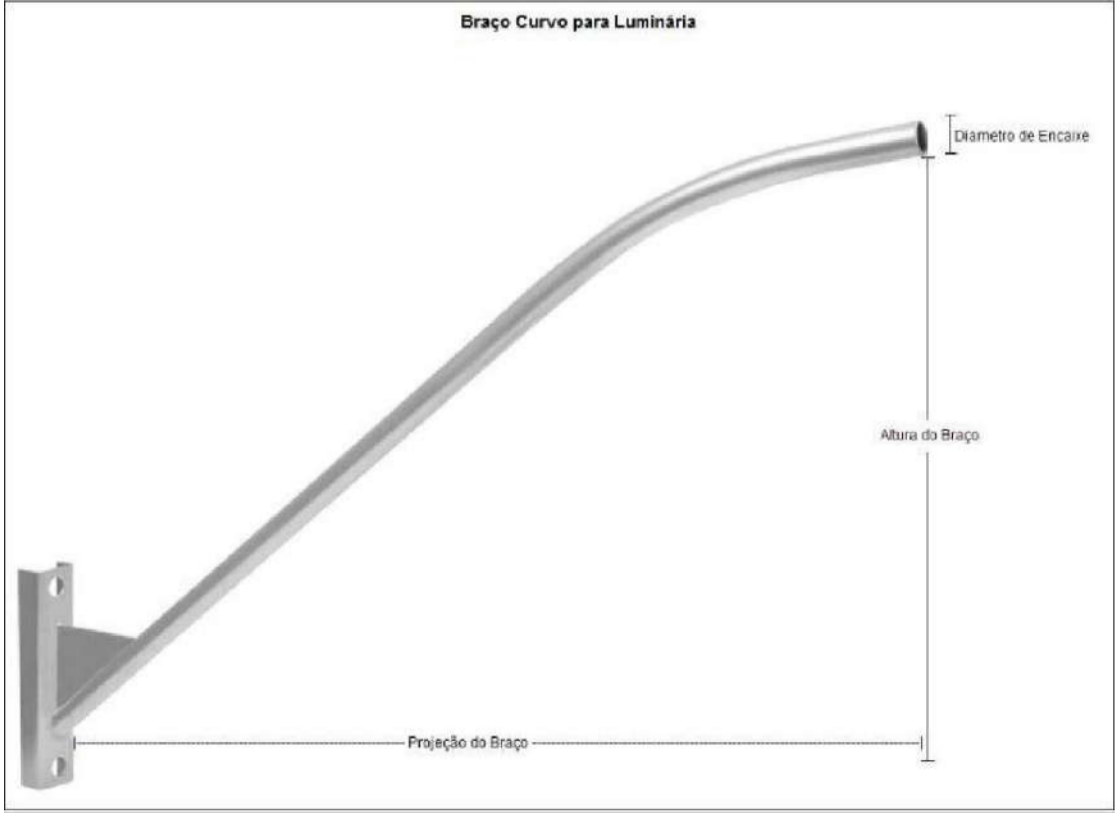


LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuído - LED	67
	Braço Curvo - 2 metros	67

0 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO VILA OLÍMPICA

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

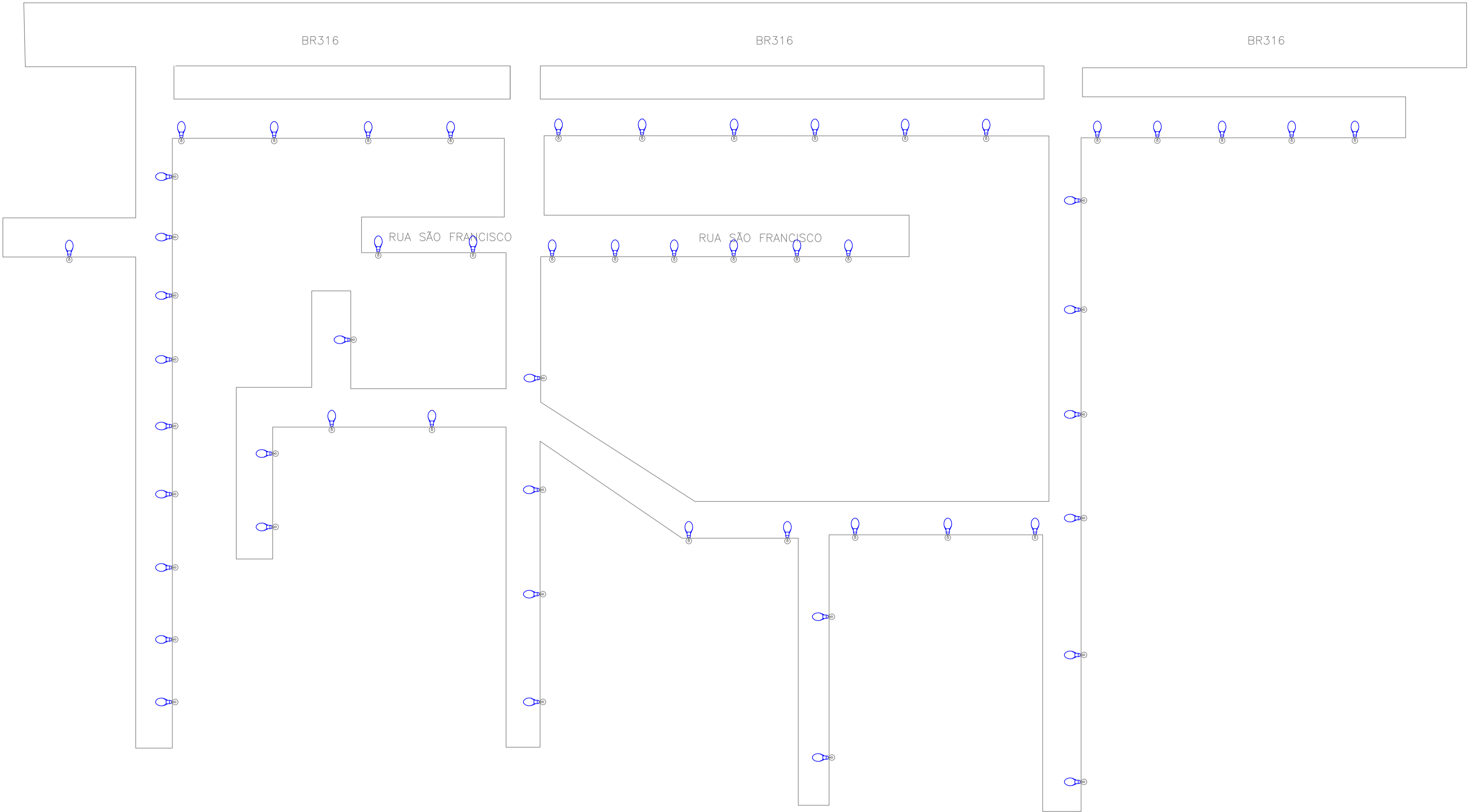
PROJETO
AS BUILT

FASE
P. EXECUTIVO

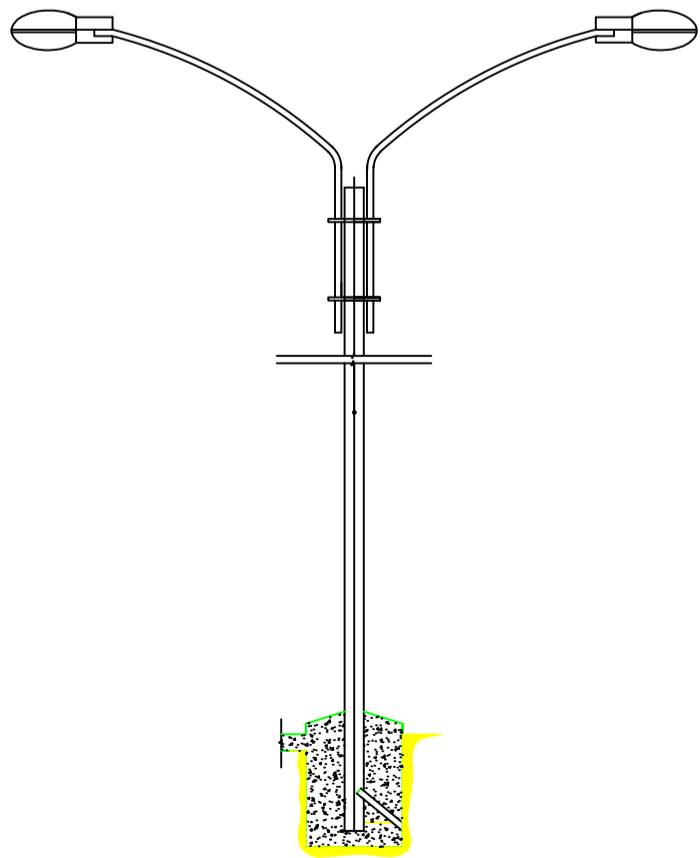
ESCALA
S/E

DATA
03/02/2024

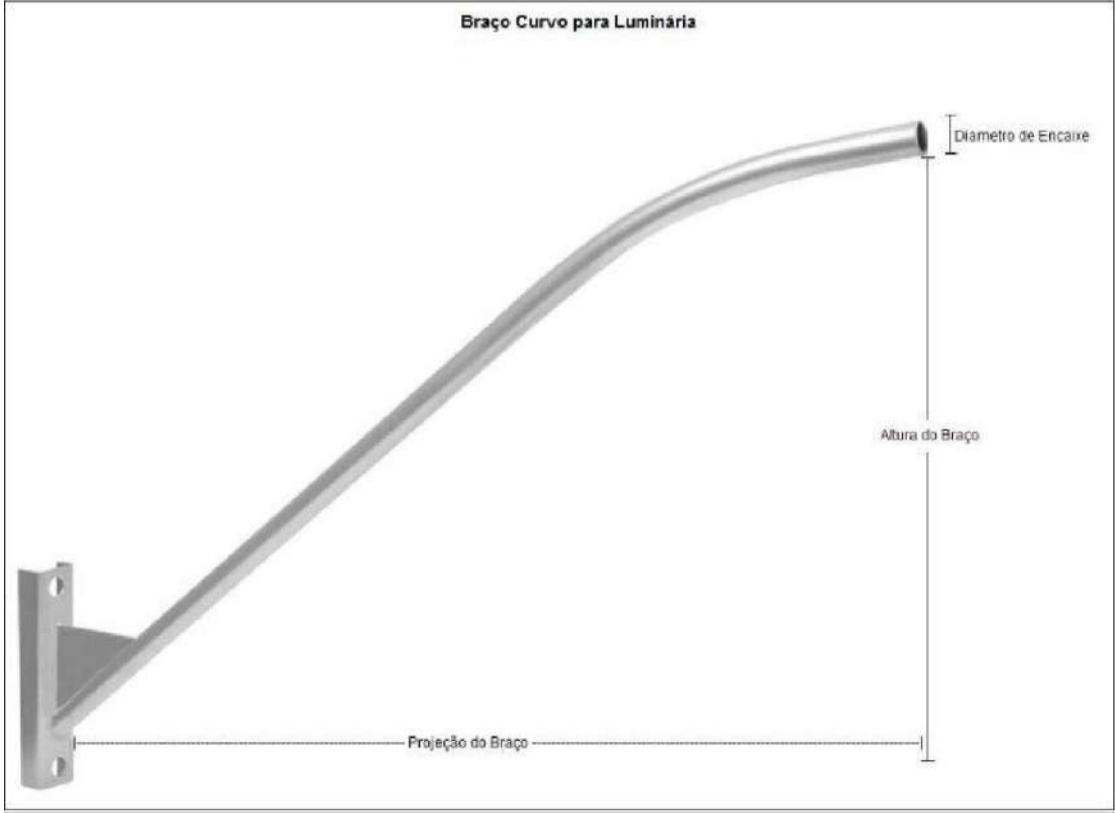
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	56
	Braço Curvo - 2 metros	56



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

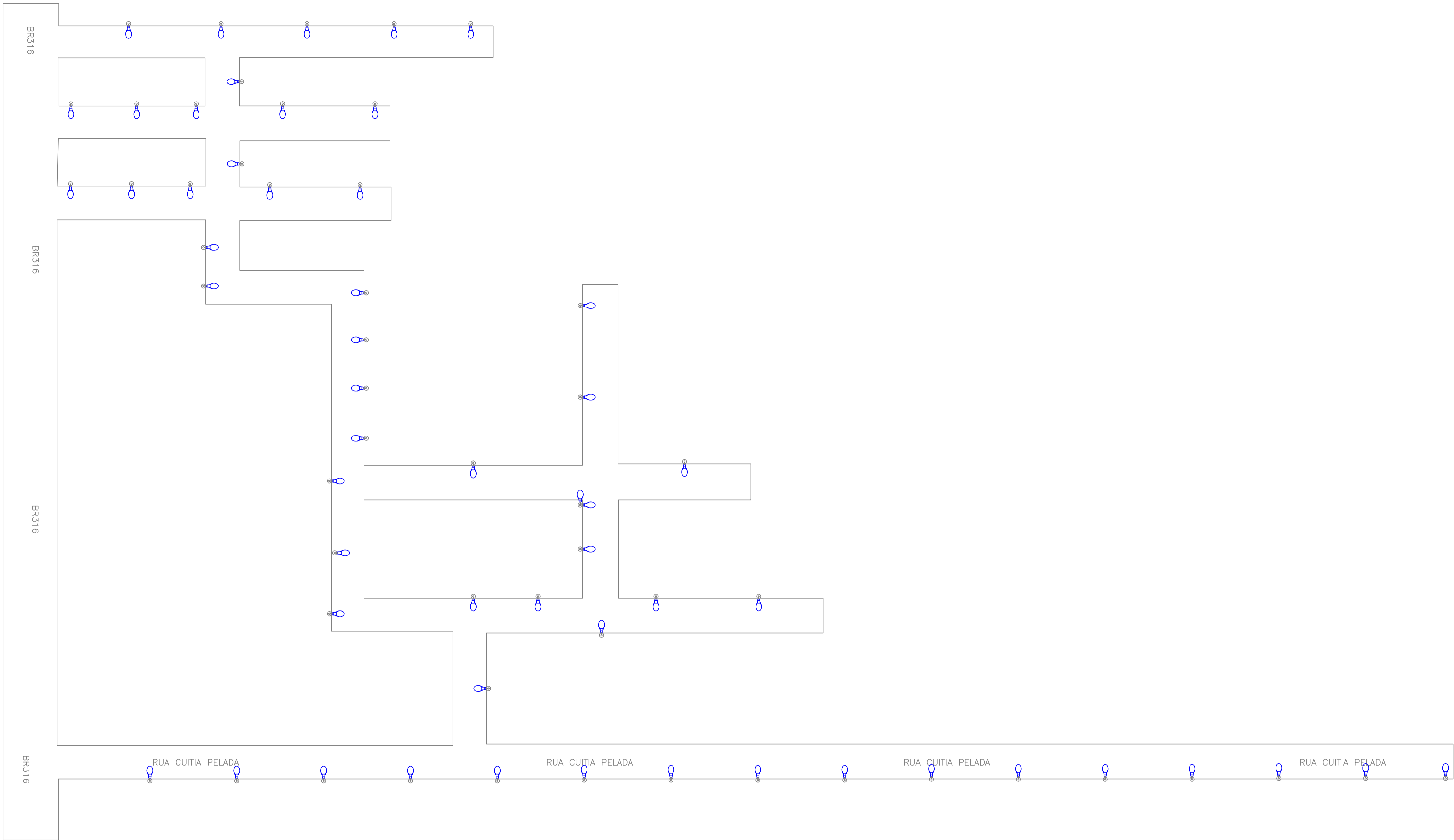
EMPREENDIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO POERÃO

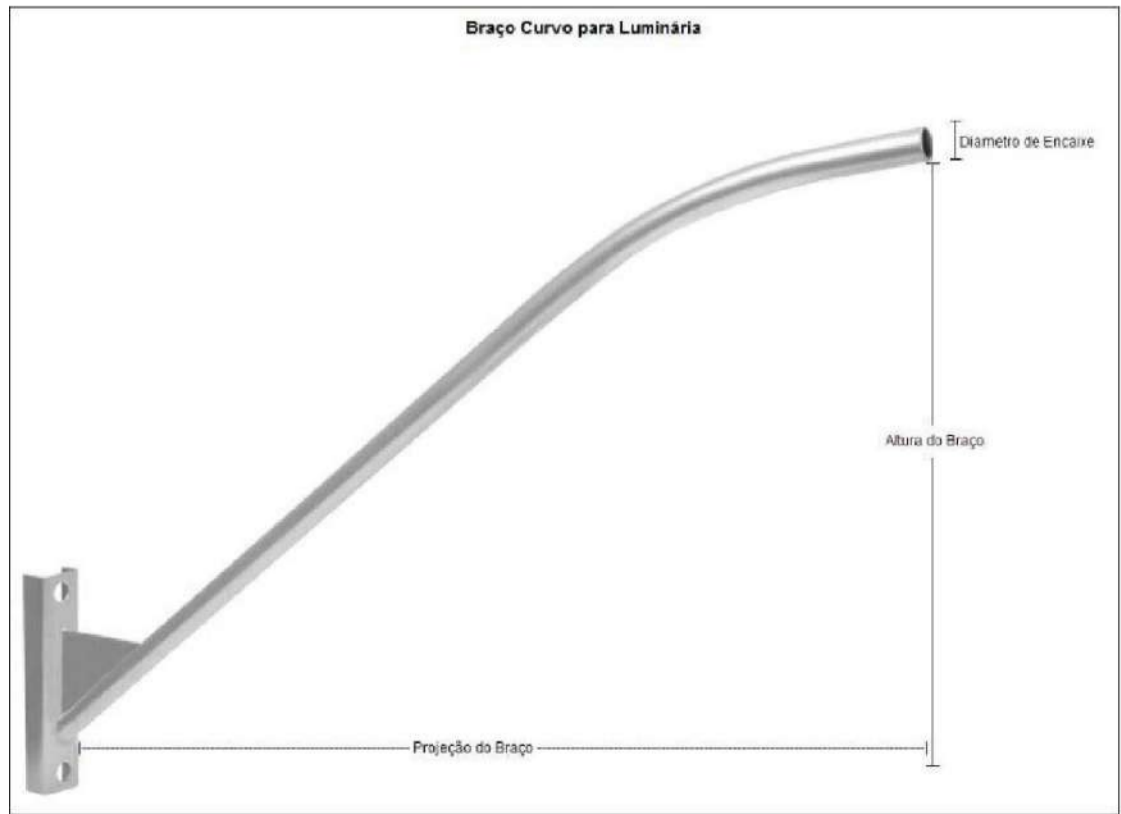
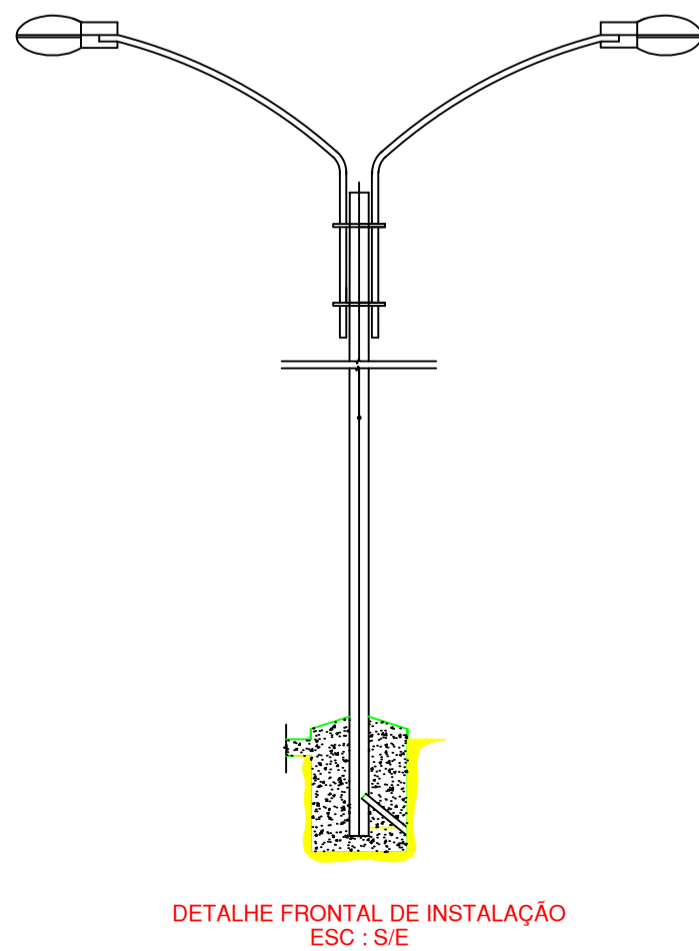
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rote Embulido - LED	62
	Braço Curvo - 2 metros	62



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCE

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

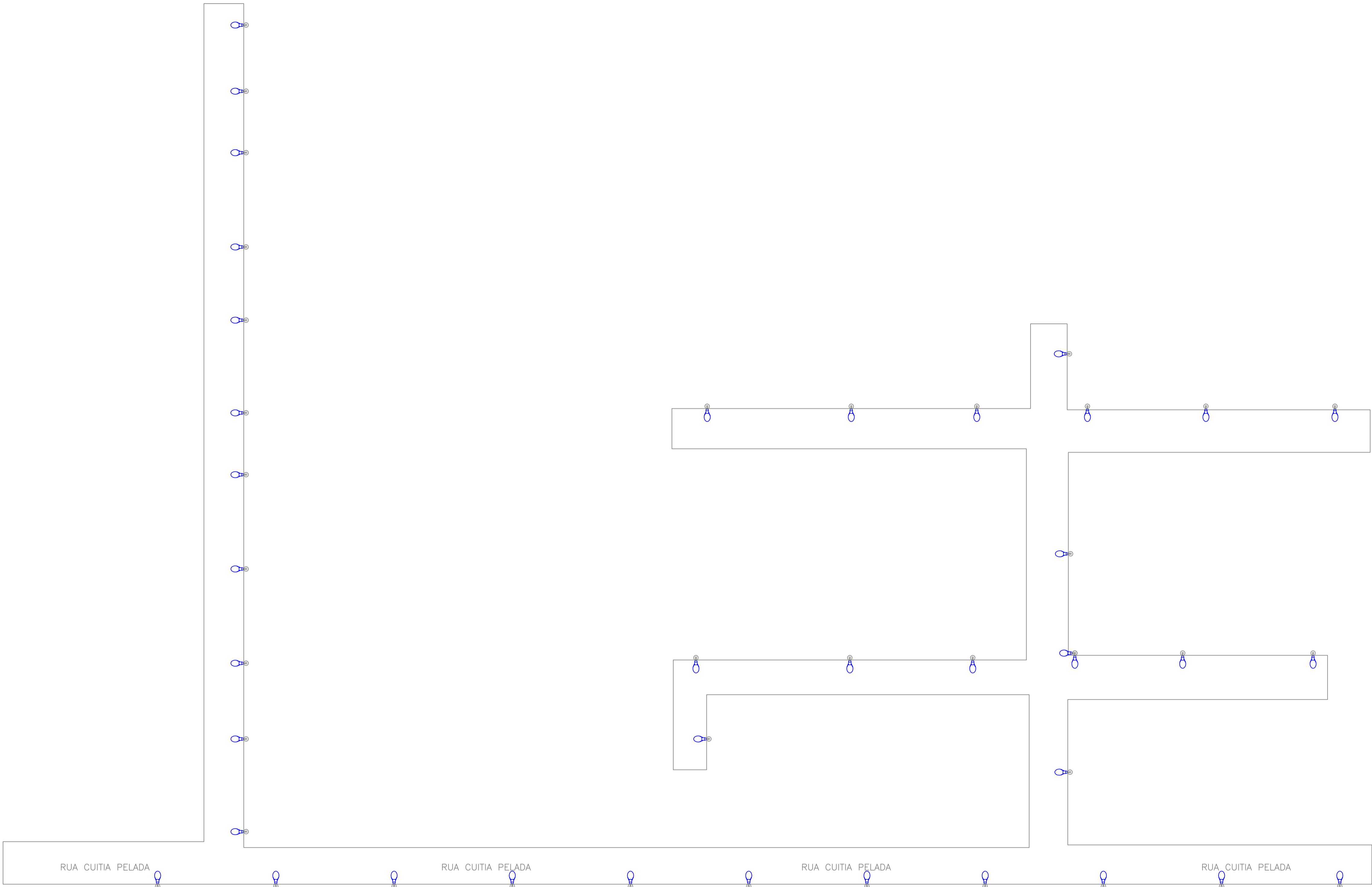
EMPREENDIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO CUTIA PELADA

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refe Embuído - LED	40
	Braço Ornamental - 1 metros	40

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA DE
CRECER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRECER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TITULO DO DESENHO
BAIRRO CUTIA PELADA

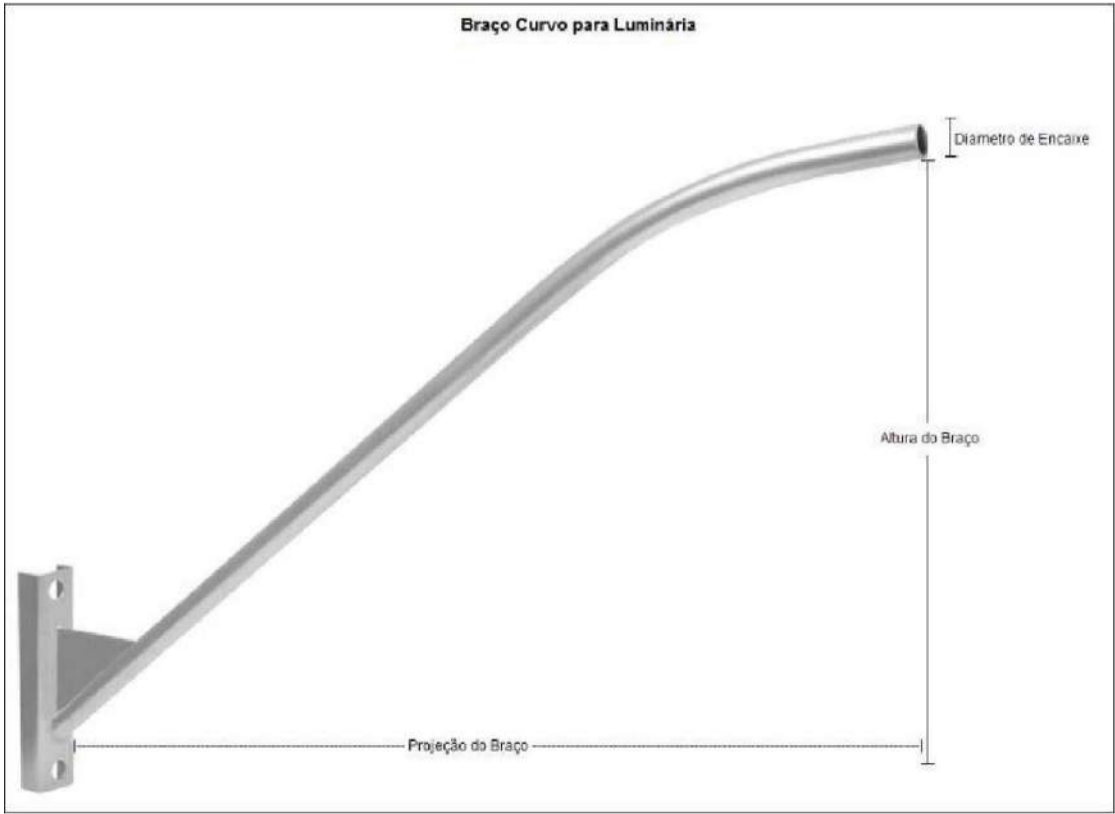
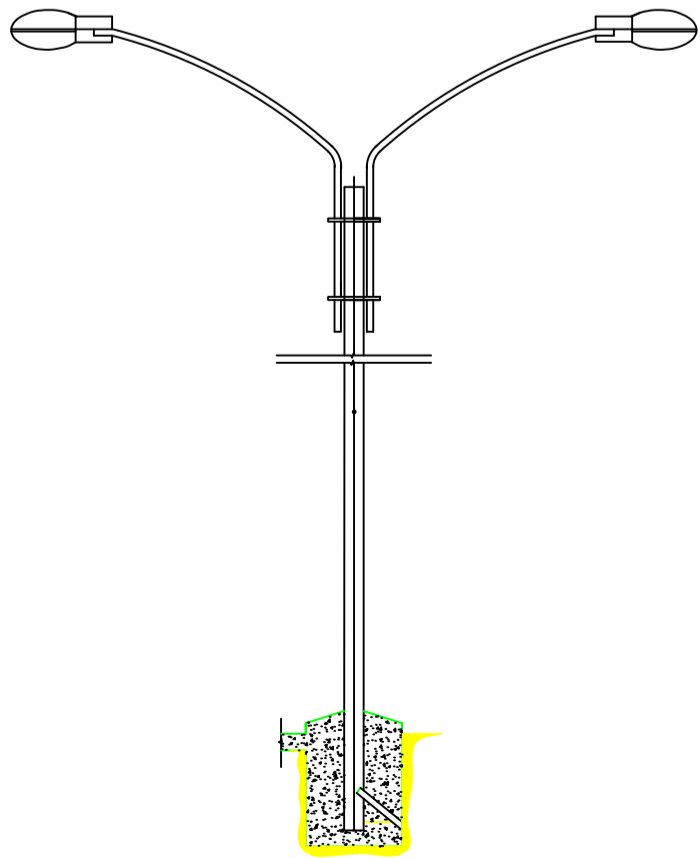
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

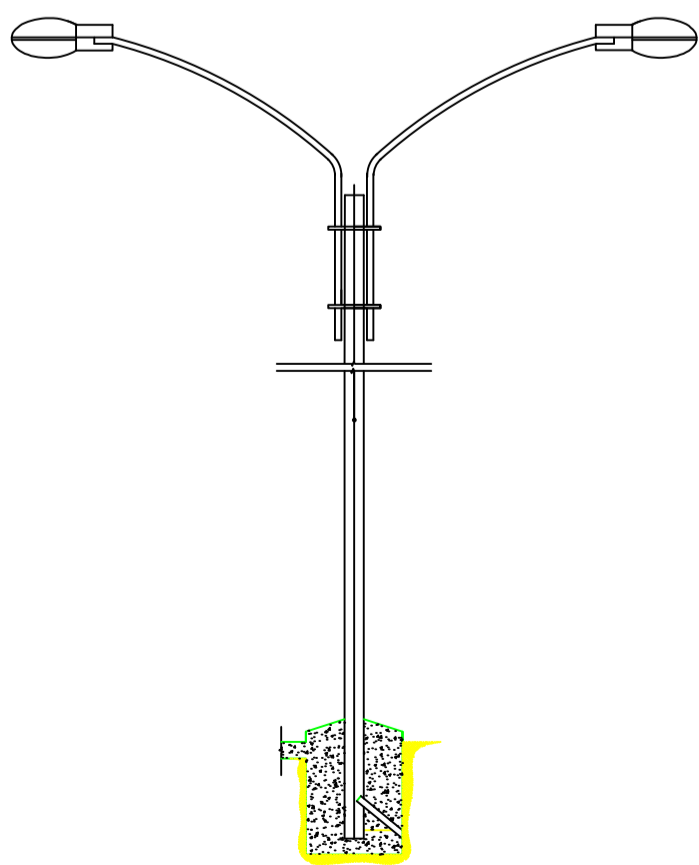
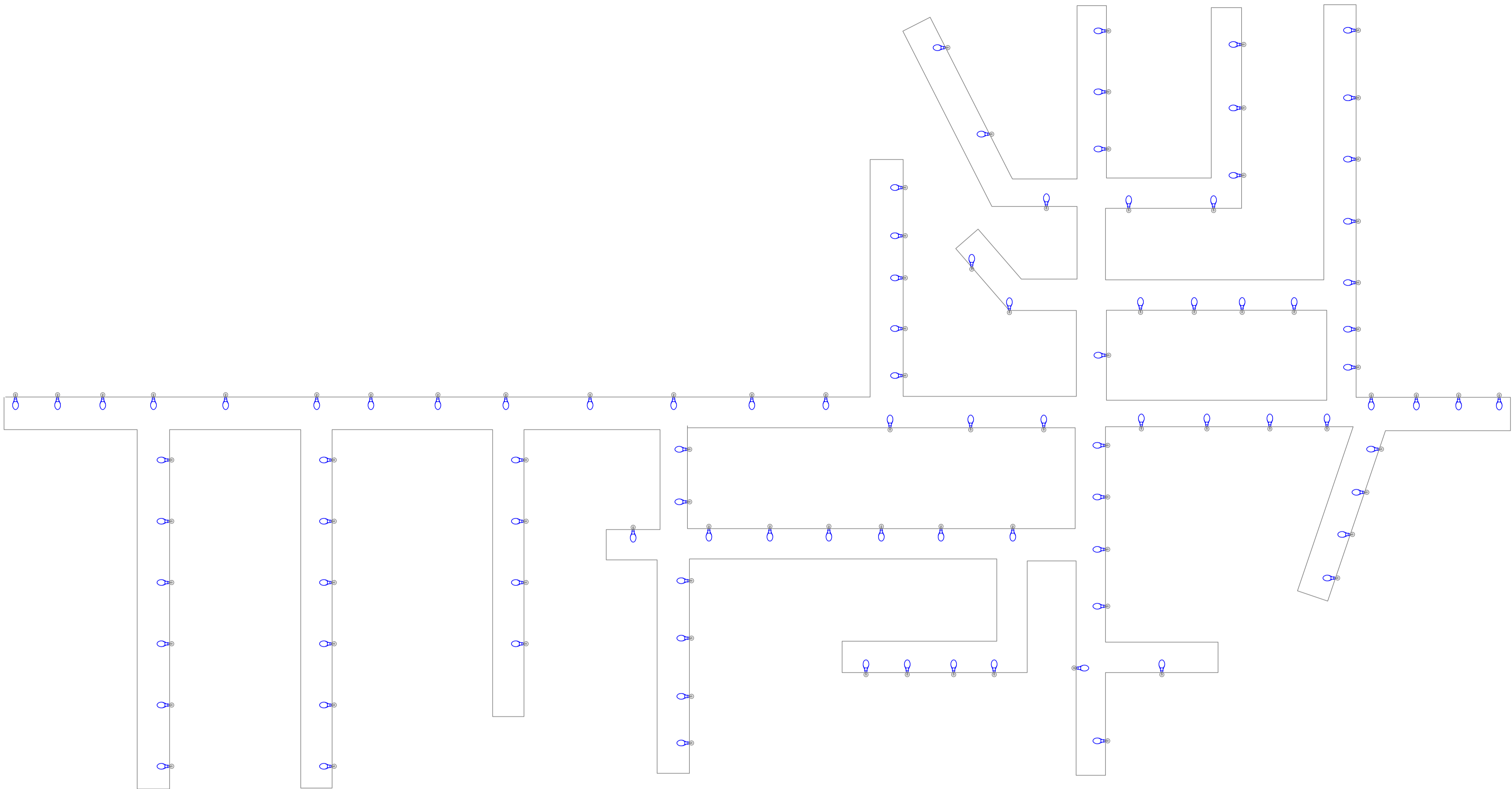
PROJETO
AS BUILT

FASE
P. EXECUTIVO

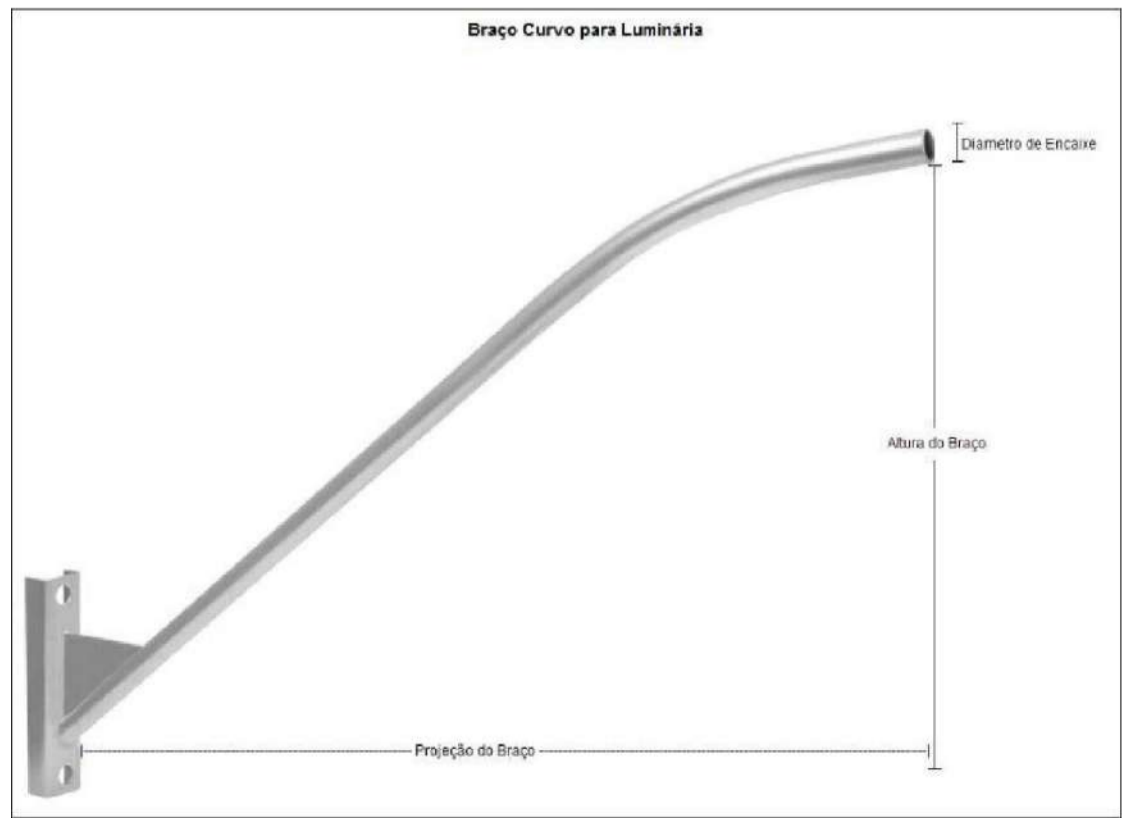
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO

NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00





DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	112
	Braço Ornamental - 1 metros	112

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE
	COORDENADOR -
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

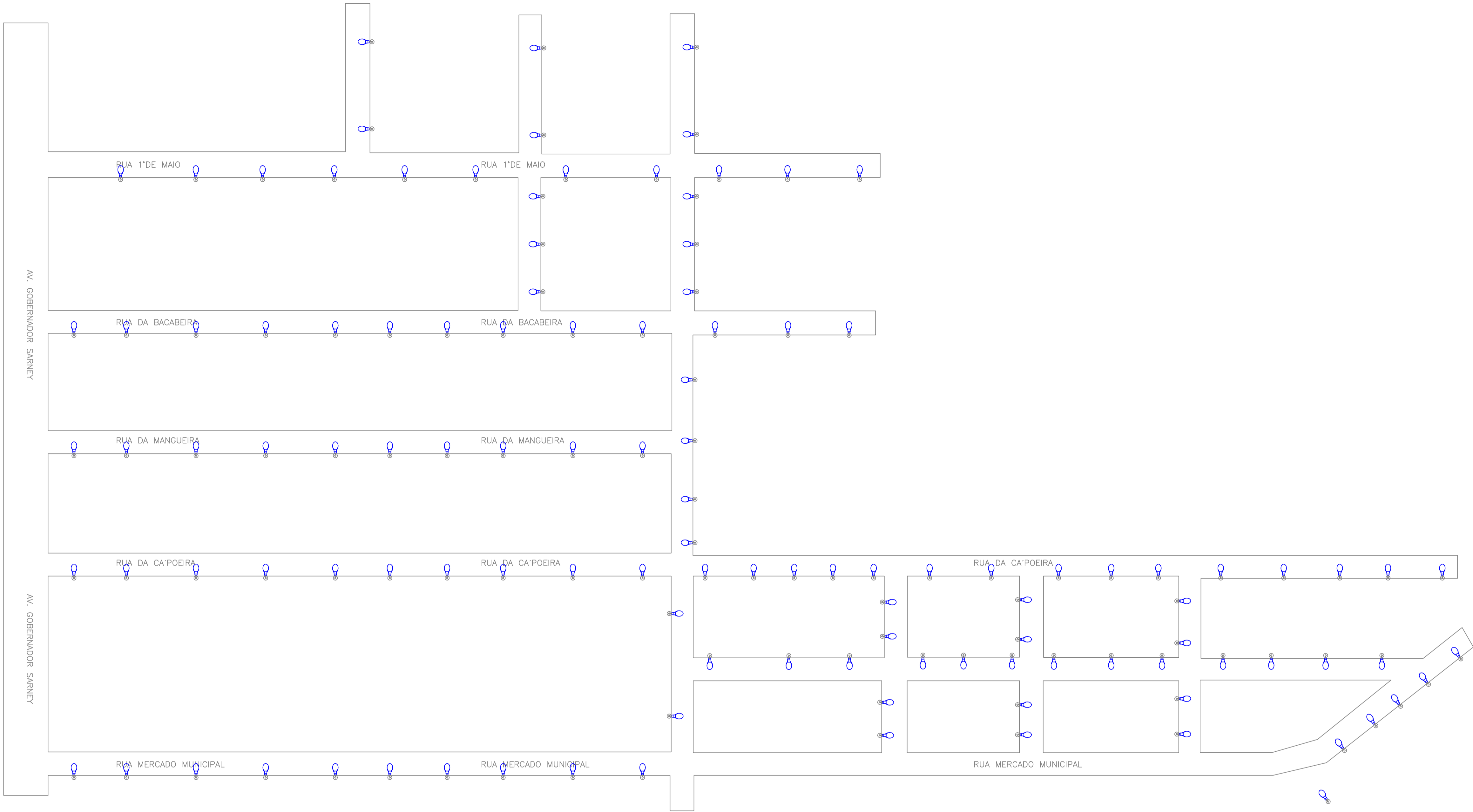
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

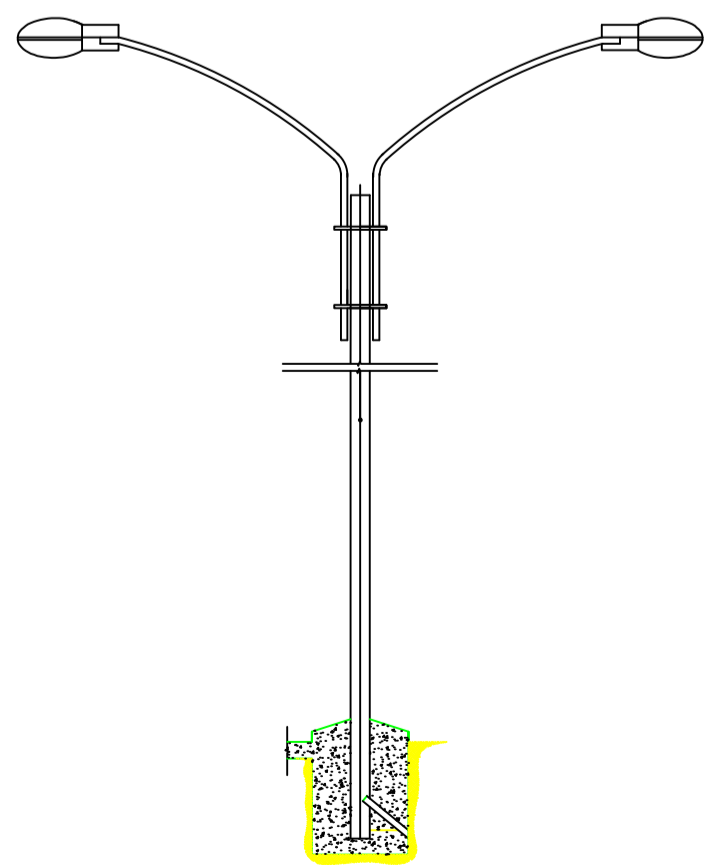
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO SÃO CRISTOVÃO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

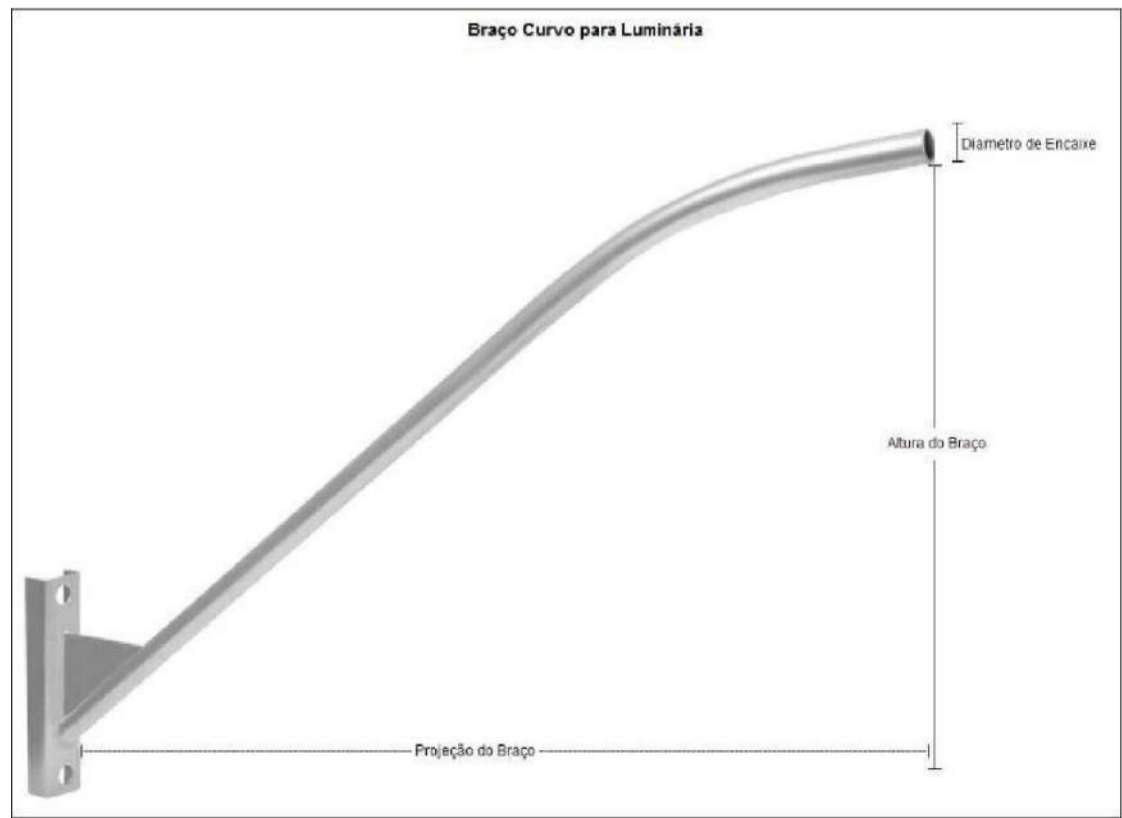
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuldo - LED	117
	Braco Curvo - 2 metros	117



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

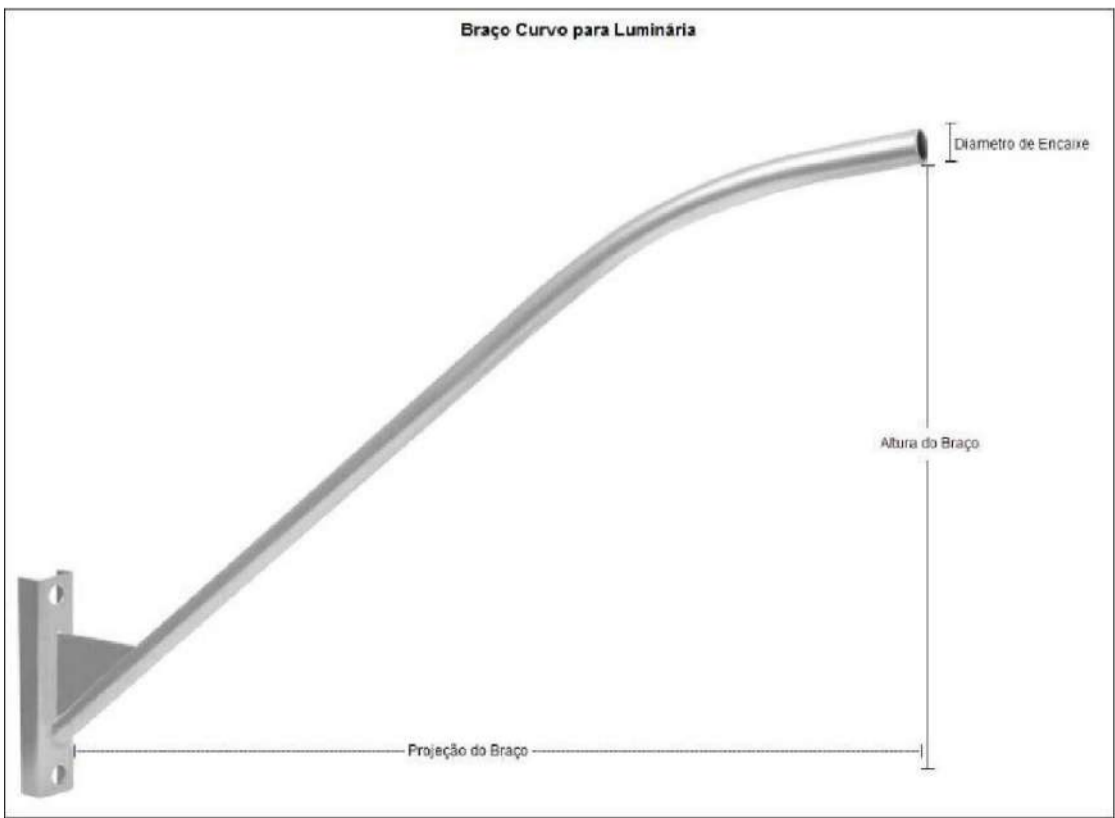
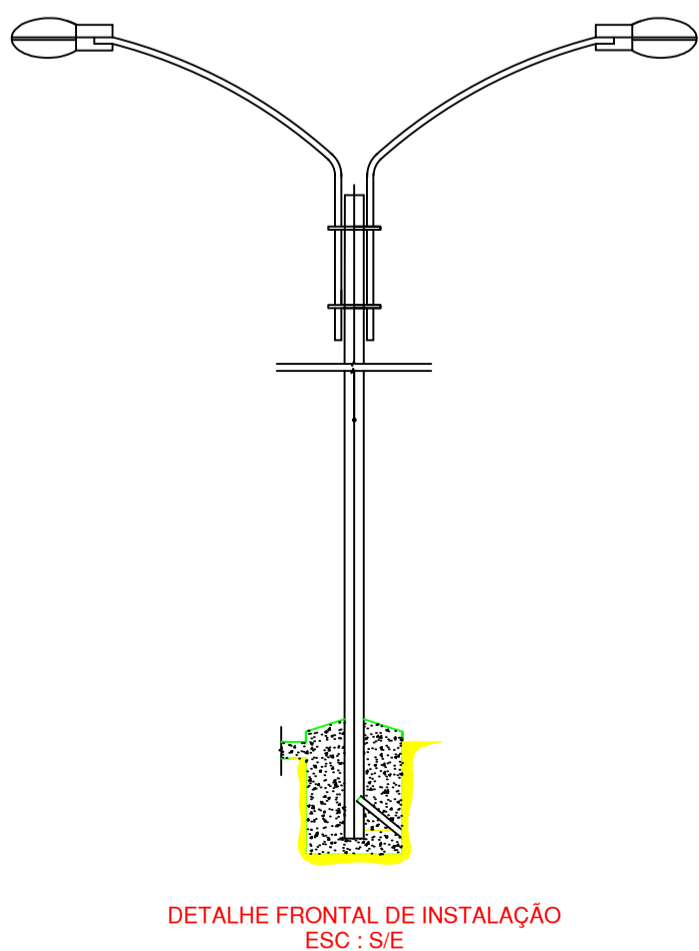
PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA -
FOLHA Nº	



ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO	PROJETO AS BUILT FASE P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO BAIRRO MUNICIPAL Iluminação Pública Detalhamento dos pontos de iluminação	ESCALA S/E DATA 03/02/2024 ARQUIVO NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	48
	Braço Ornamental - 1 metros	46

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

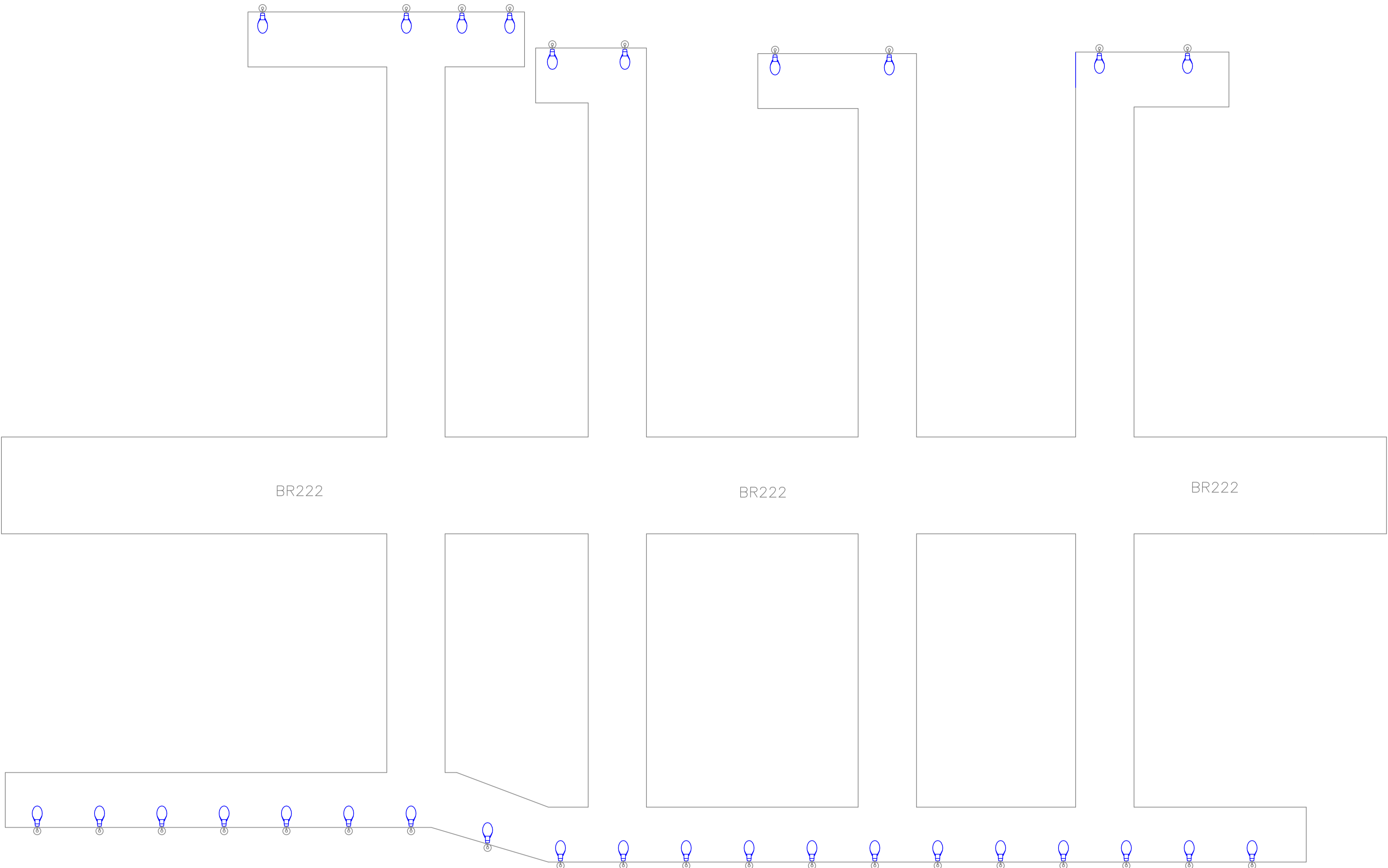
TÍTULO DO DESENHO
BAIRRO MUNICIPAL

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

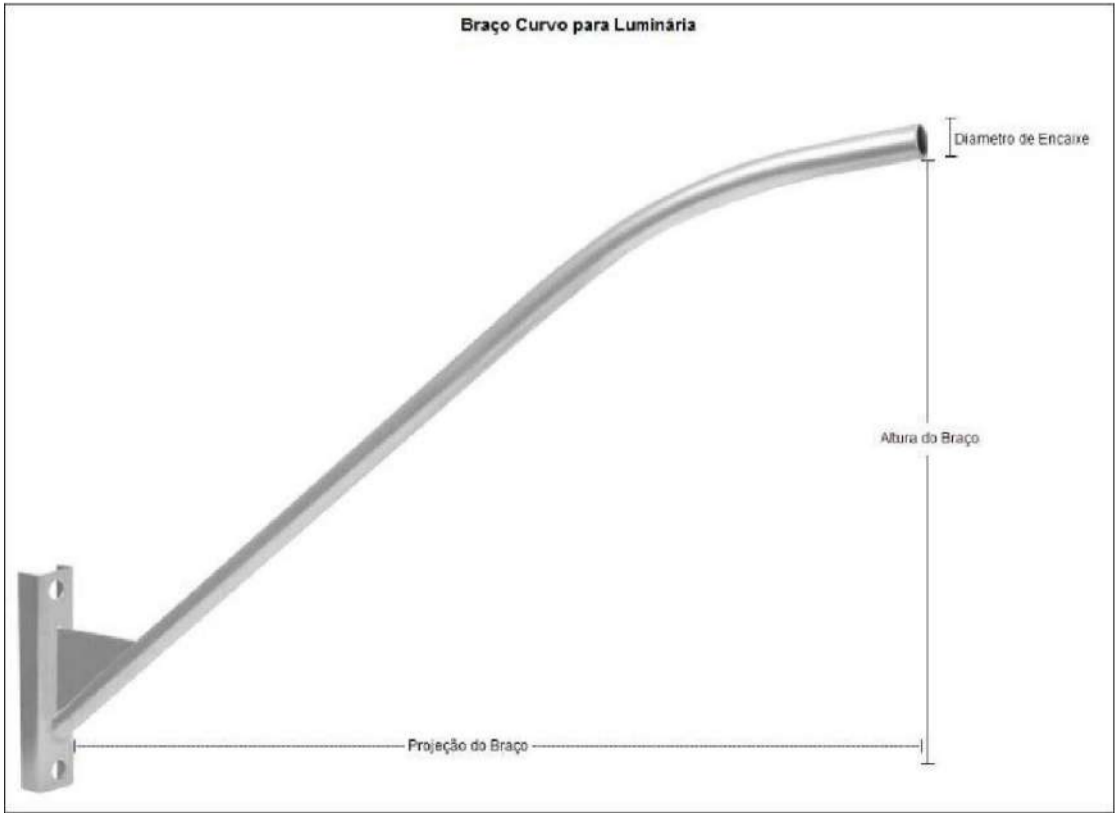
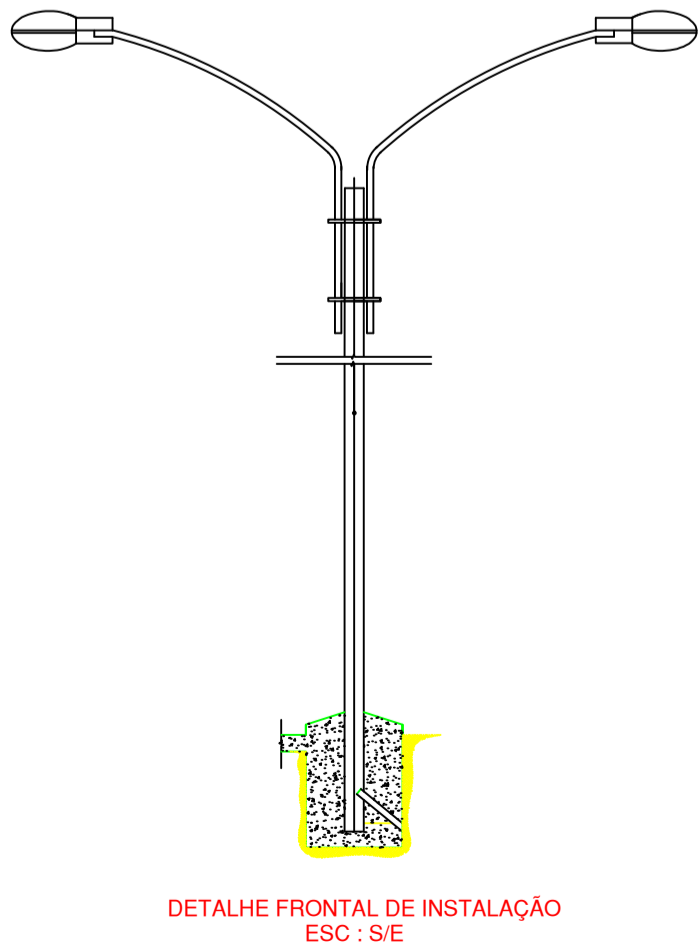
PROJETO
AS BUILT

FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embulido - LED	30
	Braço Curvo - 2 metros	30



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

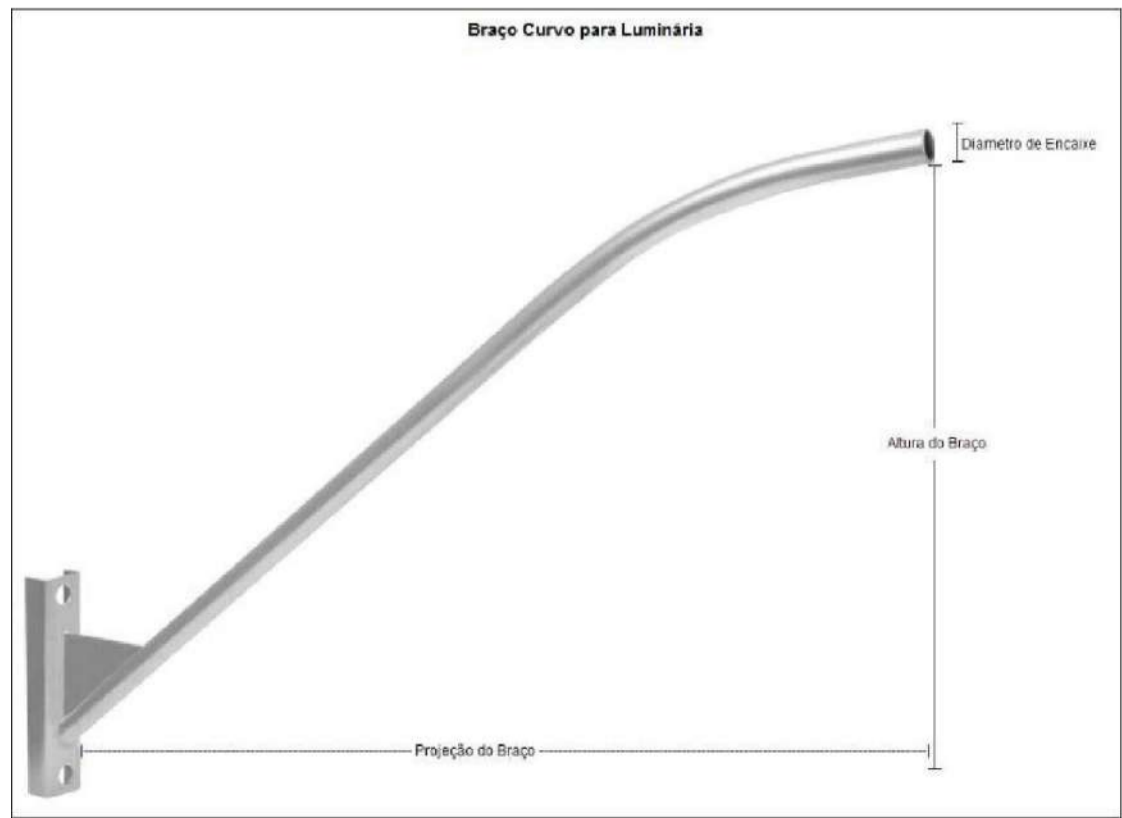
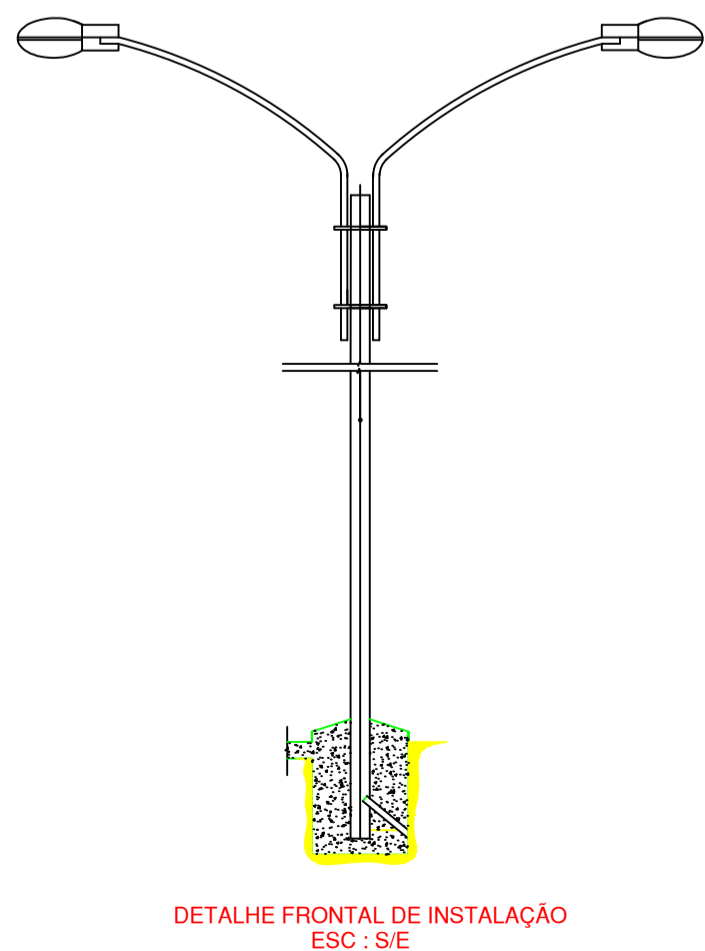
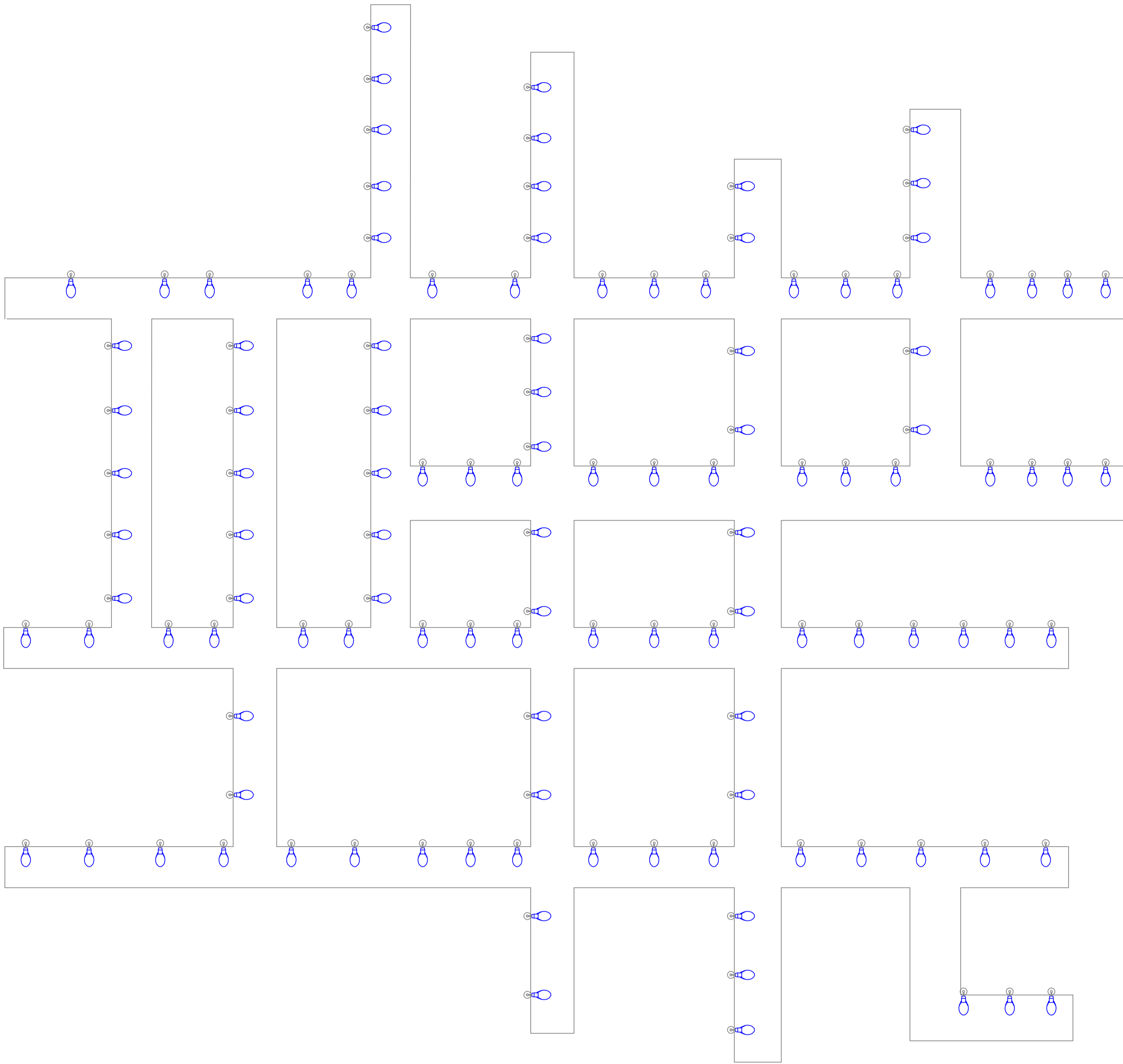
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
SANTA FILOMENA

Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido - LED	118
	Braço Curvo - 2 metros	118

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA -
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

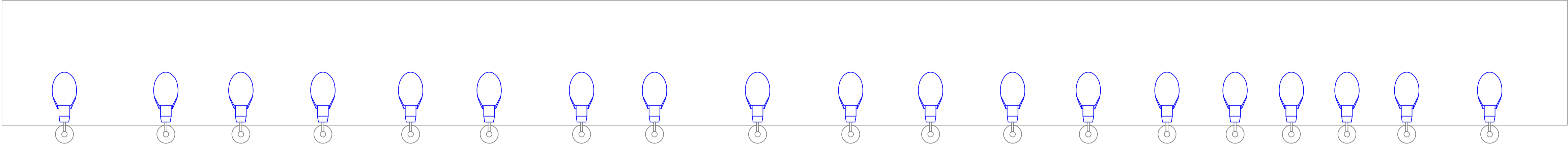
TÍTULO DO DESENHO
VILA MILITAR
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

BR222

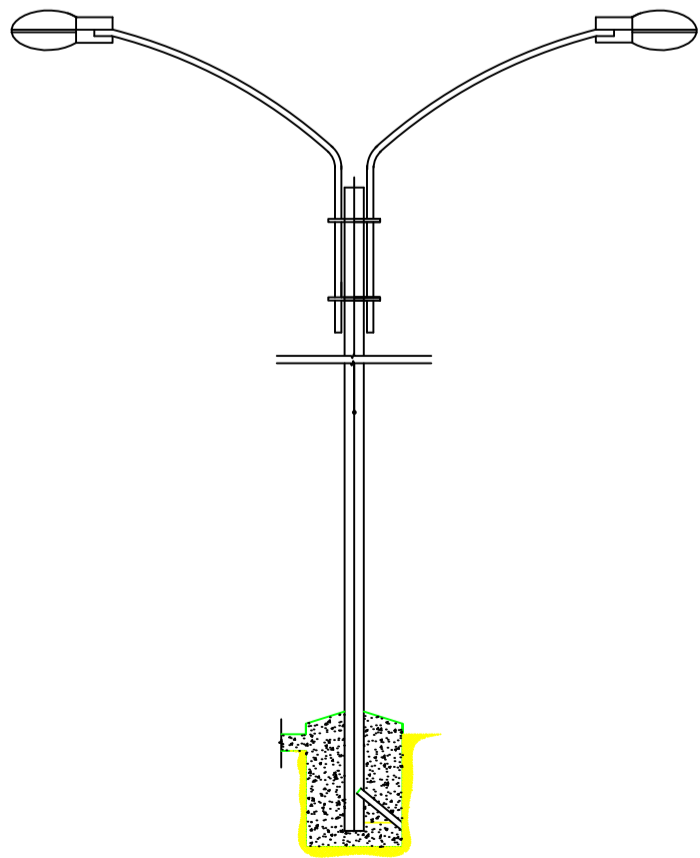
BR222

BR222

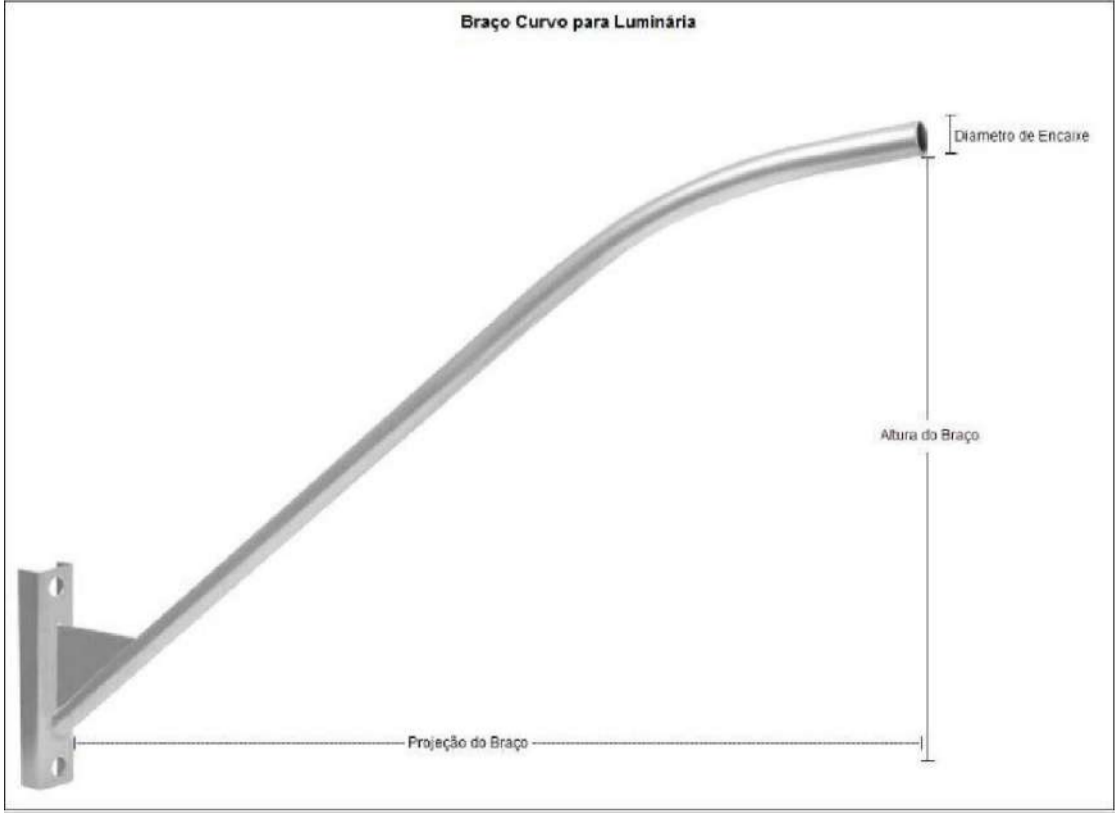


POSTO
MARAJO

LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido - LED	19
	Braço Curvo - 2 metros	19



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

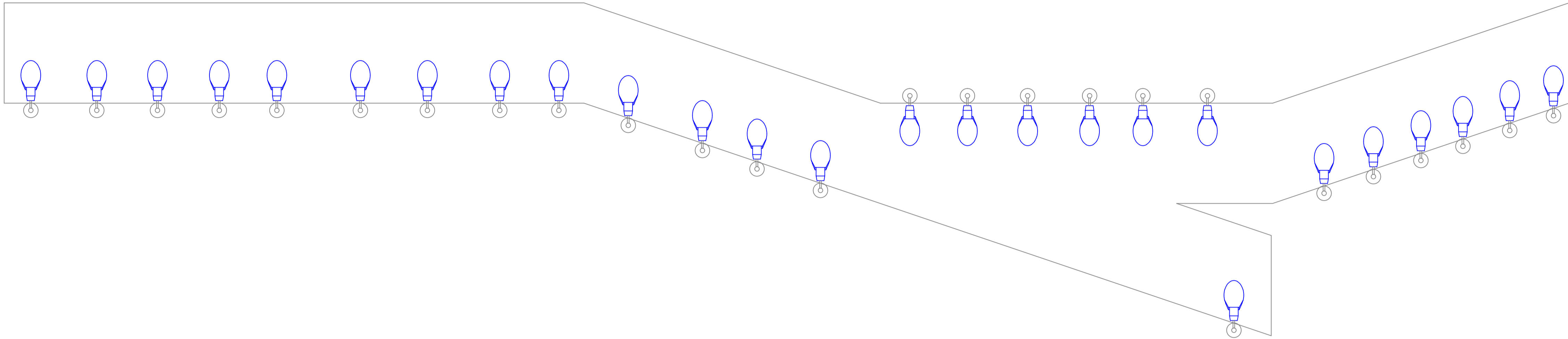
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

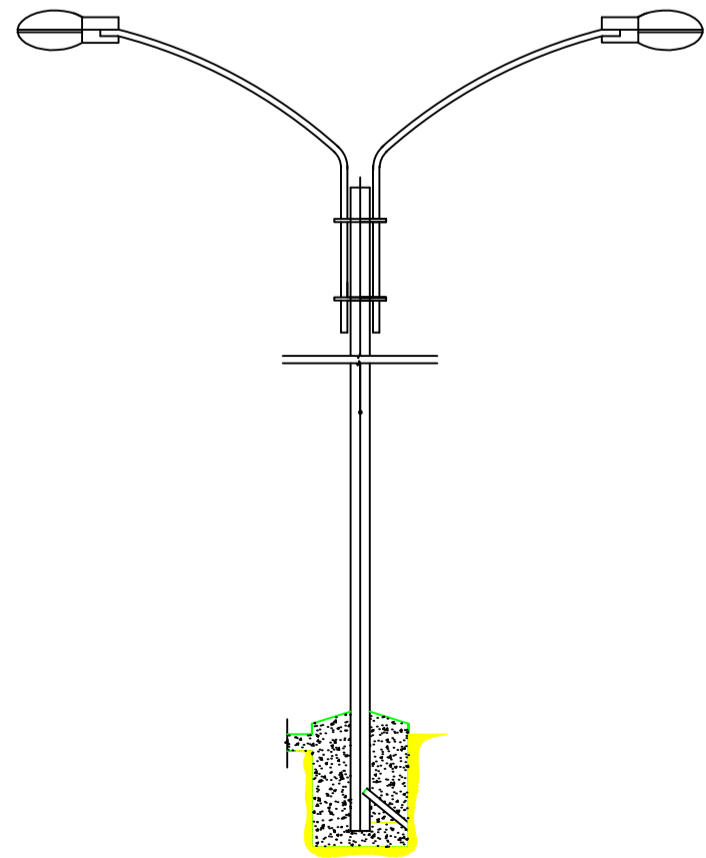
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
ZONA RURAL - POVOADO PEQUIZEIRO
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

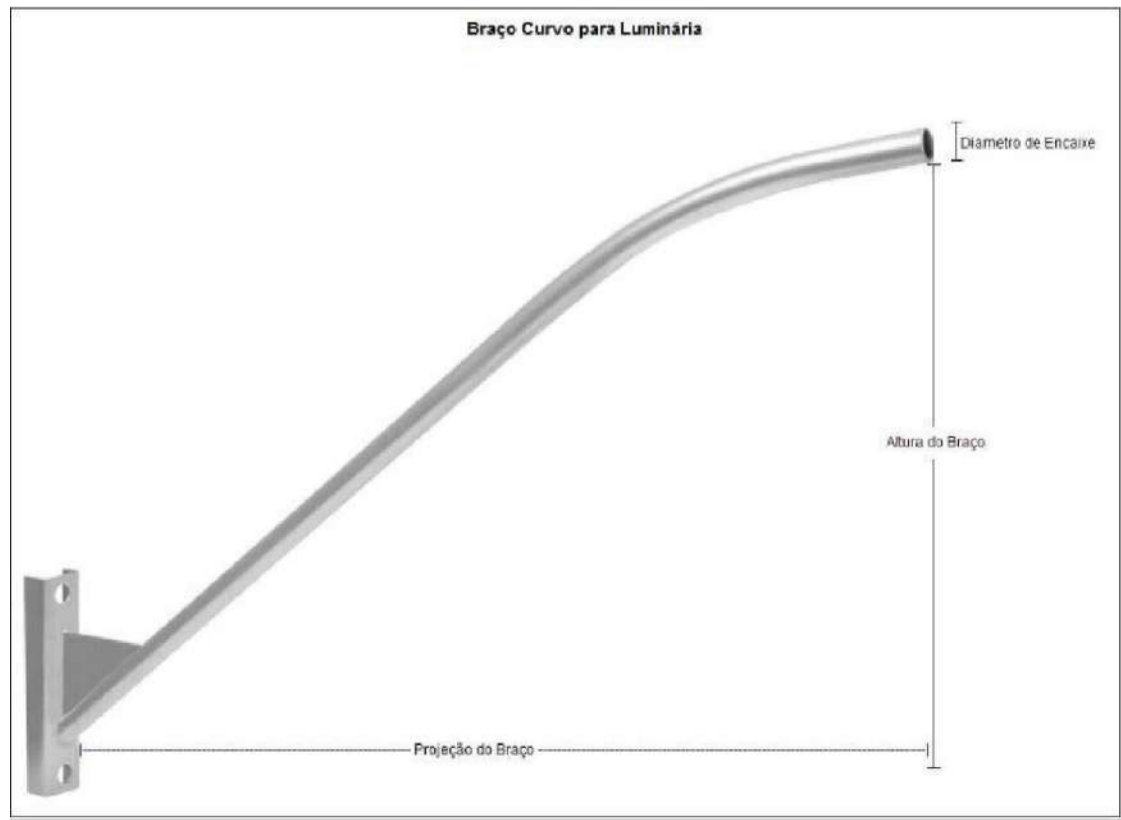
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relê Embutido - LED	26
	Braço Curvo - 2 metros	26



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



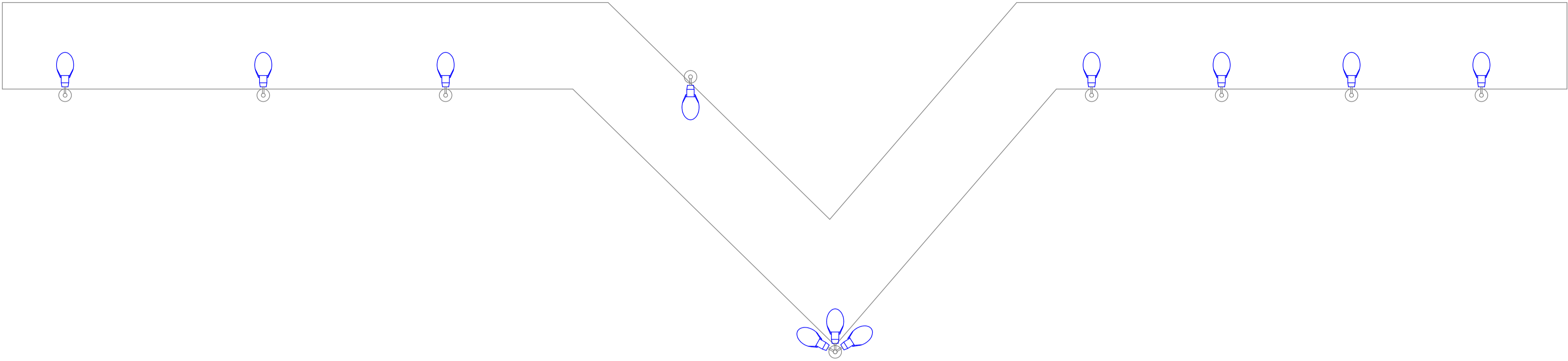
TECNOLOGIA QUE
CRESCE

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

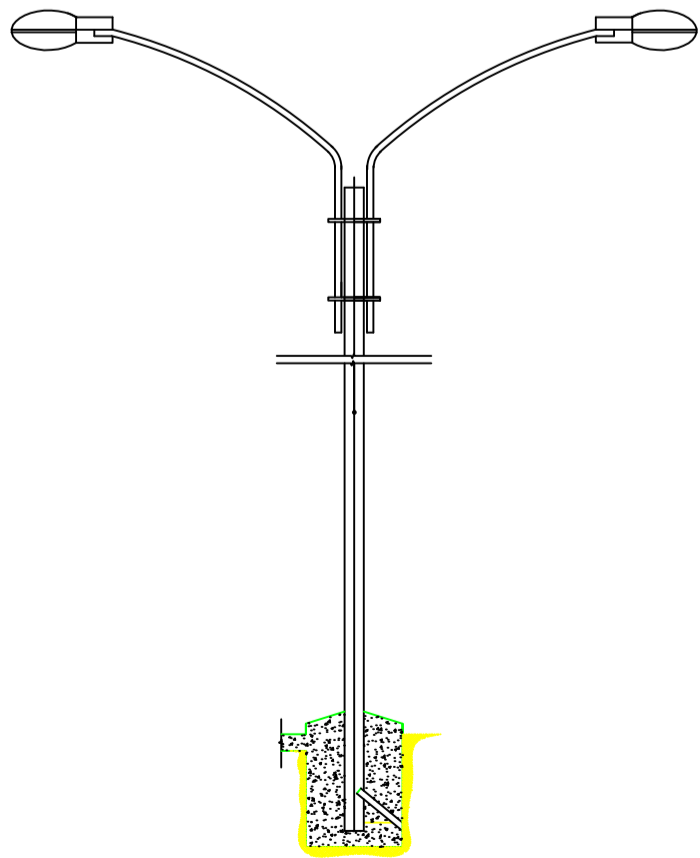
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
ZONA RURAL - DISTRITO INDUSTRIAL	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

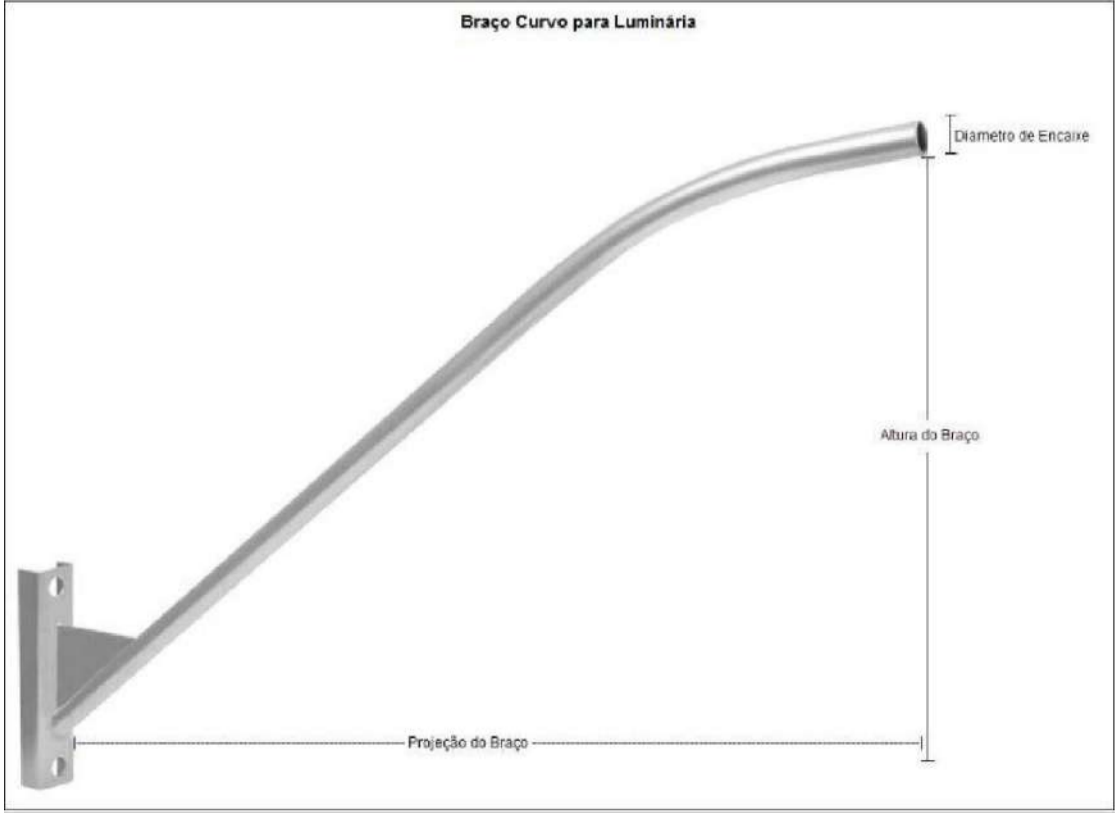
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Refê Embulido - LED	12
	Braço Curvo - 2 metros	12



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



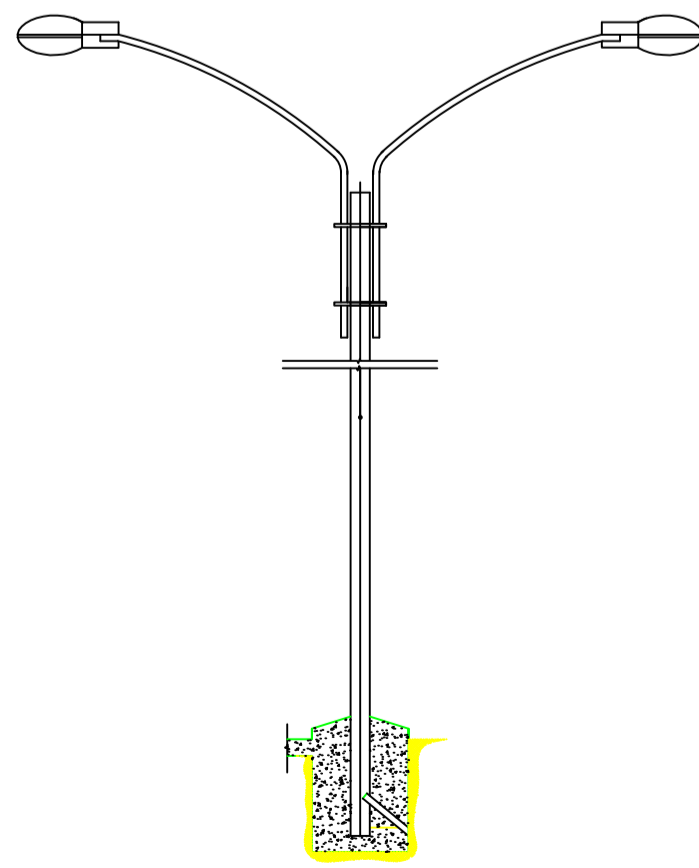
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

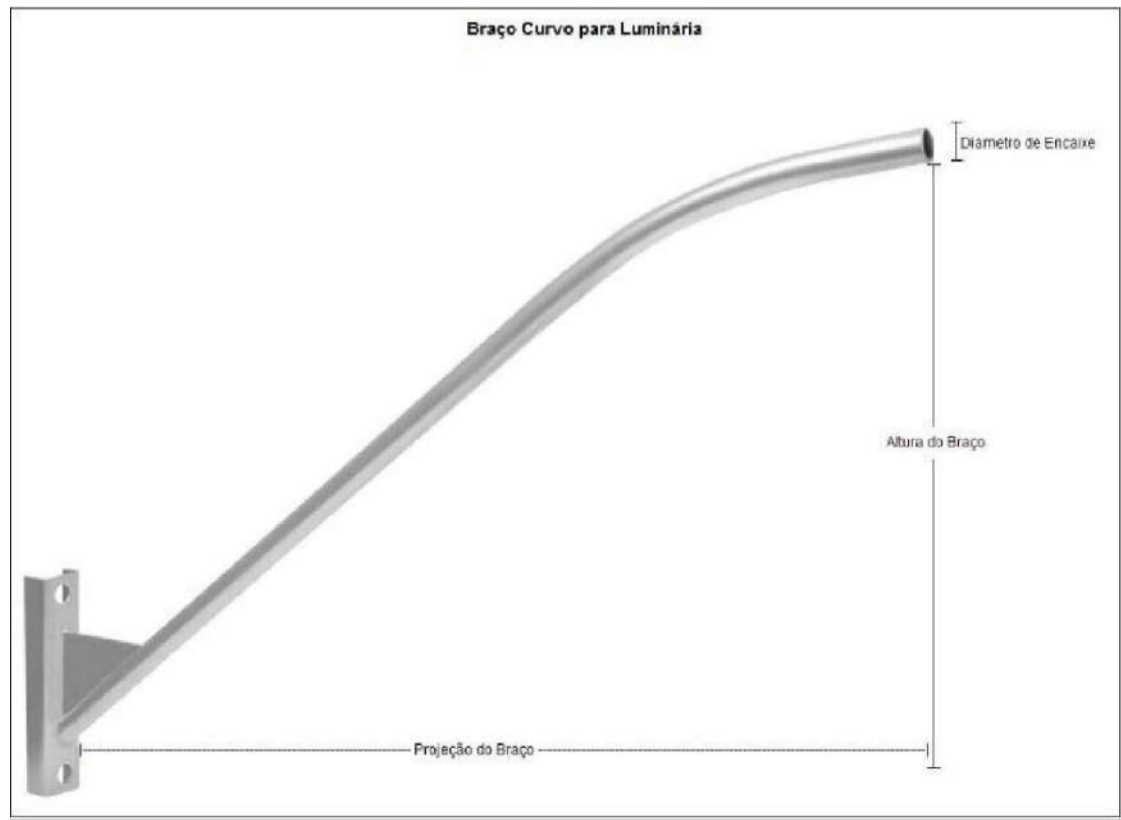
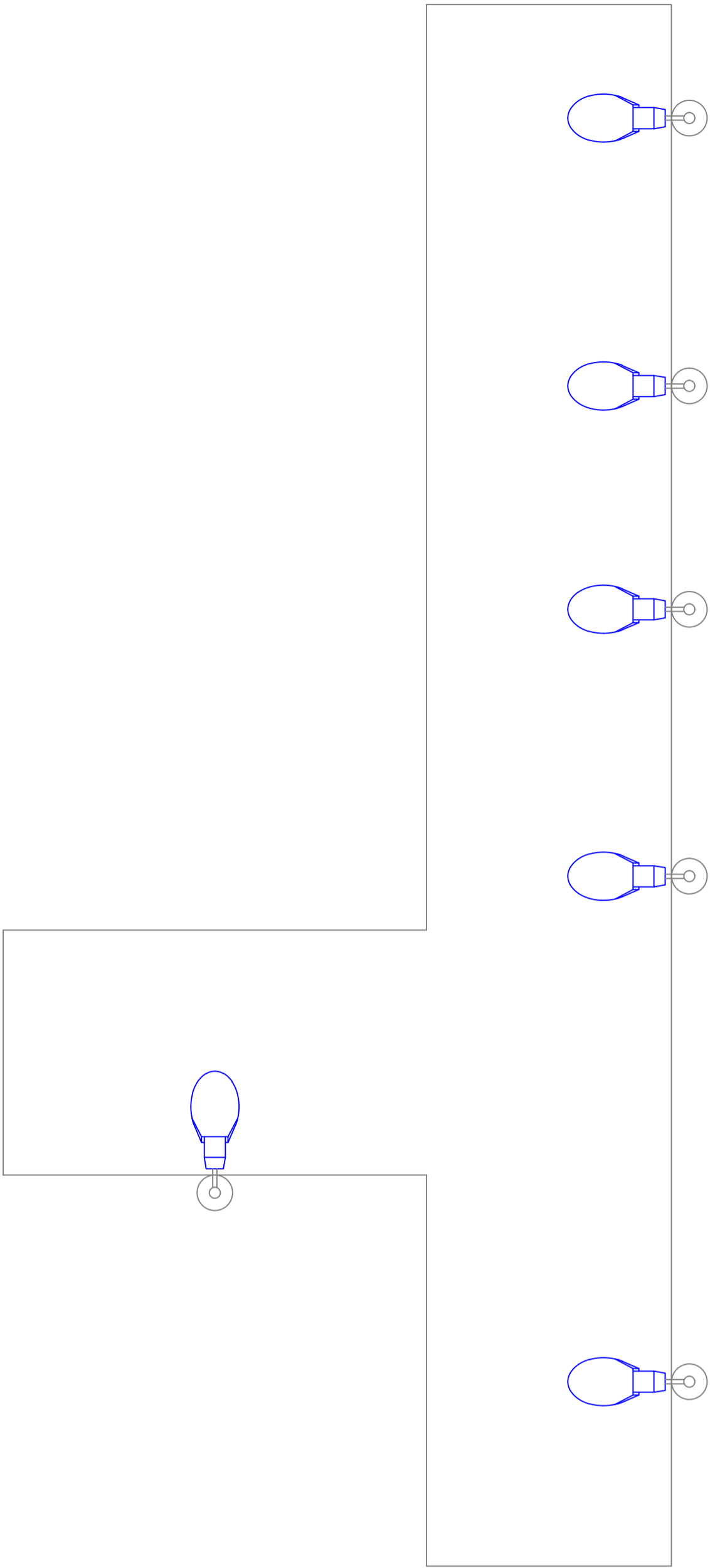
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
ZONA RURAL - DISTRITO INDUSTRIAL	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rote Embuido - LED	06
	Braço Curvo - 2 metros	06

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

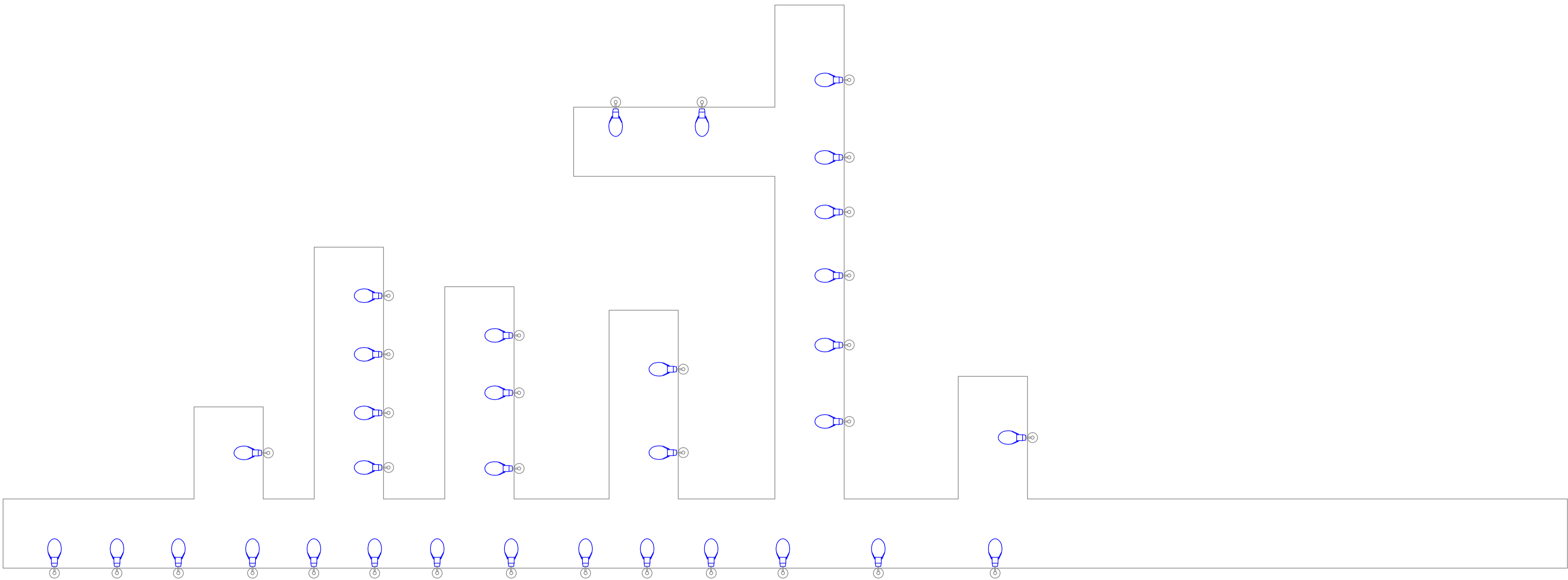
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

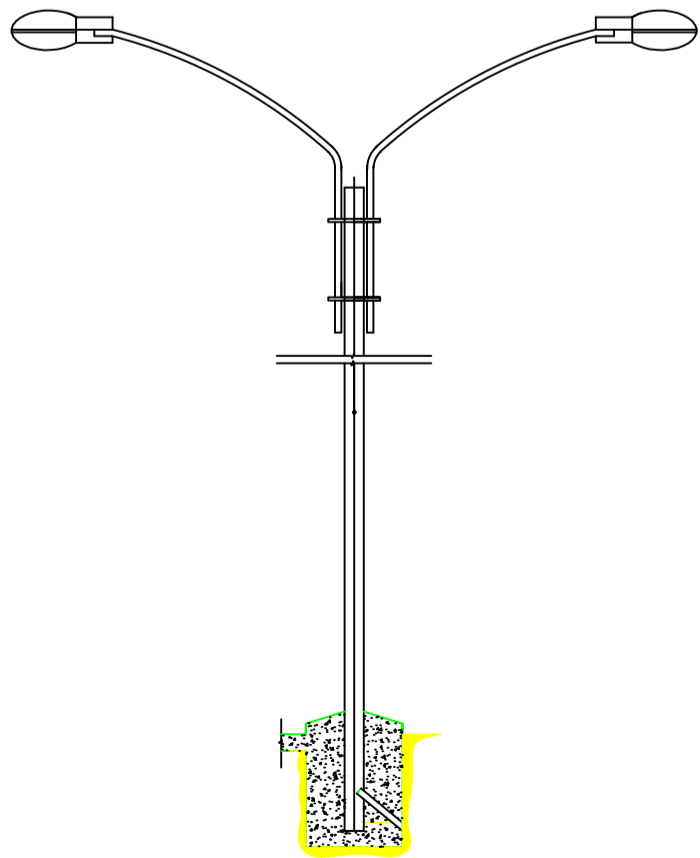
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural BR 222 - Povoado Lad
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

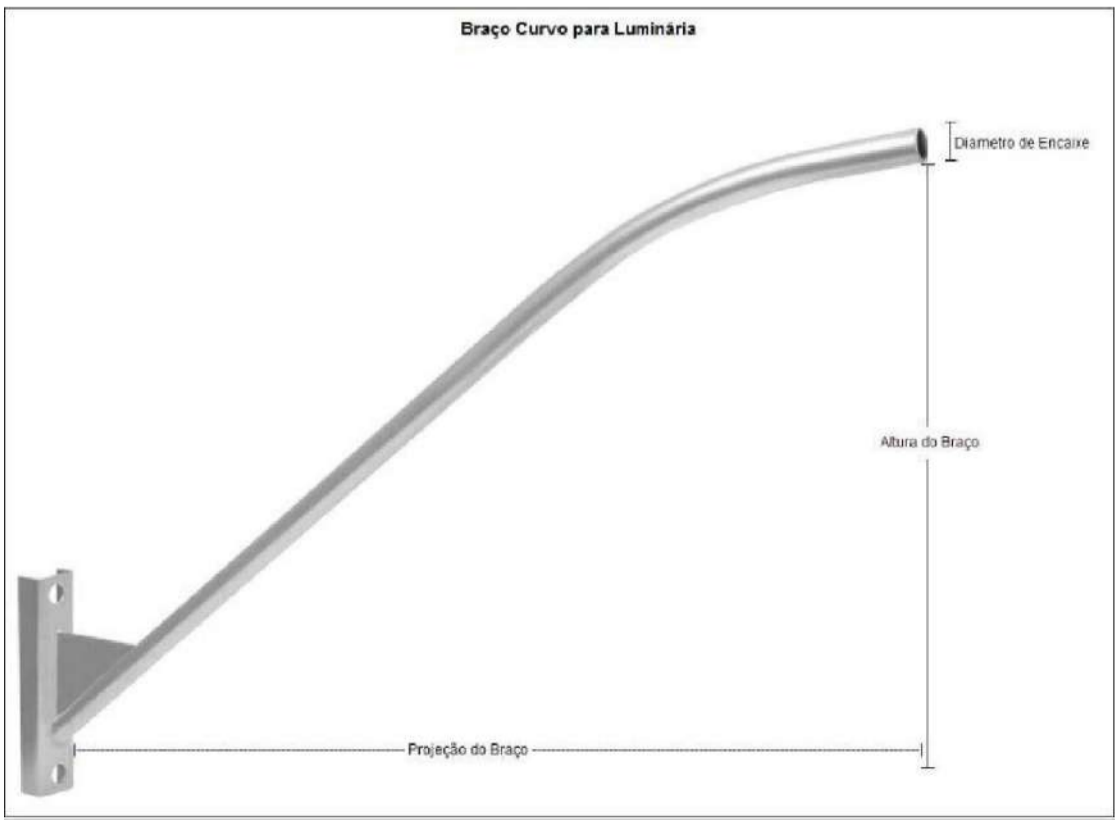
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rote Embulido - LED	32
	Braço Curvo - 2 metros	32



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA - FOLHA Nº
------------	---



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

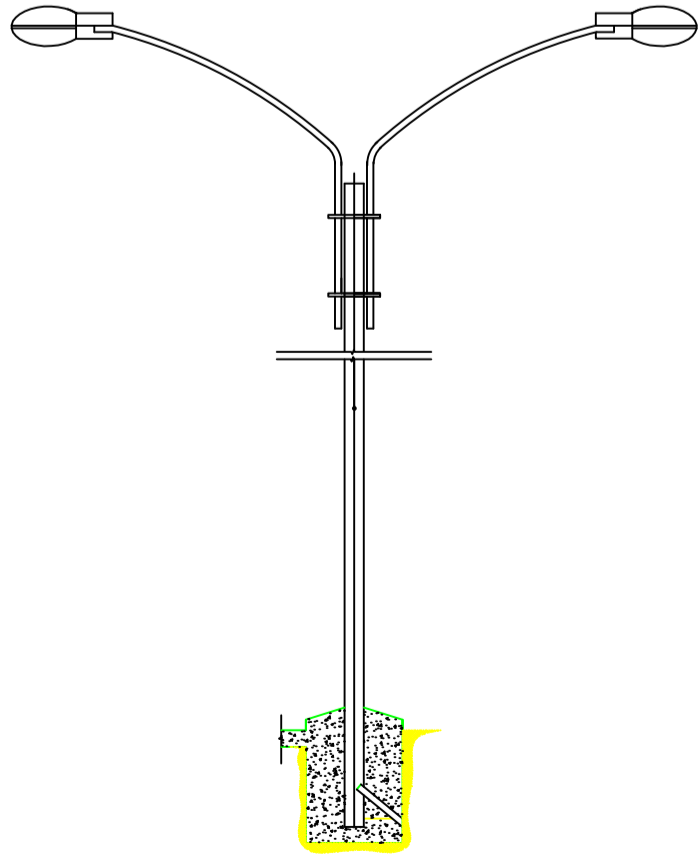
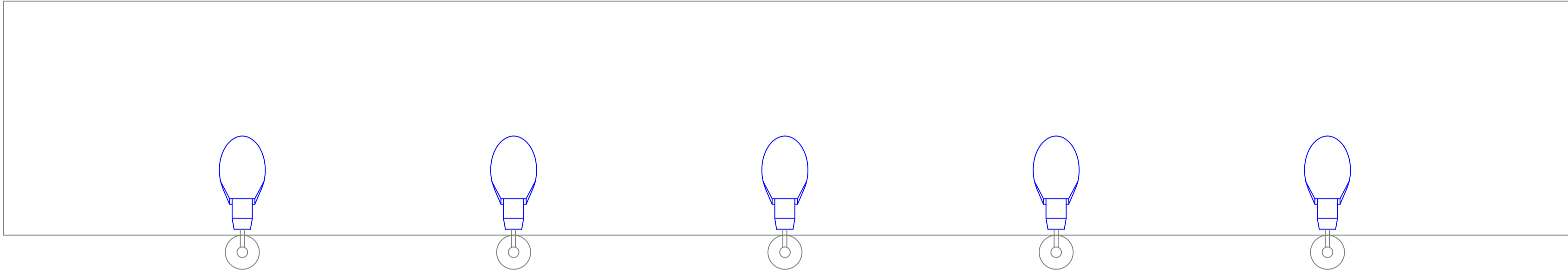
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural BR 222 - Povoado Calango
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

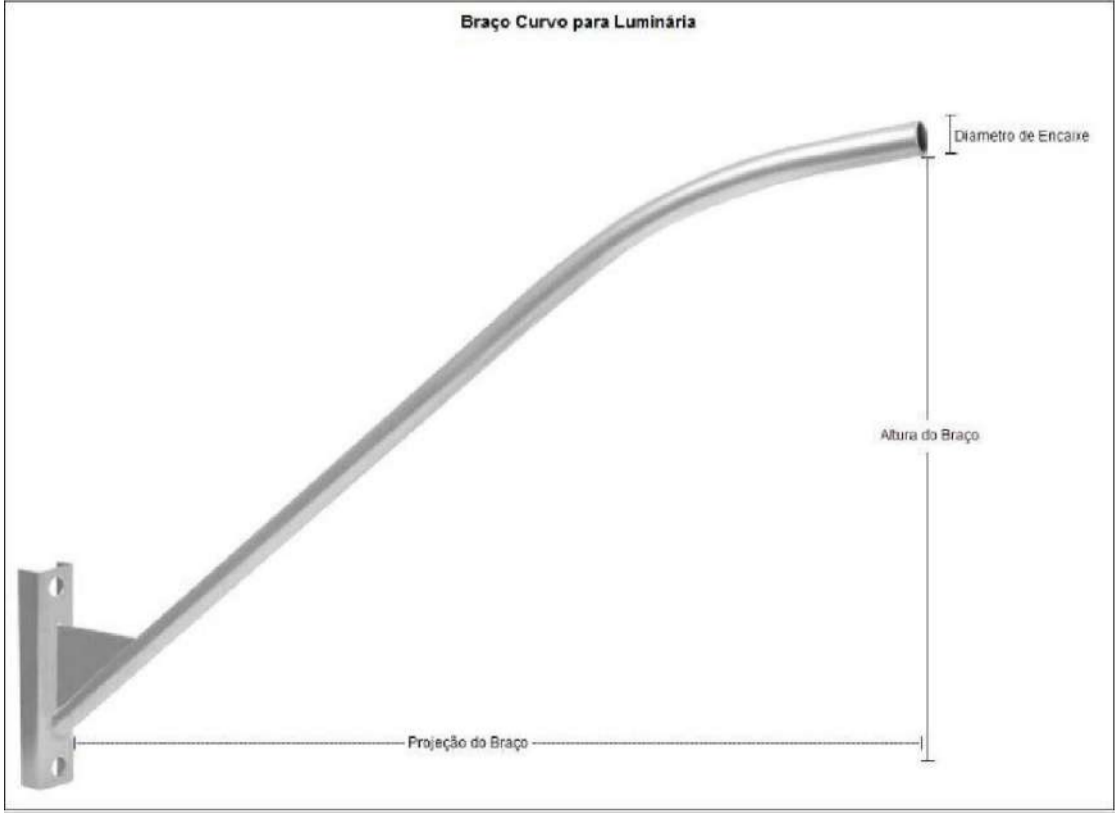
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



BR222



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	05
	Braço Ornamental - 1 metros	05

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA - FOLHA Nº
------------	---



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

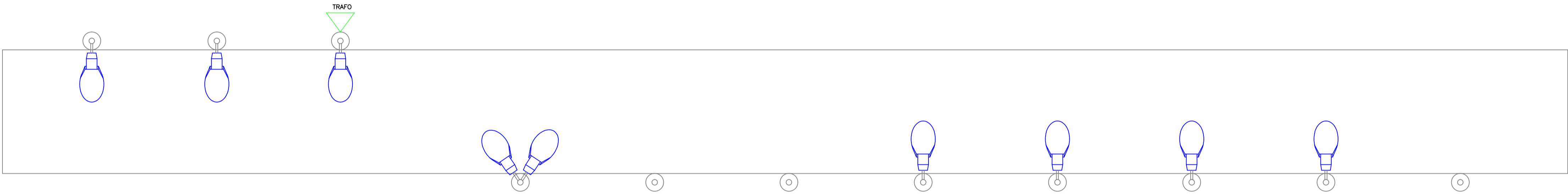
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

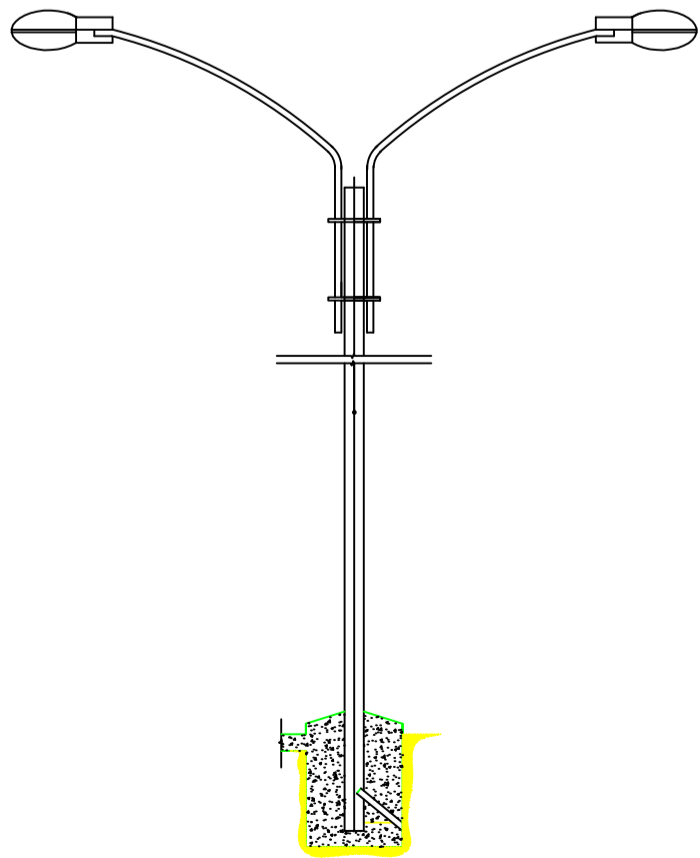
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural BR 222 - Povoado Franco
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

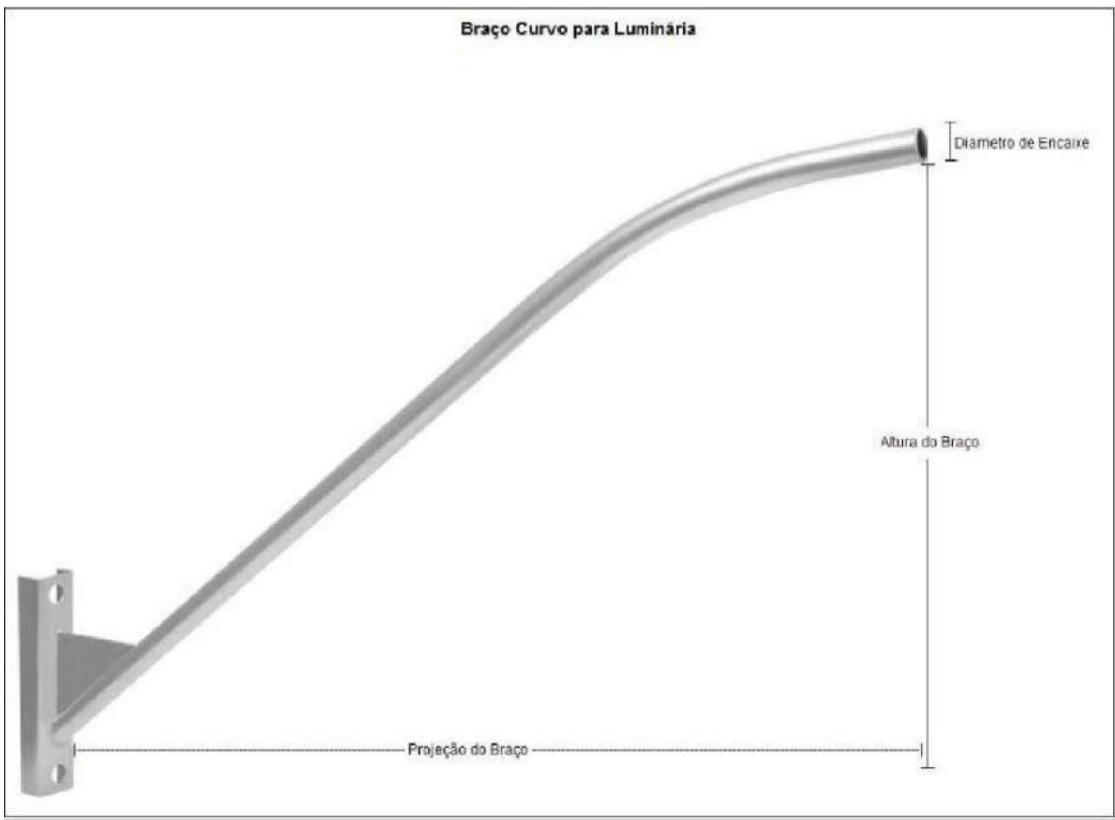
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuido - VM	09
	Transformador	01
	Braco Curvo - 2 metros	09



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



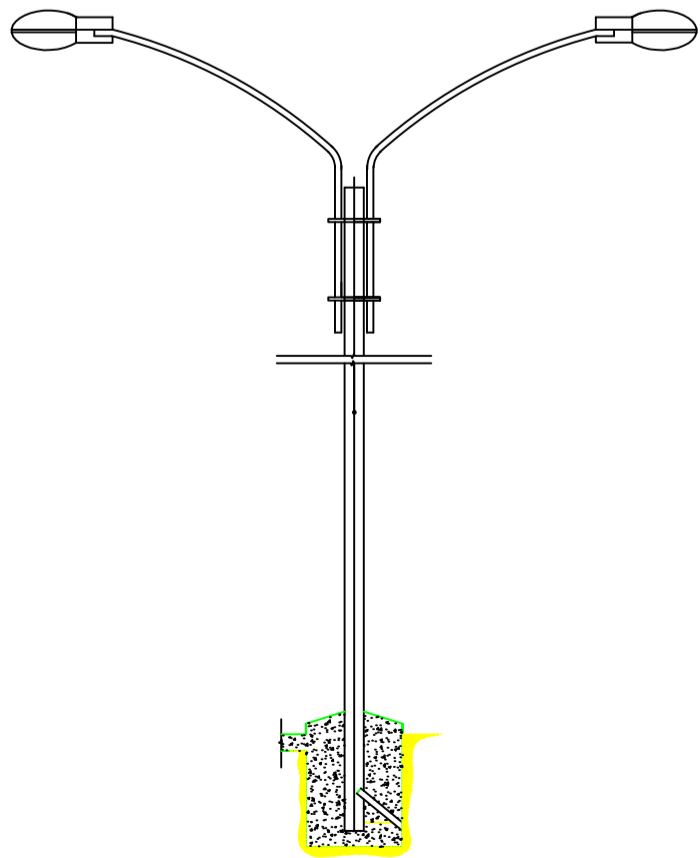
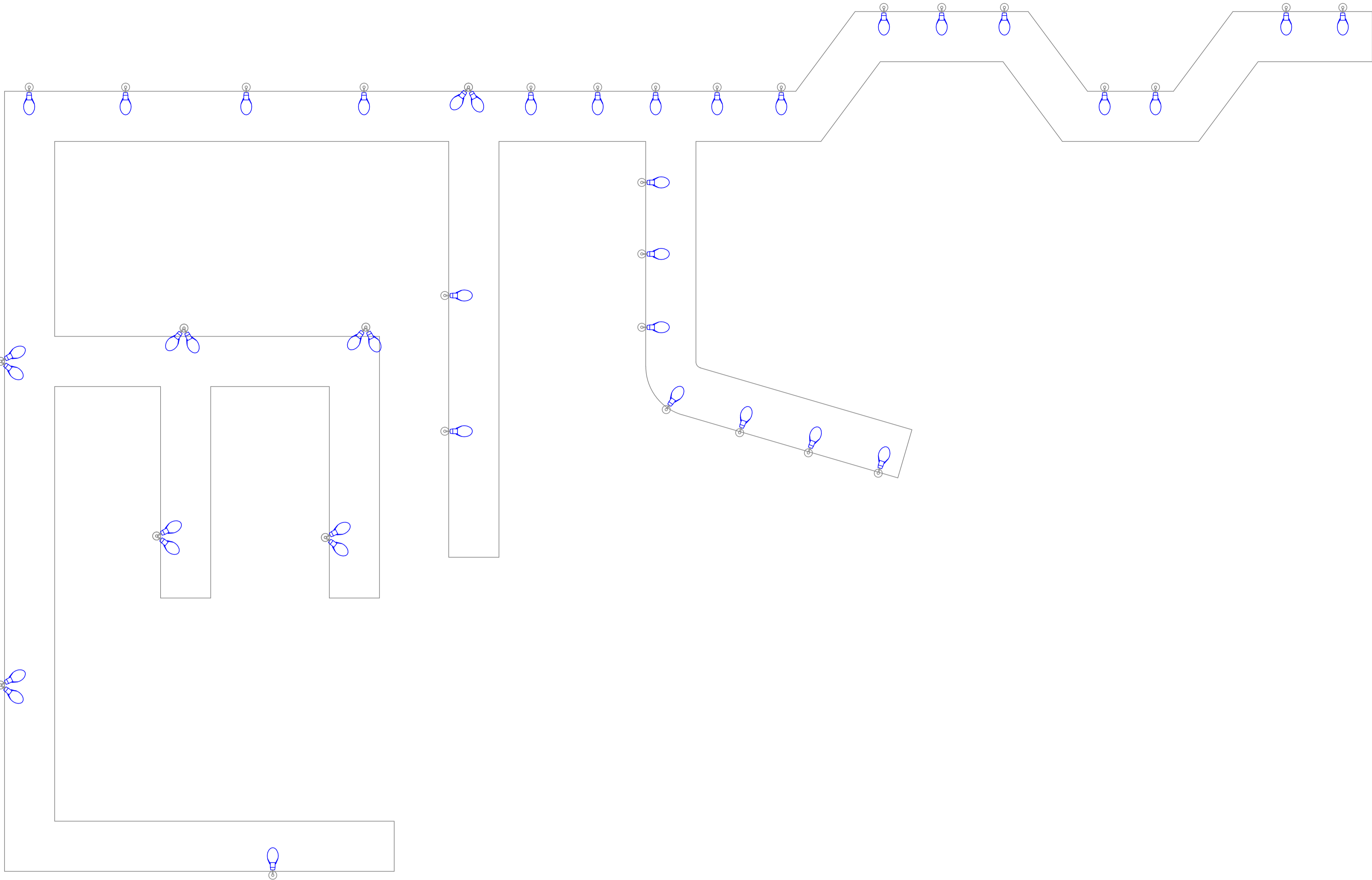
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

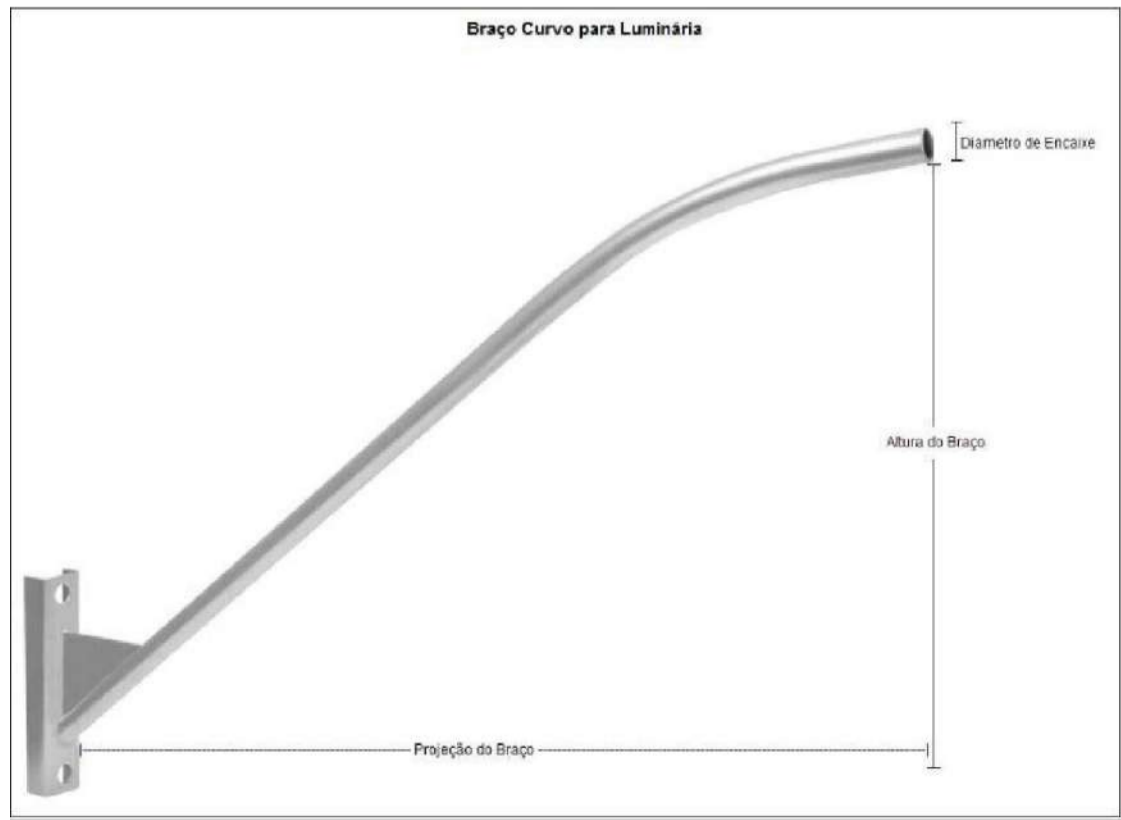
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural BR 222 - Povoado Barro Filho	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído - LED	41
	Braço Curvo - 2 metros	41

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

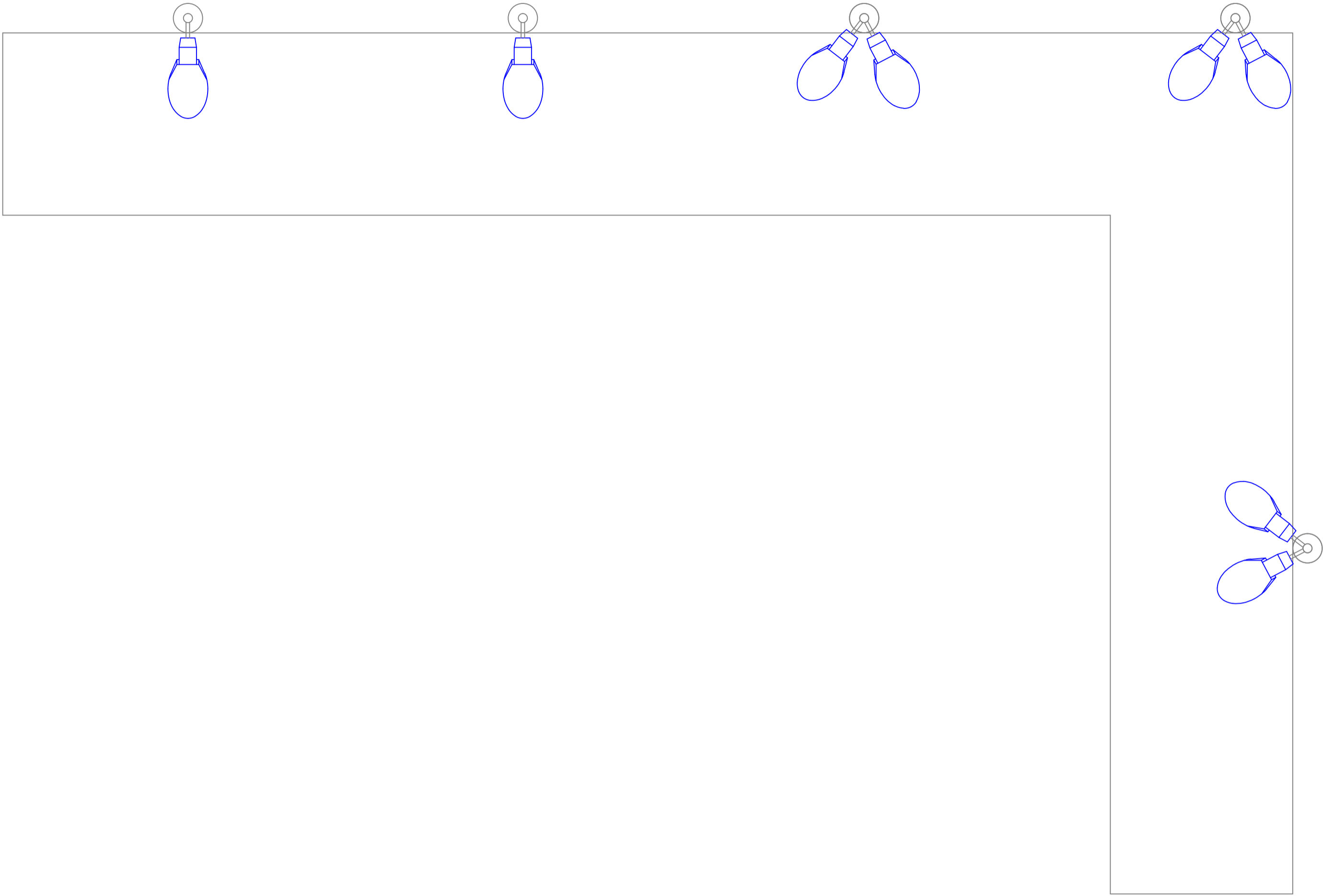
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

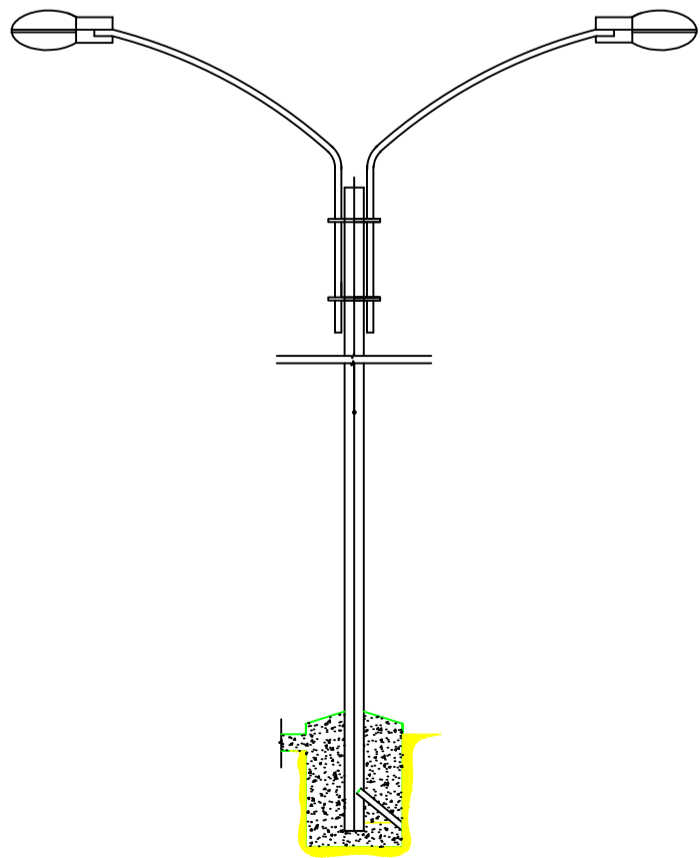
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
POVOADO PORÇÃO DA JUSCARA
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

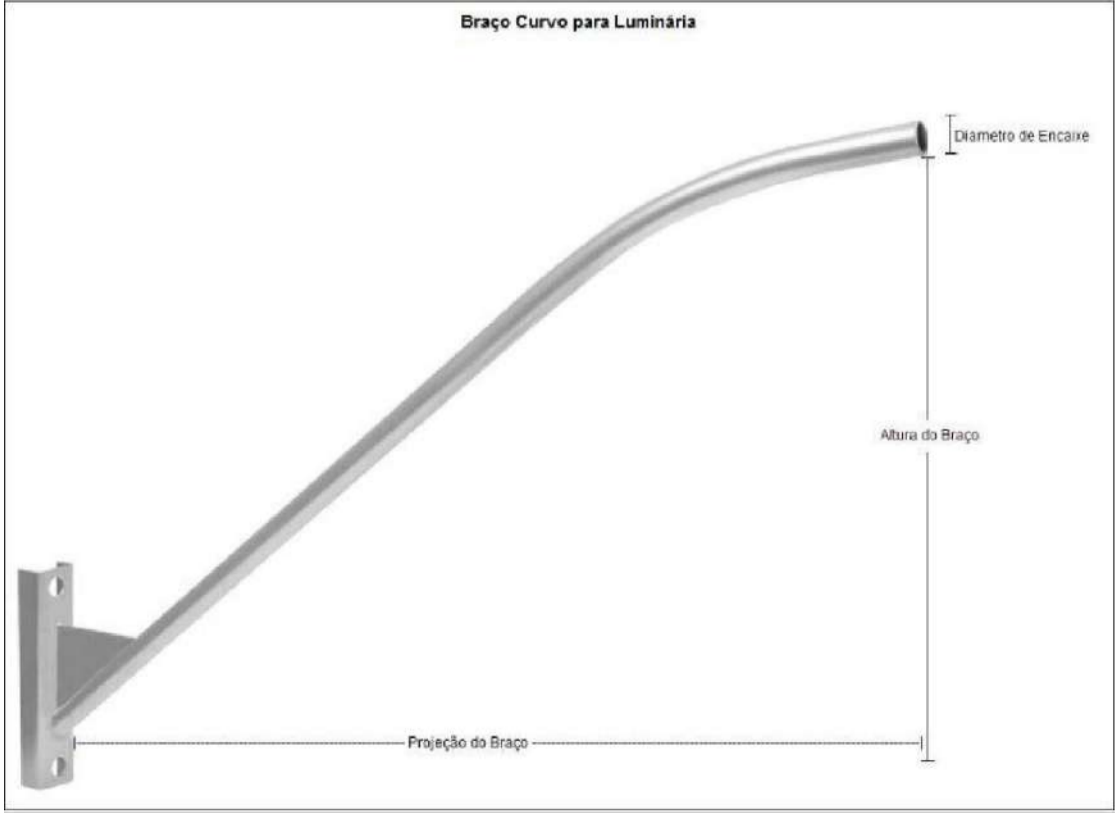
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embulido - LED	08
	Braço Curvo - 2 metros	08



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

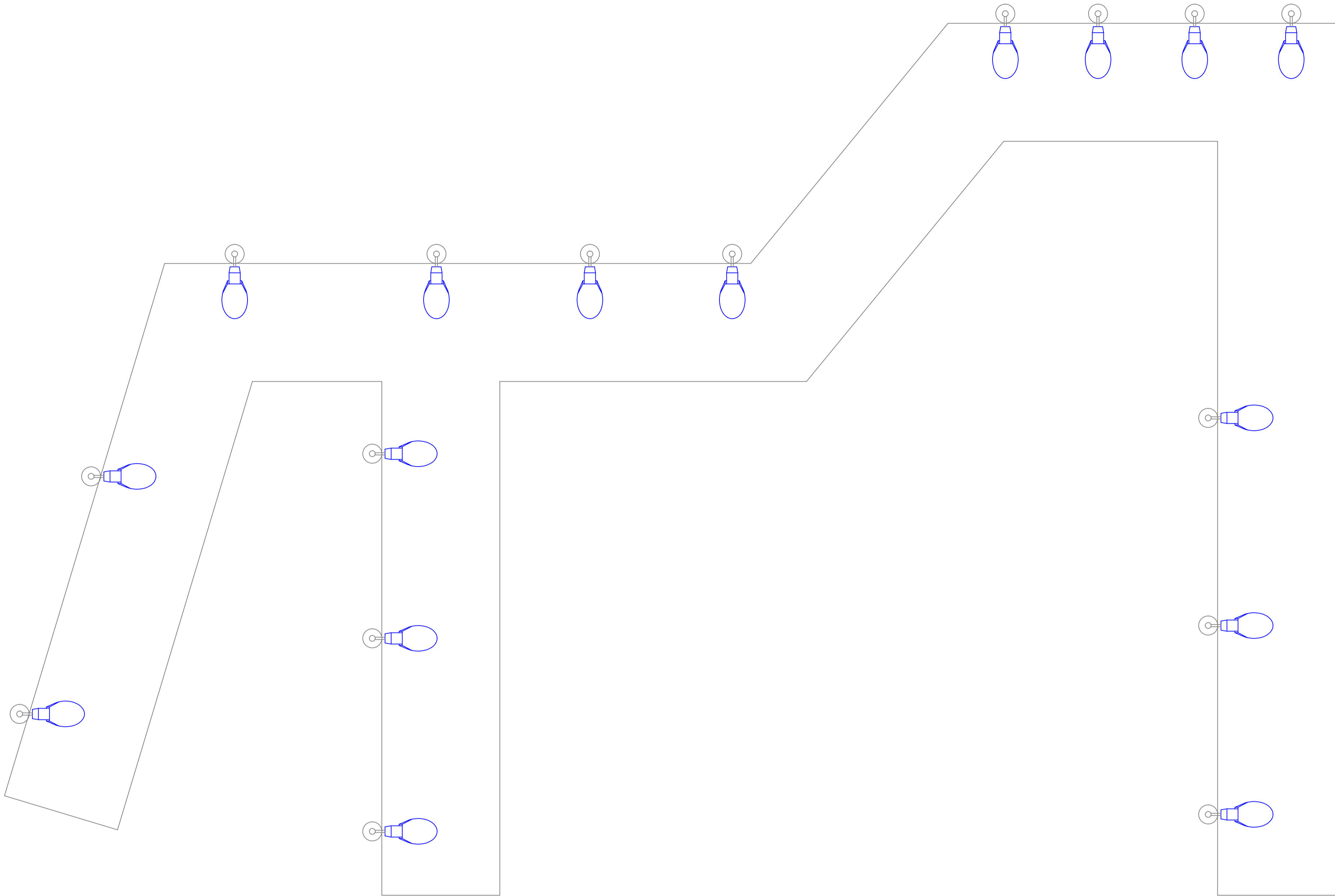
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

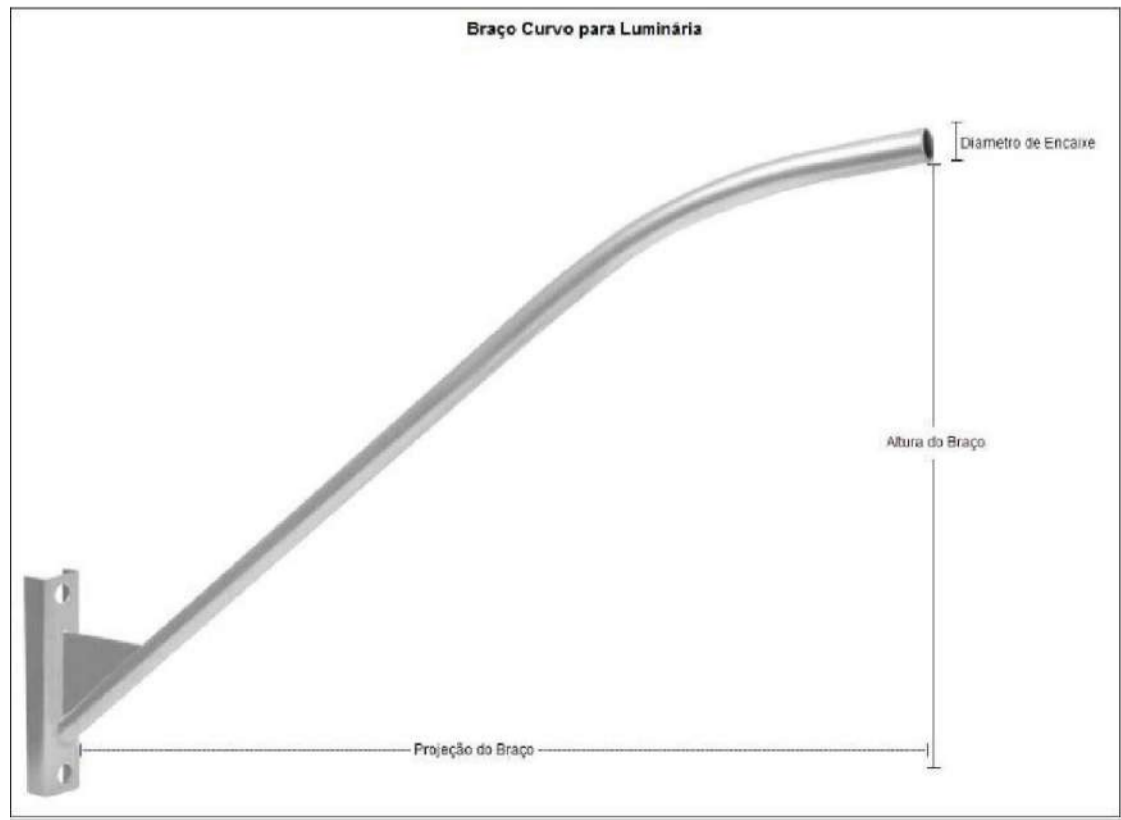
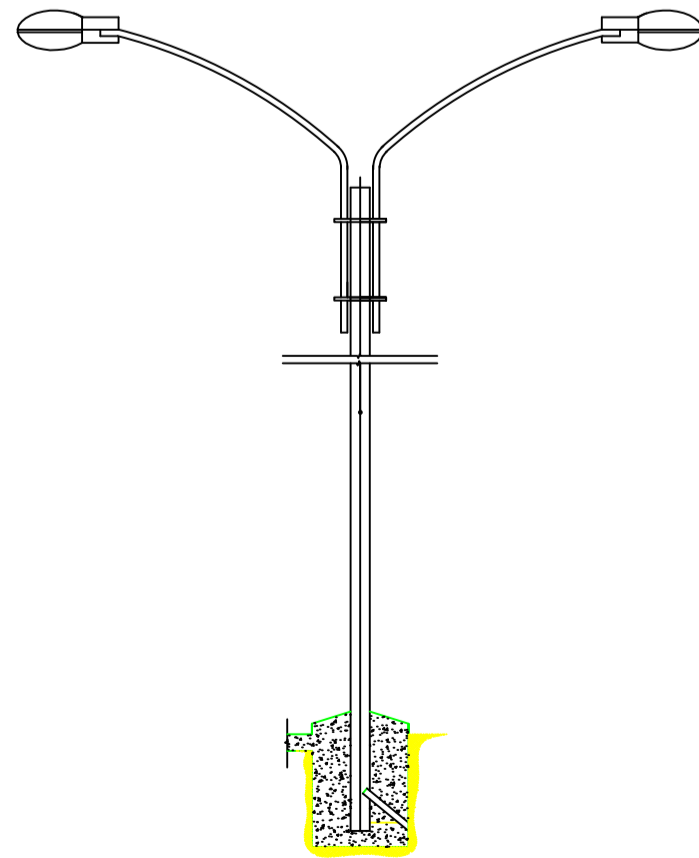
EMPREENDIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural BR 222 - Povoado Água Bela
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído - LED	15
	Braco Ornamental - 1 metros	16



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



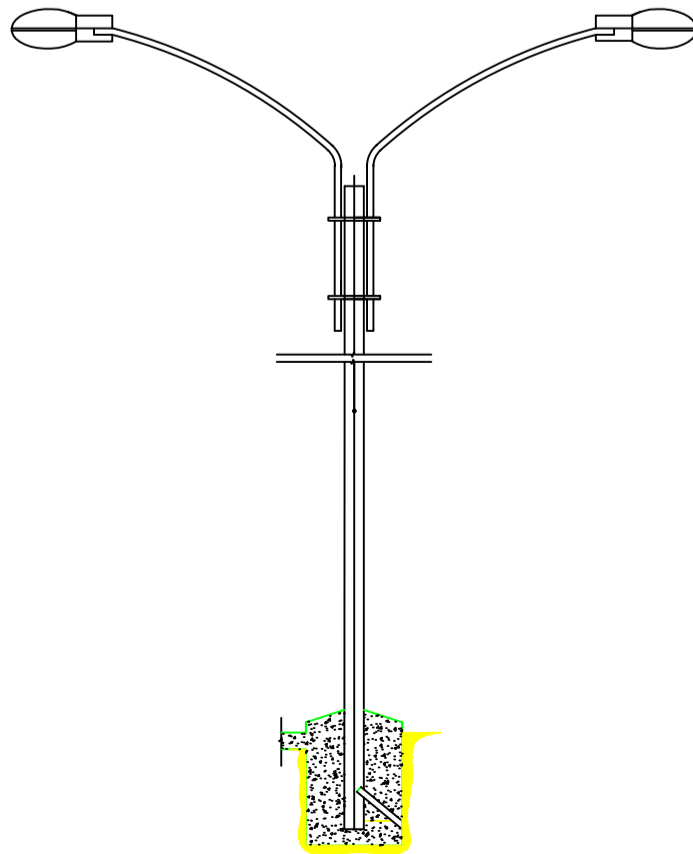
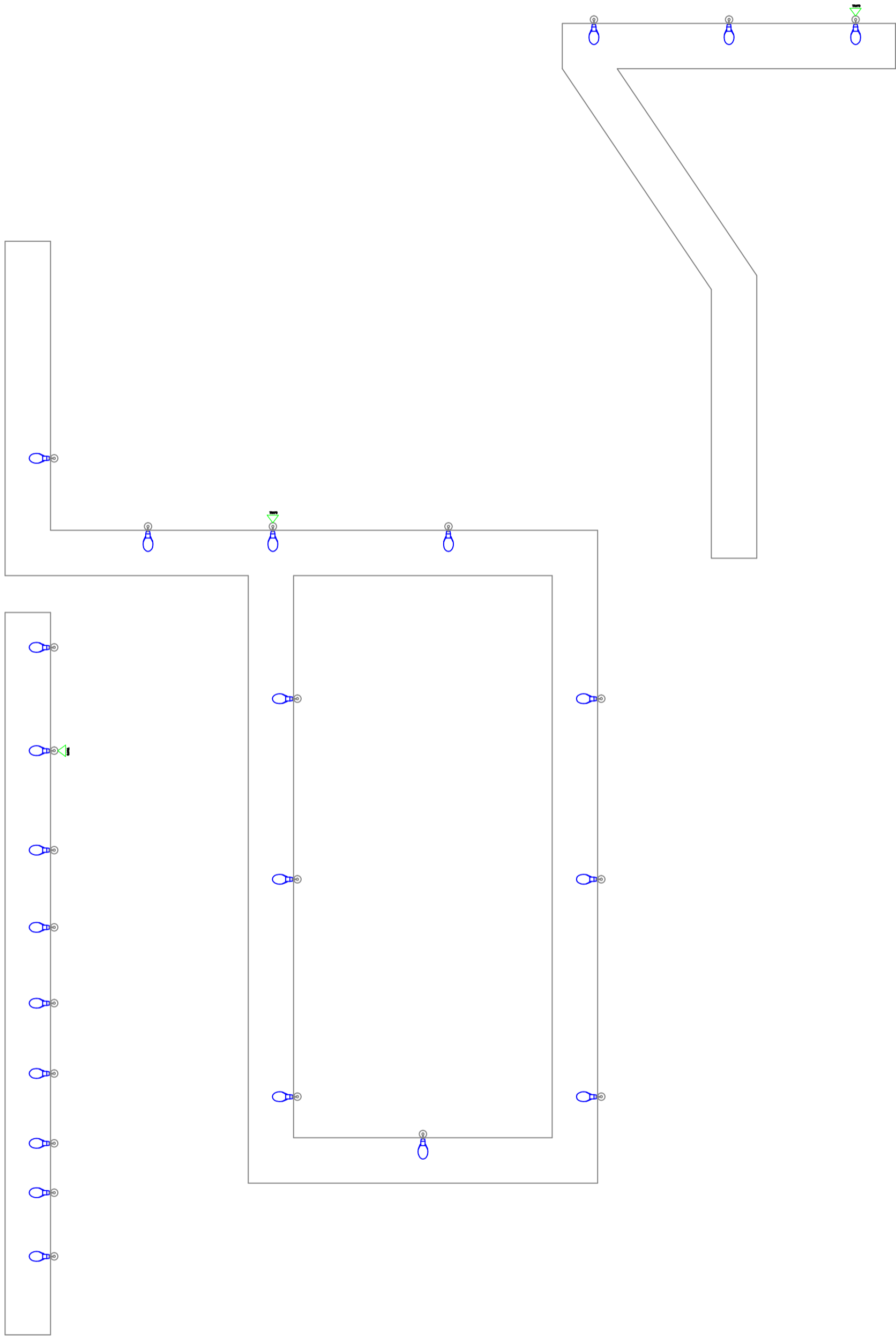
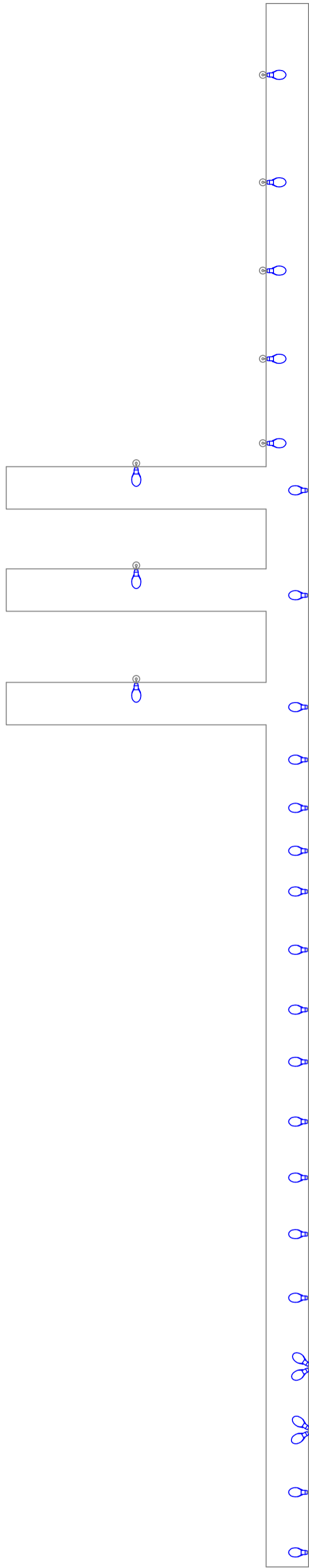
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

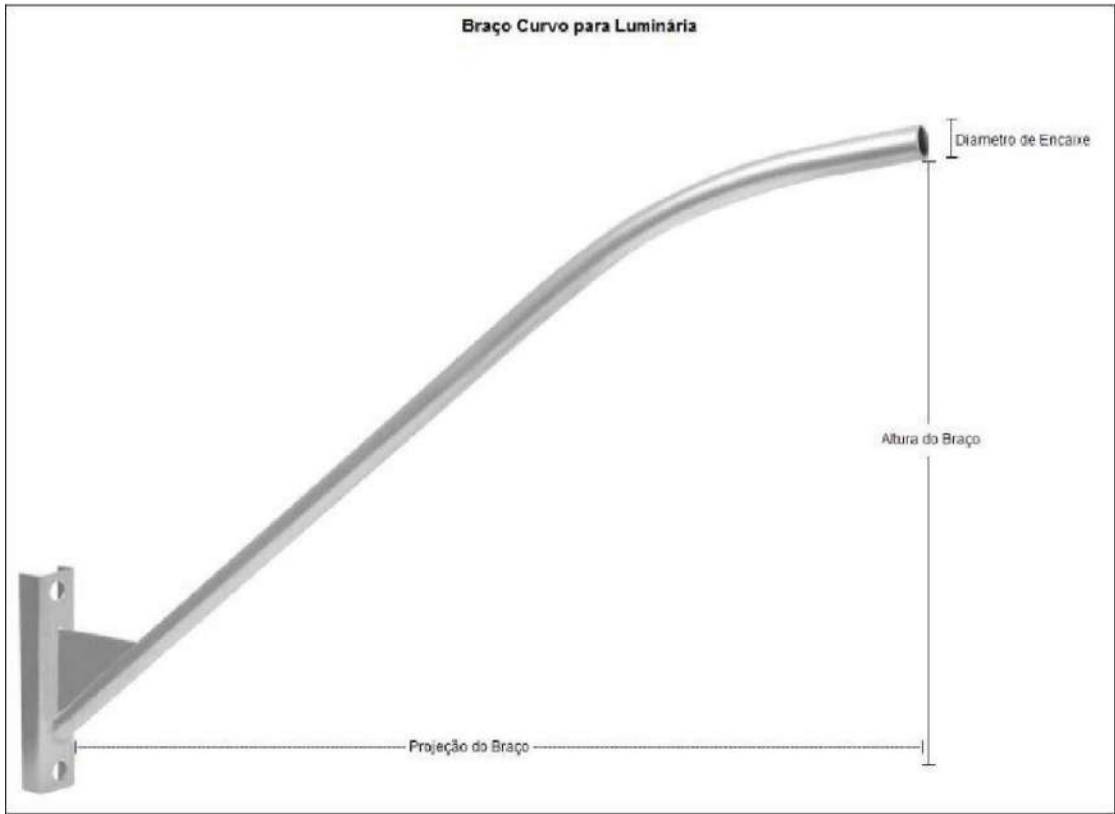
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural BR 222 - Povoado Fazendinha	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Rote Embulido - led	51
	Transformador	03
	Braço Curvo - 2 metros	51

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

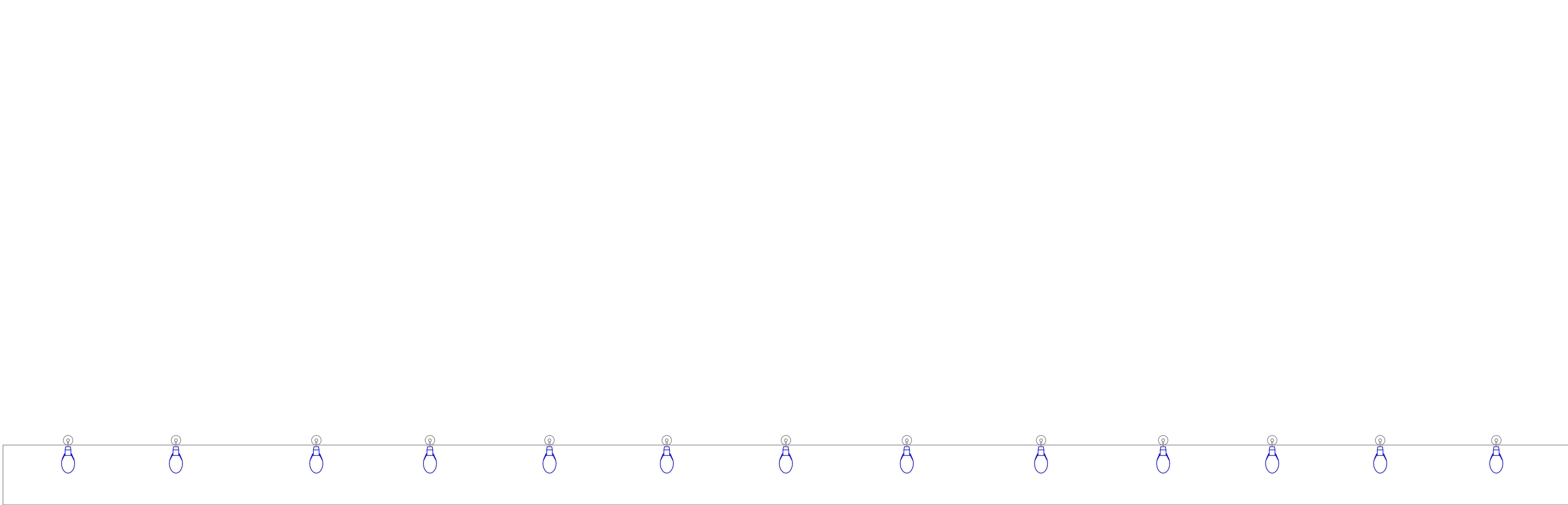
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

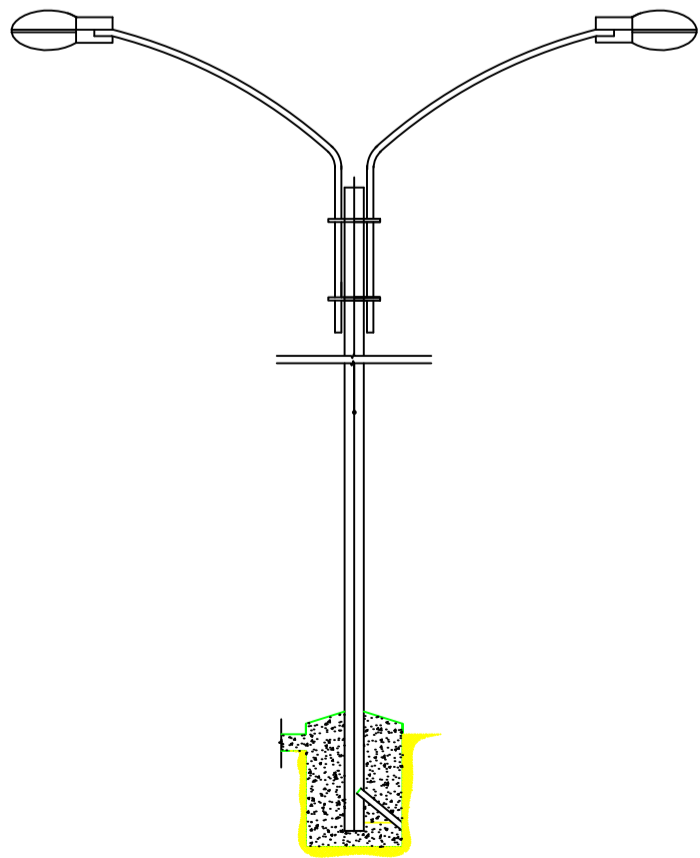
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural BR 222 - Povoado Barradiço
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

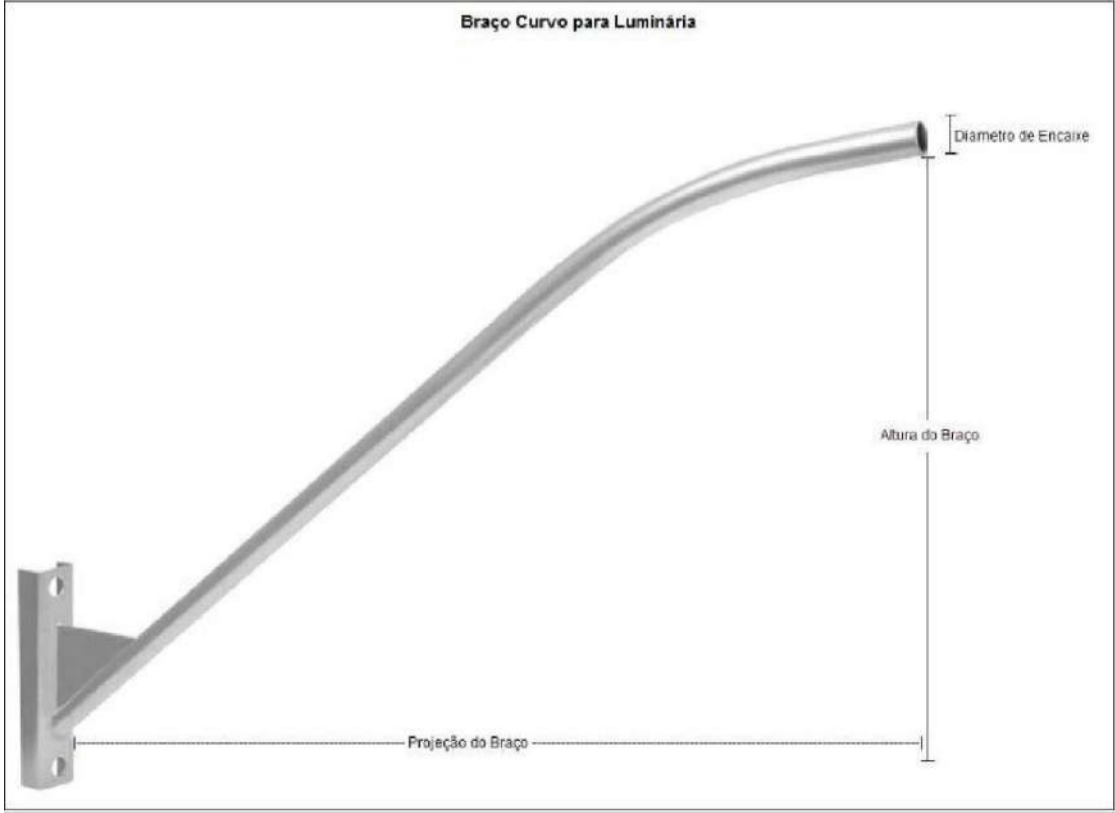
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Reflê Embudido -LED	13
	Braço Curvo - 2 metros	13



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

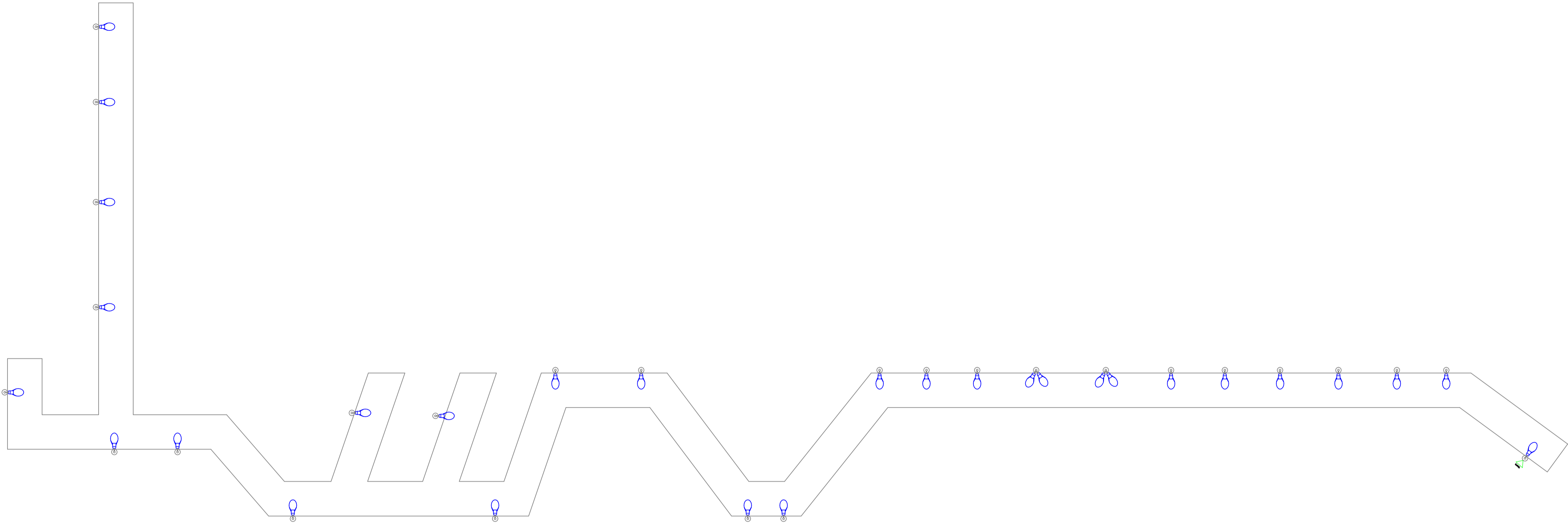
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

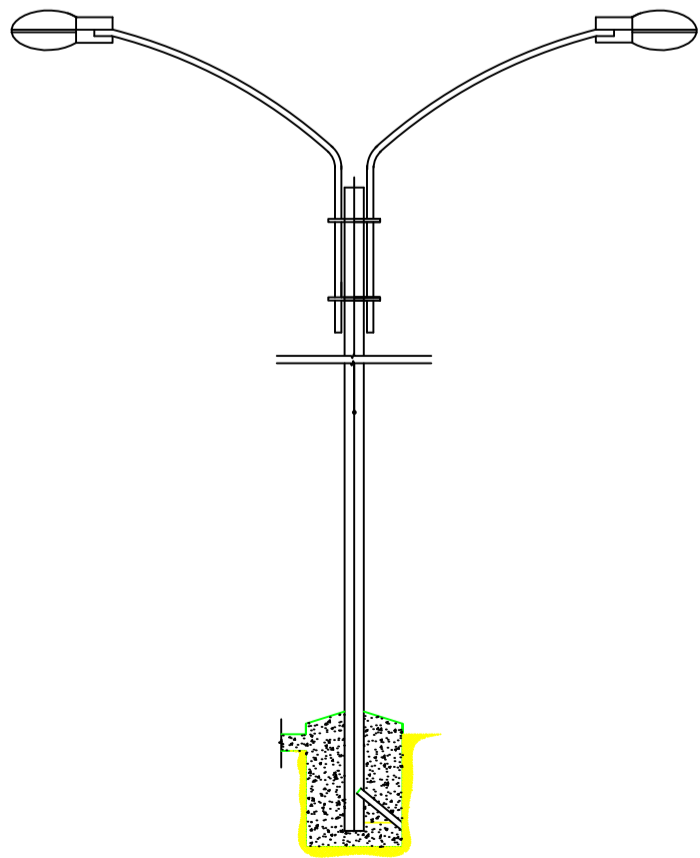
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural BR 222 - Povoado Barradiço
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

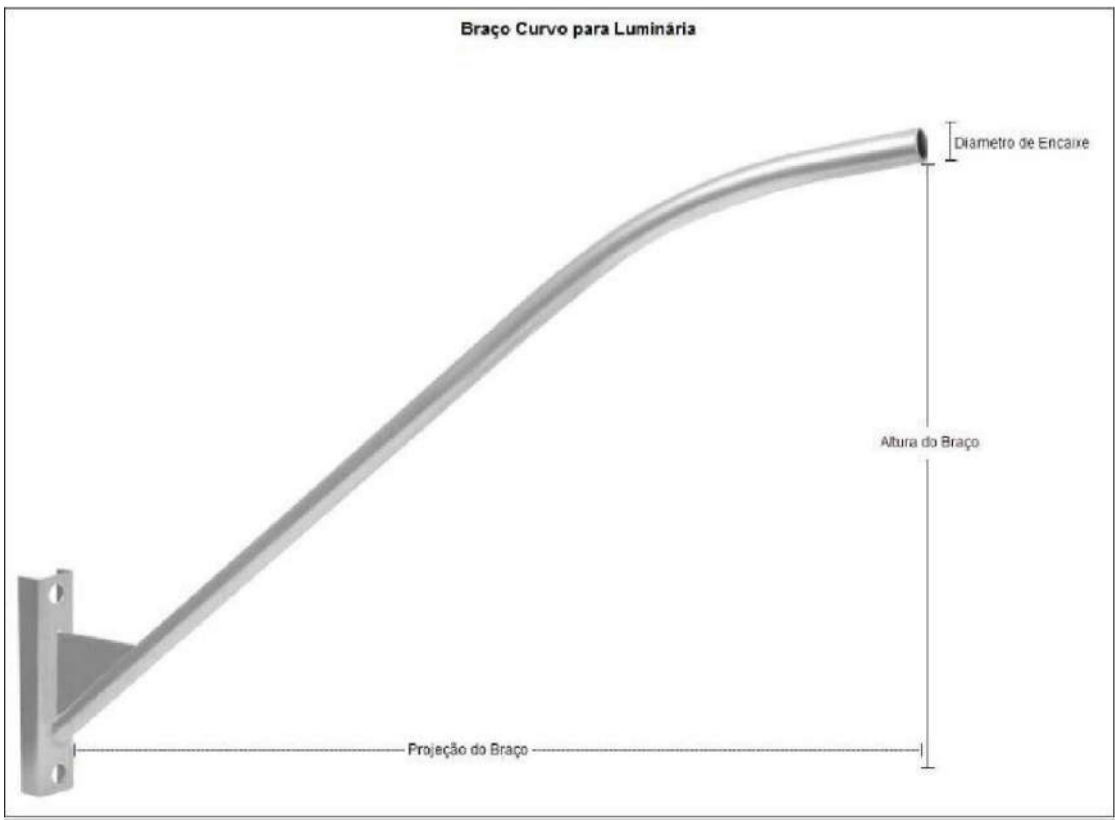
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Refl Embuído - LED	29
	Braço Curvo - 2 metros	29
	Transformador	01



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



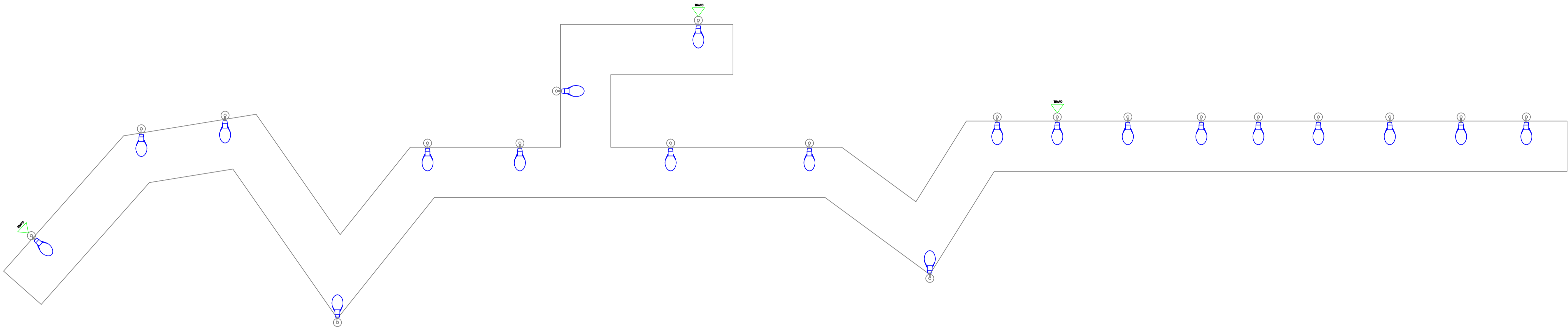
TECNOLOGIA QUE
CRESCE

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

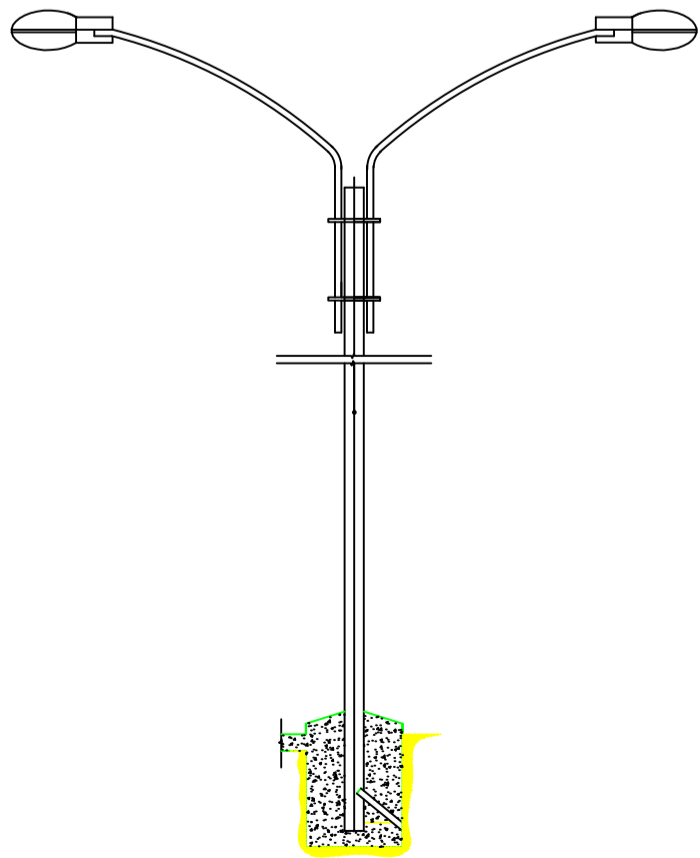
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural - Distrito Rural - Av. Maranhão	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

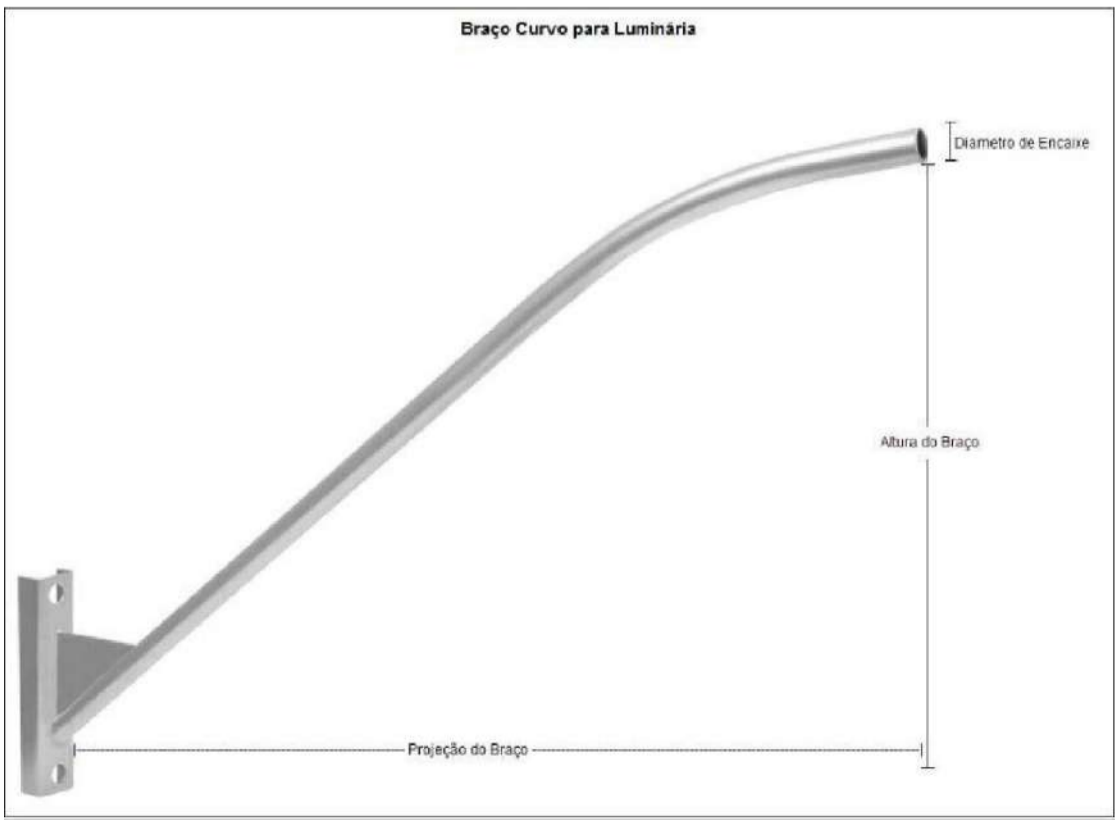
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refil Embulido - LED	20
	Braco Curvo - 2 metros	20
	Transformador	03



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



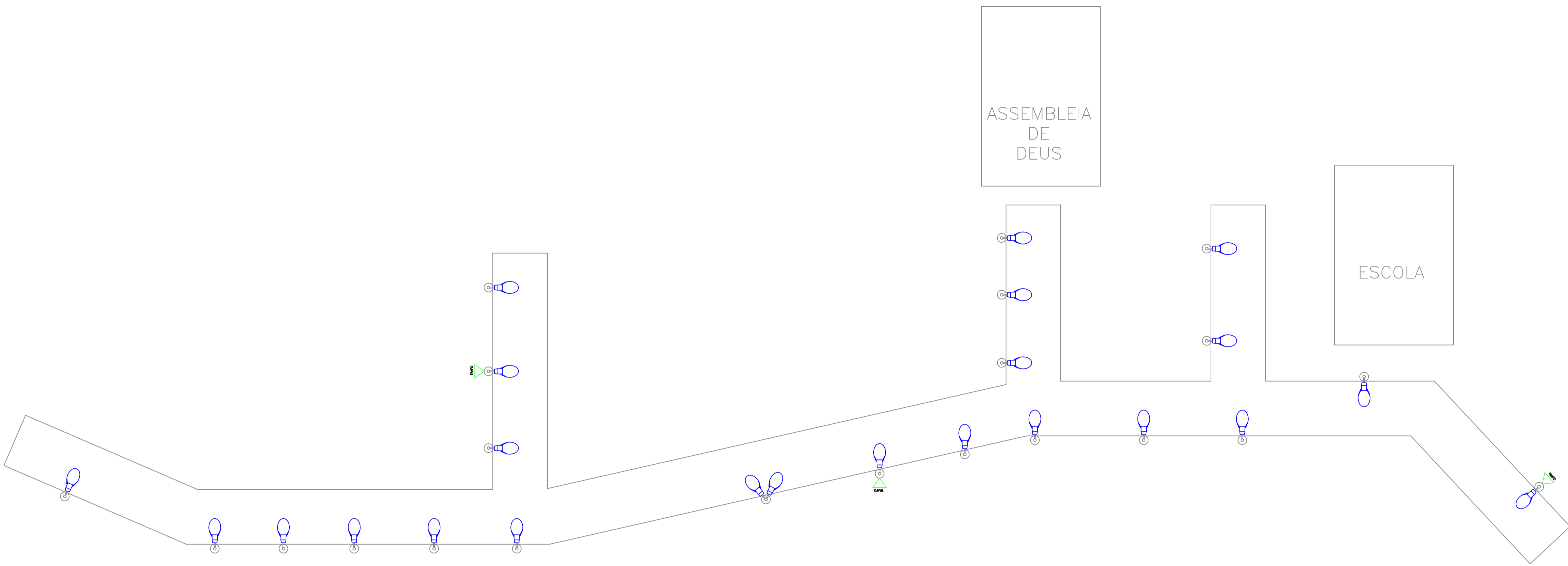
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

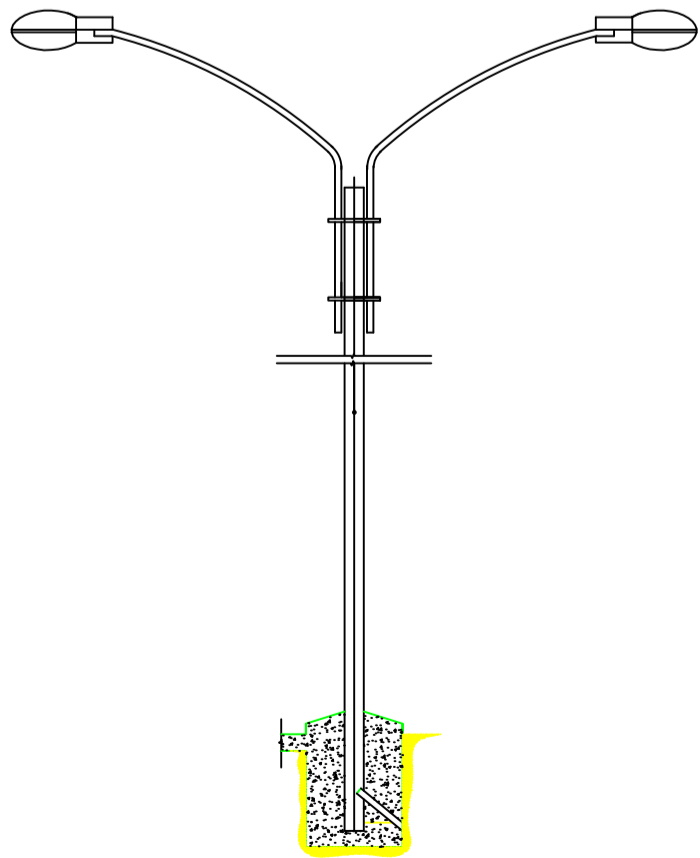
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural - Distrito Rural - Av. Maranhão	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

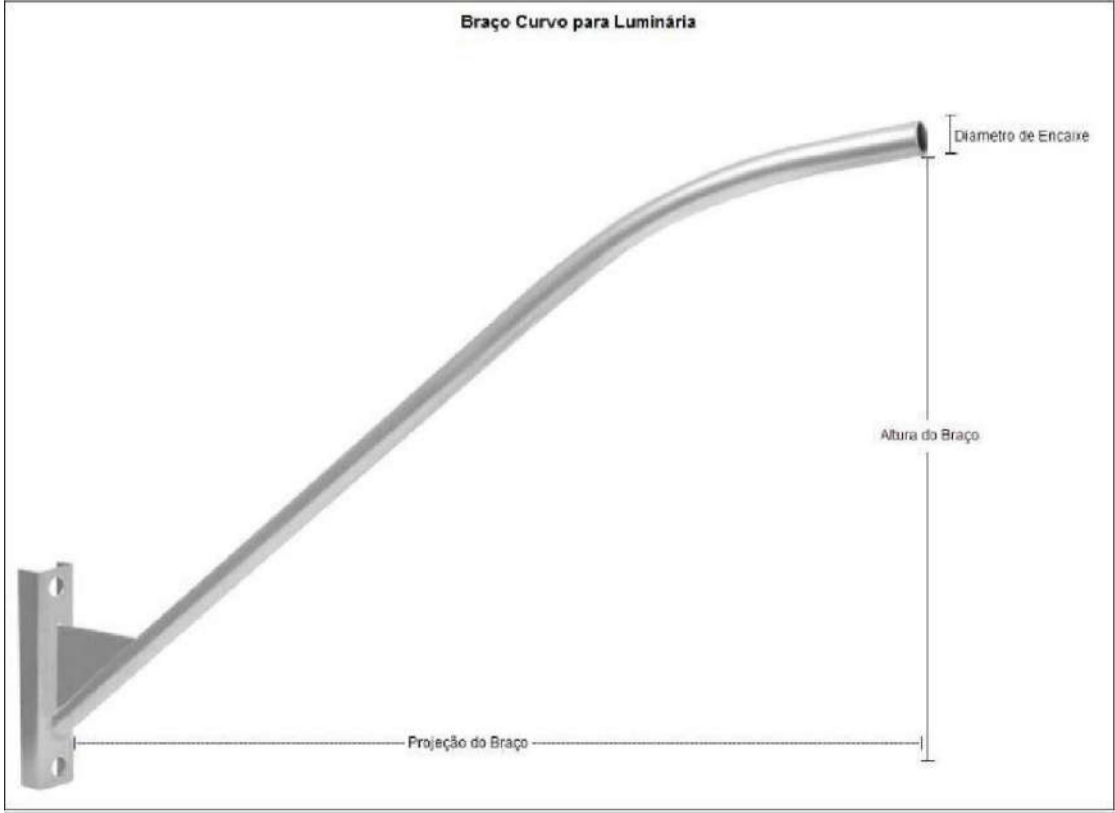
ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido - LED	23
	Braço Curvo - 2 metros	23
	Transformador	03



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



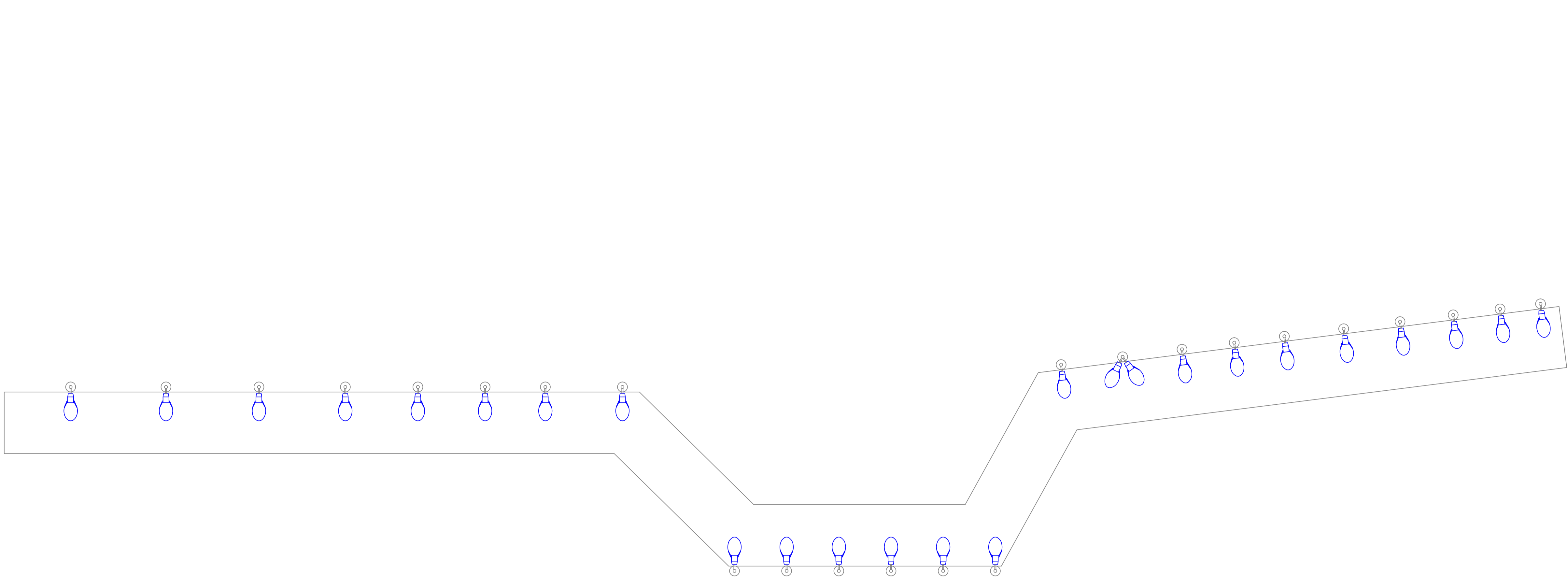
TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

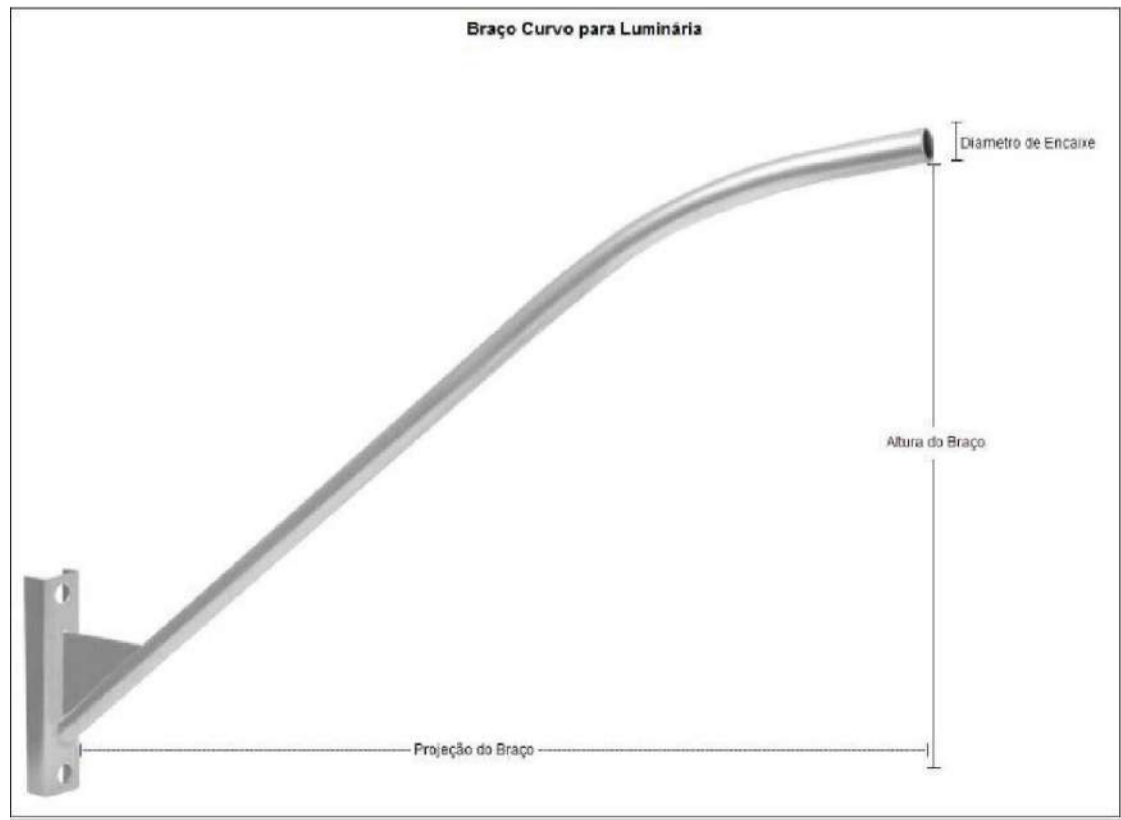
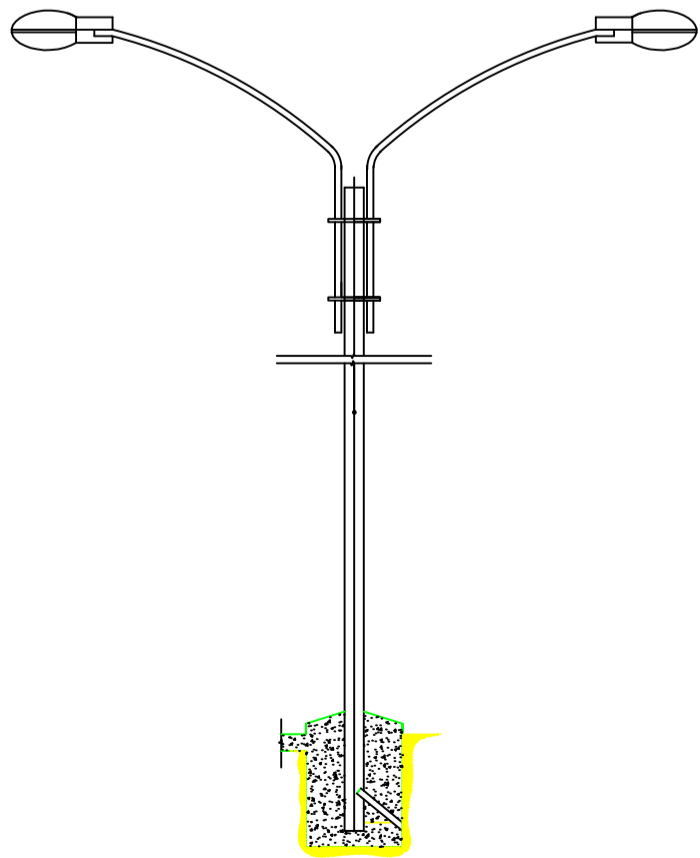
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO
TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Colonia
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embuído - LED	25
	Braço Curvo - 2 metros	25



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

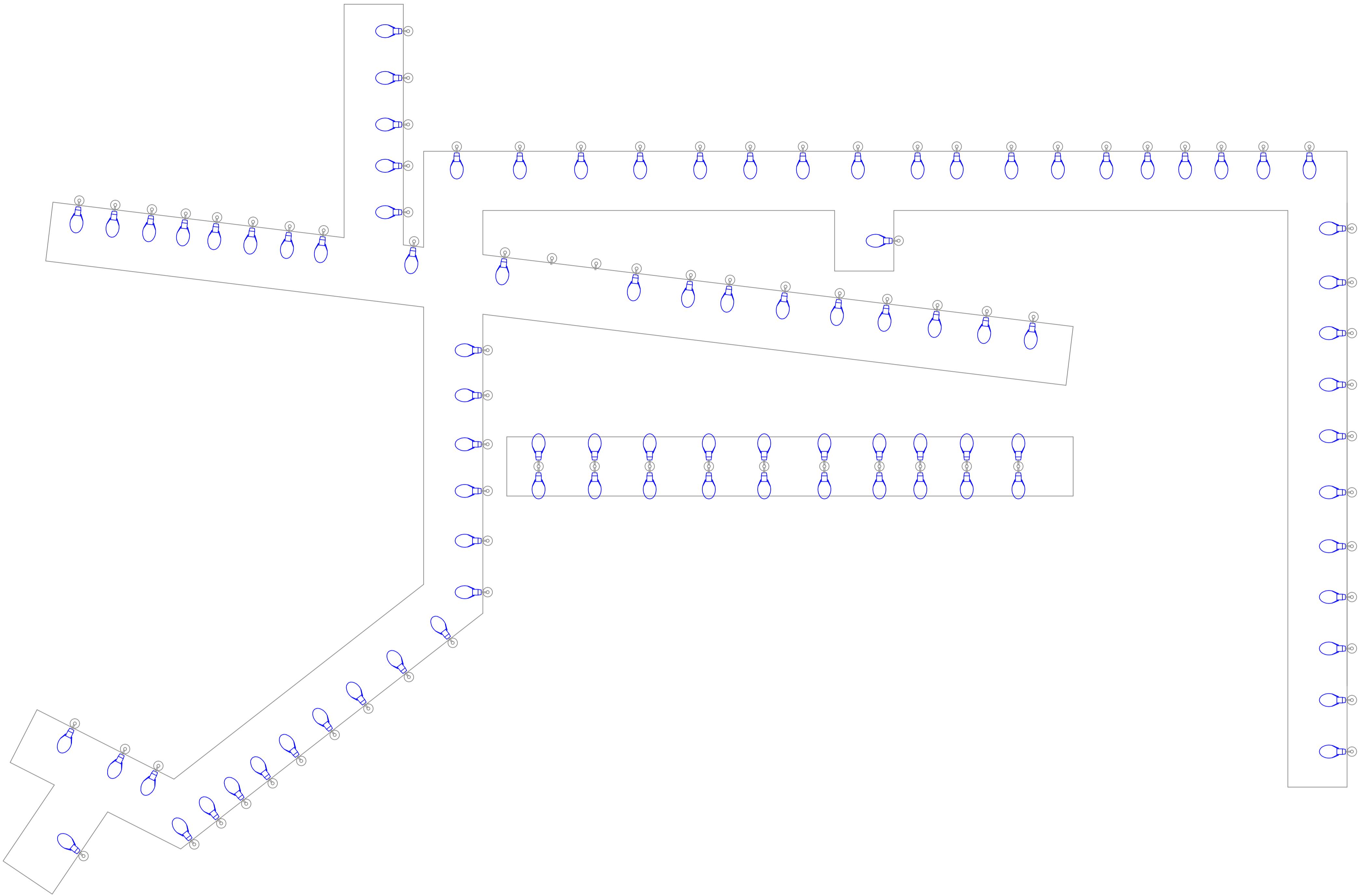
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

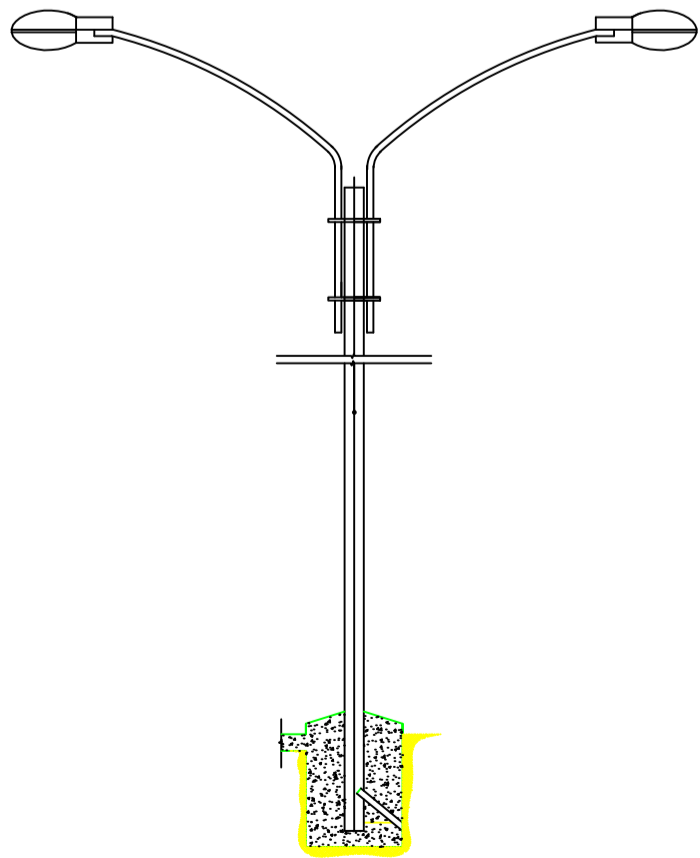
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Mandiocall
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

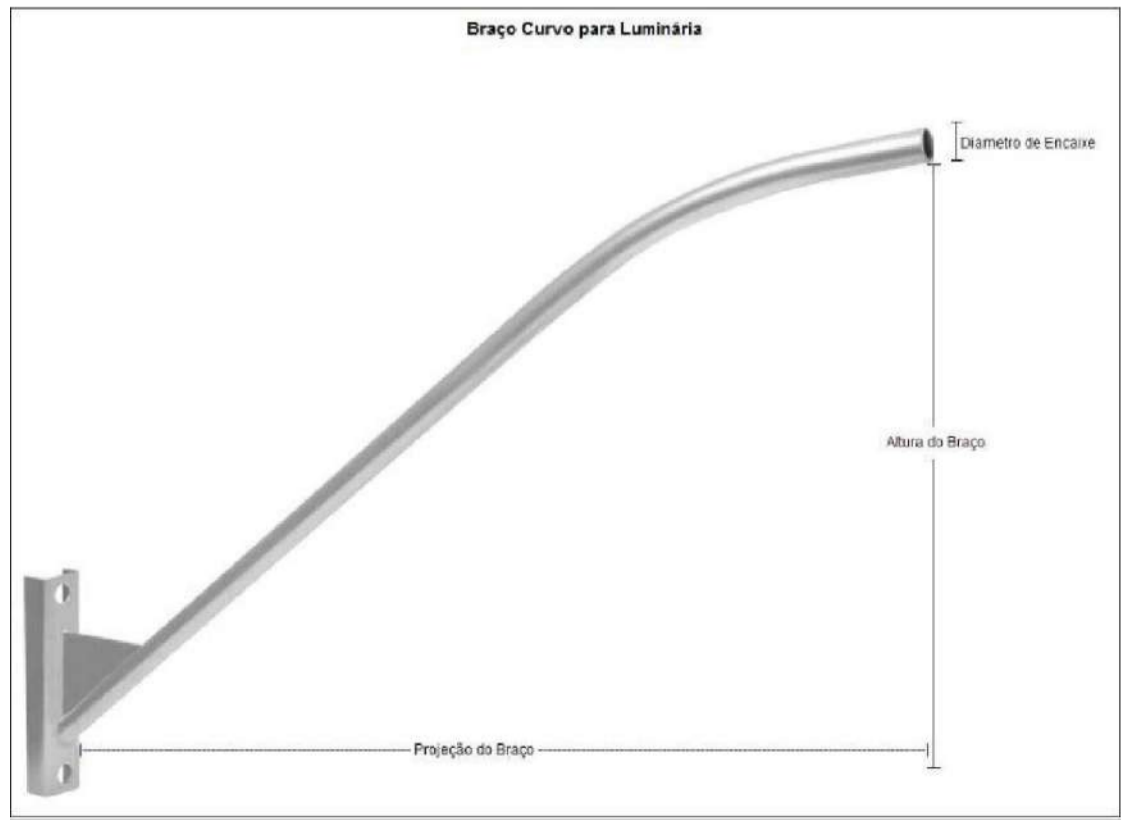
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Raio Entendido - LED	15
	Braço Curvo - 2 metros	15



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CÓDIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

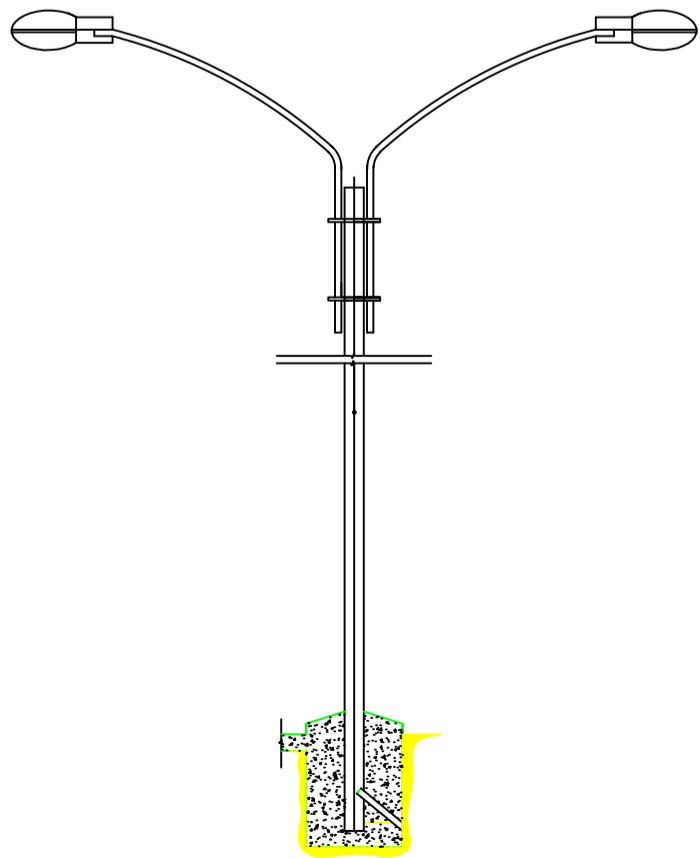
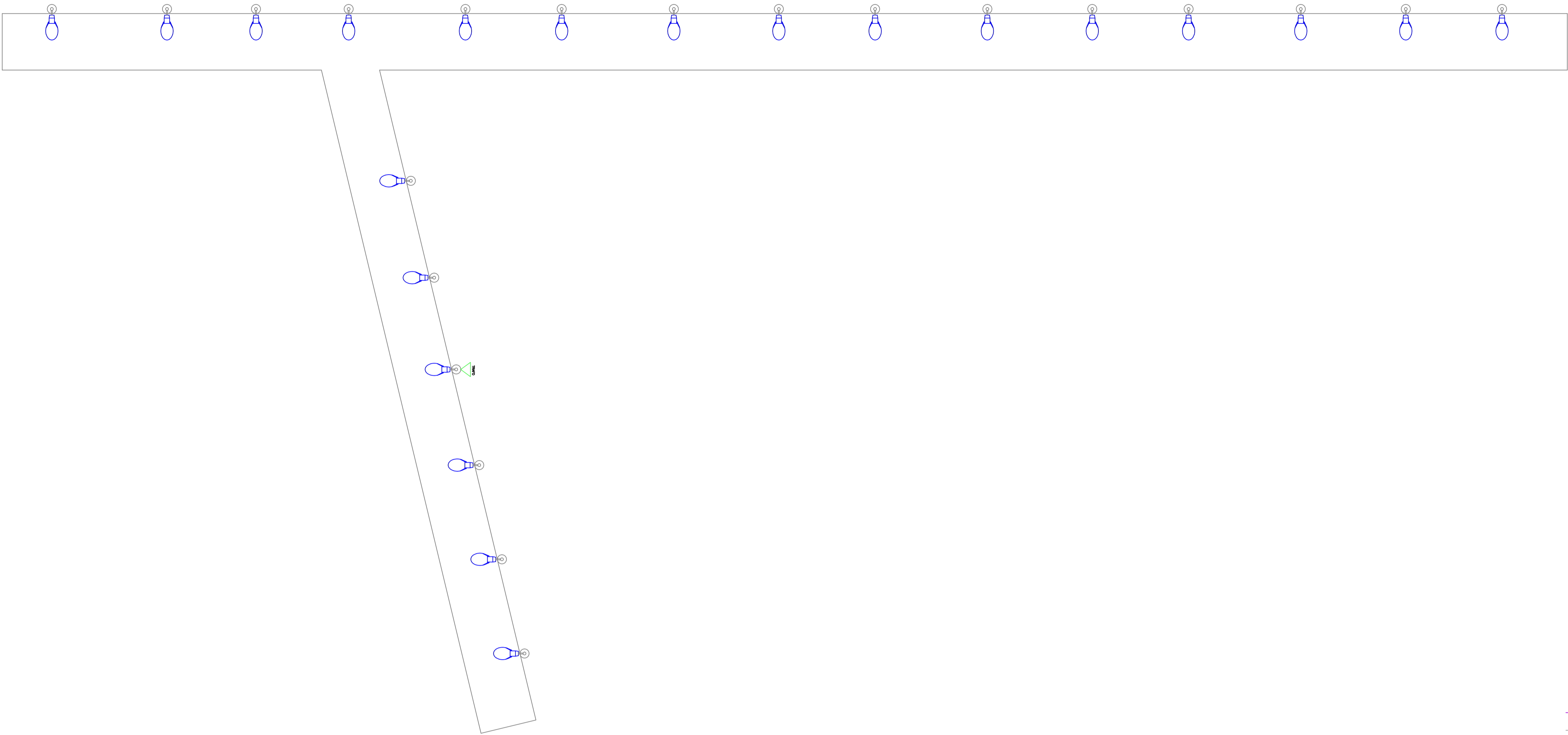
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

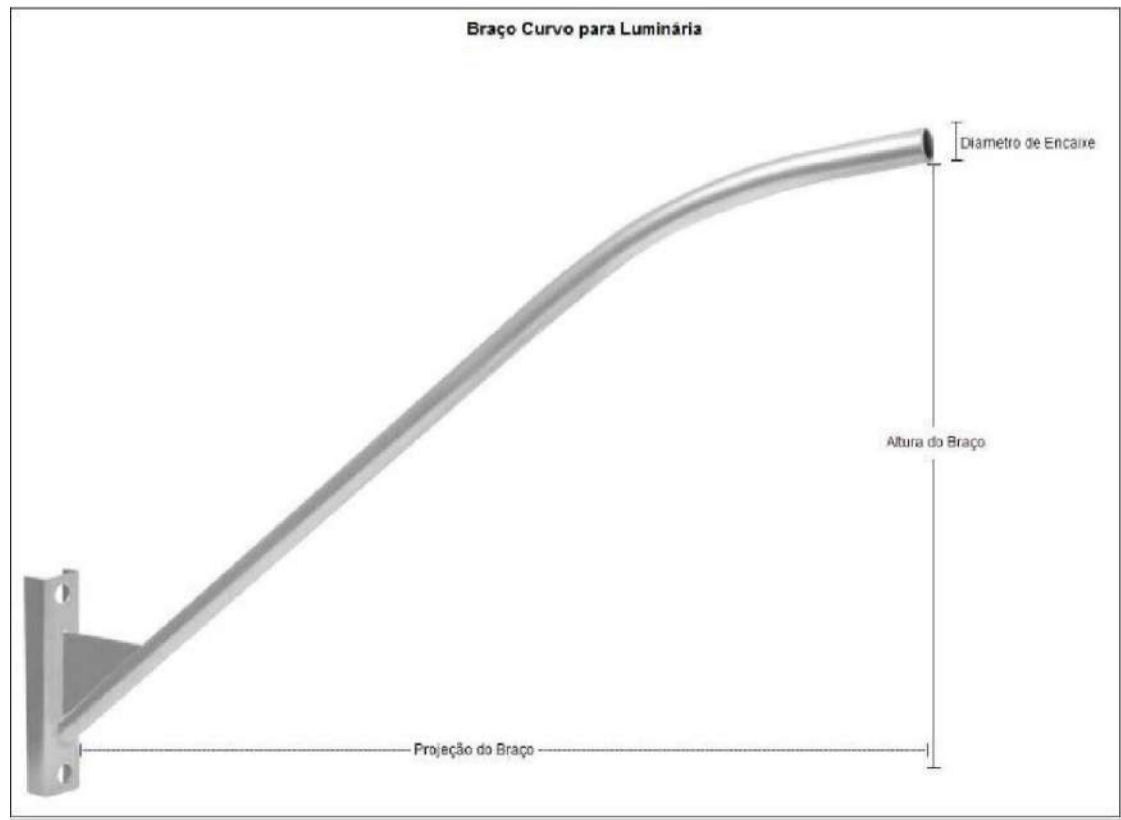
TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado São José
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO

ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuido - VM	21
	Transformador	01
	Braço Curvo - 2 metros	21

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

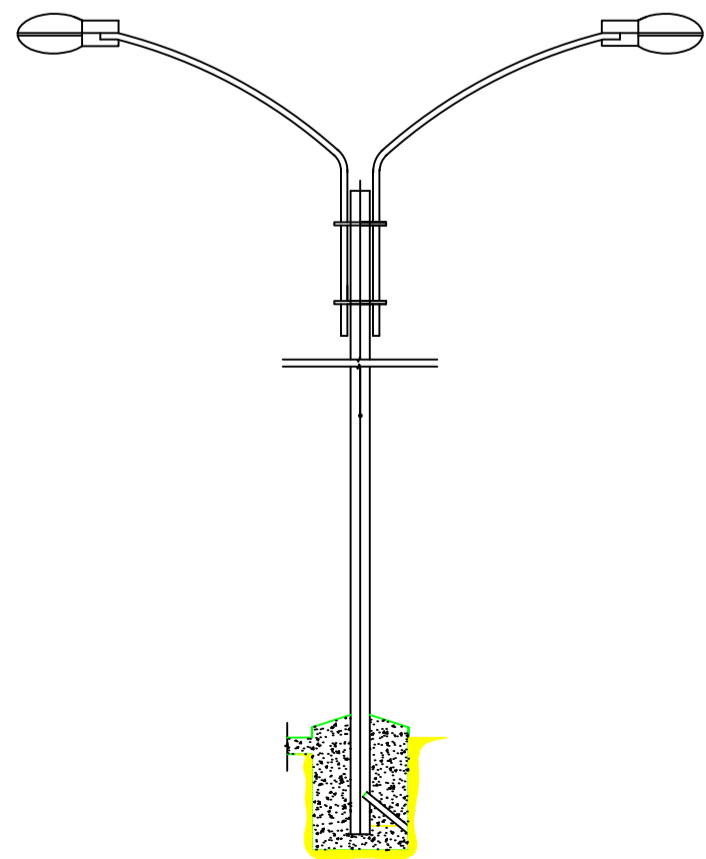
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

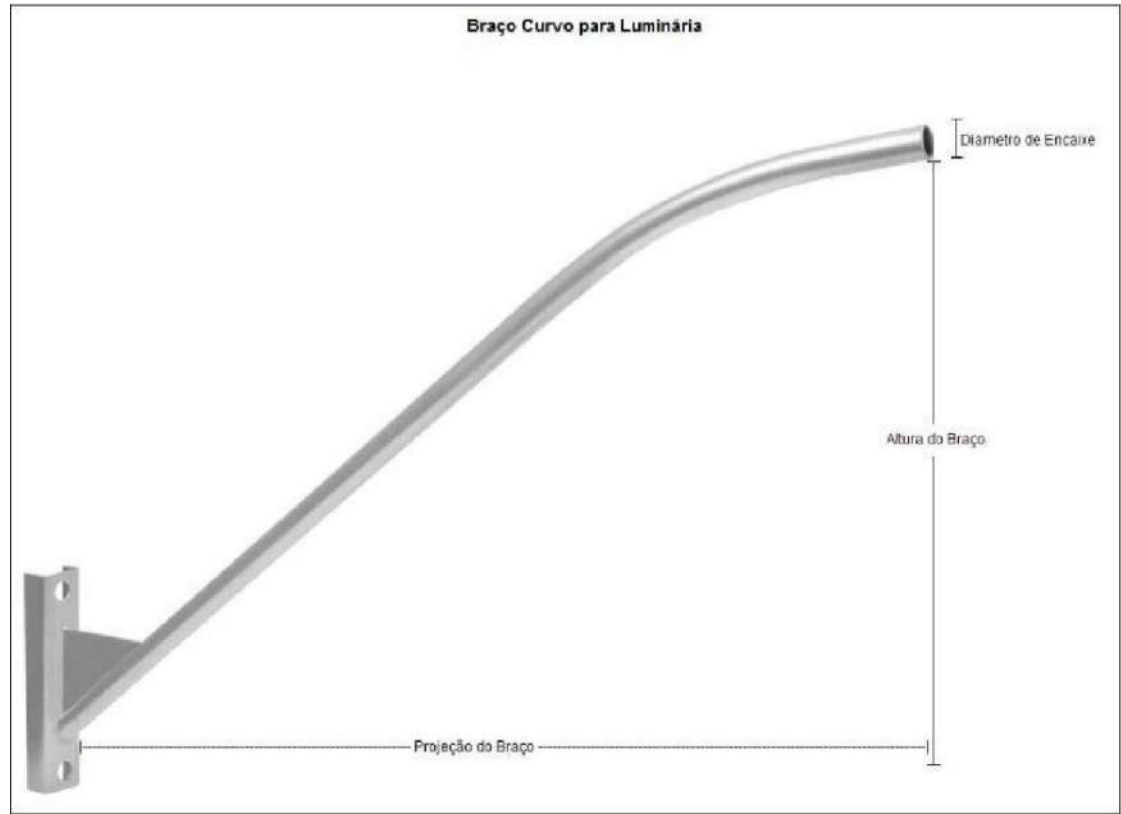
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Marfim
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB

RUA GRANDE

LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	20
	Braço Curvo - 2 metros	23

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
que
CRESCER

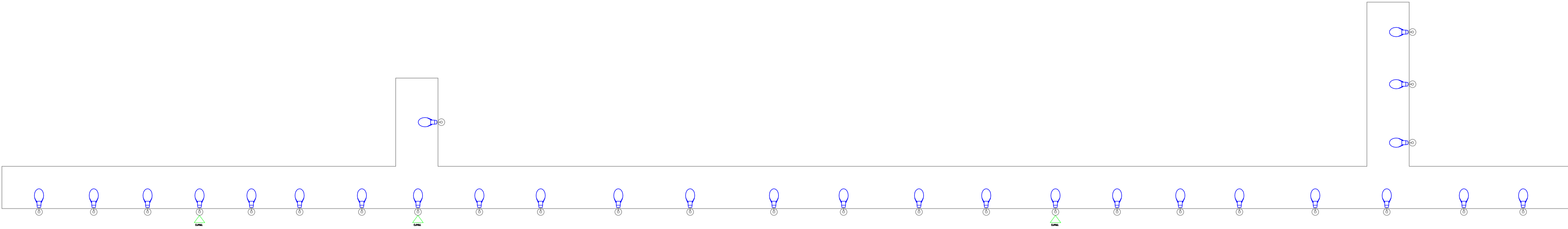
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

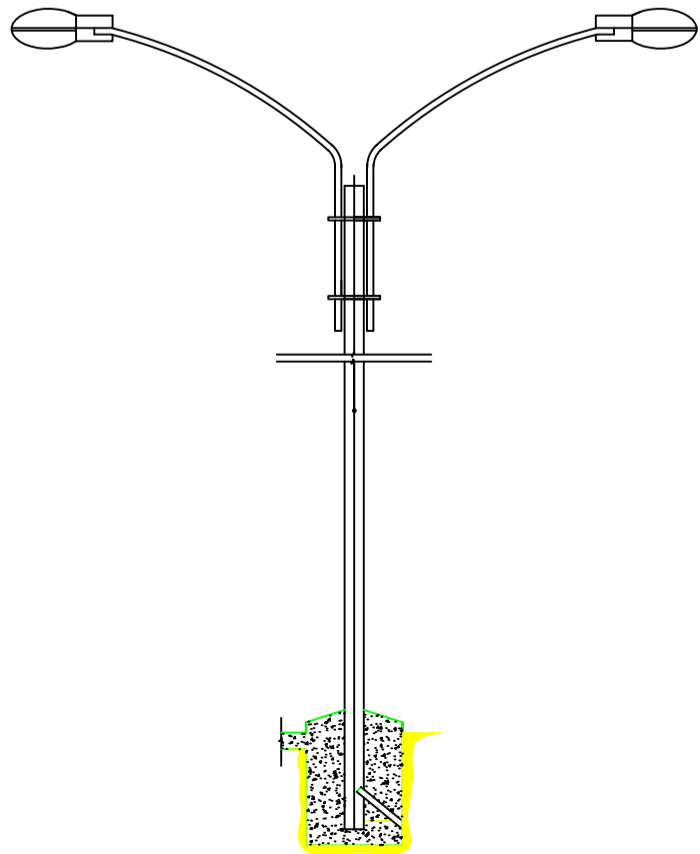
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Muriçoca
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

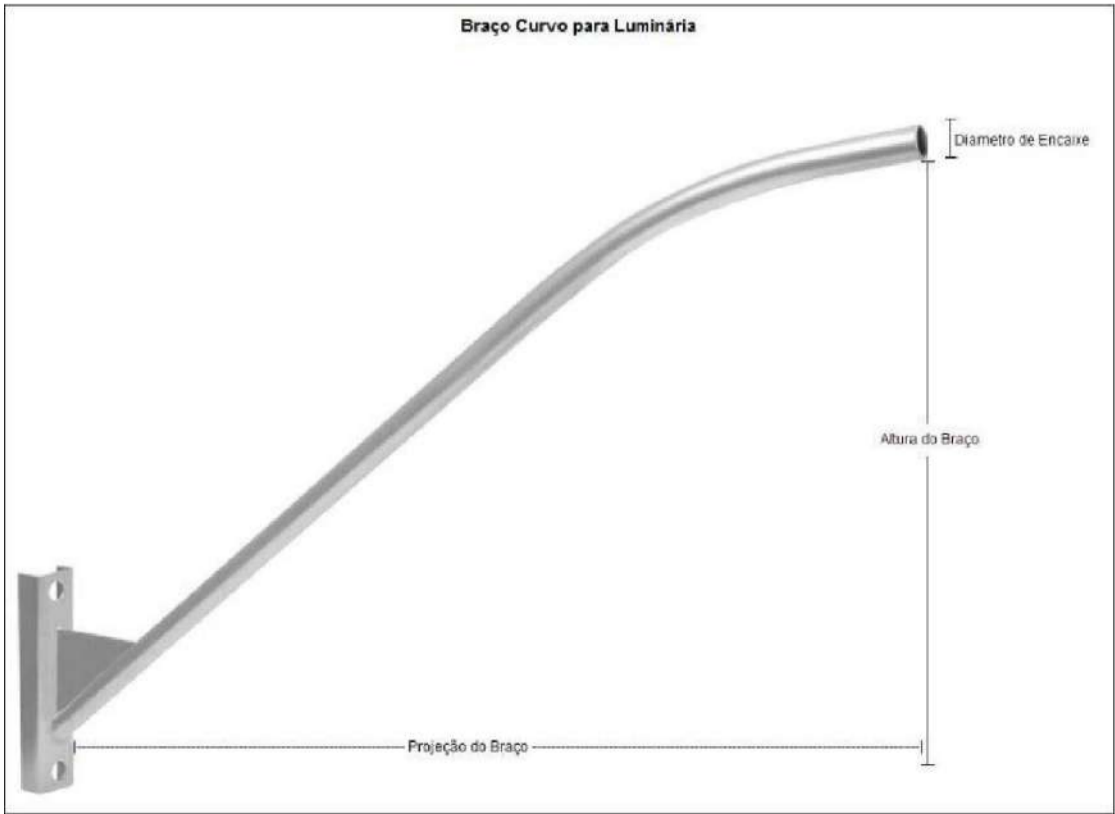
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embulido - LED	28
	Braço Curvo - 2 metros	28
	Transformador	03



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:5'



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

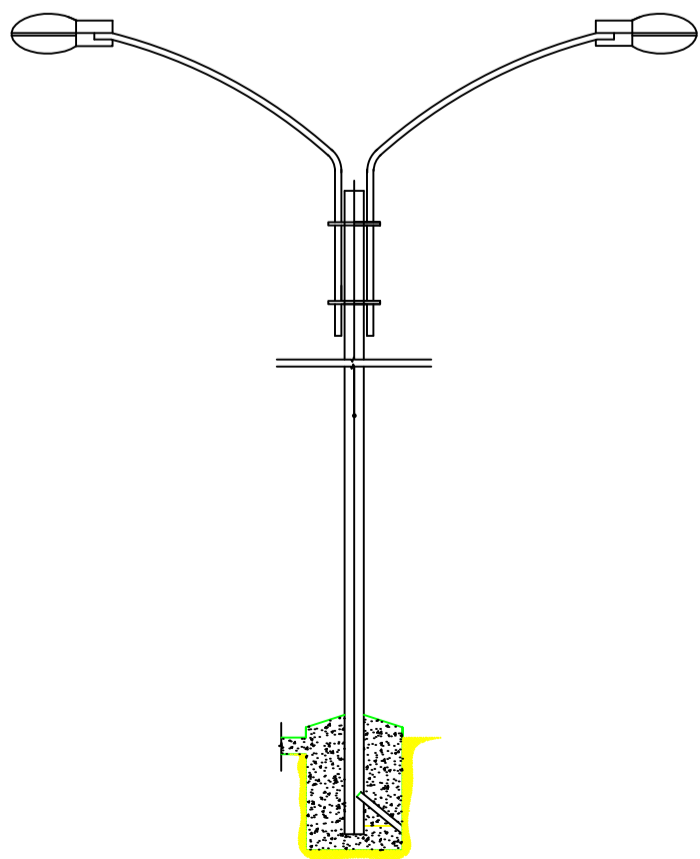
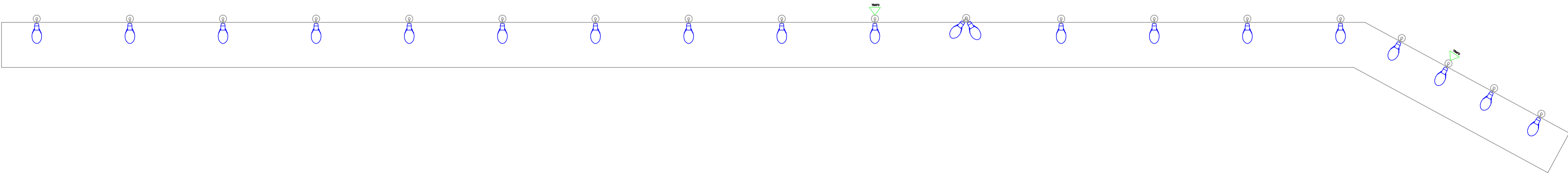
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Água Preta
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

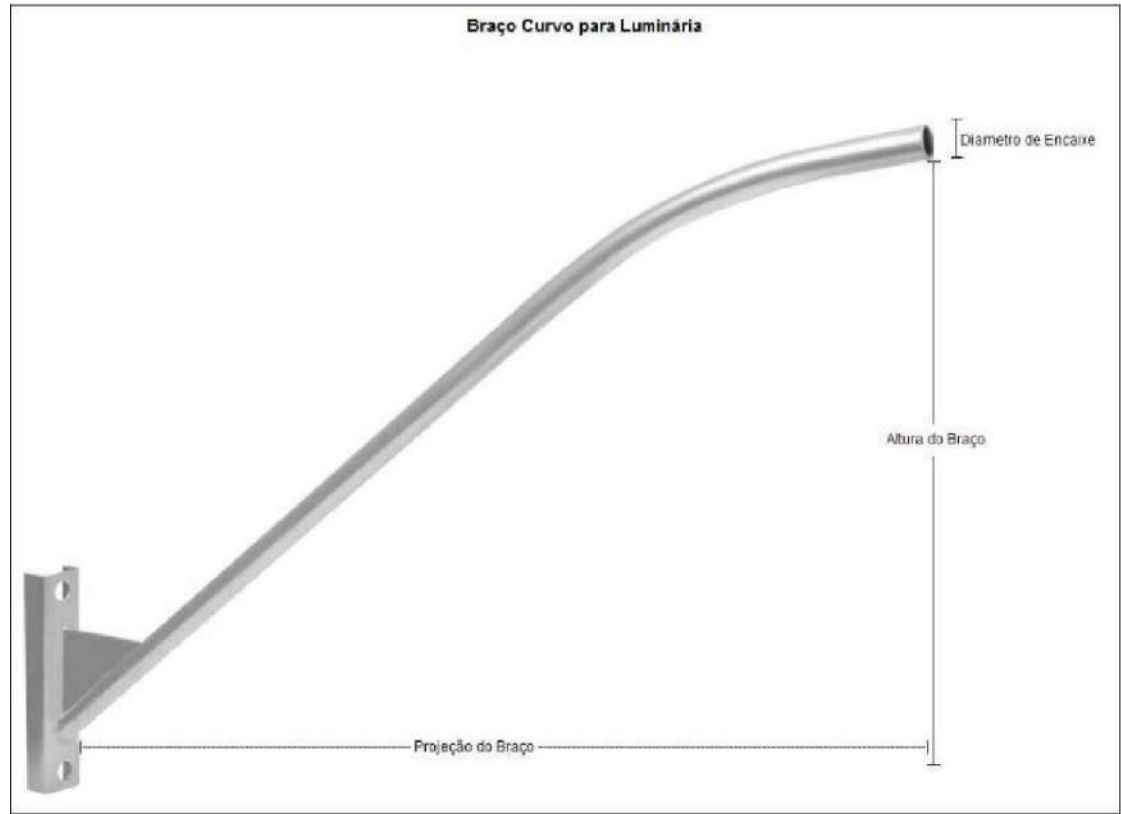
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	23
	Braço Curvo - 2 metros	23



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

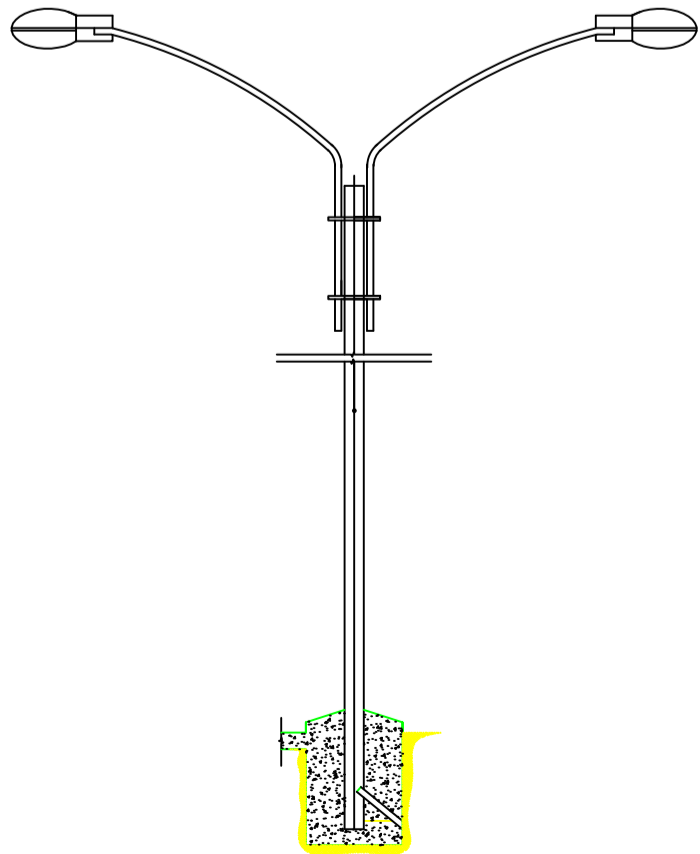
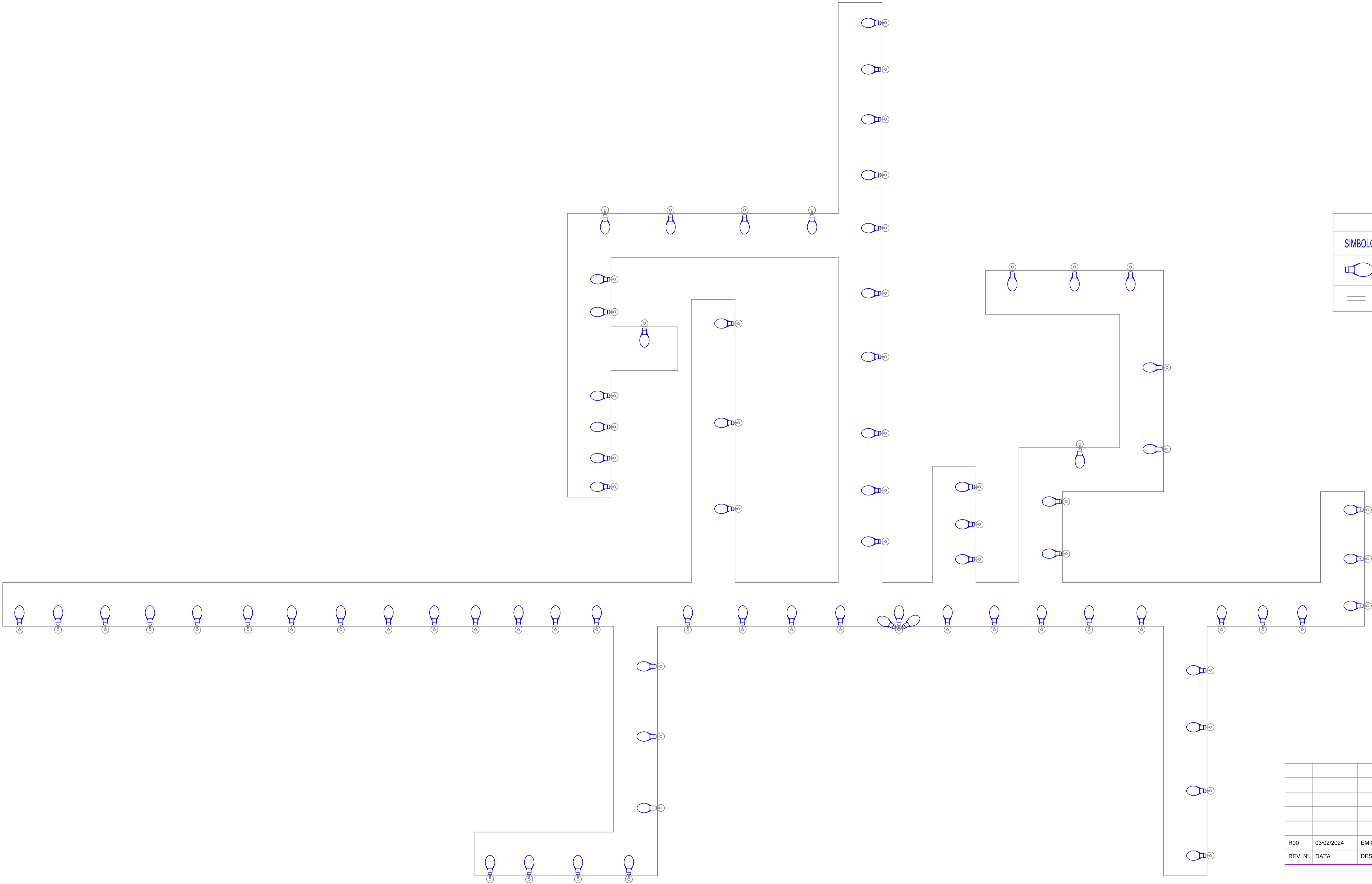
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

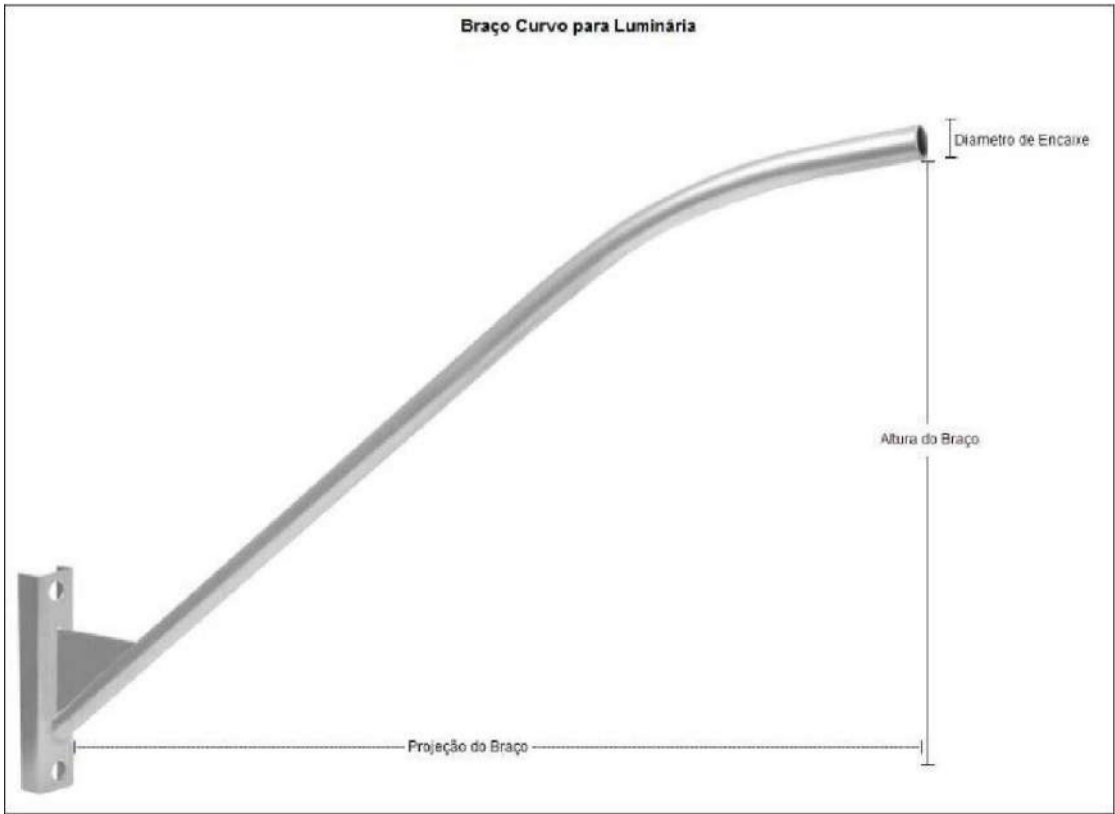
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Provisória
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:5



Braço Curvo para Luminária

LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embuído - LED	78
	Braço Ornamental - 1 metros	78

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

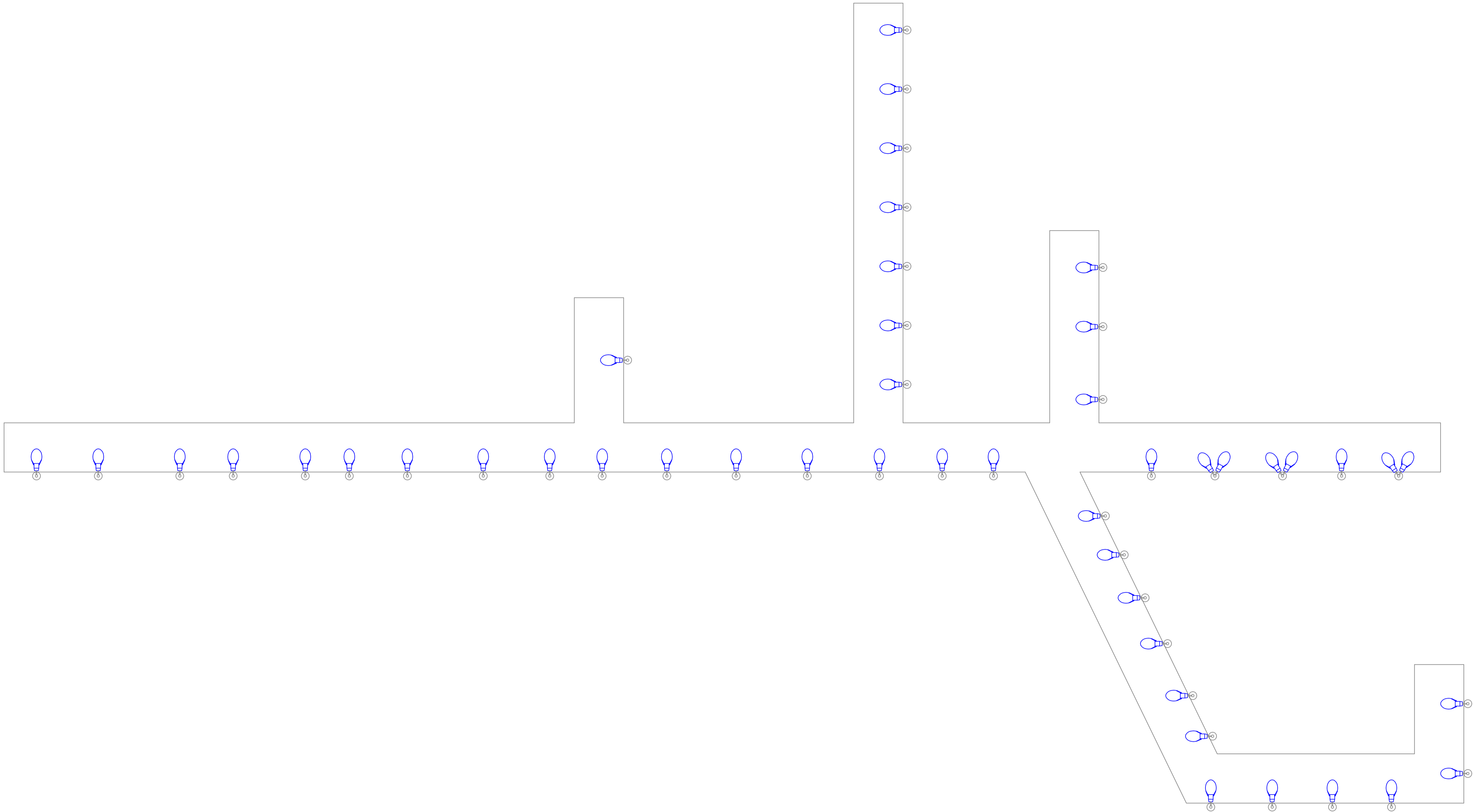
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

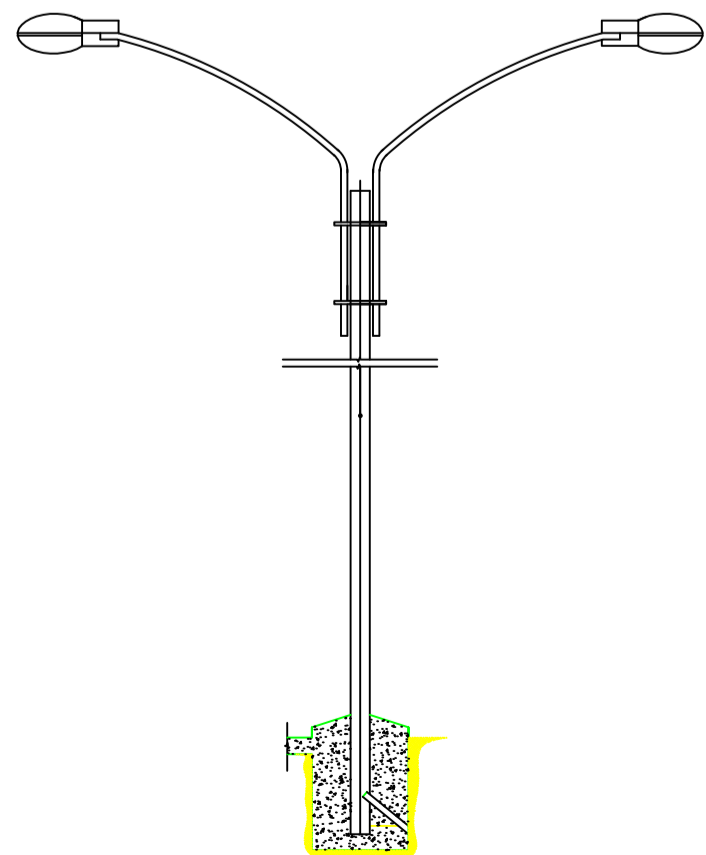
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Barro Vermelho
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

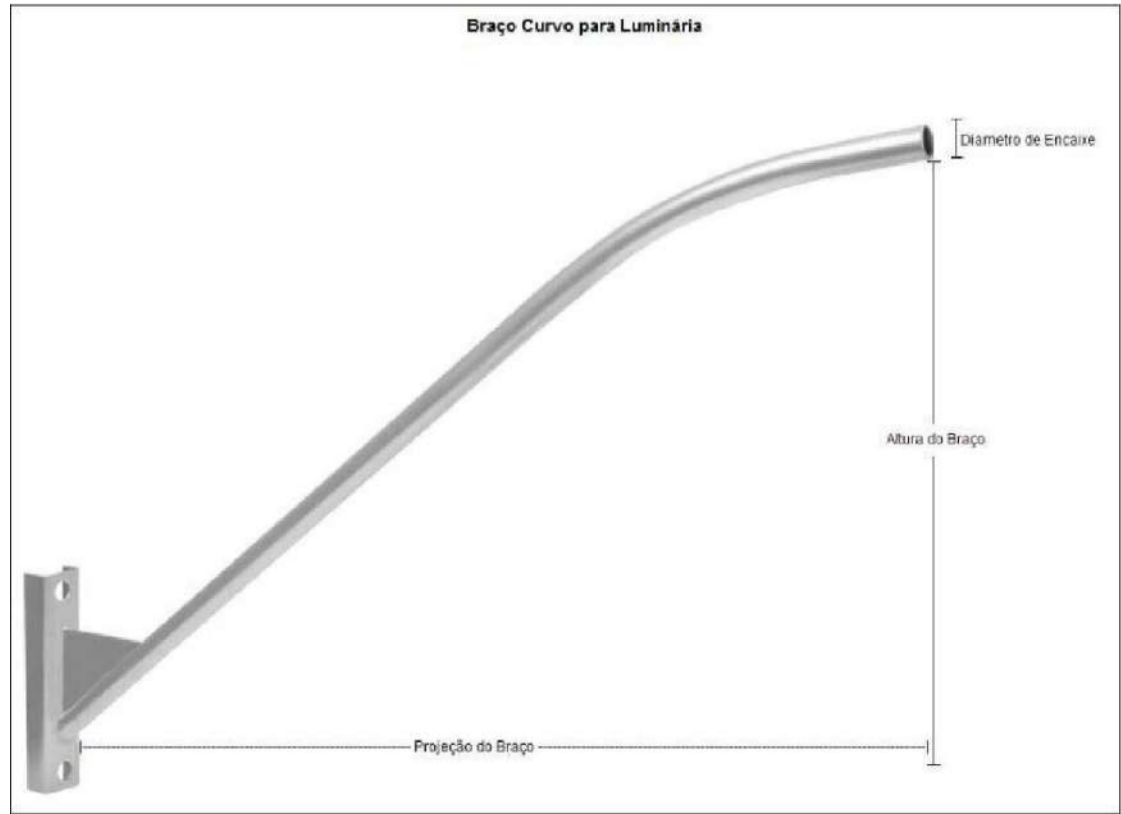
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Refê Embuído - VM	47
	Braço Curvo - 2 metros	47



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº

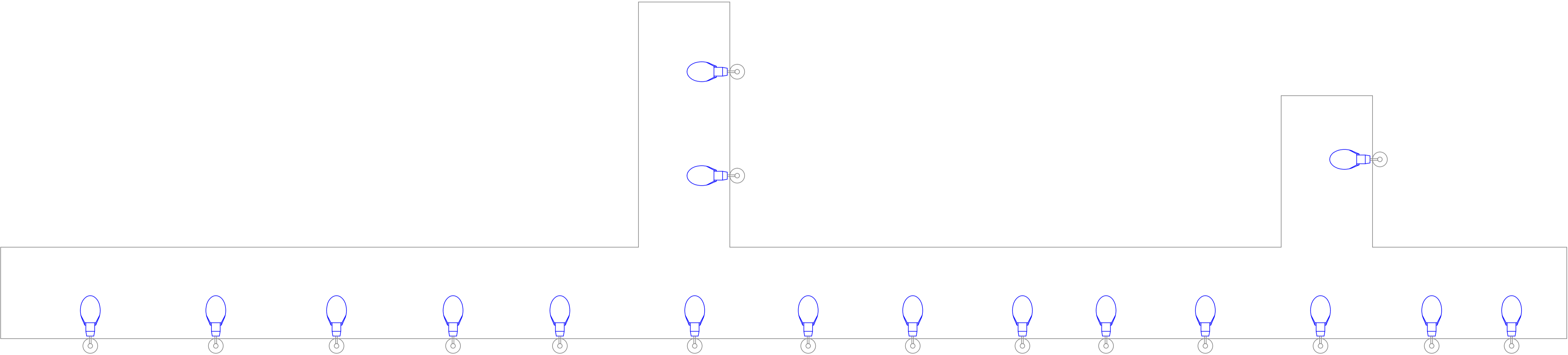


TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

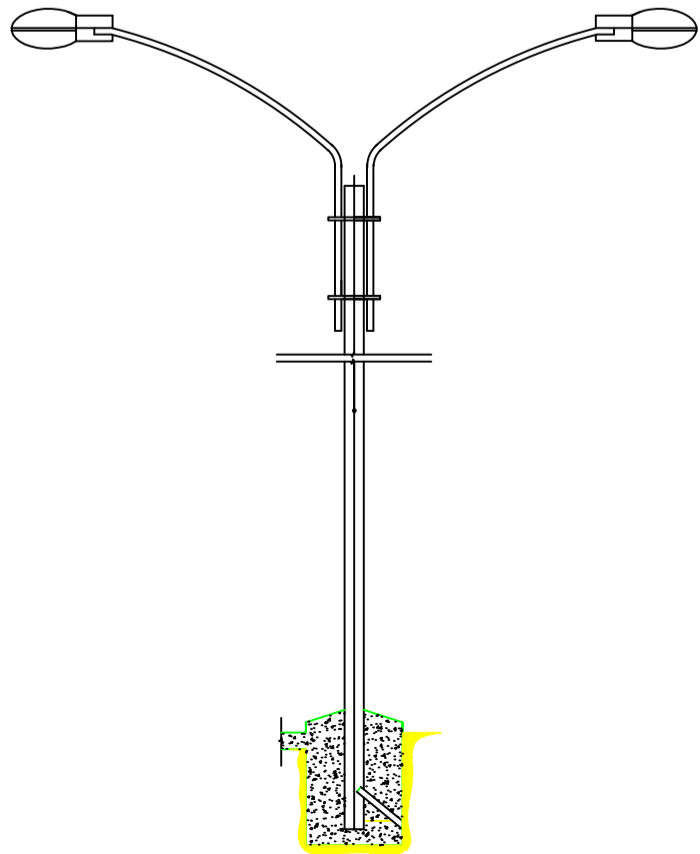
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

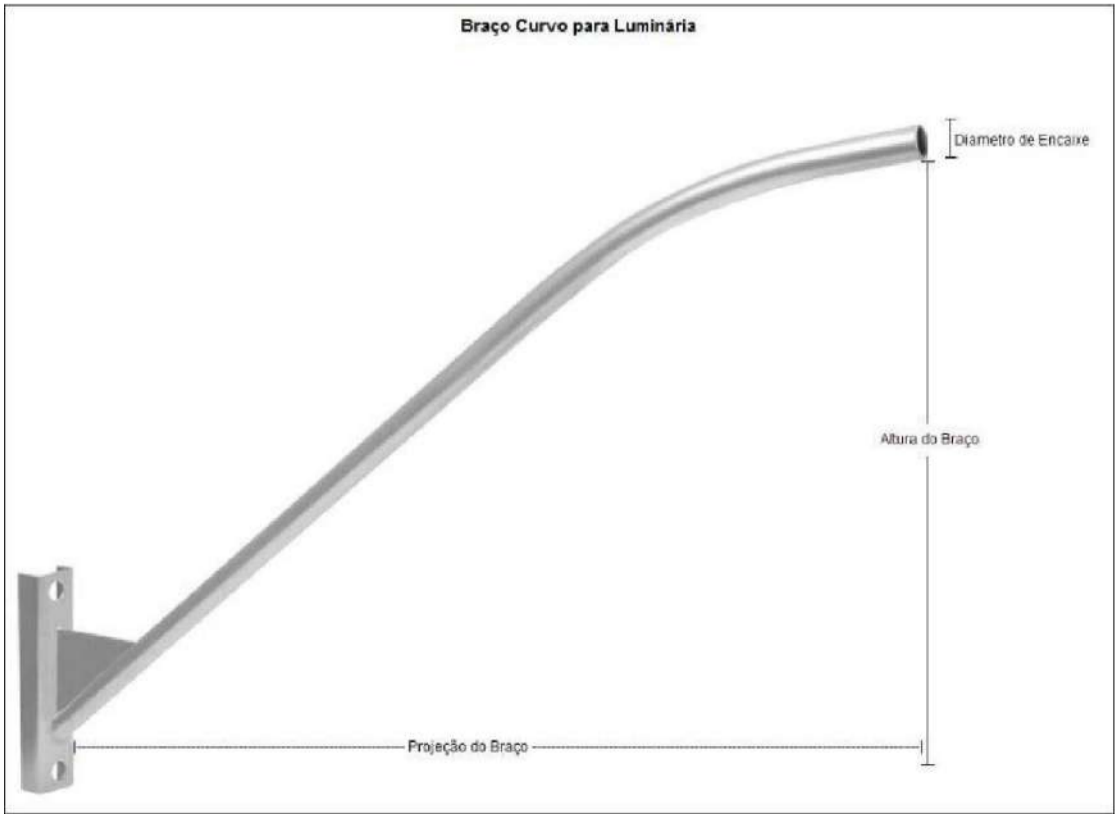
EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
TÍTULO DO DESENHO	FASE
Zona Rural - Povoado Três Satubas	P. EXECUTIVO
Iluminação Pública	ESCALA
Detalhamento dos pontos de iluminação	S/E
	DATA
	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - VM	17
	Braço Curvo - 2 metros	17



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



Braço Curvo para Luminária



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA - FOLHA Nº
------------	---



TECNOLOGIA
DO
CRECER

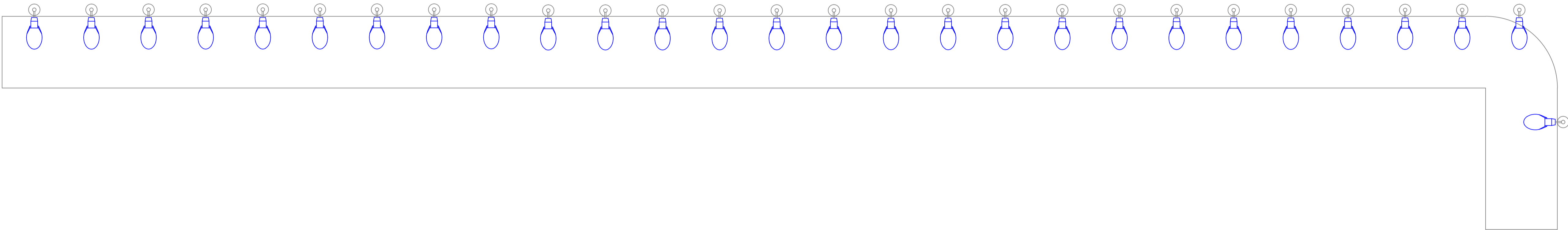
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRECER

ELE
001

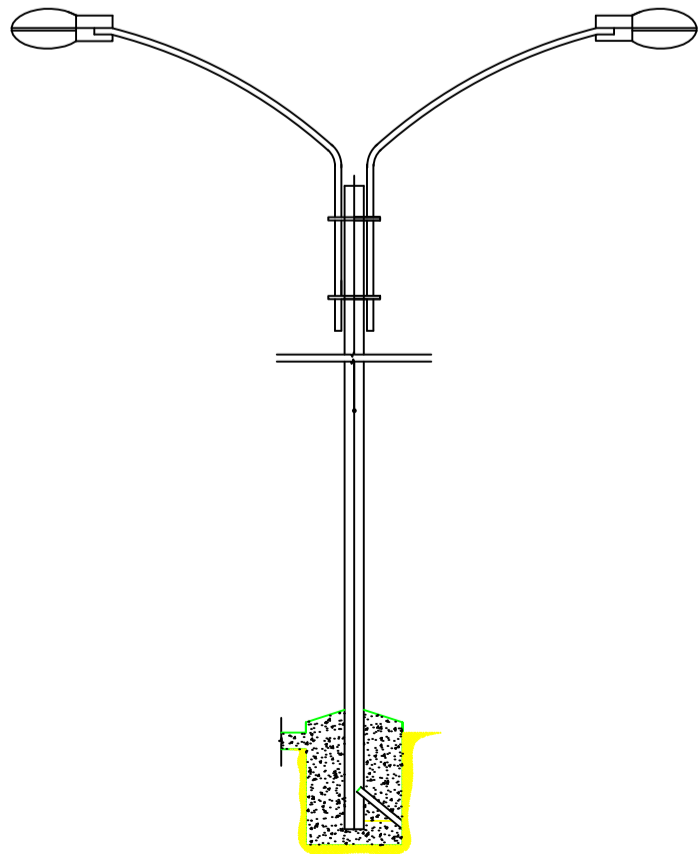
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Três Satubas
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

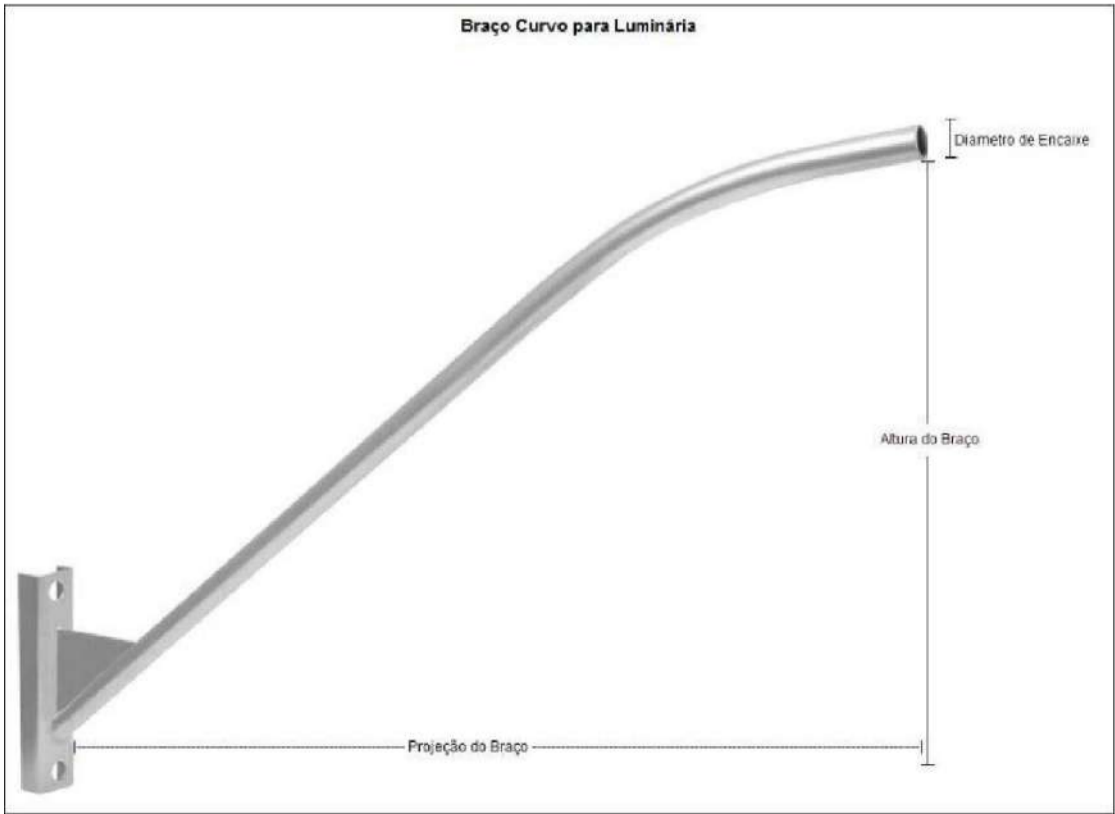
PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rale Embutido - LED	28
	Braço Curvo - 2 metros	28



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº

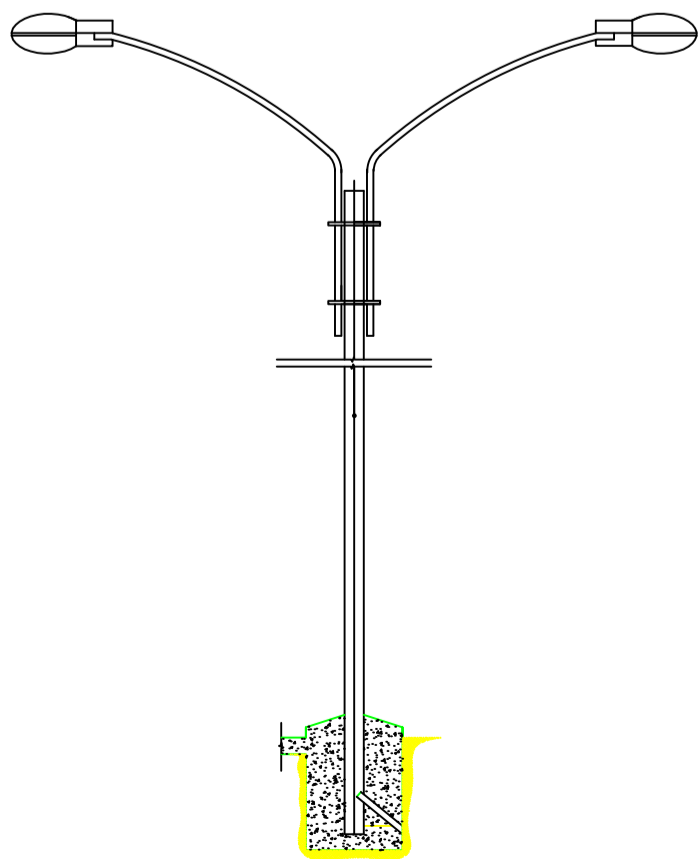
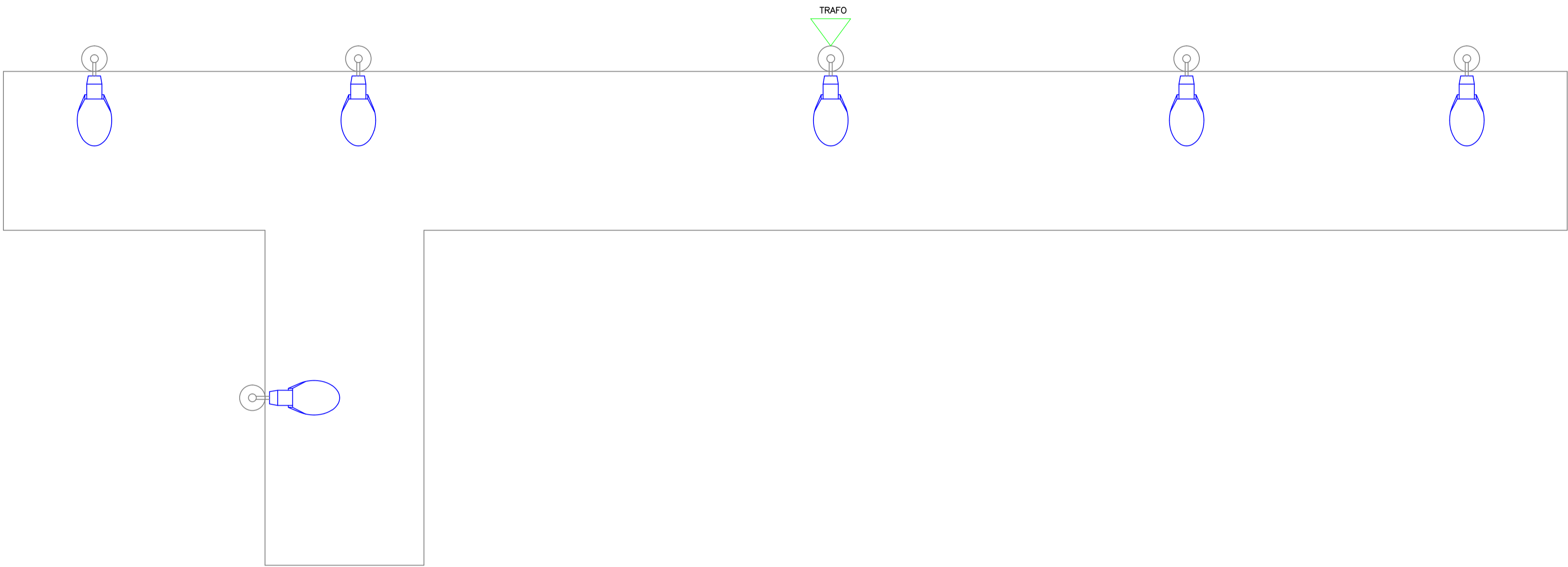


TECNOLOGIA
DO
CRESCER

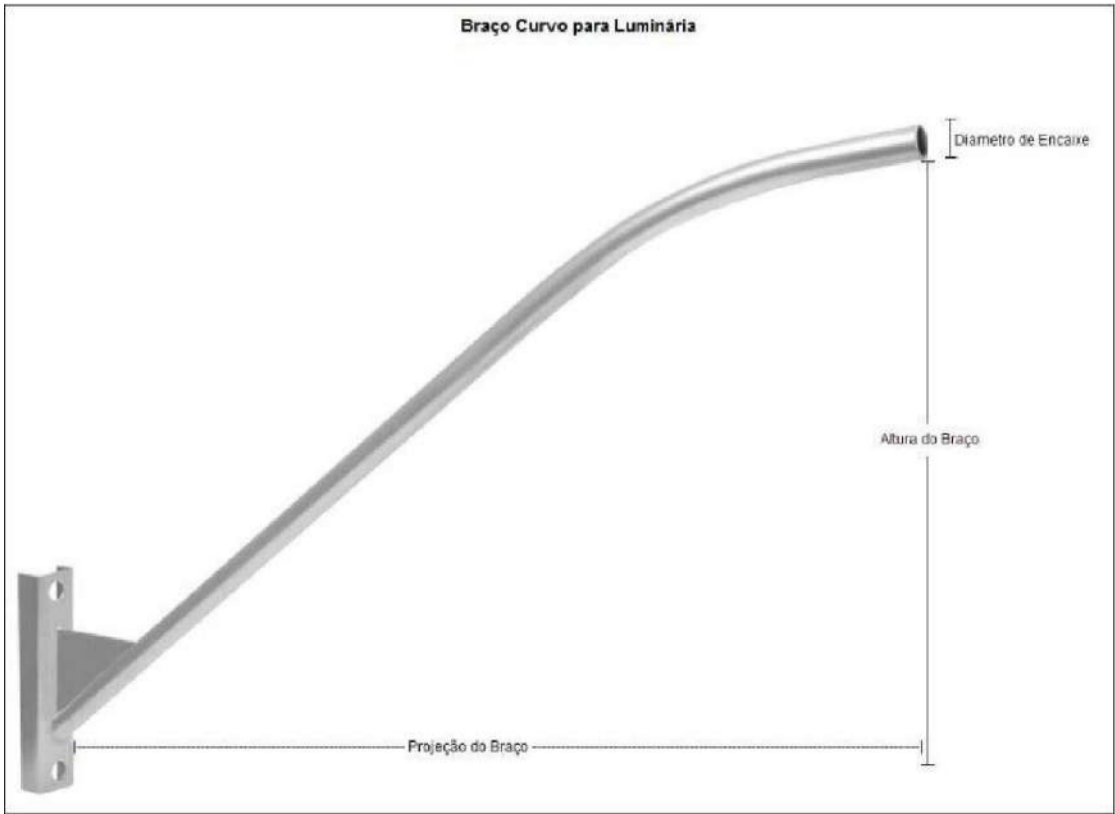
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural - Povoado Barro Branco	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embulido - LED	06
	Braço Curvo - 2 metros	06

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº

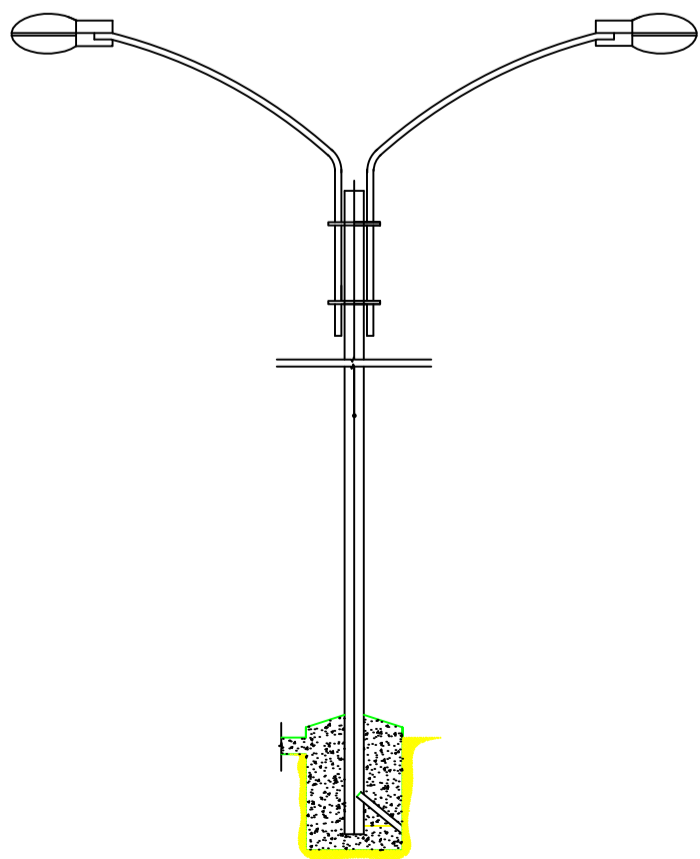
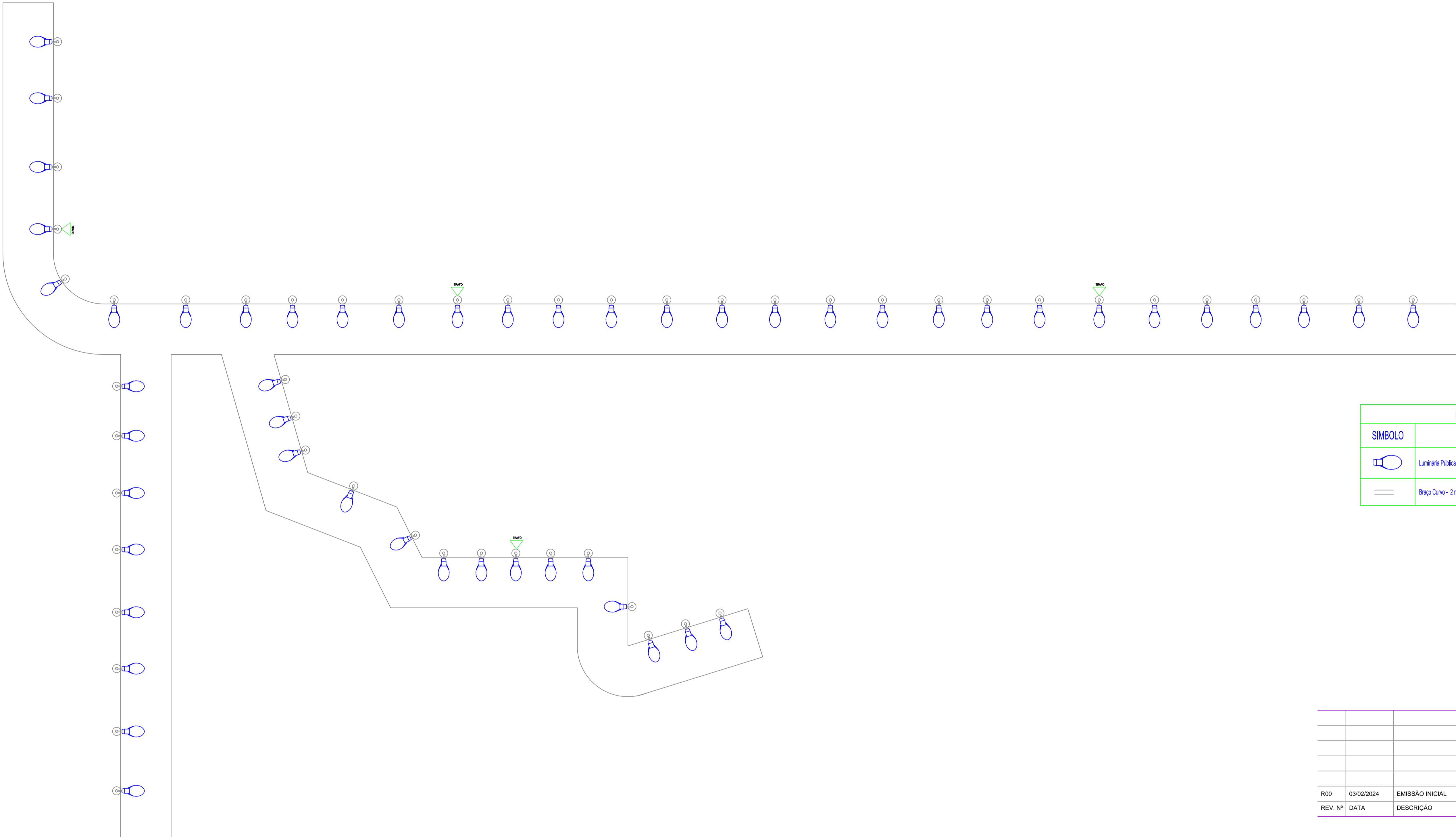


TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

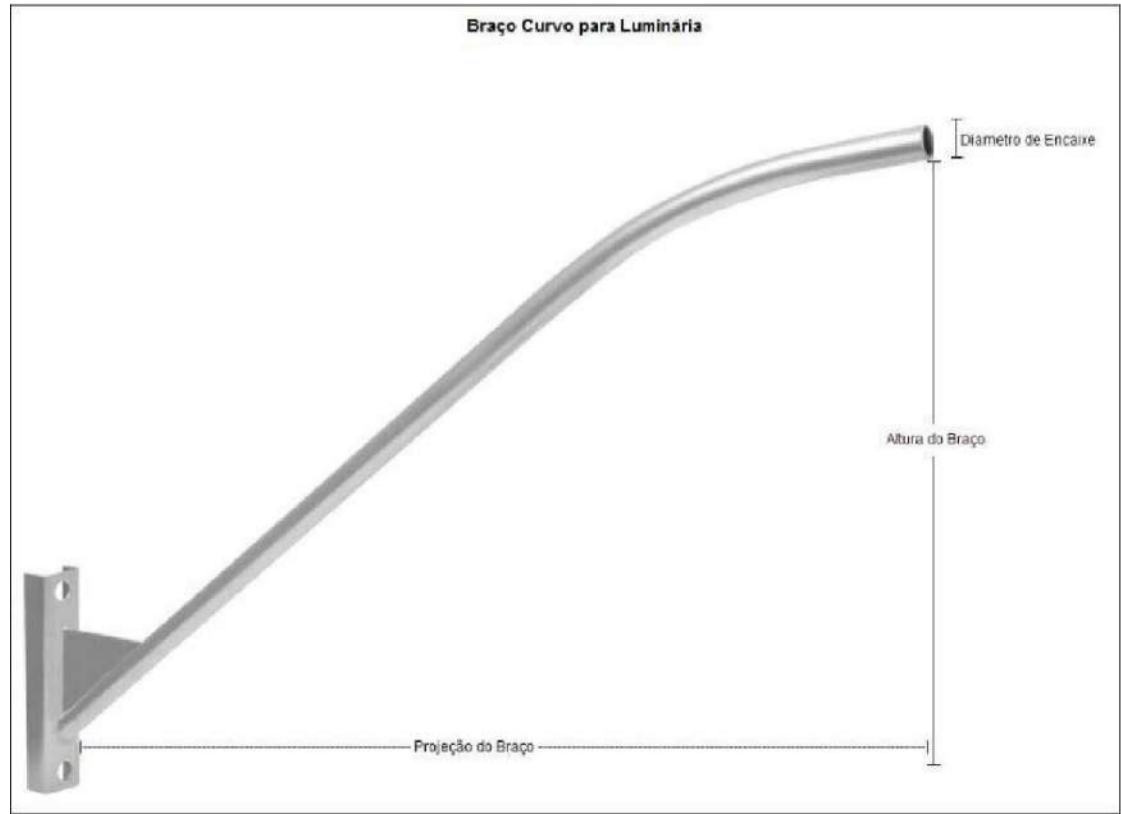
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural - Povoado Lago do Remanço	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído - LED	52
	Braço Curvo - 2 metros	52

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

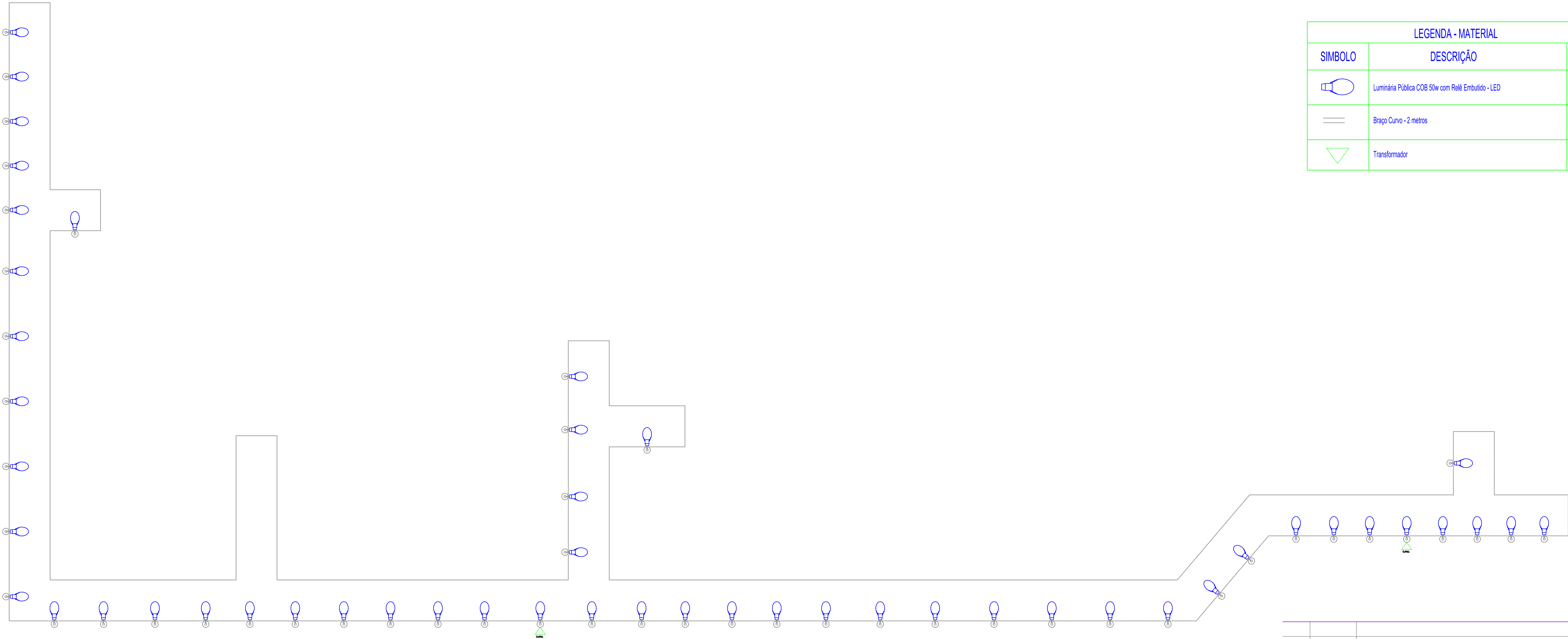
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

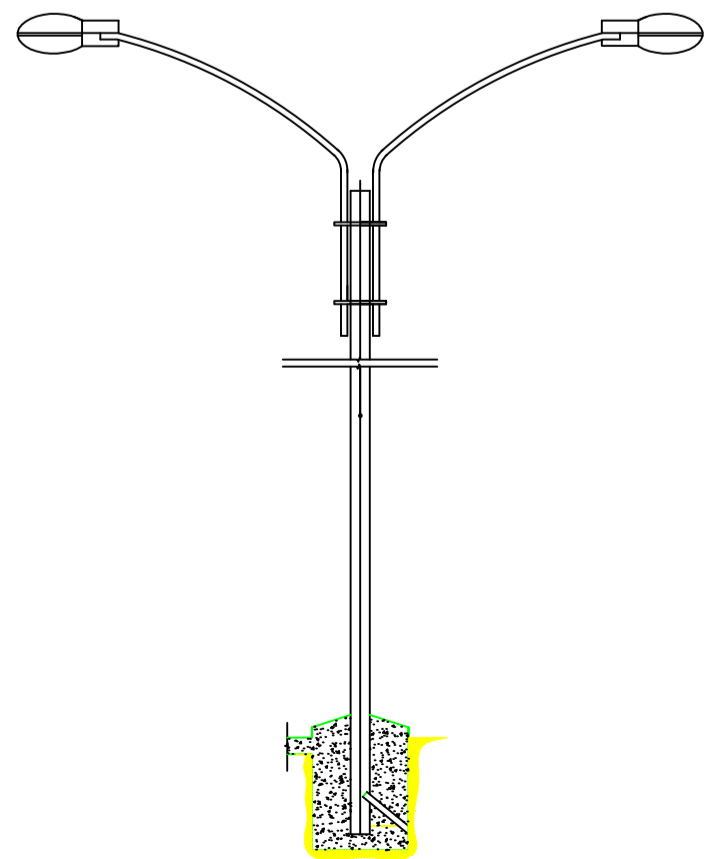
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Campo Novo
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

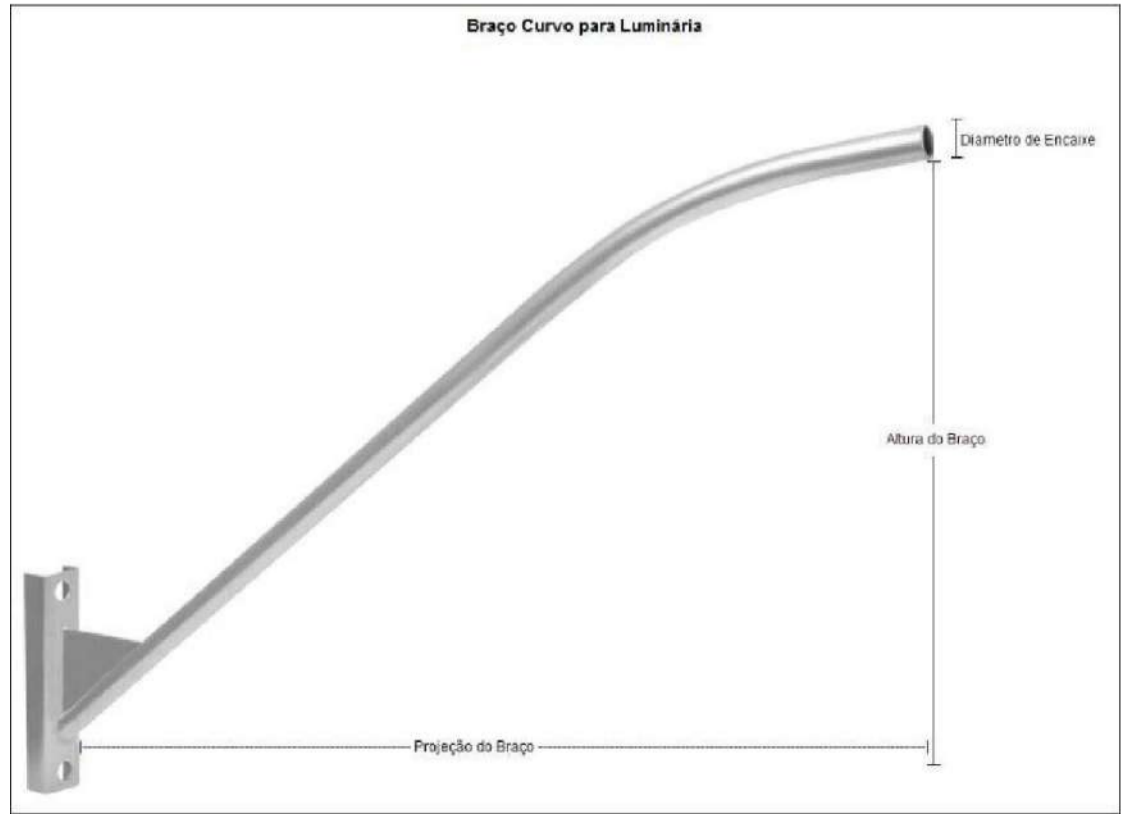
PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SIMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	61
	Braço Curvo - 2 metros	61
	Transformador	02



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
DO
CRESCER

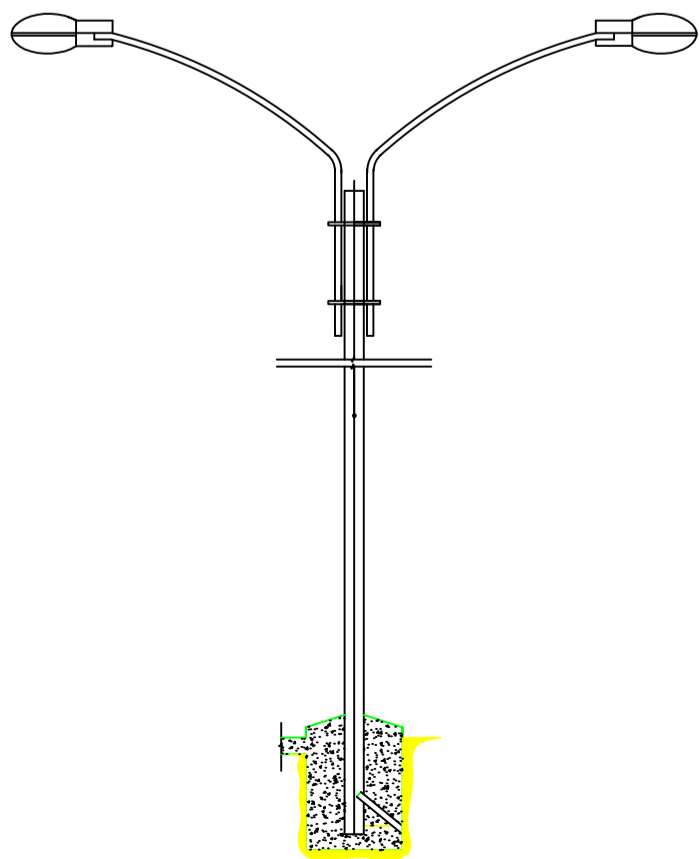
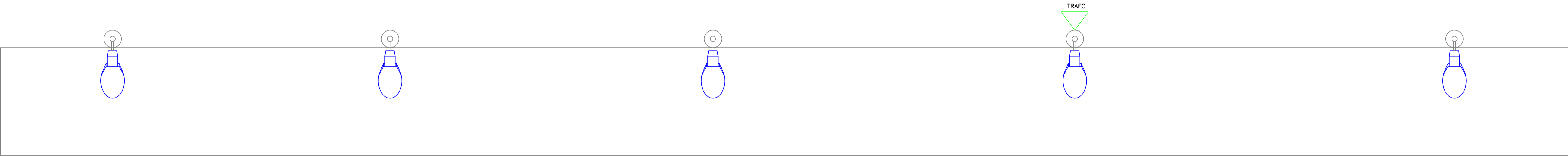
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

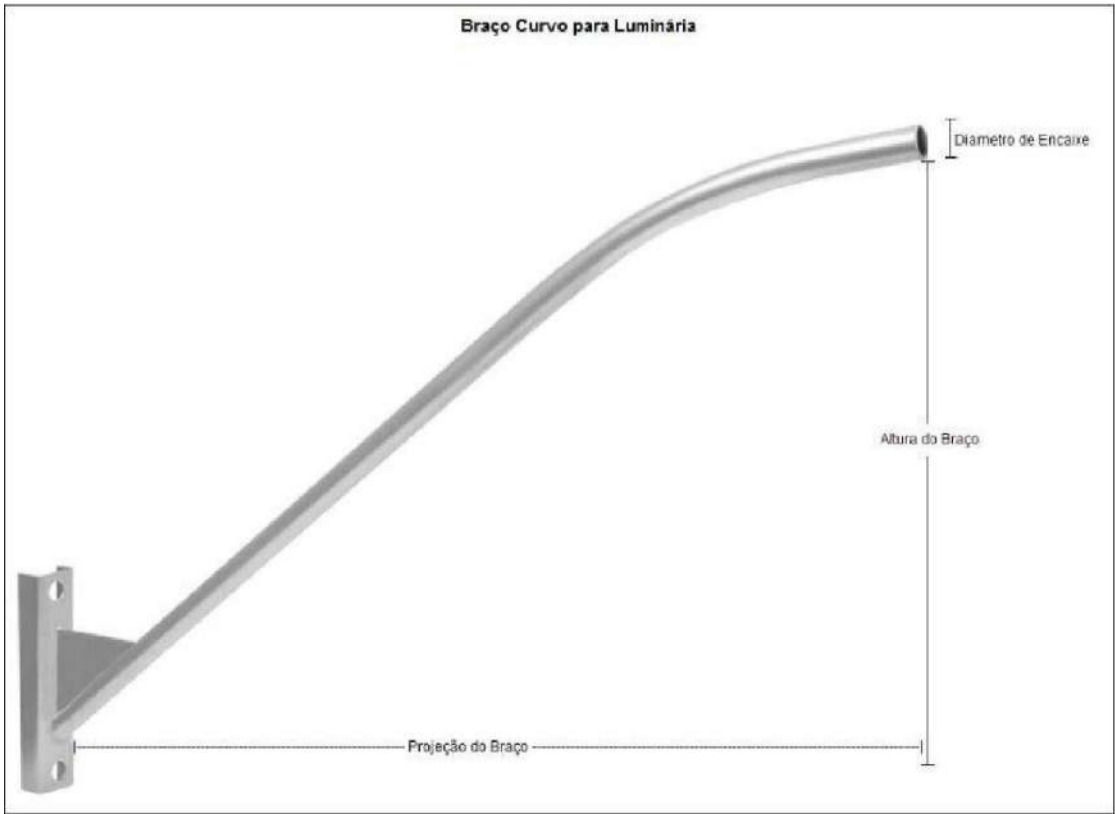
EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO	AS BUILT
	FASE
	P. EXECUTIVO
TÍTULO DO DESENHO	ESCALA
Zona Rural - Povoado Boa Vista do Cassiano	S/E
Iluminação Pública	DATA
Detalhamento dos pontos de iluminação	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	05
	Braço Curvo - 2 metros	05
	Transformador	01



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

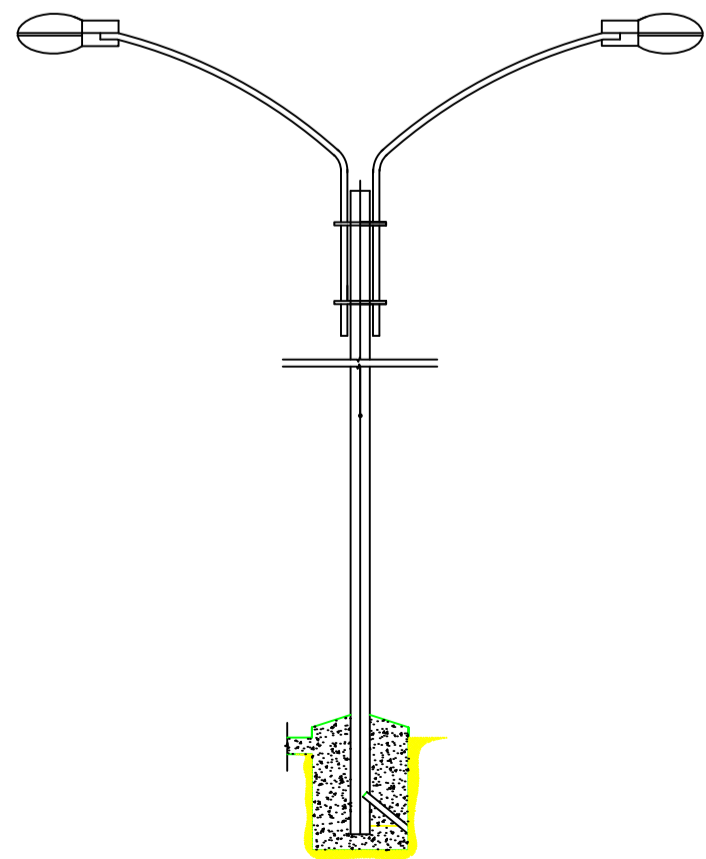
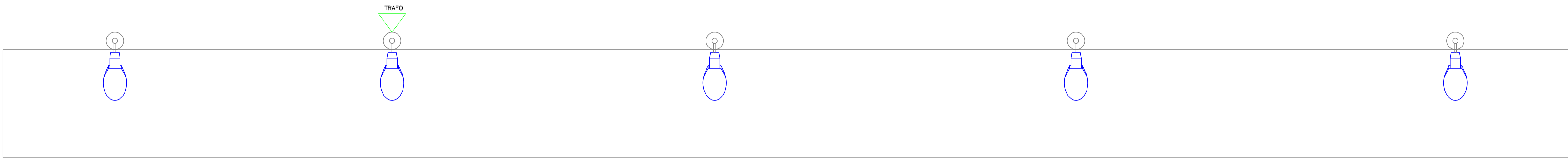
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

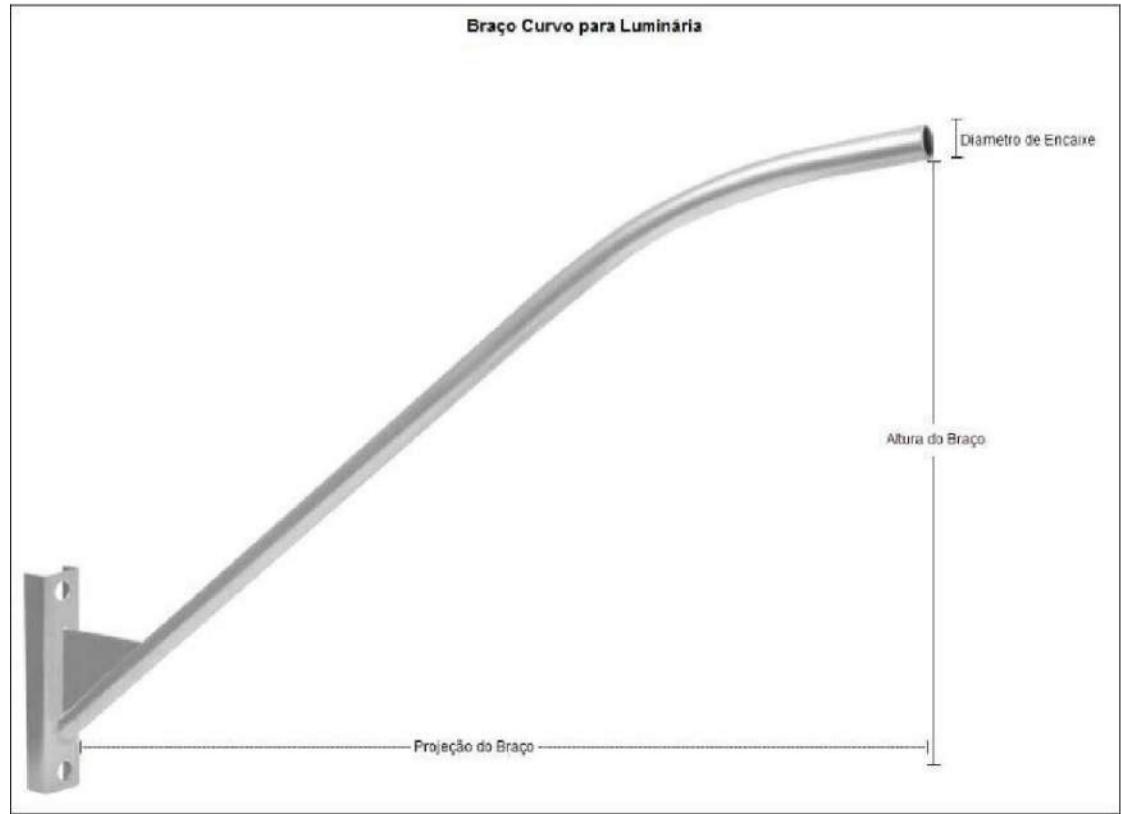
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Alto São José
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	05
	Braço Curvo - 2 metros	05
	Transformador	01

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

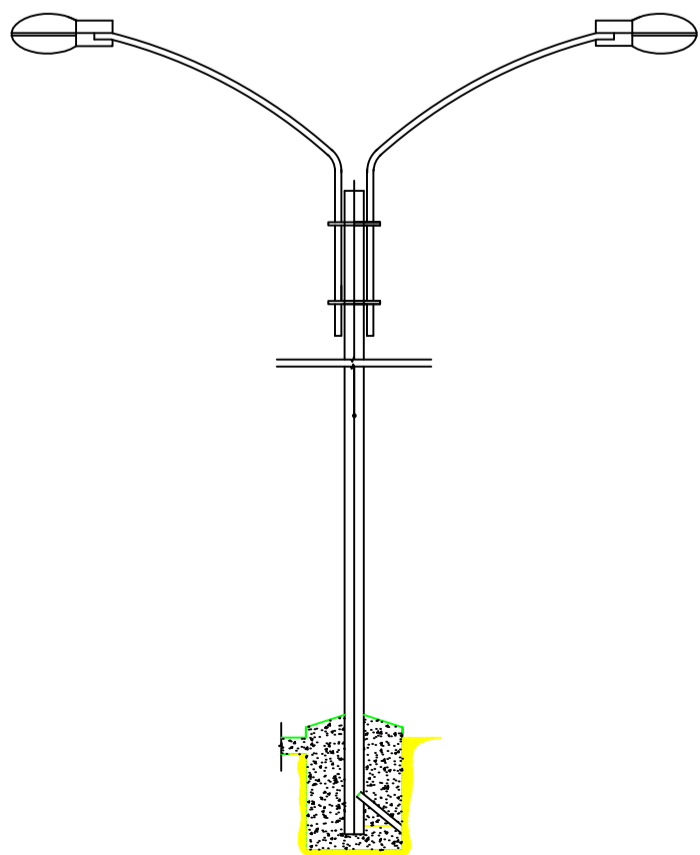
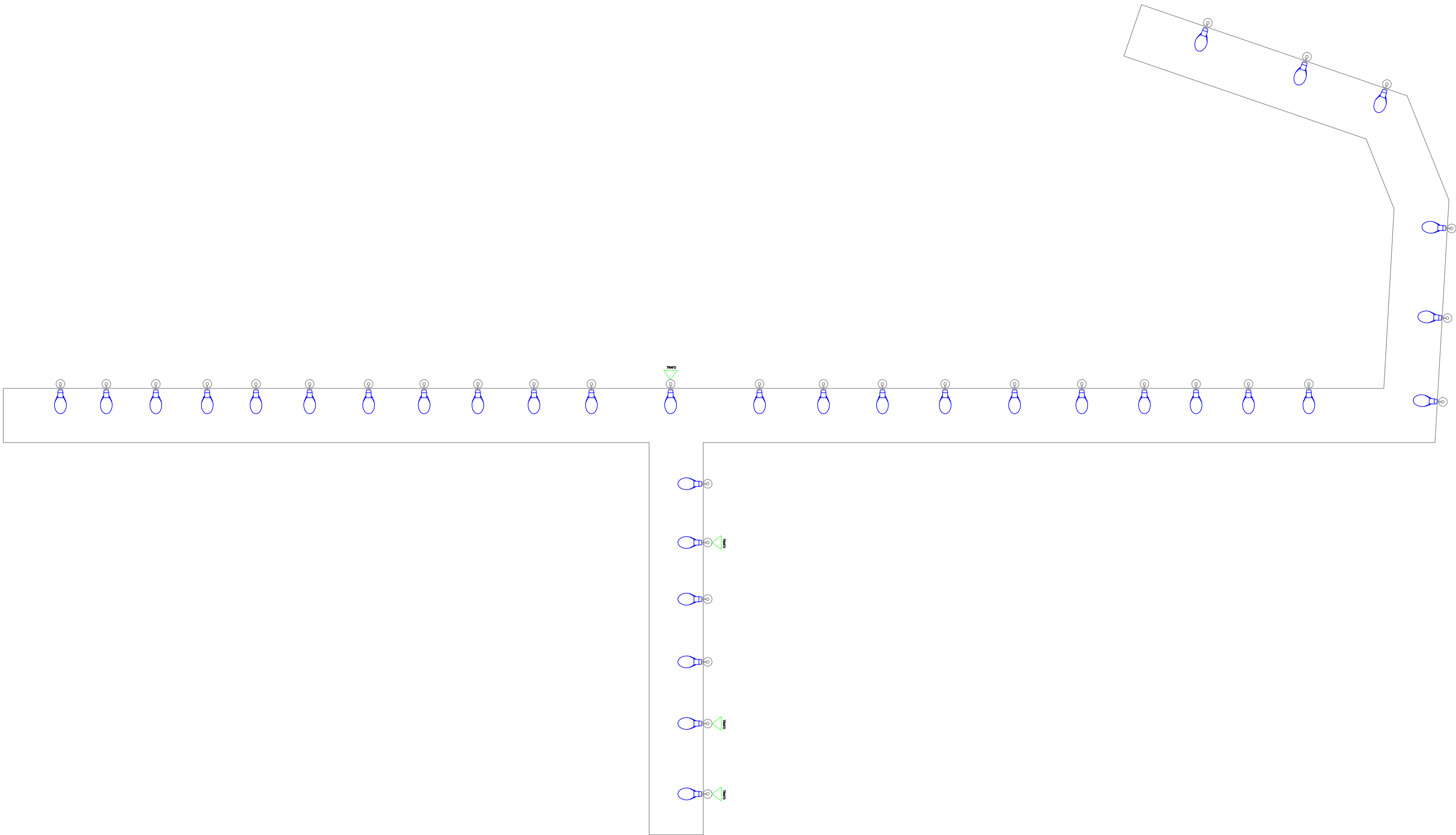
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

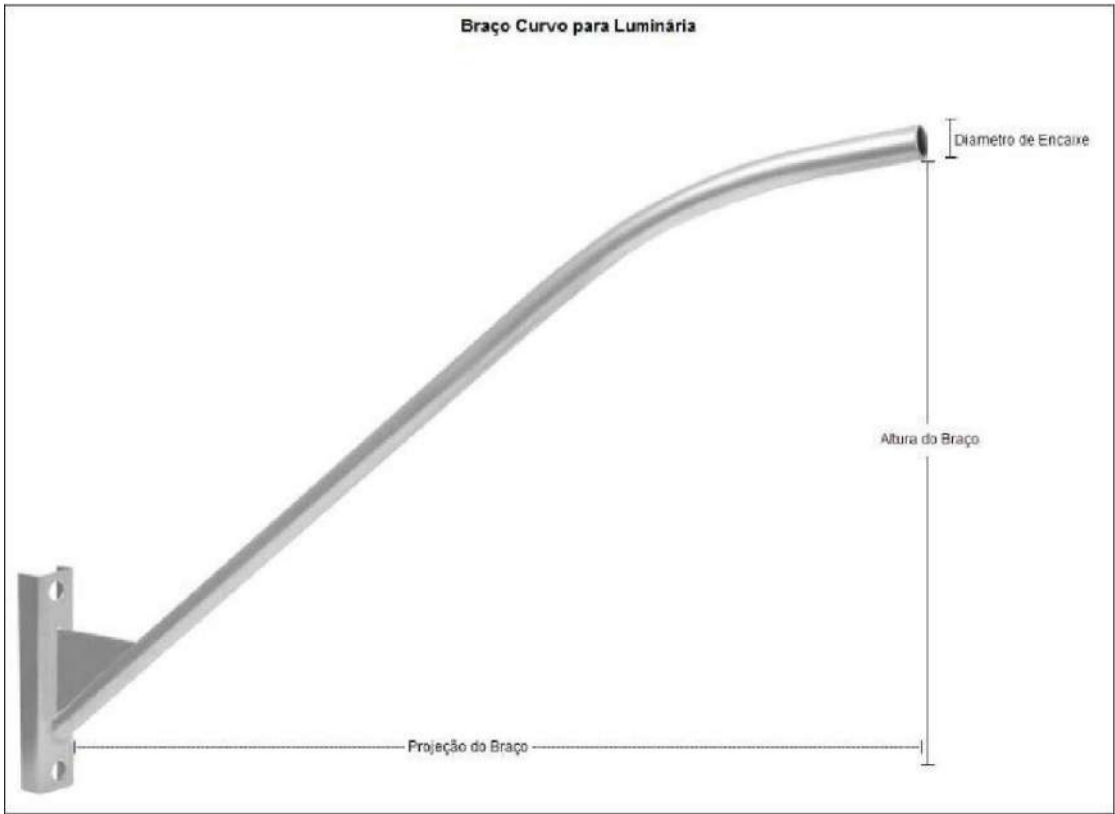
EMPREENDIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Água Bela
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embuído - LED	34
	Braço Curvo - 2 metros	34
	Transformador	04

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

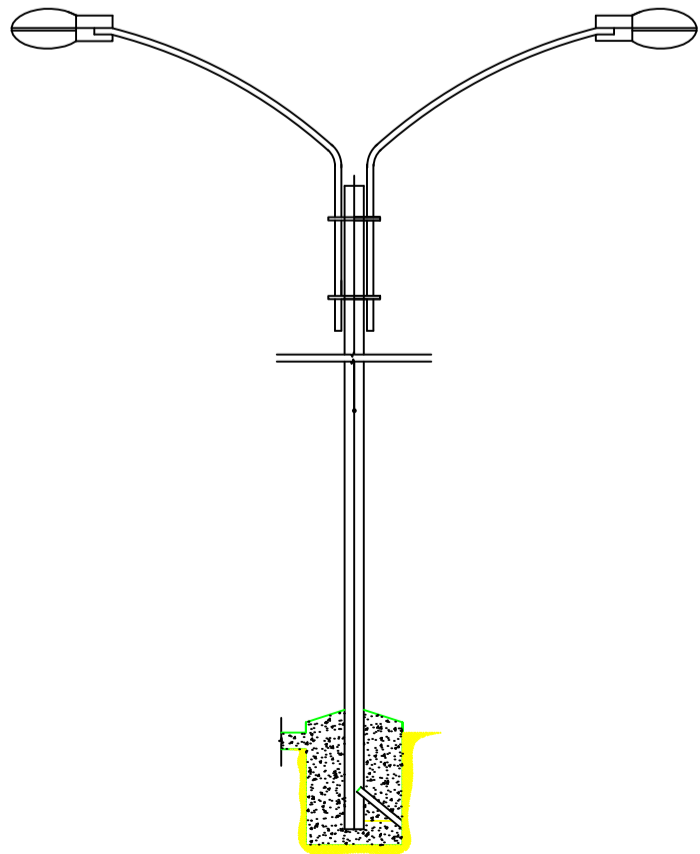
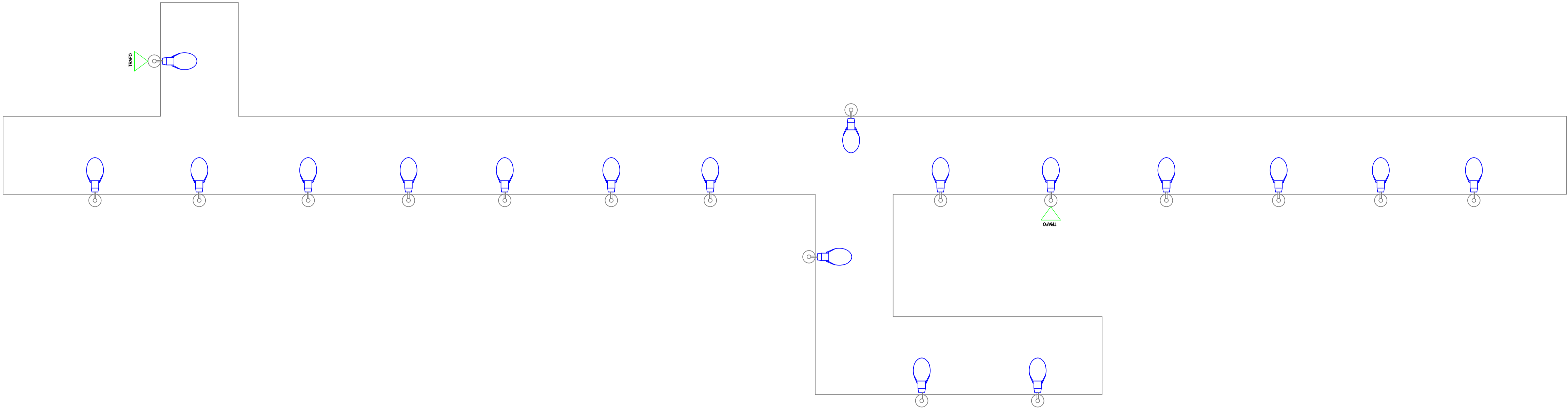
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

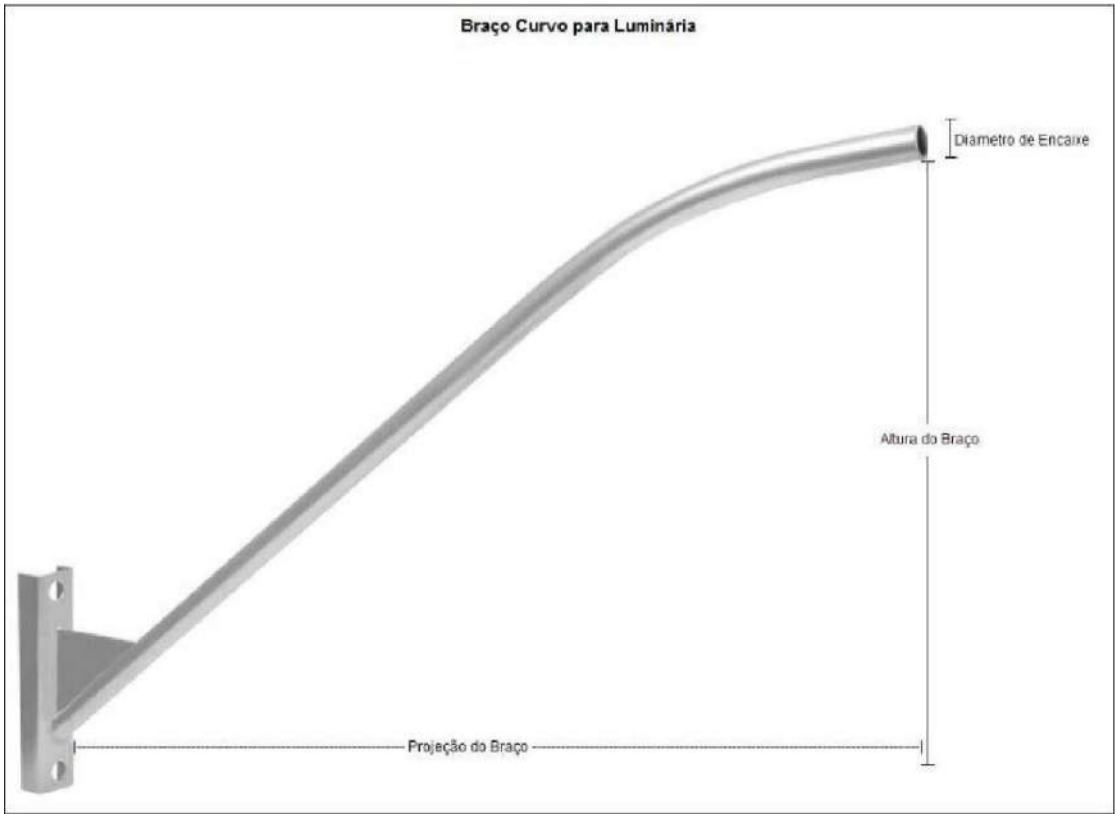
EMPREENHIMENTO E LOCAL
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Santo Antônio
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:50



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	19
	Braço Curvo - 2 metros	19
	Transformador	02

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Beltodo
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

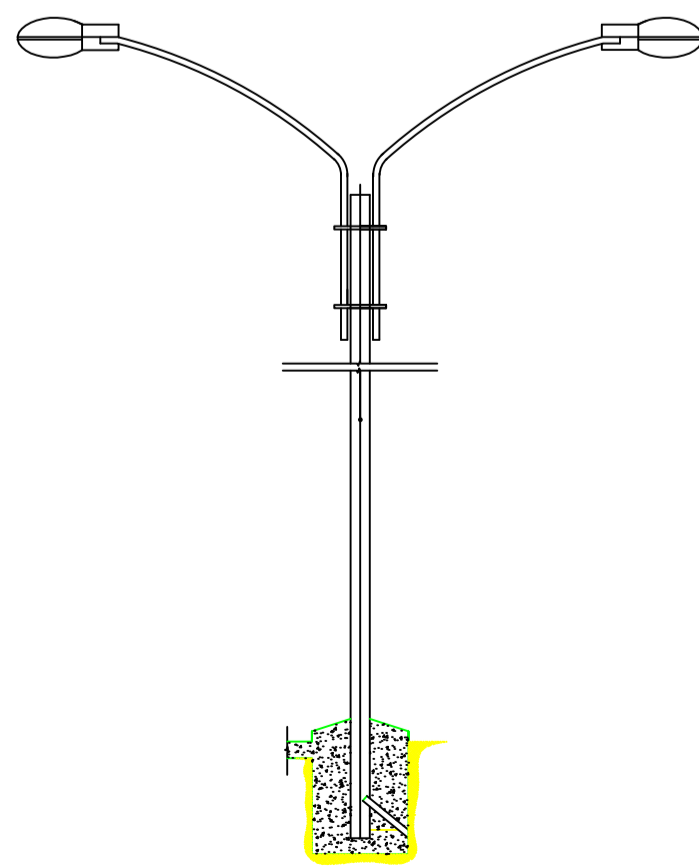
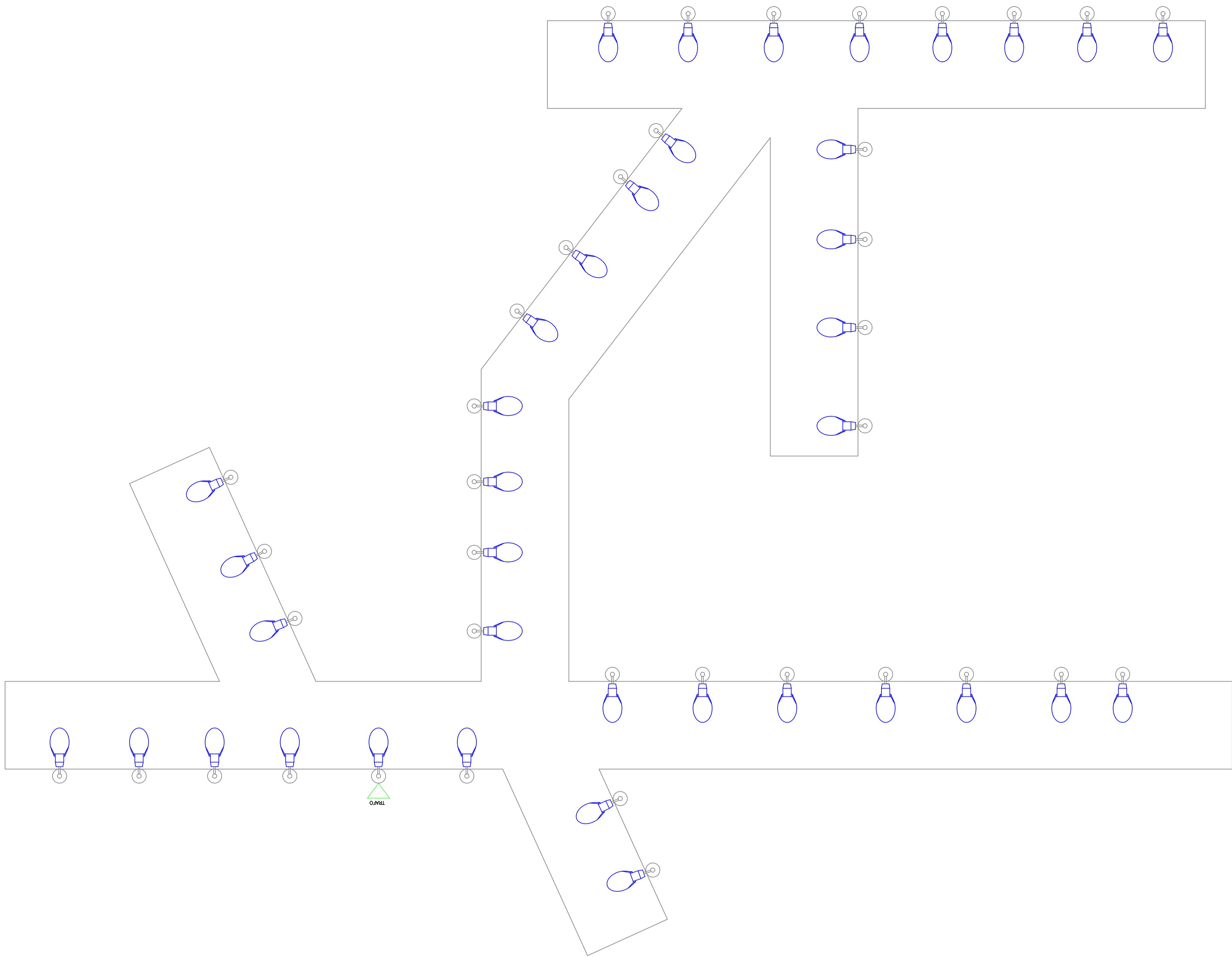
PROJETO:
AS BUILT

FASE:
P. EXECUTIVO

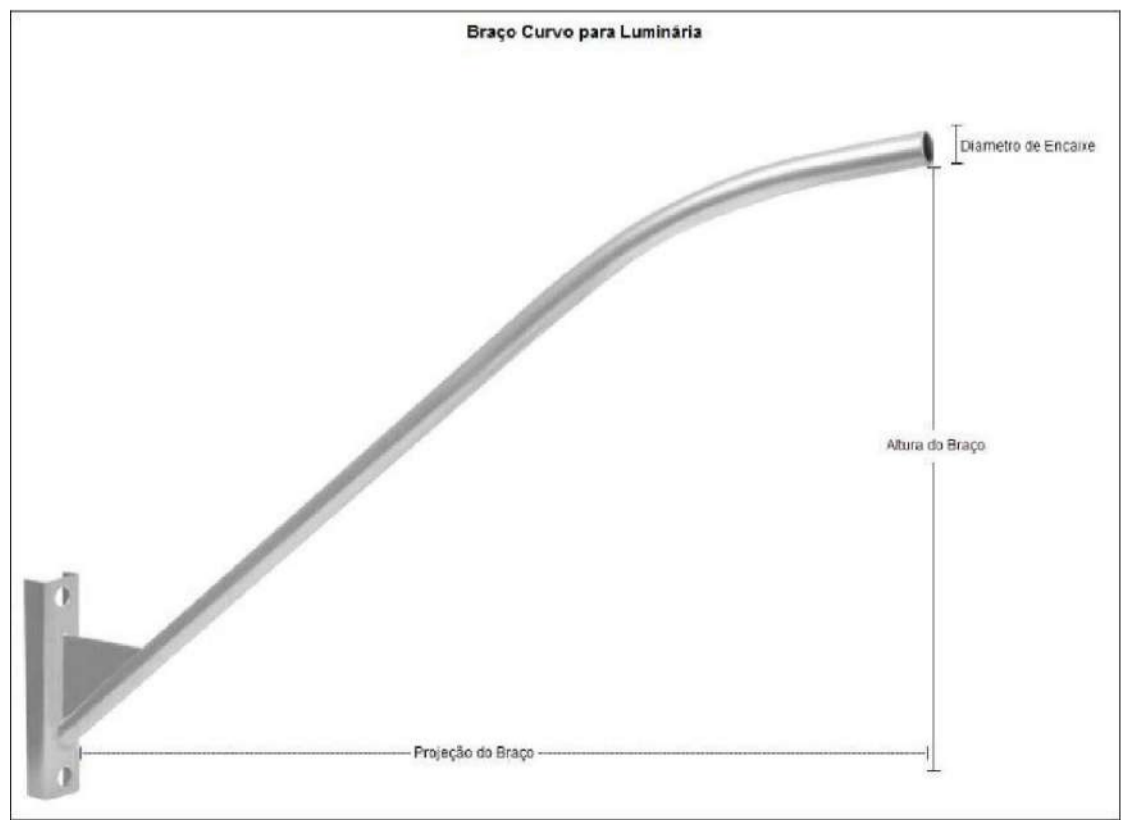
ESCALA:
S/E

DATA:
03/02/2024

ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	38
	Braço Curvo - 2 metros	38
	Transformador	01

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº

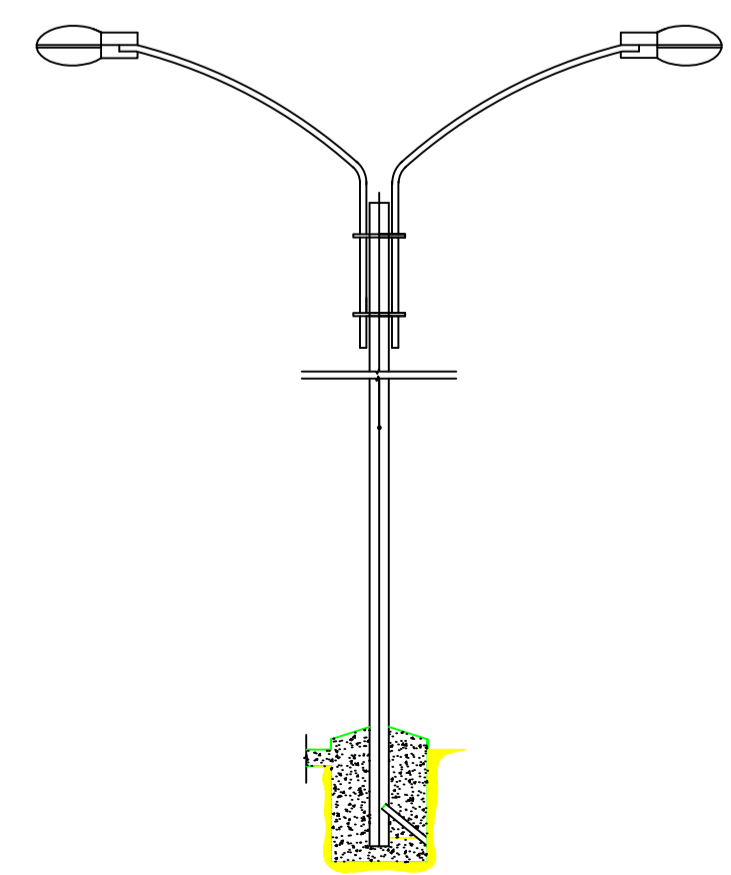
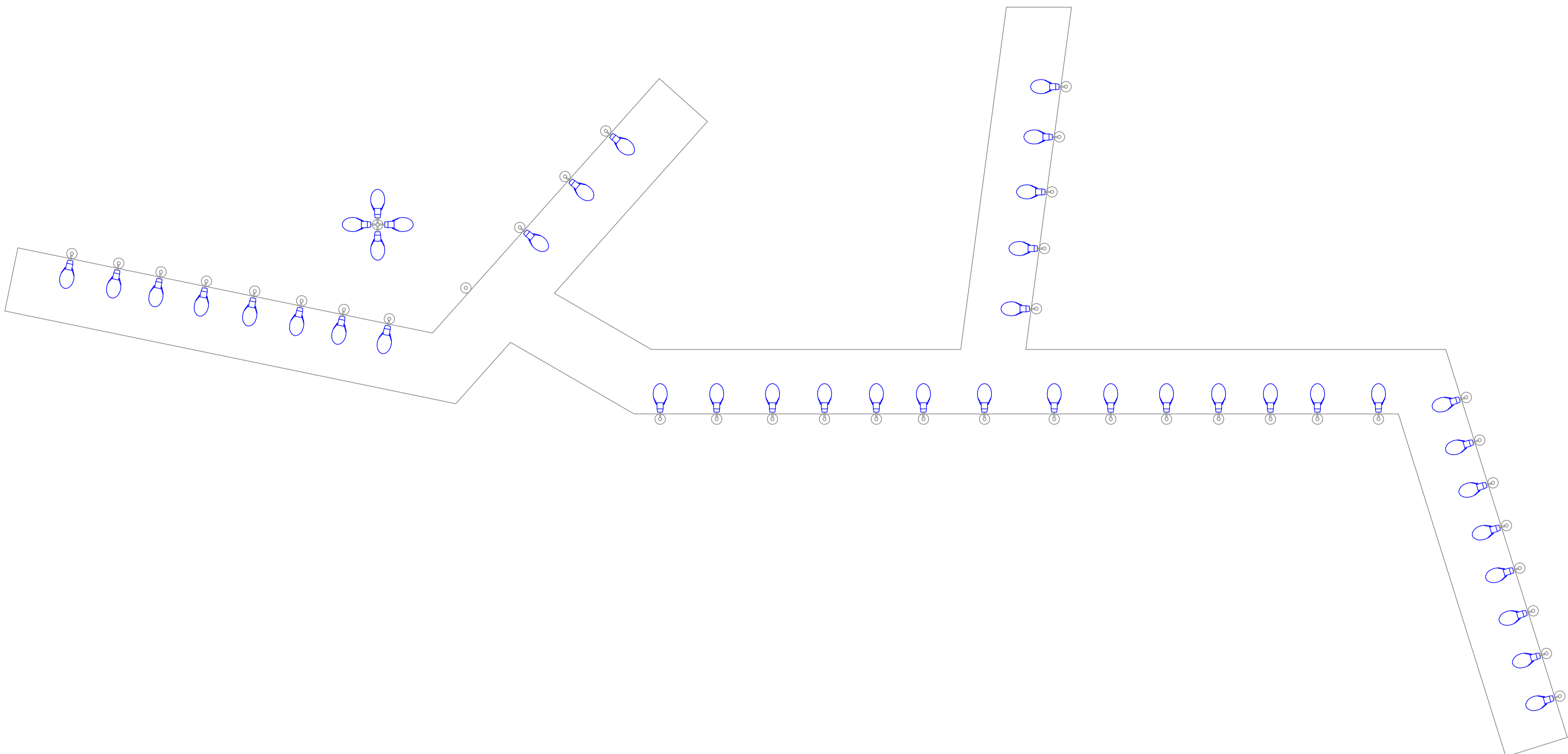


TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

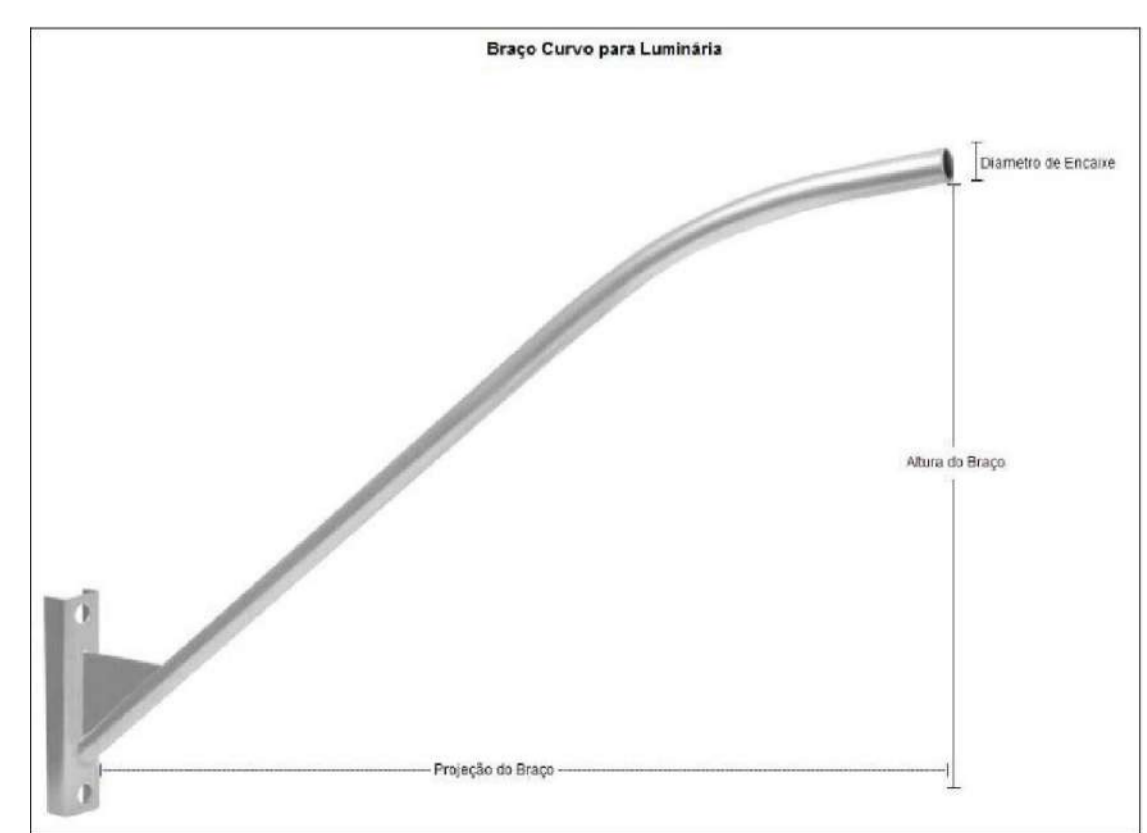
PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL	PROJETO
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO	AS BUILT
TÍTULO DO DESENHO	FASE
Zona Rural - Povoado Bom Futuro	P. EXECUTIVO
Iluminação Pública	ESCALA
Detalhamento dos pontos de iluminação	S/E
	DATA
	03/02/2024
	ARQUIVO
	NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:50



Braço Curvo para Luminária



LUMINÁRIA PÚBLICA LED COB

LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relê Embutido - LED	32
	Braço Curvo - 2 metros	32

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	-
	PROJETISTA
	-
	DESENHISTA
	-
	FOLHA Nº

PROJETO

AS BUILT

FASE

P. EXECUTIVO

ESCALA

S/E

DATA

03/02/2024

ARQUIVO

NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

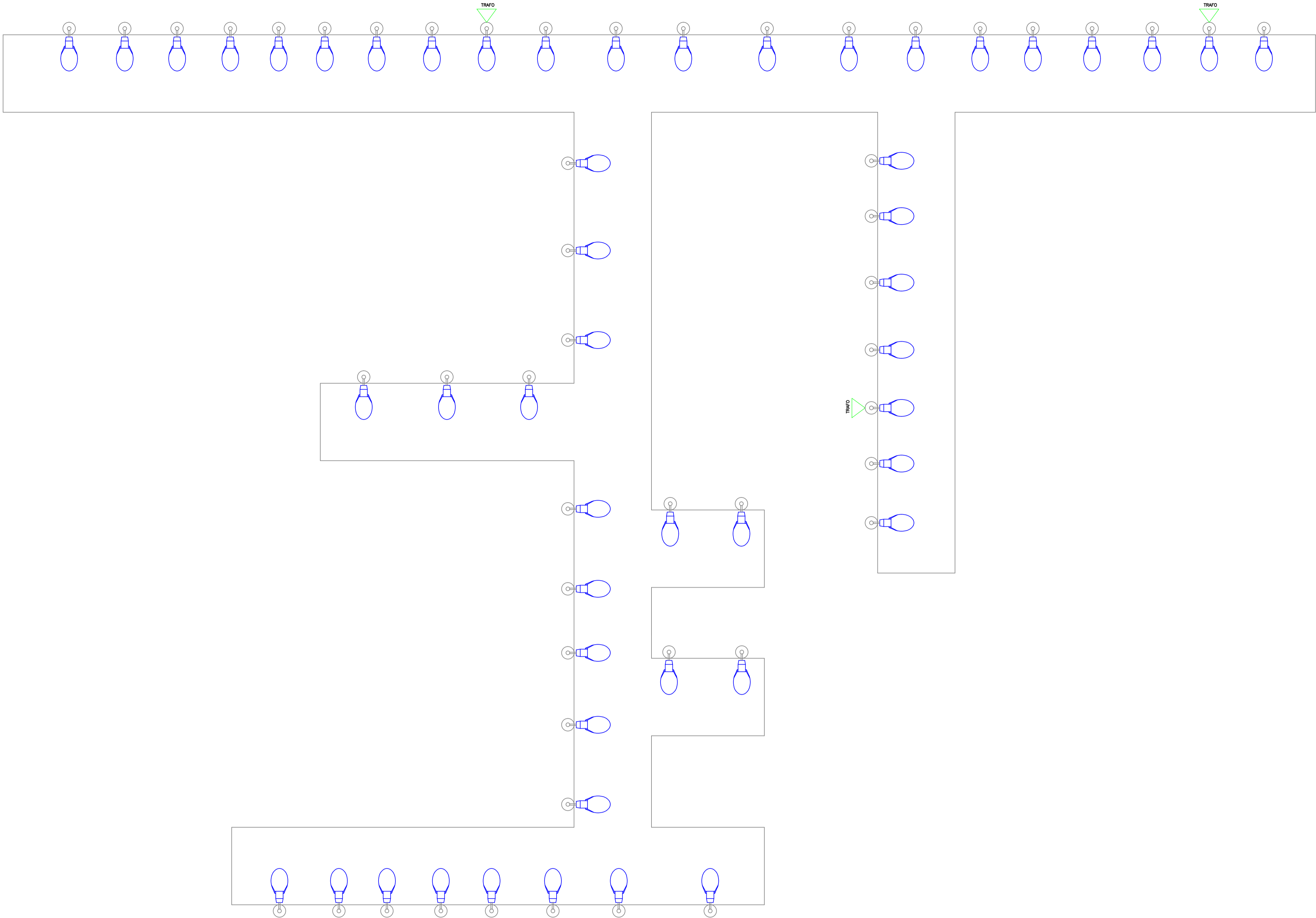
TÍTULO DO DESENHO

Zona Rural - Povoado São João dos Crentes

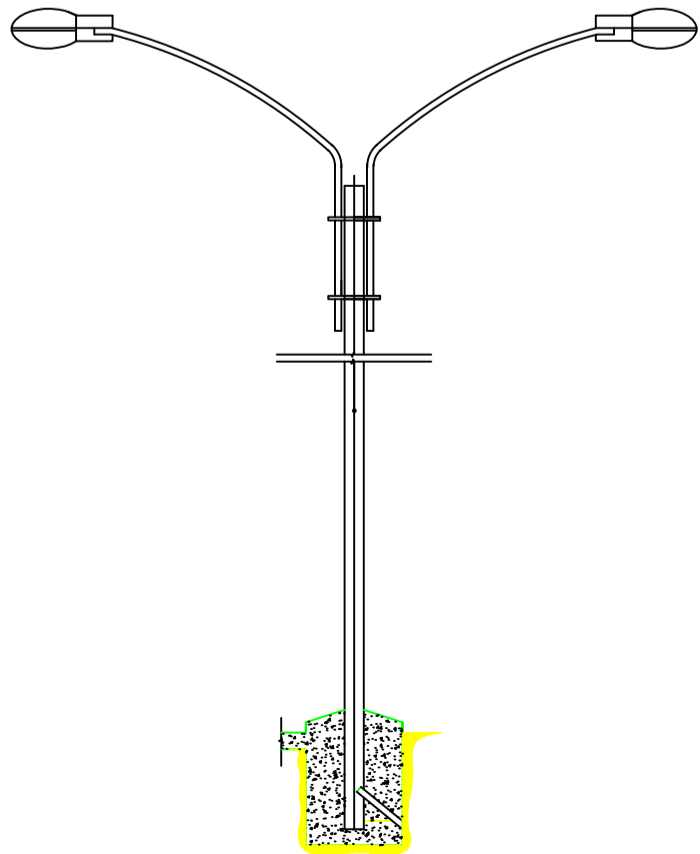
Iluminação Pública

Detalhamento dos pontos de iluminação

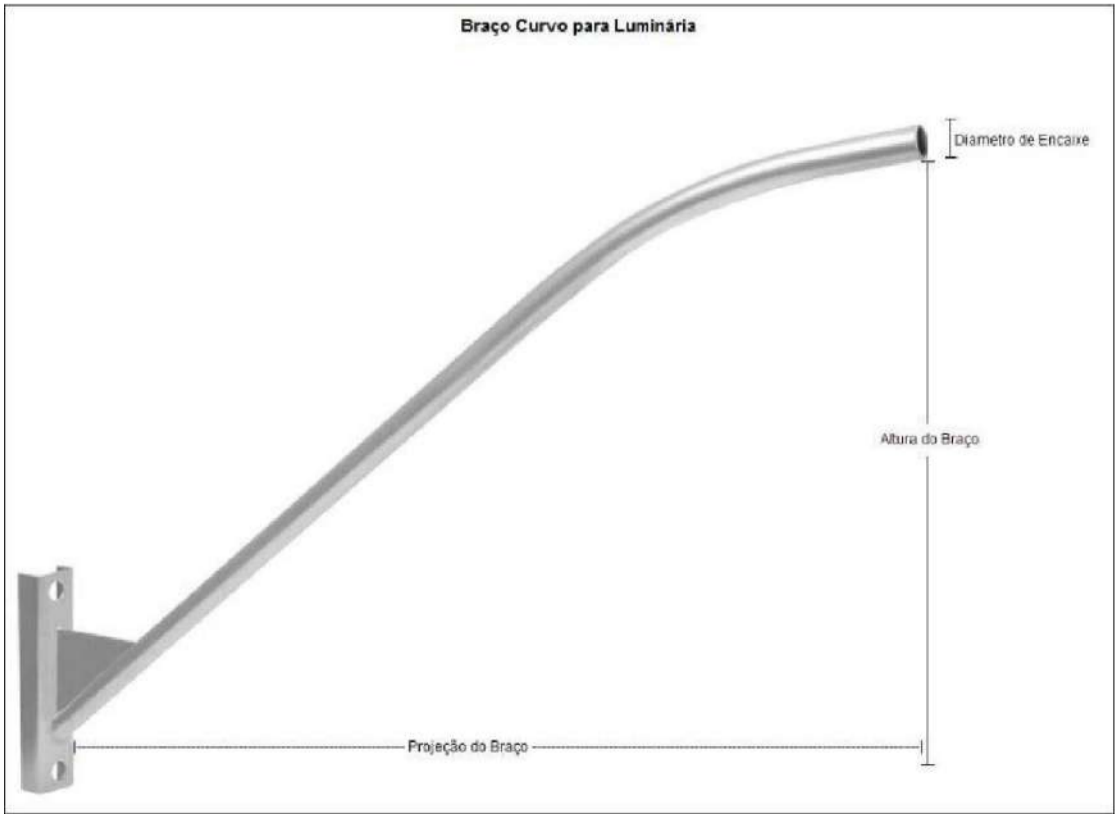
ELE 001



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Relé Embutido - LED	51
	Braço Curvo - 2 metros	51
	Transformador	03



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO
	001 - NCE
	COORDENADOR
	PROJETISTA
	DESENHISTA
	FOLHA Nº



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÉS
É TEMPO DE CRESCER

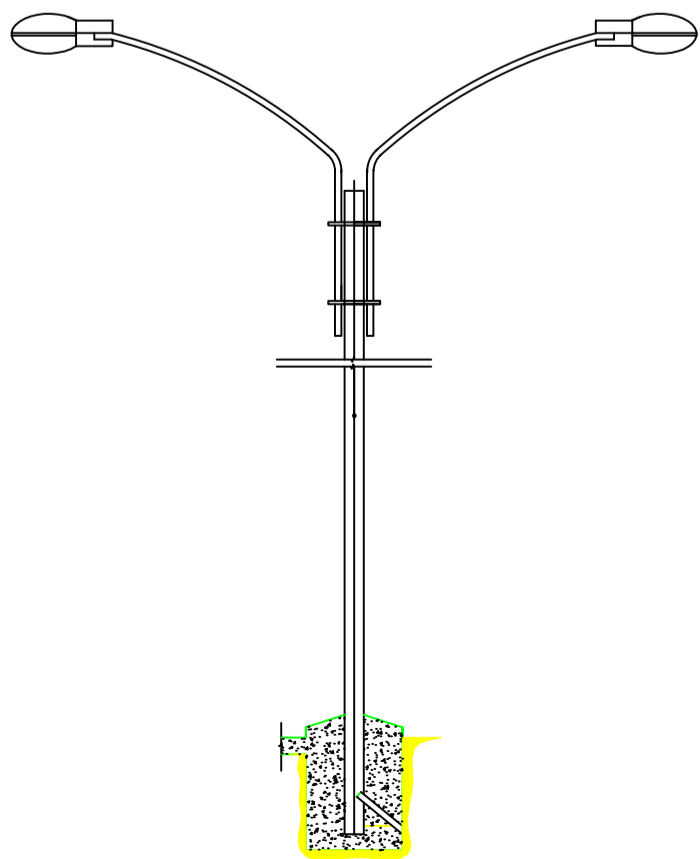
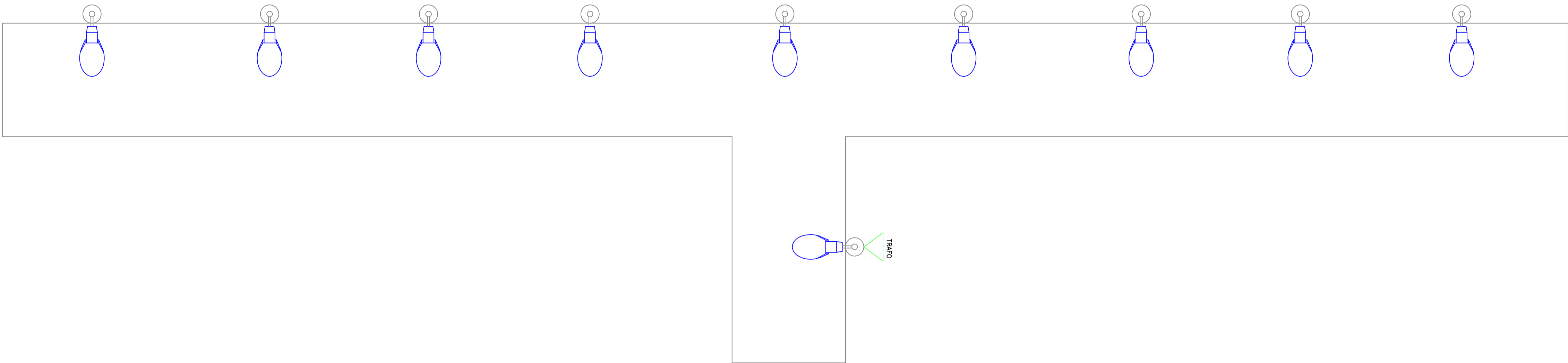
ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÉS - MARANHÃO

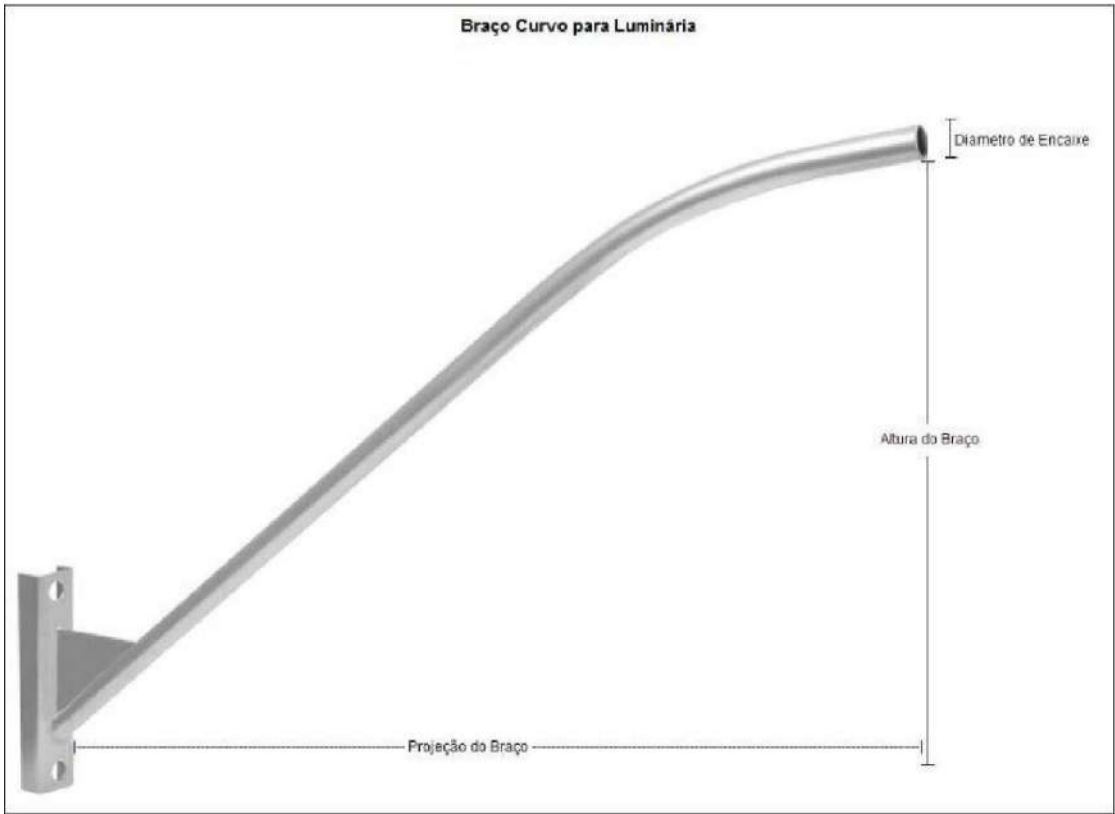
TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Bom Jesus
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

ESTE PROJETO NÃO PODE SER EXECUTADO, COPIADO OU CEDIDO FORA DOS TERMOS CONTRATADOS



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: 1:1



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 50w com Rele Embutido - LED	10
	Braço Curvo - 2 metros	10
	Transformador	01

R00	03/02/2024	EMISSÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____
PROJETO: _____
EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA - FOLHA Nº
------------	---



TECNOLOGIA QUE
CRESCER

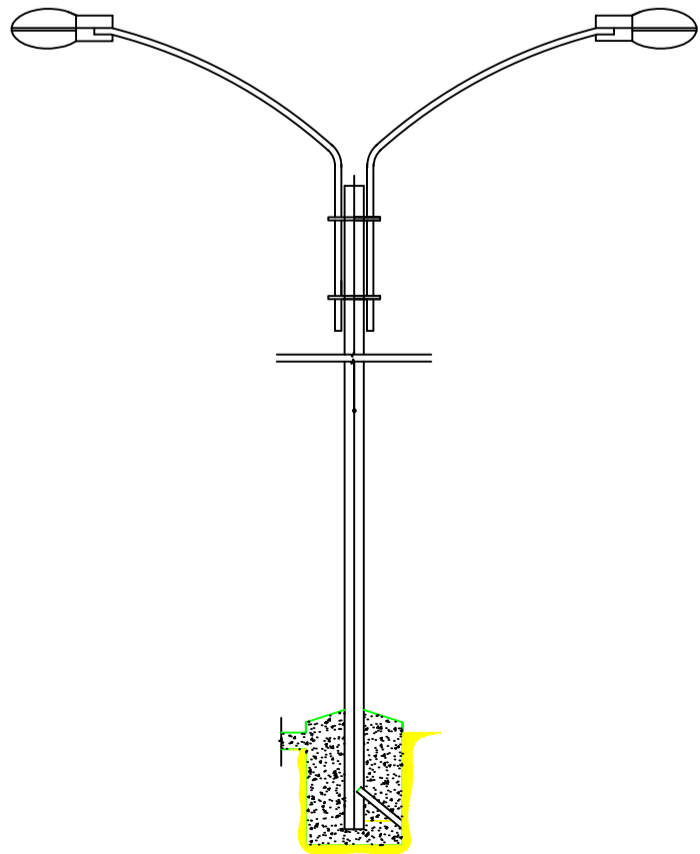
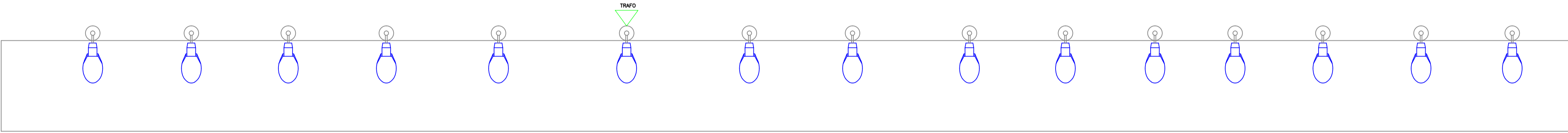
PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

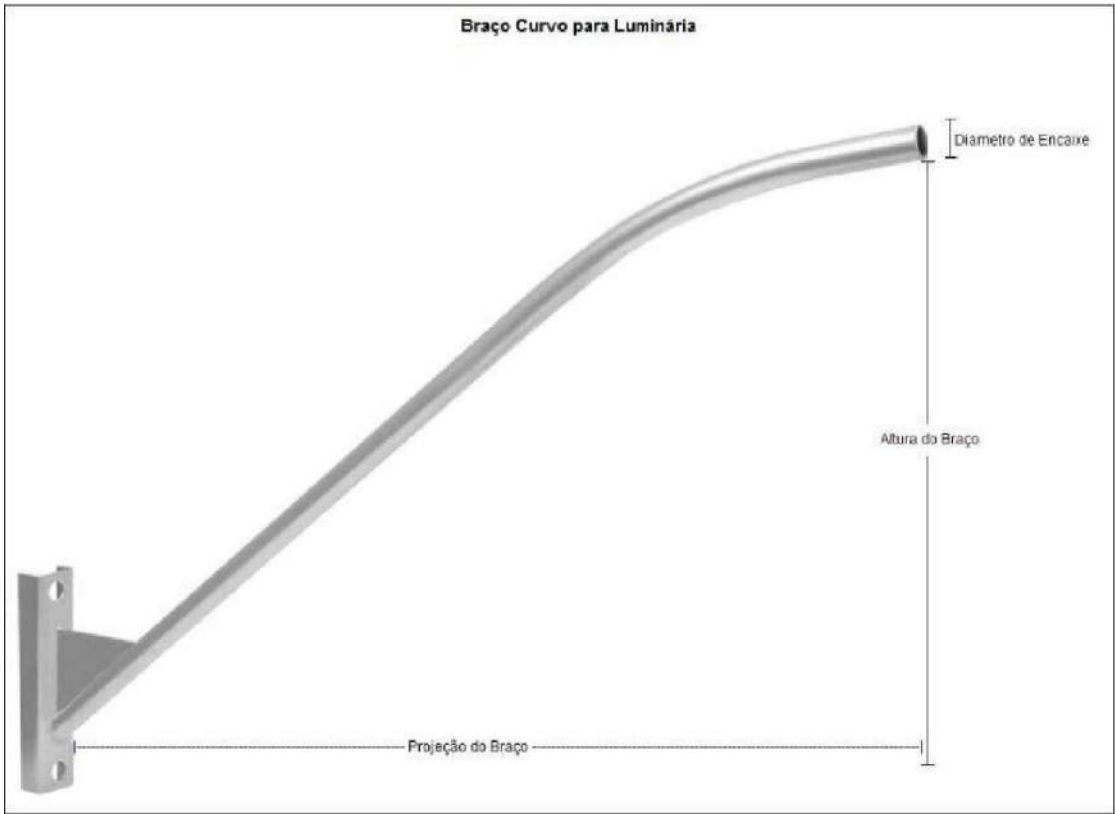
EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO:
Zona Rural - Povoado Ladeira do Gato
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO:
AS BUILT
FASE:
P. EXECUTIVO
ESCALA:
S/E
DATA:
03/02/2024
ARQUIVO:
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00



DETALHE FRONTAL DE INSTALAÇÃO
ESC.: S/E



LEGENDA - MATERIAL		
SÍMBOLO	DESCRIÇÃO	QTD
	Luminária Pública COB 100w com Relé Embutido - LED	15
	Braço Ornamental - 1 metros	15
	Transformador	01

R00	03/02/2024	EMIÇÃO INICIAL
REV. Nº	DATA	DESCRIÇÃO

PROPRIETÁRIO: _____

PROJETO: _____

EXECUÇÃO: _____

PROJETISTA	CODIGO 001 - NCE COORDENADOR - PROJETISTA - DESENHISTA - FOLHA Nº
------------	---



TECNOLOGIA
QUE
CRESCER

PREFEITURA DE
SANTA INÊS
É TEMPO DE CRESCER

ELE
001

EMPREENHIMENTO E LOCAL:
MUNICÍPIO DE SANTA INÊS - MARANHÃO

TÍTULO DO DESENHO
Zona Rural - Povoado Bom Jardim
Iluminação Pública
Detalhamento dos pontos de iluminação

PROJETO
AS BUILT
FASE
P. EXECUTIVO
ESCALA
S/E
DATA
03/02/2024
ARQUIVO
NCE-001-ILUM_PE-ELE-001-R00

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

1. SERVICOS MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA					R\$ 922.171,90
ITENS	DESCRIÇÃO	UM	QUANT	R\$ UNIT	TOTAL
1.1	SERVICO DE APOIO AS INSTALACOES REQUERIDAS A EMPREITEIRA, SENDO 1 MONTADOR ELETRICISTA.HORARIO DIURNO	H	9216	R\$ 23,67	R\$ 218.142,72
1.2	SERVICO DE APOIO AS INSTALACOES REQUERIDAS A EMPREITARIA, SENDO 1 ENGENHEIRO ELETRICISTA, COM NO MINIMO, 2 ANOS DE EXPERIENCIA NO SERVICO.HORARIO DIURNO	H	728	R\$ 28,58	R\$ 20.806,24
1.3	MAO-DE-OBRA DE TECNICO DE SEGURANCA DO TRABALHO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	1056	R\$ 45,49	R\$ 48.037,44
1.4	SERVICO DE APOIO AS INSTALACOES REQUERIDAS A EMPREITEIRA, SENDO 1 ENCARREGADO.HORARIO DIURNO	M	12	R\$ 5.938,21	R\$ 71.258,52
1.5	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	M	12	R\$ 4.228,75	R\$ 50.745,00
1.6	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	M	12	R\$ 4.228,75	R\$ 50.745,00
1.7	MAO-DE-OBRA DE ATENDENTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	M	12	R\$ 3.524,54	R\$ 42.294,48
1.8	RETIRADA DE LAMPADA E ACONDICIONAMENTO EM CAIXA DE PAPELAO, ENCLUSIVE FORNECIMENTO DA CAIXA	M	5000	R\$ 23,67	R\$ 118.350,00
1.9	RETIRADA DE LUMINARIA EM ALTURA DE 16,00 ATE 23,00M	M	2000	R\$ 23,67	R\$ 47.340,00
1.10	RETIRADA DE REATOR PARA LAMPADA DE DESCARGA, INSTALADO DE 8,00 ATE 12,00M DE ALTURA	M	4000	R\$ 23,67	R\$ 94.680,00
1.11	RETIRADA DE PROJETO, INSTALADO EM TETO, PISO, PAREDE OU POSTE	M	100	R\$ 23,67	R\$ 2.367,00
1.12	RETIRADA DE EQUIPAMENTO DE COMANDO DE CIRCUITO	M	50	R\$ 23,67	R\$ 1.183,50
1.13	RETIRADA OU SUBSTITUICAO DE RELE FOTOELETRICO INDIVIDUAL, INSTALADO ATE 12,00M DE ALTURA	M	6600	R\$ 23,67	R\$ 156.222,00
2. SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E GESTAO					R\$ 722.400,00

2.1	IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL - CCO PARA SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (BASE OPERACIONAL) INTERNET, MATERIAL DE EXPEDIENTE, ALMOXARIFADO, EQUIPAMENTOS ELETRONICOS TABLET, SUPORTE ADMINISTRATIVO	M	12	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00
2.2	GESTAO DO PARQUE DE ILUMINACAO PUBLICA ATRAVES APLICATIVOS (APP) PARA CONECTIVIDADE DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA INTELIGENTE , DISPONIBILIDADE APLICATIVO POPULACAO REGISTRAR OCORRENCIAS, APLICATIVO PRODUTIVIDADE EQUIPES OPERACIONAIS, CALL CENTER , CONTROLE DE ESTOQUE MATERIAIS - VERSOES "Android" e "iOS",	UN	12	R\$ 35.000,00	R\$ 420.000,00
2.3	EMPLACAMENTO DE POSTES HOSPEDEIROS DOS EQUIPAMENTOS DA REDE DE ILUMINACAO PUBLICA, CONFORME REQUISITOS TERMO DE REFERENCIA - PLAQUETA DE CHAPA DE ALUMINIO ANODIZADO OU ACM, DE DIMENSOES 10cm x 15cm LARGURA,COM NUMERACAO SEQUENCIAL GRAVADA E INDELETAVEL , (INTEGRADOS AO SOFTWARE DE GESTAO DO PARQUE DE ILUMINACAO)	UN	10500	R\$ 20,80	R\$ 218.400,00
3. DISPONILIBIDADE DE EQUIPAMENTOS					R\$ 313.488,00
3.1	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1.0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA (EQUIPE DE EXPANSAO E EFICIENTIZACAO)	H	12	R\$ 7.062,00	R\$ 84.744,00
3.2	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CACAMBA,TIPO LEVE,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) ,EXCLUSIVE MOTORISTA (PLANTAO OCORRENCIAS)	H	12	R\$ 7.062,00	R\$ 84.744,00
3.3	CAMIONETE TIPO PICK-UP,COM CABINE SIMPLES E CESTO AEREO ISOLADO, TIPO PESADA,MOTOR (DISEL) TRASADA 4X4 ,EXCLUSIVE MOTORISTA (EQUIPE PESADA DE EXPANSAO , EFICIENTIZACAO)	H	12	R\$ 12.000,00	R\$ 144.000,00
4. MATERIAIS EFICIENTIZACAO ILUMINACAO PUBLICA					R\$ 3.664.463,80
4.1	POSTE DE CONCRETO,COM SECAO CIRCULAR,RETO,COM 12,50M DE COMPRIMENTO,CONICIDADE REDUZIDA,EXCLUSIVE TRANSPORTE.FORNECIMENTO	UN	20	R\$ 5.152,09	R\$ 103.041,80
4.2	Poste Metálico Engastado 9,00m	UN	30	R\$ 1.318,33	R\$ 39.549,90

4.3	Poste Metálico Engastado 11,00m	UN	30	R\$ 1.983,33	R\$ 59.499,90
4.4	CABO PP DE COBRE FLEXIVEL DE 750V,SECAO DE 2X1,5MM2,PVC/70°C	M	4000	R\$ 6,14	R\$ 24.560,00
4.5	CABO PP DE COBRE FLEXIVEL DE 750V,SECAO DE 3X1,5MM2,PVC/70°C	M	600	R\$ 8,14	R\$ 4.884,00
4.6	CABO PP DE COBRE FLEXIVEL DE 750V,SECAO DE 2X2,5MM2,PVC/70°C	M	8000	R\$ 8,90	R\$ 71.200,00
4.7	Cabo de cobre rigido, secao de 10mm2, formado por condutores em fios de cobre nu, encordoamento classe 2, isolamento para 1KV, em polietileno reticulado (XLPE) ou etileno propileno (EPR), com capa de cobertura em PVC na cor preta, NBR 7286, NBR 7287 e especificacao RIOLUZ EM-RIOLUZ-74	M	1500	R\$ 7,79	R\$ 11.685,00
4.8	CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEX XLPE 06/1KV 1X1X16+16MM2	M	1500	R\$ 3,60	R\$ 5.400,00
4.9	Cabo Quadruplex 25mm Neutro Nu		2000	R\$ 10,25	R\$ 20.500,00
4.10	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	UN	1000	R\$ 4,31	R\$ 4.310,00
4.11	CONECTOR WAGGO COMPACTO EMENDA 2 FIOS MODELO 221-412	UN	6000	R\$ 7,50	R\$ 45.000,00
4.12	CONECTOR PERFURANTE PARA REDE AEREA, TENSÃO DE APLICACAO: 0,6/1 KV, CORPO ISOLADO RESISTENTE AS INTEMPERIES, NA COR PRETA, CONTATO DENTADO: LIGA DE COBRE ESTANHADO, COM CAMADA DE ESPESSURA MINIMA DE 8 UM E CONDUTIVIDADE ELETRICA MINIMA DE 98% IACS A 200 C, PARAFUSO TORQUIMETRICO: LIGA DE ALUMINIO, CAPUZ: MATERIAL ELASTOMERICO NA COR PRETA, INCORPORADOS AO CORPO DO CONECTOR DE FORMA IMPERDIVEL, GRAU DE PROTECAO: IP-65, PARA CABOS: PRINCIPAL: 6MM2 - 185MM2 E DERIVACAO: 1,5MM2 - 10MM2. FORNECIMENTO	UN	4000	R\$ 30,00	R\$ 120.000,00
4.13	CONECTOR PERFURANTE PARA REDE SUBTERRANEA,TENSÃO DE APLICACAO:0,6/1KV,CORPO ISOLADO RESISTENTE AO AMBIENTE DO SUBSOLO,NAS CORES BRANCA OU BEGE CLARO,CONTATO DENTADO:LIGA DE ALUMINIO ESTANHADO,COM CAMADA DE ESPESSURA DE 8MM E CONDUTIVIDADE ELETRICA MINIMA DE 98% IACS A 20°C,IP-68,PARA CABOS:PRINCIPAL:6MM2-70MM2 E DERIVACAO:1,5MM2-6MM2	UN	200	R\$ 112,00	R\$ 22.400,00
4.14	FITA ISOLANTE AUTO-FUSAO,DE 19MMX10M	UN	80	R\$ 28,94	R\$ 2.315,20
4.15	FITA ISOLANTE, ROLO DE 19MMX20M	UN	600	R\$ 4,85	R\$ 2.910,00

4.16	BRACO CURVO,EM ACO DE BAIXO TEOR DE CARBONO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FUSAO,INTERNA E EXTERNAMENTE POR IMERSAO UNICA EM BANHO DE ZINCO,CONFORME NBR-7398 E 7400 DA ABNT,COM 1,00M DE PROJECAO HORIZONTAL,	UN	1500	R\$ 85,00	R\$ 127.500,00
4.17	BRACO CURVO,EM ACO DE BAIXO TEOR DE CARBONO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FUSAO,INTERNA E EXTERNAMENTE POR IMERSAO UNICA EM BANHO DE ZINCO,CONFORME NBR-7398 E 7400 DA ABNT,COM 2,00M DE PROJECAO HORIZONTAL,	UN	3000	R\$ 189,00	R\$ 567.000,00
4.18	PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 250 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA QUADRADA	UN	4000	R\$ 17,16	R\$ 68.640,00
4.19	PARAFUSO M16 EM ACO GALVANIZADO, COMPRIMENTO = 300 MM, DIAMETRO = 16 MM, ROSCA MAQUINA, CABECA QUADRADA	UN	8000	R\$ 19,71	R\$ 157.680,00
4.20	NUCLEO QUADRUPLA P/LUMINARIAS PUBLICAS DE LED COB ,ACO DE BAIXO TEOR DE CARBONO SAE 1010/1020 GALVANIZADO A FUSAO,INTERNA E EXTERNAMENTE POR IMERSAO UNICA EM BANHO DE ZINCO,CONFORME NBR-7398 E 7400 DA ABNT,NUCLEO DIAMETRO INTERNO 68MM,BRACOS COM DIAMETRO EXTERNO 48MM,COMPRIMENTO DE 140MM,	UN	80	R\$ 189,00	R\$ 15.120,00
4.21	CHAVE COMANDO DE GRUPO 2 VIA ,220V, 50A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 598,00	R\$ 11.960,00
4.22	CHAVE COMANDO DE GRUPO 1 VIA ,220V, 50A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 465,00	R\$ 9.300,00
4.23	CHAVE COMANDO DE GRUPO 2 VIA ,220V, 60A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 620,00	R\$ 12.400,00
4.24	CHAVE COMANDO DE GRUPO 1 VIA ,220V, 60A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 489,00	R\$ 9.780,00
4.25	CHAVE COMANDO DE GRUPO 2 VIA ,220V, 30A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 433,00	R\$ 8.660,00
4.26	CHAVE COMANDO DE GRUPO 1 VIA ,220V, 30A, COM DISJUNTOR, NF	UN	20	R\$ 245,00	R\$ 4.900,00
4.27	RELÉ FOTOELETRICO NF 220V	UN	4600	R\$ 29,98	R\$ 137.908,00
4.28	RELÉ FOTOELETRICO NA 220V	UN	100	R\$ 68,00	R\$ 6.800,00
4.29	BASE PARA RELÉ FOTOELETRICO	UN	3000	R\$ 6,99	R\$ 20.970,00

4.30	PROJETOR DE LED BRANCO DE ALTO BRILHO PARA ILUMINAÇÃO DE QUADRAS POLIEPORTIVAS, CAMPOS PUBLICOS , GINAZIOS PUBLICOS , PRACAS E EVENTOS PUBLICOS POTENCIA NOMINAL DE 300W, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (100/270) Vca COM DRIVE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EQUIPADA COM DISPOSITIVO DO TIPO . JUNTAMNETE COM O FORNECIMENTO DOS PROTETORES DEVERA SER FORNECIDO LAUDO TÉCNICO HOMOLOGADO PELO INMETRO OU ELETROBRAS. GRAU DE PROTEÇÃO IP.66 VIDA ÚTIL MINIMA DE 50.000H TEMPERATURA DE COR NA FAIXA DE (4.500 A 6000)K .	UN	200	R\$ 260,00	R\$ 52.000,00
4.31	PROJETOR DE LED BRANCO DE ALTO BRILHO PARA ILUMINAÇÃO DE QUADRAS POLIEPORTIVAS, CAMPOS PUBLICOS , GINAZIOS PUBLICOS , PRACAS E EVENTOS PUBLICOS POTENCIA NOMINAL DE 300W, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (100/270) Vca COM DRIVE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EQUIPADA COM DISPOSITIVO DO TIPO . JUNTAMNETE COM O FORNECIMENTO DOS PROTETORES DEVERA SER FORNECIDO LAUDO TÉCNICO HOMOLOGADO PELO INMETRO OU ELETROBRAS. GRAU DE PROTEÇÃO IP.66 VIDA ÚTIL MINIMA DE 50.000H TEMPERATURA DE COR NA FAIXA DE (4.500 A 6000)K .	UN	100	R\$ 340,00	R\$ 34.000,00
4.32	PROJETOR DE LED BRANCO DE ALTO BRILHO PARA ILUMINAÇÃO DE QUADRAS POLIEPORTIVAS, CAMPOS PUBLICOS , GINAZIOS PUBLICOS , PRACAS E EVENTOS PUBLICOS POTENCIA NOMINAL DE 300W, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (100/270) Vca COM DRIVE EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, EQUIPADA COM DISPOSITIVO DO TIPO . JUNTAMNETE COM O FORNECIMENTO DOS PROTETORES DEVERA SER FORNECIDO LAUDO TÉCNICO HOMOLOGADO PELO INMETRO OU ELETROBRAS. GRAU DE PROTEÇÃO IP.66 VIDA ÚTIL MINIMA DE 50.000H TEMPERATURA DE COR NA FAIXA DE (4.500 A 6000)K .	UN	50	R\$ 586,00	R\$ 29.300,00
4.36	LUMINARIA PUBLICA LED 150w COM BASE PARA RELE, BIVOLT , selo a inmetro, fp 0,95, ip66, temp. Cor 5000k, irc= ou 70%, v. Útil 50.000h, 130 lm/w.gar.4 anos, Conjunto LED SMD modelo EMPALUX ou similar	UN	400	R\$ 589,00	R\$ 235.600,00

4.37	LUMINARIA PUBLICA LED 30w COM BASE PARA RELE, BIVOLT , selo a inmetro, fp 0,95, ip66, temp. Cor 5000k, irc= ou 70%, v. Útil 50.000h, 130 lm/w.gar.4 anos, Conjunto LED SMD modelo EMPALUX ou similar	UN	1000	R\$ 312,89	R\$ 312.890,00
4.38	LUMINARIA PUBLICA LED 100w COM BASE PARA RELE, BIVOLT , selo a inmetro, fp 0,95, ip66, temp. Cor 5000k, irc= ou 70%, v. Útil 50.000h, 130 lm/w.gar.4 anos, Conjunto LED SMD modelo EMPALUX ou similar	UN	600	R\$ 425,00	R\$ 255.000,00
4.39	LUMINARIA PUBLICA LED 50W COM BASE PARA RELE ,BIVOLT 220V, IP66, TEMP. COR 6000-6500k, 5000 lm, MODELO COB	UN	2000	R\$ 278,00	R\$ 556.000,00
4.40	LUMINARIA PUBLICA LED COB COM BASE PARA RELE 150w ,BIVOLT 220V, IP66, TEMP. COR 6000-6500k, 5000 lm, MODELO COB	UN	600	R\$ 468,00	R\$ 280.800,00
4.41	LUMINARIA PUBLICA LED COB COM BASE PARA RELE 100w ,BIVOLT 220V, IP66, TEMP. COR 6000-6500k, 5000 lm, MODELO COB	UN	600	R\$ 348,00	R\$ 208.800,00
4.42	SOQUETE DE PORCELANA E-27	UN	1000	R\$ 4,20	R\$ 4.200,00
				TOTAL	R\$ 5.622.523,70